

Relatório

20

24

e Contas





Índice

I. Mensagem da bastonária	5
II. Enquadramento jurídico	9
III. Evolução de alguns indicadores	13
IV. Missão, visão e valores	23
V. Ética, transparência e responsabilidade	27
VI. Política de qualidade	31
VII. Análise SWOT	35
VIII. Órgãos sociais do quadriénio 2025-2028	39
IX. Estrutura interna	47
X. Indicadores do ano 2024	51
XI. Principais acontecimentos	57
XII. Relatório de gestão	83
XIIIa. Áreas de atuação	87
XIIIb. Análise da situação económica e financeira	113
XIII. Demonstrações Financeiras	151
XIV. Relato não financeiro	191
XV. Relatório anual da atividade do conselho fiscal	231
XVI. Parecer do conselho fiscal	239
XVII. Certificação legal das contas	243



I

Mensagem da bastonária

Cerimónia de entrega de certificados a novos membros



11 JANEIRO - LISBOA

« Prestar contas não significa apenas justificar gastos, mas demonstrar compromisso com a ética e a transparência. »

Peter Drucker

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Atividades e Contas da Ordem dos Contabilistas Certificados referente ao ano de 2024. Este documento reflete não apenas os desafios enfrentados, mas também as conquistas significativas e o compromisso desta instituição com a excelência, inovação e rigor na regulação da profissão e apoio aos contabilistas certificados.

O ano foi marcado, desde logo, pelo ato eleitoral, resultado das alterações estatutárias. Num ato que mobilizou toda a classe, com 18.258 contabilistas certificados que se apresentaram para votar, tive a maior honra em merecer novamente a confiança dos contabilistas certificados que me reelegeram com 97,3% dos votos, tal como a lista que encabecei, tendo o Conselho de Supervisão registado 96,8% dos votos, o Conselho Jurisdicional e o Conselho Fiscal 97% dos votos e foram eleitos 84 representantes.

Para 2024 estabelecemos três vetores estratégicos fundamentais: combater o envelhecimento e melhorar a retenção na profissão; promover o desenvolvimento e reconhecimento da contabilidade; e adotar novos mecanismos de regulação. Esses pilares guiaram a nossa atuação e foram essenciais para os avanços que conquistamos.

O setor tem enfrentado um desafio significativo, a dificuldade em atrair jovens talentos e reter profissionais qualificados na carreira. Porém, com a entrada em vigor do novo Estatuto, que alterou o modelo de acesso à profissão eliminando algumas restrições burocráticas anteriormente impostas pela lei, diante destas alterações legislativas, vimos uma oportunidade para testar a atratividade da profissão e iniciar um processo de renovação e rejuvenescimento da classe. Atuando com agilidade e celeridade, implementamos uma estratégia que mostrou o grande interesse e a atratividade da profissão, tendo-se verificado 5.554 candidaturas recebidas (em 2023 haviam sido 624) e 2.287 novos membros admitidos (em 2023 haviam sido 487), estando ainda mais de 2.000 membros a terminar o processo através das formações modulares. Esta lufada de ar fresco, é o início de um processo de rejuvenescimento da profissão que trará frutos positivos para toda a economia e sociedade civil.

A formação profissional foi uma das nossas prioridades. Introduzimos a obrigatoriedade do curso “Boas Práticas segundo o Novo Estatuto”, garantindo que todos os contabilistas certificados estejam atualizados e bem preparados, de forma a desempenharem a profissão pautados pelos mais elevados padrões de rigor e qualidade. Paralelamente, adotámos medidas para que os membros cumpram o requisito dos 30 créditos anuais de formação profissional contínua. Também expandimos o serviço CCclix, continuámos a descentralização das formações presenciais e alargámos as matérias objeto de cursos. Sublinhámos também o aumento significativo de acessos ao CCclix, com 26.448 formandos e 611.532 horas de formação visualizadas. Assim, em 2024, registamos um total de 1.094.687 formandos, que representam números fantásticos para a Ordem, a profissão e o seu interesse público.

No apoio aos membros, batemos novos recordes. Tanto ao nível técnico, em matérias contabilísticas e fiscais, como ao nível jurídico, disciplinar e de contencioso tributário, presencial, telefonicamente ou através da PastaCC, chegamos a mais membros que nunca antes, registando-se 169.250 esclarecimentos técnicos, quando em 2023 tínhamos registado (à data o segundo maior registo de sempre) 141.332 esclarecimentos.

O TOConline recebeu novos módulos e melhorias, incluindo funcionalidades de Open Banking, tornando o dia a dia dos contabilistas mais eficiente e produtivo.

No campo financeiro, os resultados foram igualmente expressivos. Reduzimos o endividamento da OCC em mais de 66% desde 2017, alcançamos um saldo positivo de 5,37 milhões de euros e aumentámos a autonomia financeira de 64,1% em 2022 para 67,4% em 2024. O ativo, cujo valor é de 35.423.523 euros, tem vindo a registar um crescimento consistente desde 2018. Esses números comprovam uma gestão sólida, sustentável, transparente e rigorosa que definem a nossa liderança.

No âmbito da comunicação e eventos, fortalecemos a presença digital e institucional, chegando hoje a mais membros e interessados sempre com conteúdos isentos, imparciais, rigorosos e independentes. Com essa visão, aumentámos o número de acessos ao site da Ordem e a presença nas redes sociais alcançou o registo de 179.478 seguidores.

Ao olharmos para o futuro, reafirmamos o nosso compromisso com a evolução da profissão, uma eficiente regulação, a modernização dos nossos serviços e a valorização dos contabilistas certificados.

Agradeço a todos os contabilistas certificados que hoje, são vistos, como os principais agentes económicos, profissionais de interesse público e criadores de confiança e valor, são cada vez mais uma peça-chave na nossa economia, tecido empresarial e modelo social do nosso país.



Enquadramento jurídico

As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos



16 JANEIRO - BENEDITA

Enquadramento jurídico

A Ordem foi criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, pelo aditamento da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro. Sendo uma pessoa coletiva de direito público representativa dos profissionais que exercem a atividade de Contabilista Certificado, ascendem, à presente data, a 67 333 membros com inscrição ativa, dos quais 37 308 são mulheres e 30 025 homens, contando ainda com mais 2 005 membros com inscrição suspensa, o que totaliza 69 338 membros.

A Ordem rege-se pelo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), pela Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, alterada pela Lei n.º 12/2023, de 28 de março que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, pelos regulamentos da Ordem, pelo Código do Procedimento Administrativo e os princípios gerais de direito administrativo, a sua organização interna, as normas e os princípios que regem as associações de direito privado.

A Instituição tem sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa e possui representações permanentes em todo o território nacional, nomeadamente, nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, bem como nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

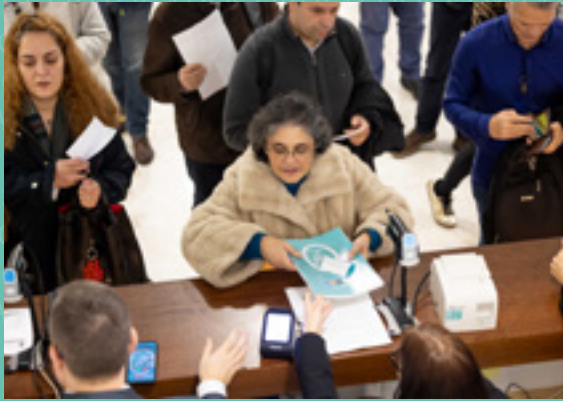
A Ordem prossegue os seus fins e atribuições através dos seus órgãos estatutariamente previstos no art. 35.º do seu Estatuto, independentes entre si e dispondo de um quadro de competências que pretende o reforço da transparência na governação da instituição, mais concretamente: Assembleia representativa; Assembleia Geral Eleitoral; Bastonário; Conselho Diretivo; Conselho de Supervisão; Conselho Jurisdicional; Conselho Fiscal; Provedor dos Destinatários dos Serviços; Colégios de Especialidade, quando existam.

Nos termos conjugados da al. c) do artigo 54.º e al. a) do n.º 1 do artigo 43.º do EOCC, compete ao conselho diretivo «Apresentar anualmente à assembleia representativa o relatório e contas respeitantes ao ano civil anterior;», «No decurso do 1.º trimestre de cada ano, para discussão e votação do relatório e contas apresentado pelo conselho diretivo e do relatório e parecer do conselho fiscal relativos ao ano civil anterior;». Nesse sentido, tendo legitimidade e encontrando-se em tempo para o efeito, apresenta o conselho diretivo o Relatório e Contas do período de 2024 da Ordem dos Contabilistas Certificados.

III

Evolução de alguns indicadores

Formação Eventual Orçamento do Estado 2024

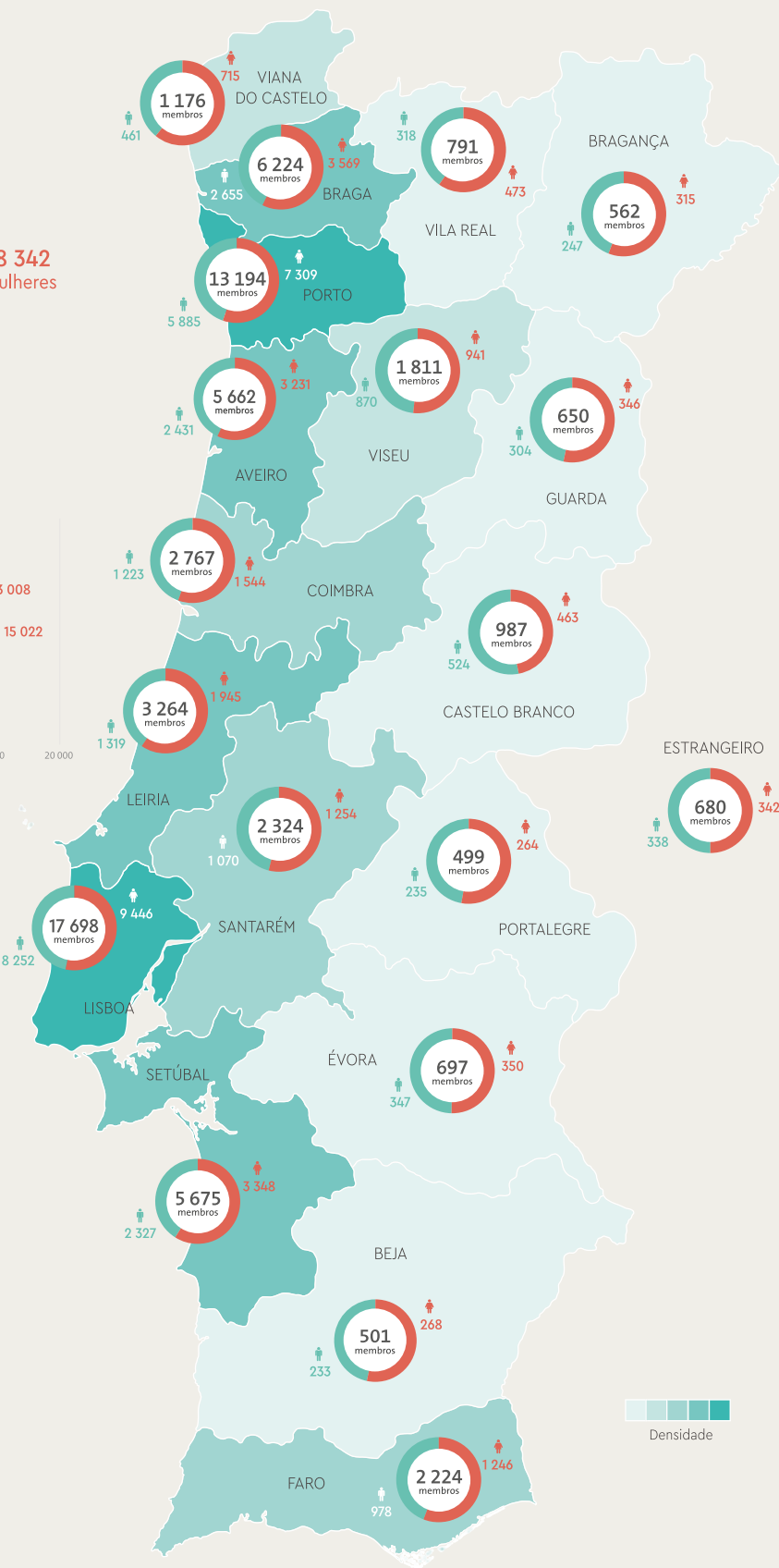
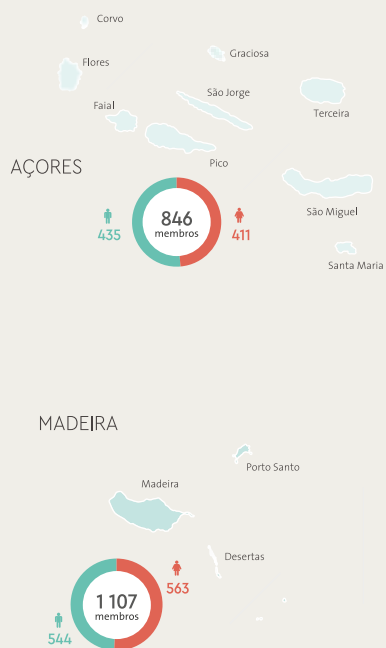
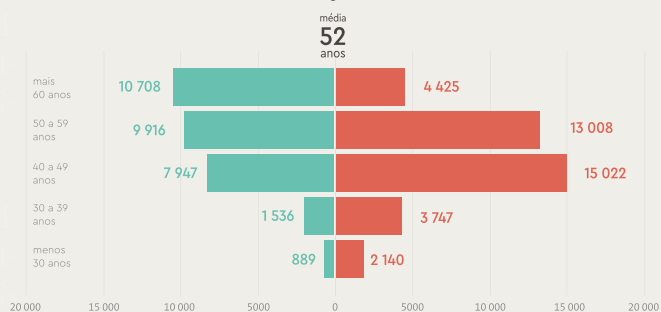


JANEIRO E FEVEREIRO - TODO O PAÍS

MEMBROS DA ORDEM EM 2024

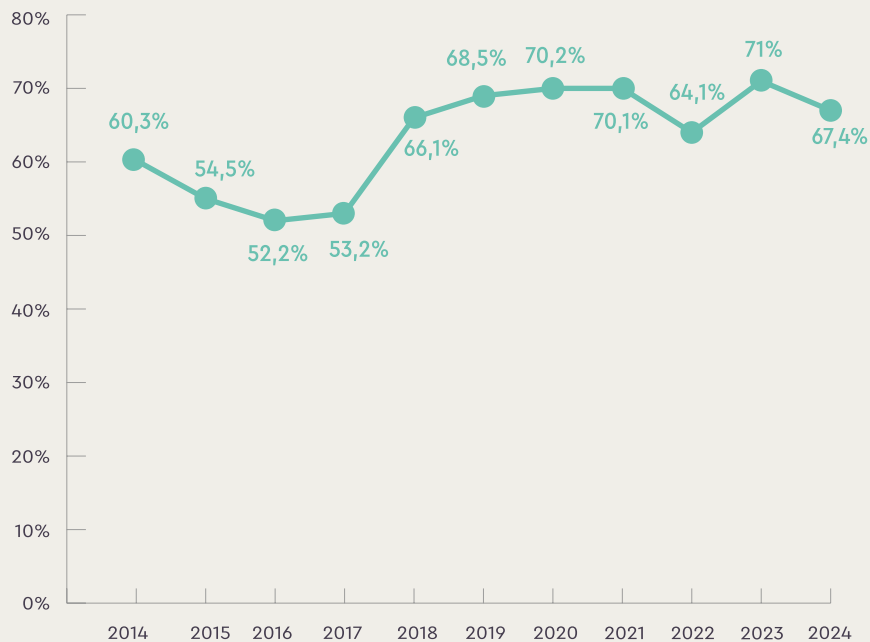


Distribuição etária

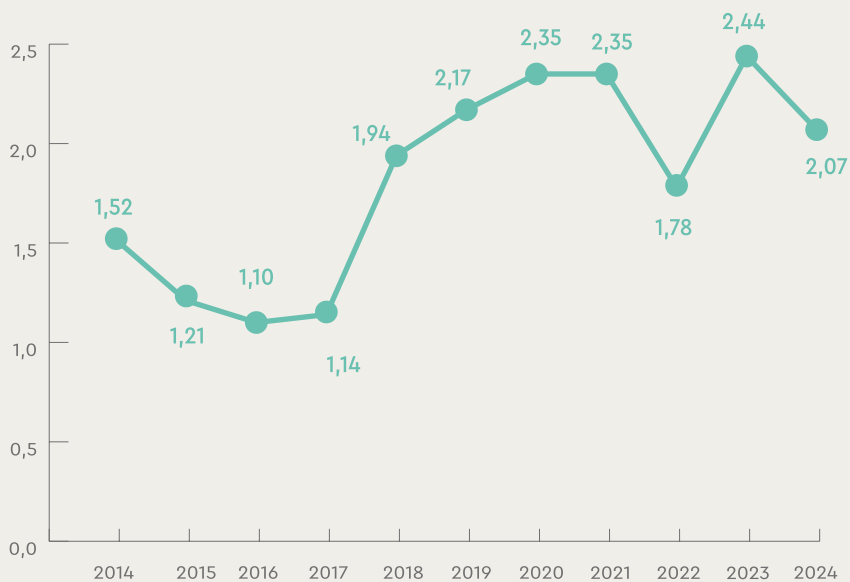


Evolução de alguns indicadores - análise desde 2014

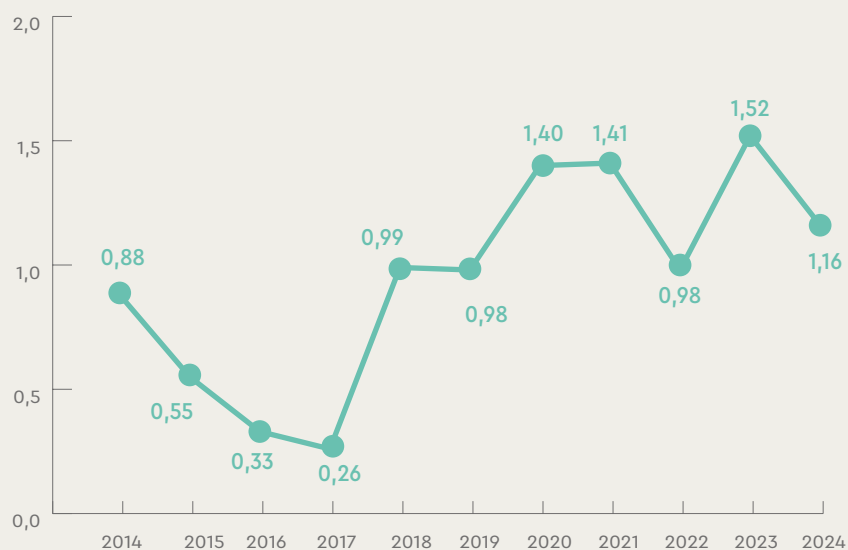
Autonomia financeira



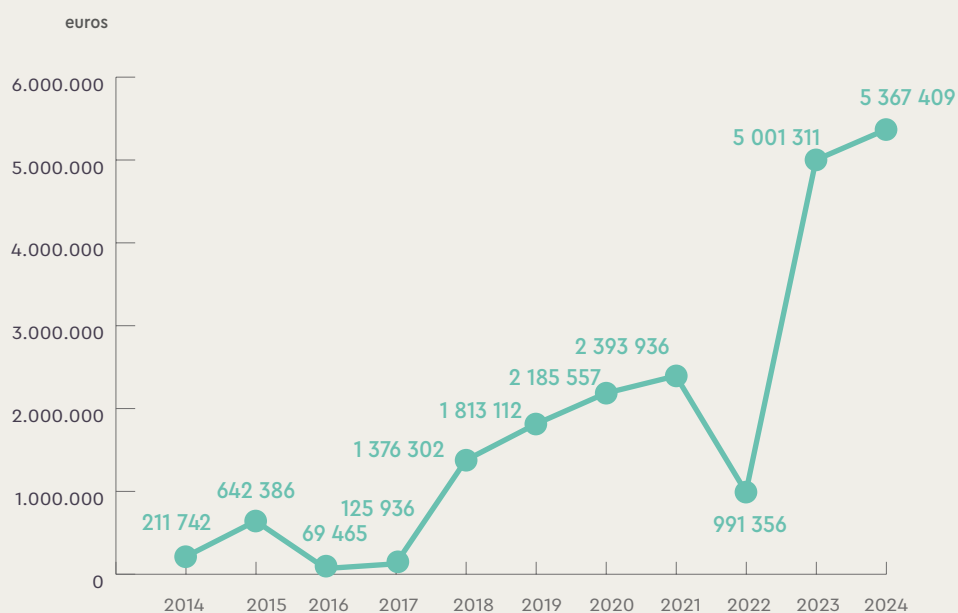
Rácio de solvabilidade



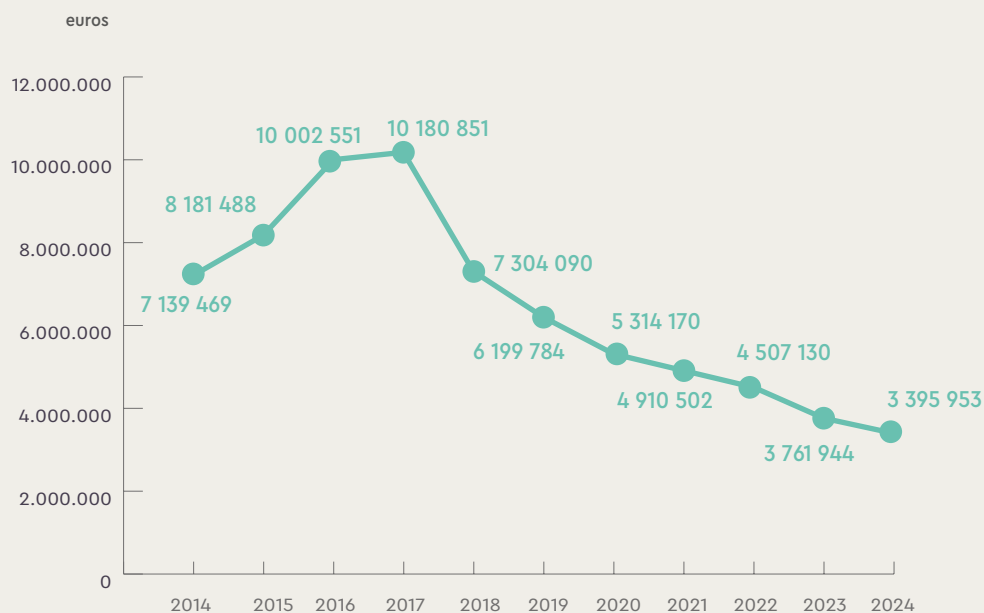
Liquidez geral



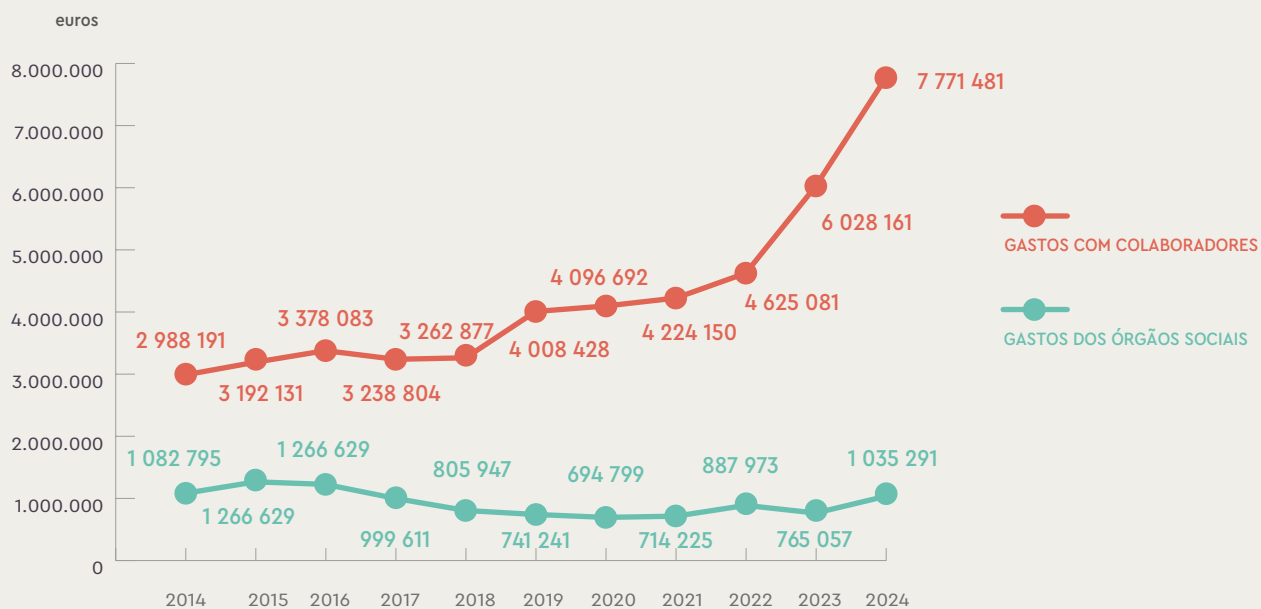
Disponibilidades (caixa e depósitos bancários)



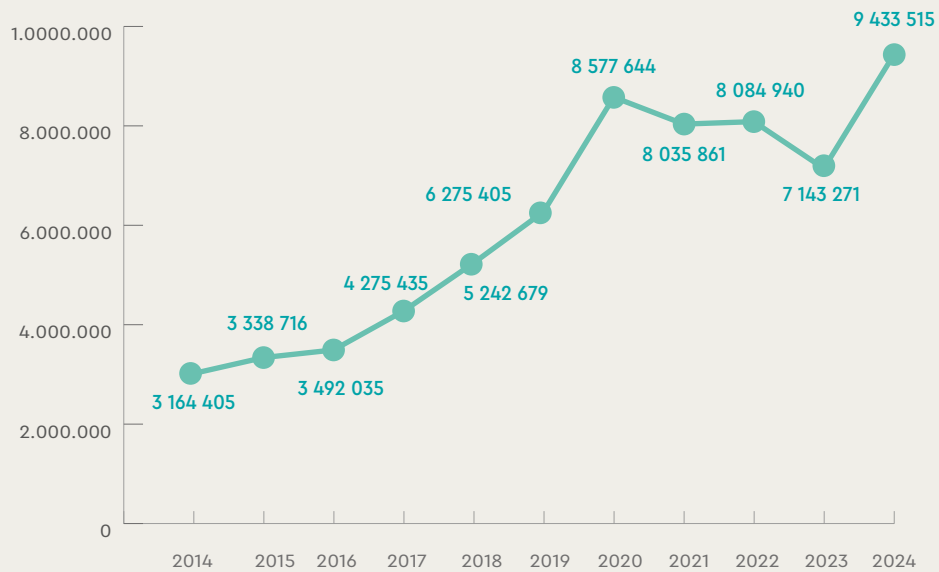
Financiamentos obtidos



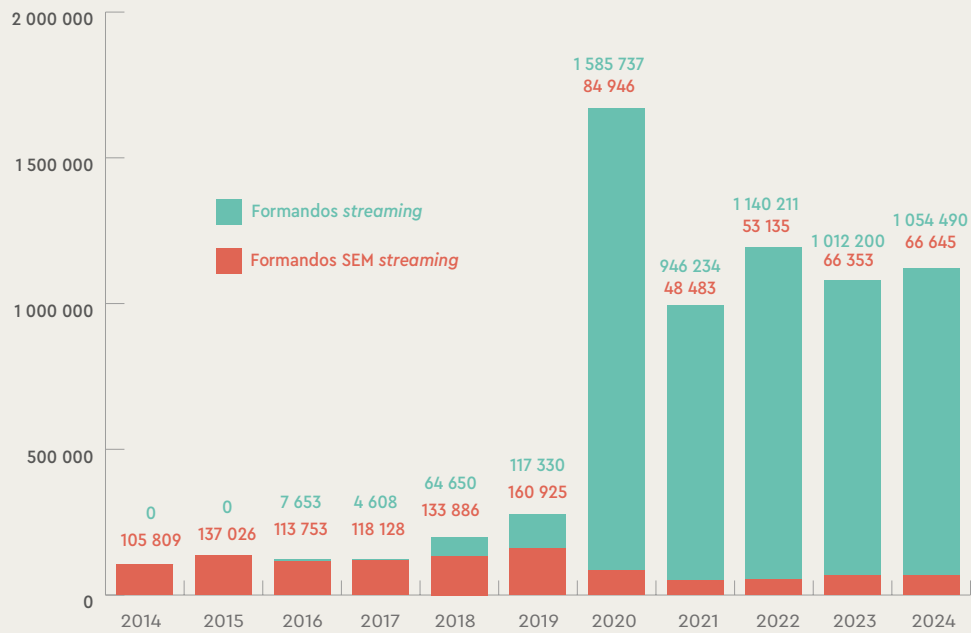
Gastos dos órgãos sociais vs gastos com colaboradores



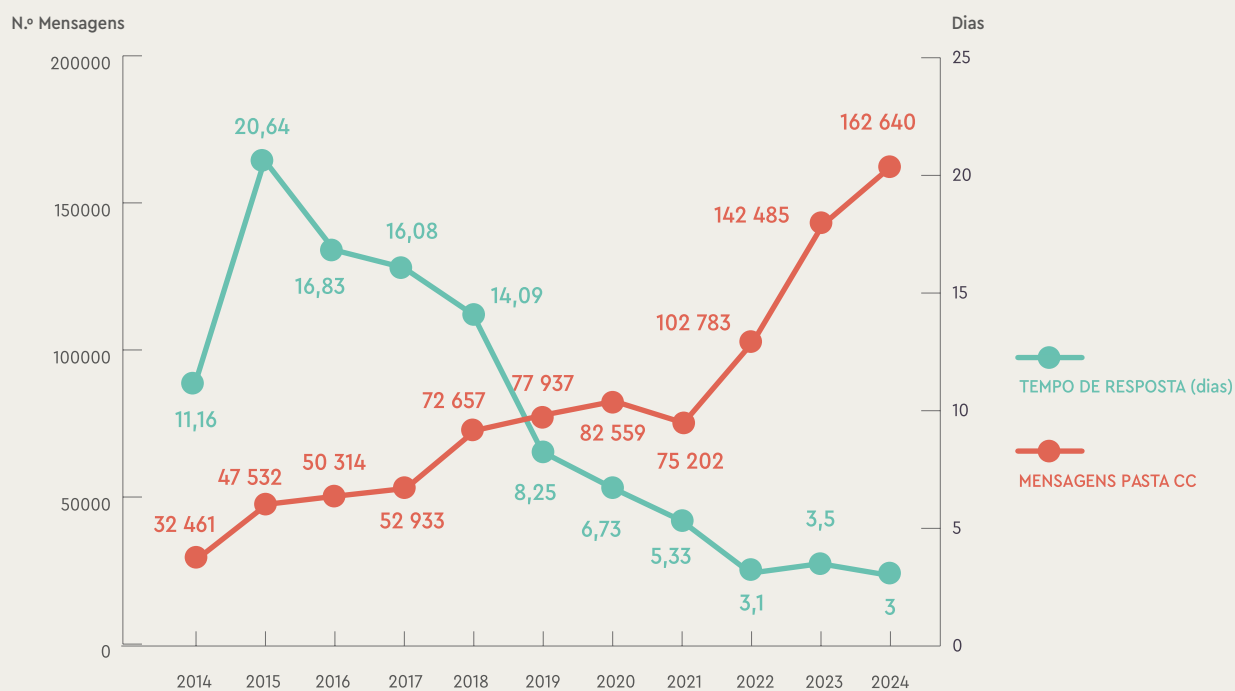
Acessos ao site occ.pt



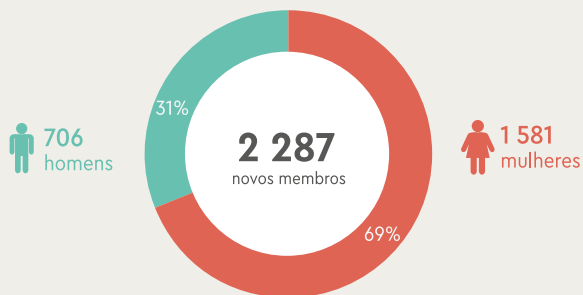
Formação profissional contínua



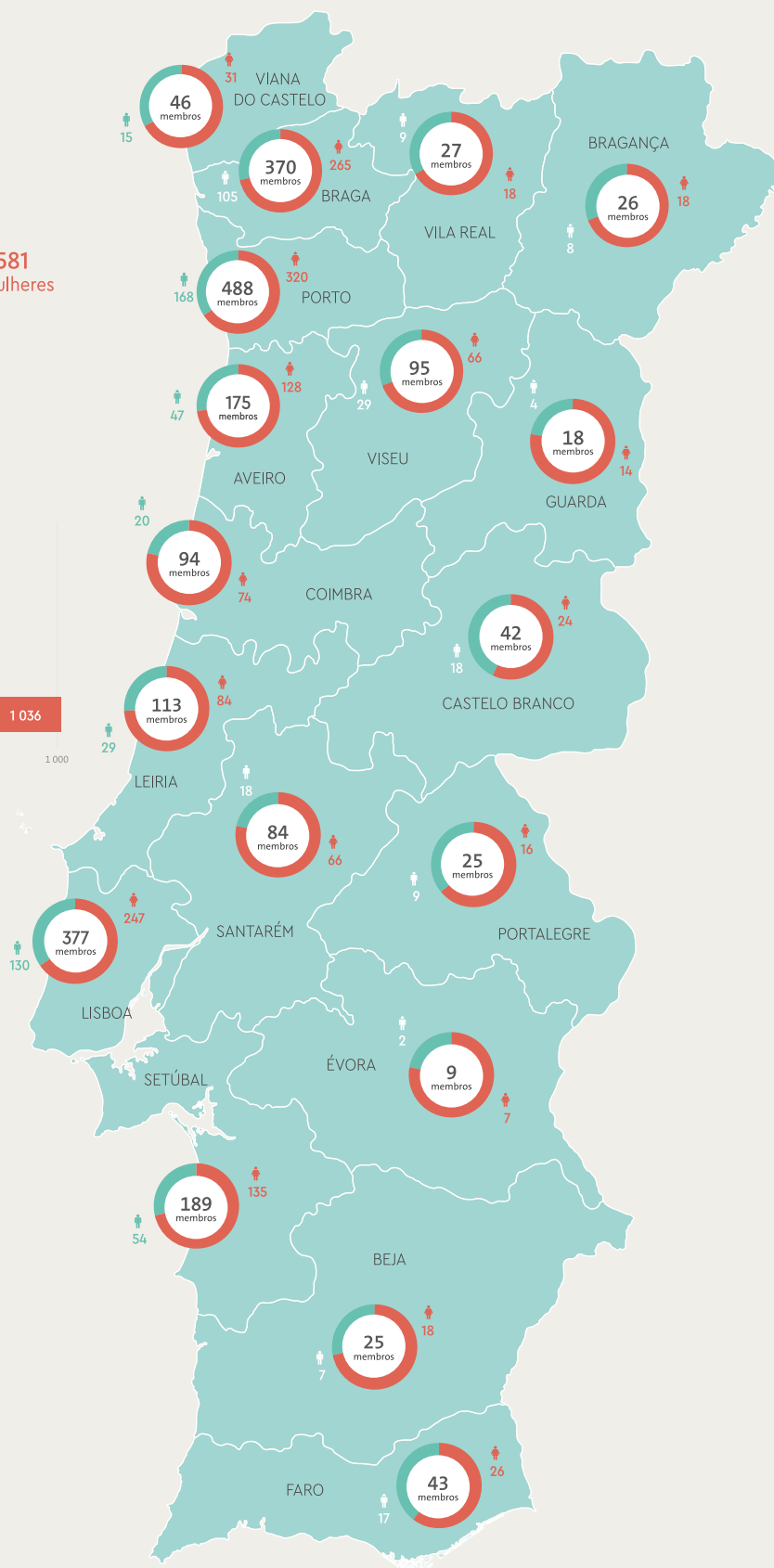
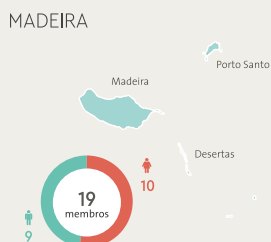
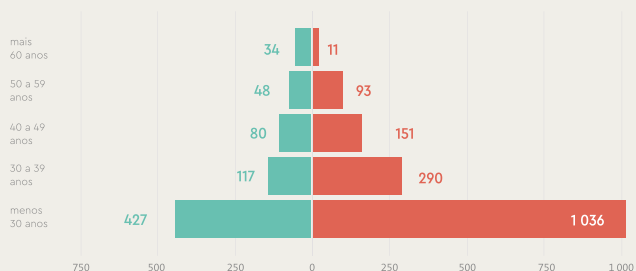
Tempo de resposta vs mensagens respondidas pasta cc



NOVOS MEMBROS DA ORDEM EM 2024



Distribuição etária



Fonte: Dados OCC a 31 de dezembro de 2024

IV

Missão, visão e valores

Discussão pública das propostas de regulamentos



FEVEREIRO E MARÇO - TODO O PAÍS

Missão, visão e valores

Missão

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de Contabilista Certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse público da profissão e dos seus profissionais.

Visão

Os Contabilistas Certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e afirmando o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.

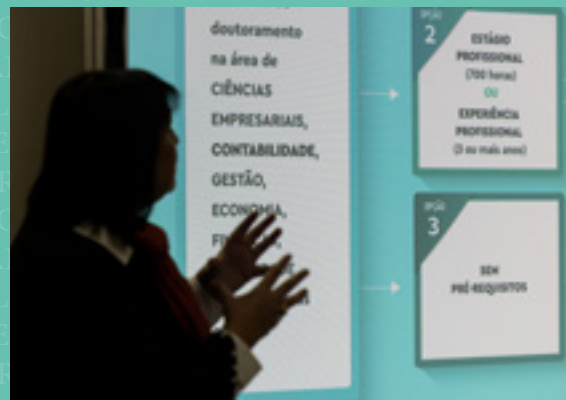
Valores

Competência | Confiança | Excelência | Integridade | Lealdade | Rigor | Sustentabilidade | Transparência

V

Ética, transparência e responsabilidade

Jobshop 2024 - feira de emprego do ISCAL



7 MARÇO - LISBOA

Ética, transparência e responsabilidade

Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos profissionais que exercem a atividade de Contabilista Certificado, na prossecução dos seus objetivos, cumpre à Ordem o respeito absoluto pelos mais elevados valores éticos, de transparência e responsabilidade.

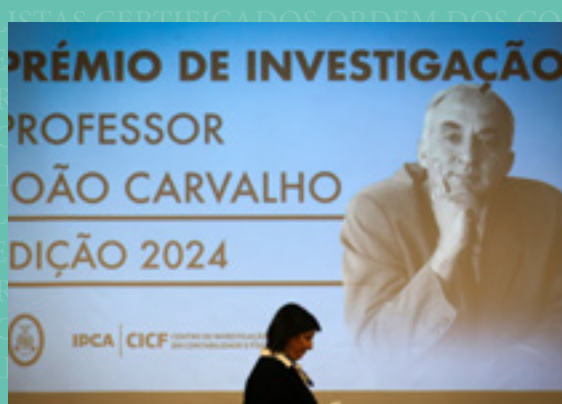
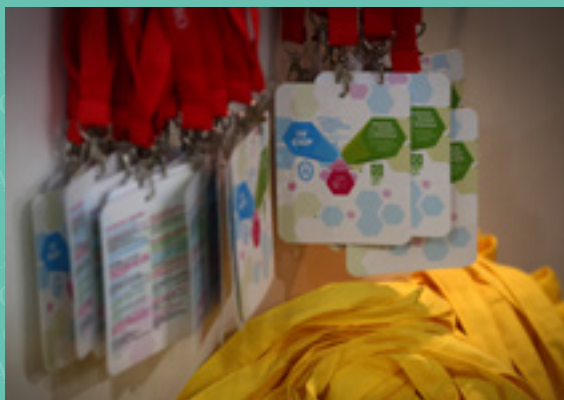
Para alcançar a sua missão, a Ordem rege-se pelos direitos e deveres deontológicos consagrados no seu Estatuto, no Código Deontológico dos Contabilistas Certificados e demais regulamentos e legislação aplicável, não podendo, em momento algum, violar tais normativos, devendo sempre ser um exemplo-mor de conduta profissional ética e deontologicamente irrepreensível.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.

VI

Política de qualidade

IV Congresso Internacional de Contabilidade Pública



14 e 15 MARÇO - LEIRIA



Política de qualidade

A política de qualidade da Ordem fundamenta-se num serviço aos membros, pautado pelos mais elevados padrões de excelência e na intrínseca interligação entre colaboradores, membros e órgãos sociais, tendo sempre por base uma comunicação, gestão e definição estratégica transparente e honesta.

VII

Análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças)

As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos



15 e 16 ABRIL - BRAGANÇA E AMARANTE

Análise SWOT

(forças, fraquezas, oportunidades e ameaças)

FORÇAS

- Competência técnica
- Processo célere de resposta aos membros
- Capacidade formativa e disponibilização de aplicações
- Apoio e proximidade aos membros
- Representações em todas as capitais de distrito
- Preocupação social com os membros
- Reconhecimento político e social
- União da profissão

FRAQUEZAS

- Captação e atração de jovens para a profissão
- Relacionamento ético e deontológico entre os membros
- Inadequação das instalações de determinadas representações
- Processos e procedimentos não desmaterializados
- Baixos honorários/avenças
- Falta de contabilistas especialistas

OPORTUNIDADES

- Reconhecimento e valorização profissional pelo poder político e sociedade civil
- Transformação digital
- Contabilidade pública (SNC-AP)
- A sustentabilidade empresarial
- Aumento de competências
- Plano de Recuperação e Resiliência

AMEAÇAS

- Instabilidade legislativa
- Crise económica, financeira e social mundial
- Desregulação profissional
- Envelhecimento dos profissionais
- Política concorrencial dos membros

VIII

Órgãos sociais do quadriênio 2025-2028

XXIX Conferência de Fiscalidade e Contabilidade



23 ABRIL - LEIRIA

Órgãos sociais do quadriénio 2025-2028

Bastonário



Bastonária: Paula Maria Pires de Oliveira e Silva Laia Franco

Conselho diretivo



Vice-presidente: Joaquim Jorge de Carvalho Martins Barbosa



1.º vogal: Ana Cristina Pena Silva



2.º vogal: Manuel Madeira Teixeira



3.º vogal: Álvaro Jorge da Silva Costa



4.º vogal: Maria Clara Roque de Jesus Oliveira



5.º vogal: Pedro Nuno Mendes Ferreira

Provedor



Provedora: Joana Catarina Barata Reis Lopes

Conselho de supervisão



Presidente: Mónica Mira D'Andrade



1.º vogal CC: Luís Filipe Rui de Oliveira Caetano



2.º vogal CC: Ângela Maria Rocha e Silva



1.º vogal não CC: Abílio José da Costa Sousa



2.º vogal não CC: Clotilde Paulina da Silva Celorico Palma

Conselho jurisdicional



Presidente: Eugénio Lourenço da Silva Faca



1.º vogal CC: Rita Gonçalves Cordeiro



2.º vogal CC: Bruna Catarina Pinto Araújo



1.º vogal não CC: Gonçalo André Mendes



2.º vogal não CC: Paula Cristina Mateus Barata

Conselho fiscal



Presidente: Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes



Vogal: Raquel Vandra da Mota Pinto



ROC: José António Marques Pereira

Mesa da assembleia representativa



Presidente: Carlos José Castro Alexandre



Vice-presidente: Anibal José de Sousa



1.º secretário: Isabel Margarida de Faria Alves



2.º secretário: Rita das Neves Marques

Assembleia representativa

Círculo dos Açores

Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro

Isabel Maria Borges Freitas

Círculo de Aveiro

João Luís Morcela Rodrigues dos Reis

Arabela Regina Monteiro de Miranda Vilela

Pedro Nuno Bastos Lima

Susana Maria da Costa Neves
Edite Laura Mota de Barros Pereira
Ricardo Daniel da Silva Melo

Círculo Eleitoral de Beja

Luís Miguel de Carvalho Medeiros
Maria Ana Mourão Sargento

Círculo Eleitoral de Braga

José Soares Roriz
Anabela de Jesus Meireles Teixeira Guimarães
Manuel Cruz Gonçalves
Ana Paula Coelho Duarte
Horácio Manuel de Oliveira Lopes Ferreira
Oswaldo Carlos de Sousa Neves

Círculo Eleitoral de Bragança

Aníbal José de Sousa
Maria João Gonçalves Rodrigues

Círculo Eleitoral de Castelo Branco

António Mendes Pinto
Maria Helena Fernandes Lopes

Círculo Eleitoral de Coimbra

Sílvio Carvalho Vilão
Cristina Sofia Batanete Frade Freire
Álvaro Jorge Estevão Simões Lopes

Círculo Eleitoral de Évora

António Manuel dos Santos Nabo
Ana Margarida Mochila Melro Barreto

Círculo Eleitoral de Faro

José Alberto de Brito Pereira
Lizabete Maria Correia de Sousa Sequeira
Carlos Manuel Pera Nunes

Círculo Eleitoral da Guarda

Rosa Maria da Silva Dias
Amâncio Fernandes Antunes

Círculo Eleitoral de Leiria

António Cerejo Moreira Caseiro
Rita das Neves Marques
Nuno Miguel Domingues Valente
Sofia Mónica Bernardes Sabino

Círculo Eleitoral de Lisboa

Carlos José Castro Alexandre
Ana Filipa Coelho Xavier de Basto
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Dulce Cristina Ribeiro Pereira
Rui Manuel Machado Ferreira
Lídia Isabel Ferreira Vieira
António de Jesus Nunes
Mónica Sofia Duarte Marçal
Daniel Pedro de Matos Albuquerque
Laura Maria de Oliveira Santos de Vergueiro Lopes
Maria Paula Nunes Passos Pinto de Magalhães Mendes
César Henrique Duarte Brito
Maria Diotilde Jesus Mateus Videira de Araújo
Flávia Margarida Oliveira dos Santos
Nelson Alexandre Ferreira
Ana Paula de Assunção de Matos Borlido Martins
Renata Filipa Faustino Garcia
Christophe Miguel Primor Pedreira

Círculo Eleitoral da Madeira

João Manuel dos Ramos
Ana Margarida Brazão Escórcio

Círculo Eleitoral de Portalegre

Maria do Carmo Alves dos Santos Pão Alvo
Nuno Miguel da Costa Tavares

Círculo Eleitoral do Porto

Bruno Alexandre da Rocha Silva
Isabel Margarida de Faria Alves
Mário Paulo Batista Cabêda
Fernanda Ferreira Miranda de Freitas
António Jorge Gomes de Azevedo
Júlia Paula da Silva Jardim Martins
Rui Marcelo Lima de Oliveira Santos
Sara Manuela Miranda Pinto Cruz
Armando Jorge de Barros e Silva Machado
Patrícia Daniela Rodrigues Dias Esteves

Ricardo João Lopes Matias
Isabel Vieira Gonçalves Fernandes
João Manuel Marques Lucas

Círculo Eleitoral de Santarém

Manuel Joaquim Borralho Ramalho
Ana Margarida Rodrigues Silvestre
Stéphane José Silvério Carreira Rodrigues

Círculo Eleitoral de Setúbal

Carlos Augusto Cordeiro de Sousa
Ana Margarida Ferreira Traquino
João Pedro Silva Guerreiro Estaço
Elina Alexandra Sabina Costa Pereira
Ricardo Jorge Silva Soares
Sílvia Maria da Silva Moço Loureiro

Círculo Eleitoral de Viana do Castelo

Secundino Manuel Miranda Cantinho
Maria Deolinda Rufino Viana Correia

Círculo Eleitoral de Vila Real

Maria João Pinto Borges
Carlos Alberto Gonçalves dos Santos

Círculo Eleitoral de Viseu

Maria de Lurdes Rebelo Marques
João Carlos Simões Figueiral

IX

Estrutura interna

Conferência «Sustainability reporting and assurance»



13 MAIO - BRAGA

Estrutura interna

Uma Ordem para os seus membros foi sempre esta a visão estratégica para a Ordem que, para ser, como tem sido plenamente alcançada, necessitou de várias ações em múltiplas dimensões.

Uma das dimensões mais relevantes foi operacionalizada nos recursos humanos da Ordem e nos serviços prestados aos membros pela instituição. Para tal, reorganizou-se profundamente a estrutura interna da Ordem e reforçaram-se áreas nucleares como o apoio técnico e social. Nesse sentido, no presente, a estrutura interna da Ordem, é constituída por 173 colaboradores, distribuídos pelos seguintes departamentos e serviços:

- Assesores da bastonária
- Departamento comunicação imagem
- Departamento de consultoria técnica
- Departamento de contabilidade e recursos humanos
- Departamento de correio e expedição
- Departamento de inscrição e formação
- Departamento de manutenção
- Departamento de mediação
- Departamento de tesouraria e contratação pública
- Departamento disciplinar
- Departamento do funcionamento de Lisboa e Porto
- Departamento jurídico
- Serviços de contencioso tributário
- Departamento serviços informática
- Departamento TOConline
- Secretariado

X

Indicadores do ano 2024

Conferência «O relato de sustentabilidade no Mediterrâneo» com a FCM

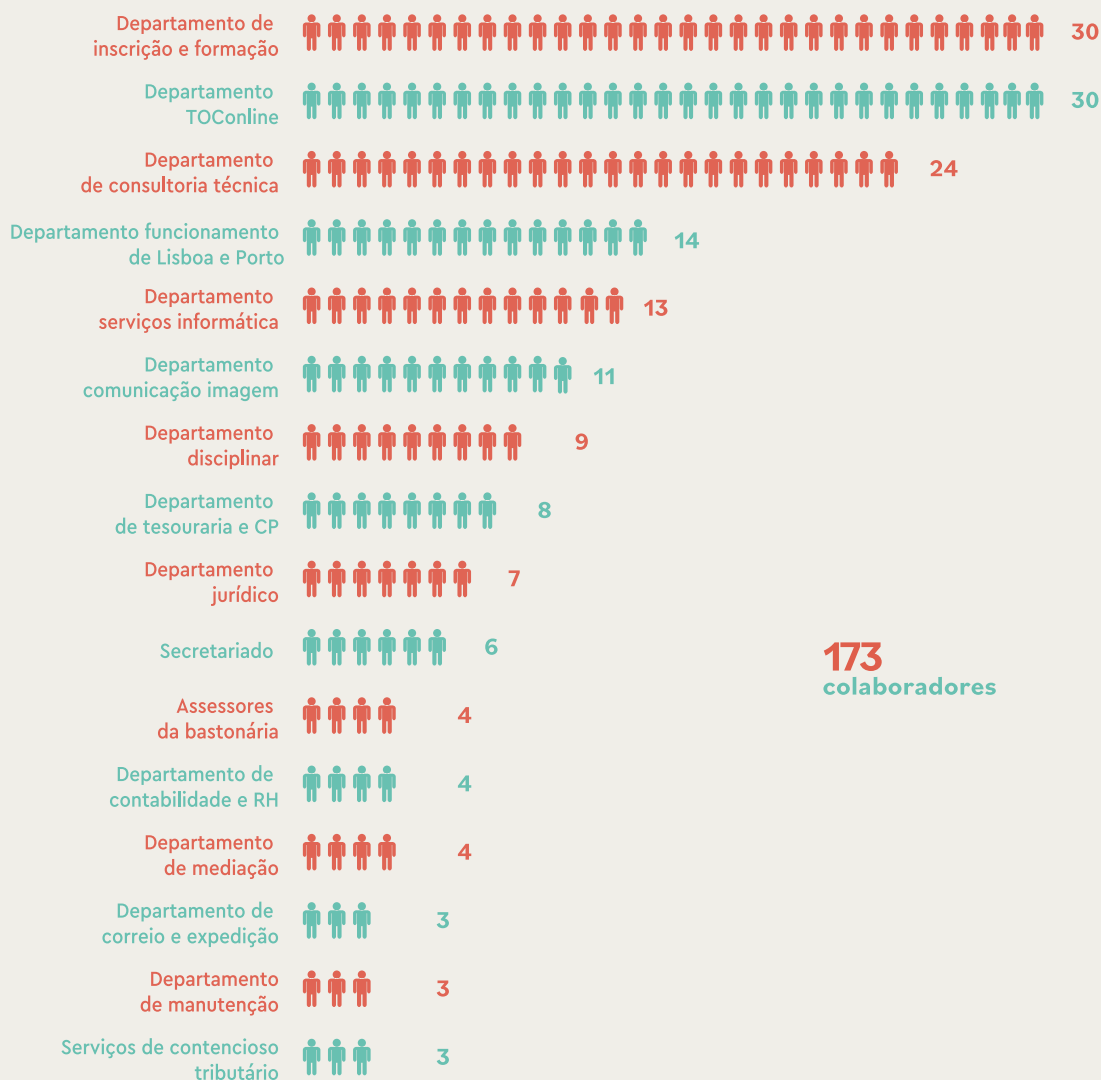


27 MAIO - LISBOA

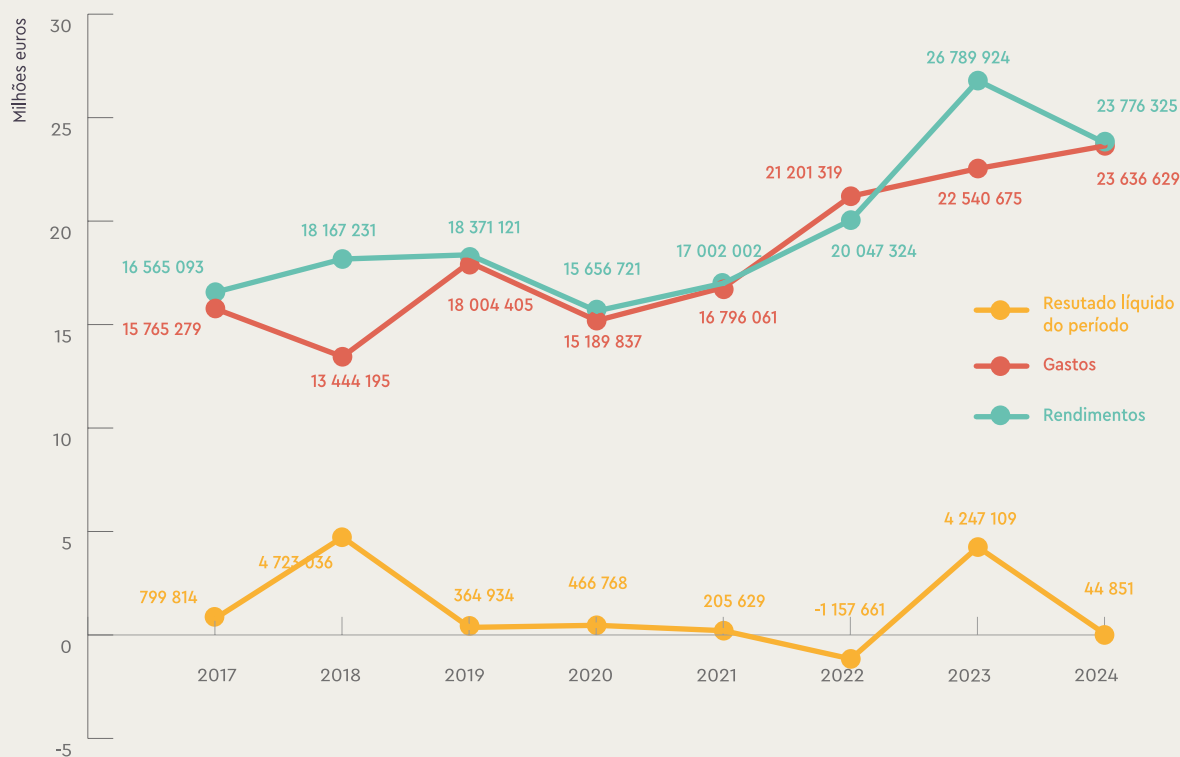
Indicadores do ano 2024

Por forma a apresentar informação simples e concisa, apresenta-se a seguir uma pequena síntese, relativa a cinco aspetos fulcrais da gestão da Ordem:

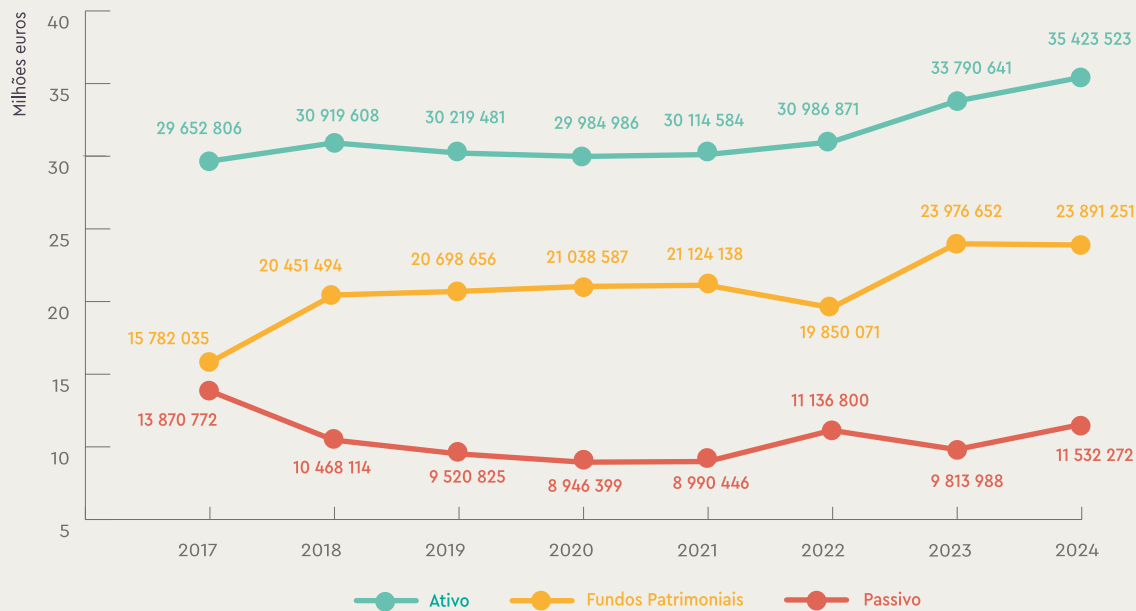
Recursos humanos



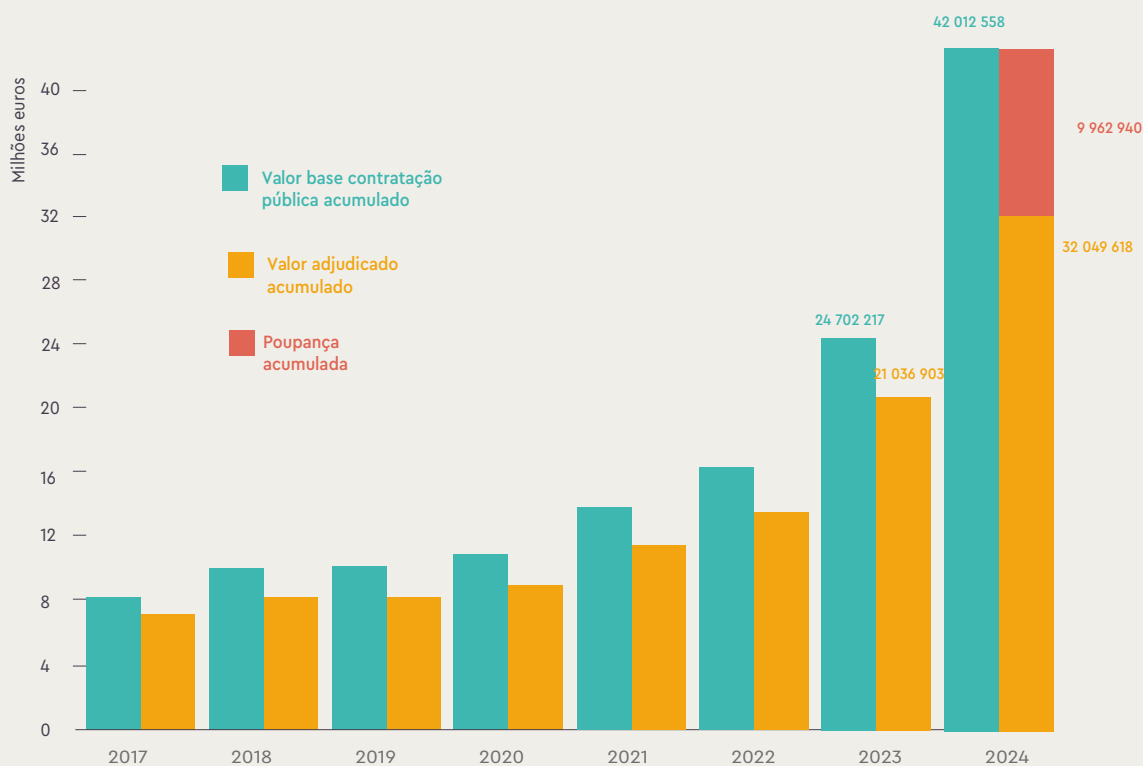
Demonstração dos resultados por naturezas: rendimentos, gastos e resultado líquido



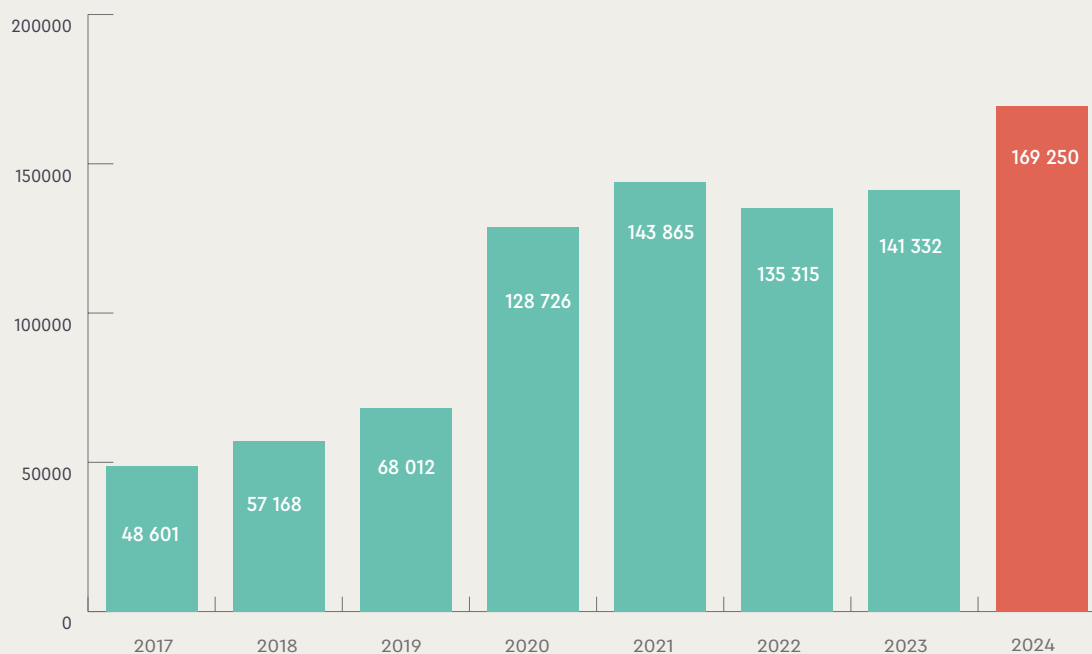
Balanco - ativo, passivo e fundos patrimoniais



Contratação pública - valores acumulados desde 2017



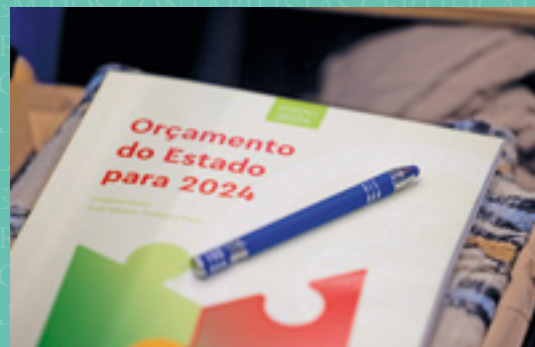
Esclarecimentos técnicos*



*Esclarecimentos técnicos dos departamentos de consultoria, jurídico e contencioso tributário, disciplinar e de mediação (escritos e telefónicos), exclusivamente a Contabilistas Certificados.

XI

Principais acontecimentos



**SIMULADOR
DO BENEFÍCIO FISCAL
DO INCENTIVO
À CAPITALIZAÇÃO
DAS EMPRESAS**

Principais acontecimentos

Janeiro

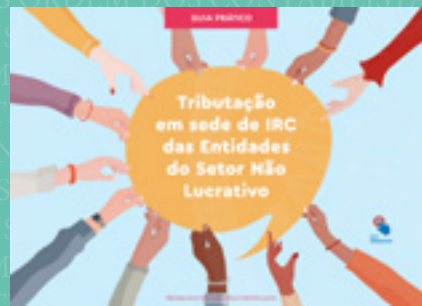
- A bastonária participou numa aula aberta na Escola de Medicina da Universidade do Minho, no âmbito da unidade curricular de Contabilidade e Controlo de Gestão em Unidades de Saúde;
- Três exames, uma cerimónia. Dos 452 aprovados nos exames realizados ao longo de 2023, foram 210 os novos contabilistas certificados que se deslocaram até à capital para receber o ansiado certificado. Da parte da manhã, decorreu o workshop «Sou contabilista certificado! I'm the future maker», ministrada pelo formador João Morcela Reis;
- A Benedita, vila do município de Alcobaça, uma localidade com pouco mais de oito mil habitantes, acolheu a primeira conferência subordinada ao tema «As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos – Desafios e oportunidades.»;
- Foram 14.002 os formandos que participaram no primeiro ciclo de formação eventual do ano, subordinado ao tema «Orçamento do Estado 2024». Até ao primeiro dia de fevereiro foram 31 as cidades que acolheram as 39 sessões realizadas, com Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal, como cidades repetentes;
- Primeira sessão presencial da discussão pública das propostas de regulamentos no auditório da Ordem, no Porto;
- Um novo ano, uma nova ferramenta: o simulador do benefício fiscal do incentivo à capitalização das empresas;
- Prossegue a iniciativa «12 meses, 12 guias práticos». O primeiro manual é sobre o tema «Estatuto do residente não habitual.».

Fevereiro

- A ministra Ana Mendes Godinho esteve presente, na Guarda, na sessão de discussão pública das propostas de regulamentos. No dia seguinte foi a vez dos membros de Viseu serem esclarecidos. Seguiram-se os profissionais de Faro, Coimbra e Braga;
- Transmissão online discussão pública das propostas de regulamentos. Foram esmiuçadas as alterações aos oito regulamentos que entrariam em vigor a 1 de março;
- Depois de Faro, no dia anterior, a discussão pública das propostas dos regulamentos realizou-se no auditório de Lisboa. O ponto final destas iniciativas aconteceu a 22 de fevereiro, na Quinta do Pinheiro, em Braga. No total, foram oito sessões, presenciais e online.



Guias práticos de 2024





Março

- Entrou em vigor o novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), na sequência da publicação da Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, que altera o EOCC;
- A bastonária Paula Franco participou na «Jobshop 2024», a feira de emprego promovida anualmente pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL);
- A bastonária foi uma das sete personalidades homenageadas pela Junta de Freguesia das Avenidas Novas, para assinalar o Dia Internacional da Mulher;
- Durante dois dias a cidade de Leiria acolheu o IV Congresso Internacional de Contabilidade Pública (CICP). Duas centenas de congressistas, oriundos de nove nacionalidades, participaram num fórum de reflexão, partilha, discussão e difusão de conhecimento no âmbito da contabilidade pública, sobre a temática dos desafios num mundo em mudança. O melhor trabalho apresentado durante as sessões paralelas foi atribuído à italiana Sara Moggi. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Nuno Félix, esteve na sessão de abertura;
- A Assembleia Representativa aprovou, por expressiva maioria, os oito projetos de regulamentos colocados em discussão pública em virtude da publicação da Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, que alterou o Estatuto da OCC. No dia seguinte, no segundo dia da reunião magna realizada no Porto, foram aprovados o relatório e contas do exercício de 2023;
- Carlos Alexandre, presidente da Mesa da Assembleia Representativa, convoca a assembleia geral eleitoral para 21 de junho, com o objetivo de eleger os órgãos sociais da Ordem para o quadriénio 2025-2028;
- No decorrer da «Futurália 2024», o diretor Pedro Nuno Ferreira proferiu uma palestra sobre as possibilidades que se abrem com o novo Estatuto e as consequentes alterações no Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame.

Abril

- Sete dos oito regulamentos sujeitos a discussão pública foram publicados em «Diário da República», passando, desde logo, a vigorar. Fica a faltar o regulamento de inscrição, estágio e exame, com data prevista para 1 de julho;
- Apostas de sucesso são para manter. É o caso da «Coleção Essencial 2024» com a versão digital de quatro manuais: «IVA - Manual de preenchimento da declaração periódica e anexos», «IES - Manual de preenchimento da declaração IES e taxonomias», «IRS - Manual de preenchimento da declaração modelo 3» e «IRC - Manual de preenchimento da declaração modelo 22»;
- Estreia das reuniões livres no Auditório da Associação Empresarial, em Penafiel;
- O diretor Pedro Nuno Ferreira protagoniza um périplo por várias instituições de ensino superior e politécnicos do país para explicar as novas formas de acesso à profissão. Coimbra, Felgueiras, Vila Nova de Famalicão e Barcelos, no dia 10. Em todas estas sessões a presença de alunos, diplomados e professores foi reveladora do interesse que estas novas formas de acesso suscitaram nos potenciais candidatos a contabilistas certificados;
- A transparência e boa prestação de contas continua a ser plasmada no Relato Integrado Intercalar, referente aos três primeiros meses do ano;
- A conferência «Desafios e oportunidades - as empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos» passa no nordeste transmontano, no auditório do NERBA, em Bragança. No dia seguinte é a vez de empresários e contabilistas debaterem reflexões em Amarante, no Centro Cultural;
- «O exercício da profissão de contabilista e as alterações ao OE/2024» foi o mote para a XXIX Conferência de Fiscalidade e Contabilidade, organizada em parceria pela Ordem e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria. Sala cheia, preenchida com profissionais e muitos alunos finalistas do curso de Contabilidade e Finanças da escola da cidade do Lis;





Maio

- Amarante é mais uma cidade que se estreia em acolher as reuniões livres presenciais das quartas-feiras;
- A exemplo do que tem sucedido em anos anteriores, é alargado até 30 de junho o período de atendimento do call center do departamento de consultoria. O período crítico da entrega das obrigações declarativas é a justificação para este esforço adicional para apoiar e esclarecer os profissionais;
- O auditório da Ordem acolheu a sessão pedagógica «Partilha de boas práticas nos Fundos Europeus», organizada pelo Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal» e a Academia PRR. O evento contou com a intervenção da consultora da Ordem, Anabela Santos;
- O 1.º Fórum das Ordens Profissionais, organizado pelo Conselho Nacional das Ordens Profissionais, teve lugar a 9 de maio, no salão nobre do Instituto Superior Técnico, em Lisboa. A bastonária Paula Franco participou no segundo painel sobre os estágios profissionais;
- A reunião livre de quarta-feira é aproveitada para explicar, de forma detalhada, as medidas de apoio no âmbito do «Programa Regressar»;
- No ano em que comemora o seu 30.º aniversário, a European Federation of Accountants and Auditors for SME's (EFAA) organizou uma conferência que teve como principal tema a preparação dos empresários da contabilidade para desafios como a sustentabilidade e a inteligência artificial. Carlos Menezes, membro do board da EFAA, e Nelson Ferreira, assessor da bastonária, representaram a OCC;
- O mês de maio foi particularmente intenso em sessões de esclarecimento sobre as novas formas de acesso à profissão. No total, o périplo abarcou 13 universidades e politécnicos do país. O diretor Pedro Nuno Ferreira esteve aos comandos de 12 das sessões. A bastonária Paula Franco esteve no ISCA de Aveiro;
- A Ordem e o Instituto de Direito Económico, Financeira e Fiscal (IDEFF) organizaram uma conferência subordinada ao tema «O IVA em Angola». O evento serviu ainda para entregar o «Prémio de Ciências Sociais Professor Doutor António Carlos dos Santos» a N.ª Punham José Ramalho e para a apresentação de dois livros que abordam diferentes perspetivas do IVA naquele país africano, da autoria de Adilson Sequeira;
- Especialistas da Europa e do Norte de África, com especial destaque para altos responsáveis da EFAA, da IFAC e do IESBA, participaram na conferência «O relato de sustentabilidade no Mediterrâneo», que se realizou no auditório da Ordem, em Lisboa;
- Último dia da formação eventual subordinada aos temas «Enquadramento e tributação das remunerações dos trabalhadores, despesas de representação, ajudas de custo e deslocação e estadas» (período da manhã) e «Liquidação, dissolução e partilha de sociedades - aspetos contabilísticos e fiscais». Foram cerca de cinco mil contabilistas certificados e respetivos colaboradores que estiveram presentes nas 31 sessões realizadas;
- Pagamentos por conta de IRC e pagamentos adicionais por conta, ambos relativos a 2024, são os dois novos simuladores à disposição dos profissionais.

Junho

- A 14.^a conferência conjunta da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e da Ordem decorre no auditório do CNEMA, em Santarém, durante a Feira Nacional de Agricultura. O governo esteve representado pelo ministro da Agricultura, José Manuel Fernandes e pela secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Cláudia Reis Duarte;

- Apresentação do livro «79 vozes pela literacia financeira». A bastonária Paula Franco, autora de um dos contributos, participa na sessão que decorreu no ISCTE, em Lisboa, juntamente com a ex-ministra, Maria Luís Albuquerque;

- Nono ato eleitoral da vida da Ordem, antecipado por via da nova configuração estatutária. Apesar de existir apenas uma lista concorrente, facto que não favorece a mobilização eleitoral, registou-se a segunda maior votação de sempre na história da instituição. No dia 21 de junho, 1 529 membros votaram presencialmente nas urnas espalhadas pelas instalações da Ordem, no continente e regiões autónomas, a que se somaram os 17 038 votos recebidos por correspondência e que foram descarregados nos cadernos eleitorais. Paula Franco é reeleita com 97,3 por cento dos votos;

- Divulgado um guia prático de 114 páginas com tudo o que os profissionais precisam de saber sobre «Insolvência e recuperação de empresas».





Julho

- A tomada de posse dos órgãos sociais eleitos para o mandato 2025-2028 realizou-se a 2 de julho, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa. Num momento solene, onde não faltaram convidados e personalidades de diversos quadrantes, as alocuções da praxe e os momentos musicais. No discurso de posse a bastonária Paula Franco garantiu que «os próximos quatro anos serão de afirmação e superação.» Por seu turno, Cláudia Reis Duarte, secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, elogiou a «adaptação exemplar» demonstrada pelos profissionais nas transformações e mudanças de paradigma;

- 24 horas depois da posse, e porque havia formalidades a cumprir, tem lugar, no auditório de Lisboa, a eleição da mesa da Assembleia Representativa (AR). Para além disso, outros pontos na ordem de trabalhos foram a apreciação e nomeação dos membros do conselho diretivo, após nomeação da bastonária e, finalmente, a apreciação e deliberação da proposta de regulamento de remunerações dos membros dos órgãos sociais da OCC. Por unanimidade, 83 votos, Carlos Alexandre é reconduzido à frente dos destinos da AR;

- Jorge Barbosa, Cristina Pena Silva, Manuel Teixeira, Álvaro Costa, Clara Roque e Pedro Nuno Ferreira são os nomes que compõem o conselho diretivo para o mandato do quadriénio 2025-2028. Joana Barata Lopes tomou posse como provedora dos destinatários dos serviços, um novo órgão surgido com as alterações ao Estatuto da OCC. Foi ainda apresentada a presidente do Conselho de Supervisão, Mónica Mira D'Andrade que, como membro cooptado, tomou posse na primeira reunião deste órgão;

- Disponibilização do Portal da Inscrição que permite a formalização online das candidaturas aos três modelos de acesso surgidos na sequência da alteração do estatuto e após a entrada em vigor do regulamento de inscrição;

- Divulgado pela Ordem documento que reúne e sistematiza as datas e as obrigações a ter em conta no âmbito das férias fiscais e contributivas 2024;

- O conselho diretivo deliberou, e com efeitos imediatos, que todos os valores pagos pelos candidatos com processo de inscrição em curso serão devolvidos até final de setembro. Assim, todos os atuais e futuros candidatos, ficam isentos do pagamento de quaisquer quantias relativas ao processo de inscrição até julho de 2025, data em que se reapreciará o impacto desta medida.

Agosto

- O Portal das Finanças passou a contar com uma nova funcionalidade denominada «Comunicações de Contabilistas Certificados», que vem facilitar a comunicação do justo impedimento;
- Análise da Ordem que resume as principais alterações fiscais ao nível do IRS, IVA, impostos sobre o património e CEAL;
- O consultor da Ordem, Ricardo Ribeiro, foi selecionado para a iniciativa IFAC Young Leaders Collective. «Ergue a tua voz» é o lema deste projeto que reúne estudantes e jovens profissionais de contabilidade de todo o mundo;
- Integração bancária com *open banking* é a mais recente novidade que a ferramenta TOOnline disponibiliza aos seus utilizadores;
- O guia prático «Formação profissional» inclui, ao longo de 42 páginas, para além de informação relevante sobre a temática, o essencial sobre o regime jurídico da formação profissional.

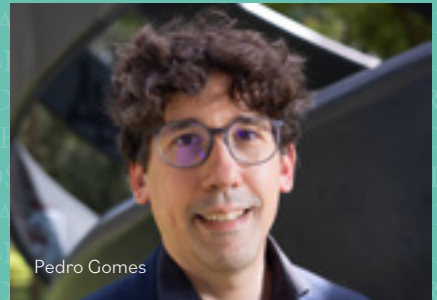
Entrevistas para a revista Contabilista em 2024



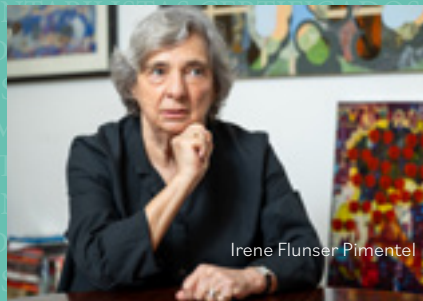
Nuno Palma



Paula Franco



Pedro Gomes



Irene Flunser Pimentel



Rita Piçarra



Felipe Pathé Duarte



Erica Pimentel



Joana Barata Lopes



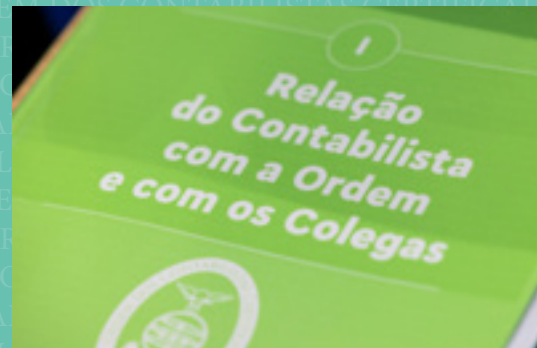
Luís Aguiar-Conraria



Rui Miguel Nabeiro



João Moreira Rato

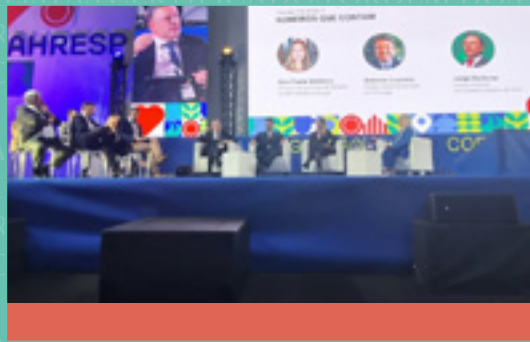


Setembro

- Moura foi a 44.^a localidade do país a receber uma reunião livre. O presidente da autarquia alentejana, Álvaro Azevedo, marcou presença;
- As novas regras de acesso à Ordem despertaram o interesse de milhares de candidatos. As questões suscitadas motivaram a realização de uma sessão de esclarecimento sobre o acesso à Ordem transmitida no canal YouTube;
- As celebrações do Dia do Contabilista foram antecipadas para a véspera do Dia de S. Mateus com a realização de uma conferência no auditório da Ordem, em Lisboa. «O futuro presente da profissão» foi o mote para as intervenções que estiveram muito focadas na necessidade de desconstruir a imagem da profissão. À margem da conferência, cerca de quatro dezenas de contabilistas partilharam, de alma e coração cheios, a sua definição da profissão e o produto final está disponível num vídeo partilhado no YouTube e outras redes sociais da instituição;
- A Ordem tornou pública uma minuta permitindo ao contabilista certificado recomendar ao órgão de gestão da empresa que informe, antecipadamente, os seus colaboradores das alterações das tabelas de retenção na fonte;
- Na sequência dos incêndios que devastaram em especial as regiões norte e centro do país, prejudicando o trabalho de muitos profissionais nas áreas afetadas a Ordem emitira um comunicado solidarizando-se com os contabilistas afetados e, ao mesmo tempo, disponibilizando gratuitamente as suas representações para que os membros cumprissem as obrigações profissionais, «com segurança e tranquilidade.»;
- Início do terceiro ciclo formativo eventual do ano subordinado ao tema «Boas práticas segundo o novo Estatuto.» Participaram 17 mil pessoas nas 47 sessões realizadas, no continente e regiões autónomas;
- Paula Franco foi a oradora principal do «Ciclo de Conversas Lisboa Sustentável», organizado pela «Plataforma Lisboa Sustentável Empresas», que decorreu na Casa Jardim da Estrela, em Lisboa.

Outubro

- Lamego recebeu pela primeira vez uma reunião livre presencial. Foi a 45.^a localidade a fazê-lo;
- A exemplo de anos anteriores, a Ordem disponibilizou, poucas horas após ser conhecido o documento que o ministro das Finanças entregou na Assembleia da República, a análise à proposta de lei do Orçamento do Estado para 2025;
- O Congresso Internacional de História da Contabilidade (CHIC), uma iniciativa da Comissão de História da Contabilidade da Ordem, decorreu durante dois dias nas instalações da OCC, no Porto. Foram 200 participantes, oriundos de 11 nacionalidades e 36 apresentações espalhadas por 12 sessões paralelas e três salas;
- O vice-presidente Jorge Barbosa foi orador no congresso da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), em Aveiro;
- Primeiro exame de acesso à Ordem, segundo a reconfiguração surgida com o novo estatuto, com 220 participantes. O exame seguinte aconteceria uma semana depois, com a presença de 5 200 candidatos;
- As modalidades plug-in e e-learning da formação «Boas práticas segundo o novo Estatuto» ficam disponíveis para os membros que não frequentaram as sessões em sala;
- O ciclo de conferências «Desafios e oportunidades» ruma a sul, mais concretamente ao NERBA, em Loulé. Durante uma tarde foram discutidas ideias rumo a uma sintonia que se pretende cada vez mais afinada entre contabilistas certificados e empresários.





Novembro

- A cidade de Paris acolheu a assembleia geral da Fédération des Experts Comptables Méditerranéens (FCM), que coincidiu com a celebração dos 25 anos da entidade liderada pelo contabilista certificado Nelson Ferreira. Paula Franco liderou a comitiva da Ordem. No dia seguinte, também na cidade-luz, a bastonária assistiu à eleição do francês Jean Bouquot para presidente da IFAC;

- Apresentação da 20.ª edição do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, referente às contas do poder local em 2023, no auditório da Ordem, em Lisboa;

- Mais um novo simulador: «Limitação do terceiro pagamento por conta de IRC» (2024);

- Sessão de esclarecimento sobre «Capital participativo Açores I», transmitida no canal YouTube. Uma iniciativa conjunta da Ordem, secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do governo regional dos Açores e do Banco de Fomento;

- Jorge Barbosa e Manuel Teixeira, vice-presidente e diretor da Ordem, respetivamente, estiveram em Cabo Verde, onde participaram no IV Congresso da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC), na cidade da Praia. «A profissão no contexto da economia digital» foi o tema âncora do evento, que contou com a presença do Presidente da República de Cabo Verde;

- Paula Franco participou na Local Summit, uma conferência promovida pelo jornal digital ECO, realizada no CCB, em Lisboa;

- A primeira edição do «Festival do Contabilista», no Sagres Campo Pequeno, em Lisboa, junta 2.500 participantes e um naipe de artistas para todos os gostos, dos 8 aos 80: animação infanto-juvenil, Bárbara Bandeira, D.A.M.A, José Cid e três contabilistas certificados (Celso Coelho, Joana Lopes e Norberto Rodrigues) com queda para a música. Um evento com sabor a Natal, em jeito de aquecimento dos motores para a celebração da quadra.

Dezembro

- As primeiras agendas do contabilista para 2025 começam a ser expedidas para os membros que as solicitaram via «Pasta CC»;
- Último dia da formação eventual sobre «Encerramento de contas 2024». Estiveram presentes 11 576 pessoas nas 36 sessões agendadas, considerando contabilistas certificados e respetivos colaboradores;
- A Assembleia Representativa ordinária reunida na manhã e início da tarde de 13 de dezembro, nas instalações da Ordem, no Porto, aprovou por unanimidade o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2025.
- Os membros que completaram 25 anos de inscrição na Ordem começam a receber as medalhas na primeira cerimónia, no Porto. No dia 17, foi a vez dos membros de Lisboa receberem a sua homenagem;
- Primeiro dia do fim de semana dedicado às festas de Natal. Pela primeira vez, primeiro no Porto e só depois em Lisboa. Duas festas em cada cidade. Uma tradição que já entrou na rotina dos profissionais e das respetivas famílias. Big Show Circus e Carolina de Deus foram as grandes atrações.

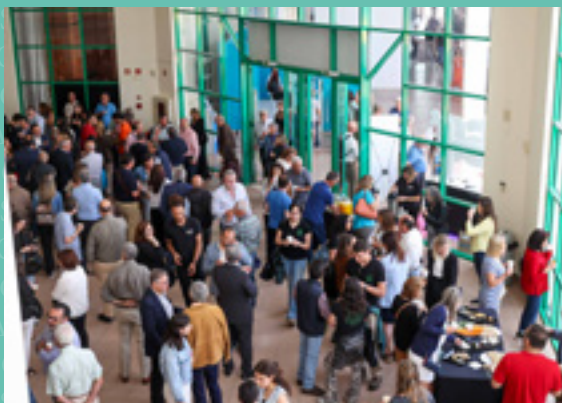




XII

Relatório de gestão

Conferência «Gestão das Atividades Agrícola e Silvícola» com a CAP

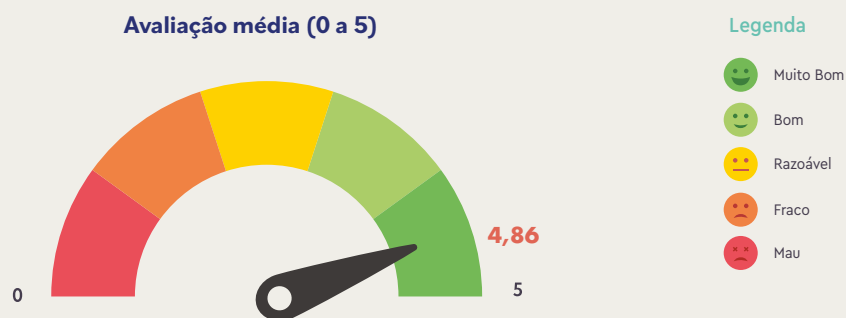


12 JUNHO - SANTARÉM

Relatório de gestão

Nos termos da alínea c) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, com a redação que lhe conferiu a Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, pelo aditamento da Lei n.º 199/2019, de 18 de setembro, Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro e Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, vem o conselho diretivo submeter à apreciação da assembleia representativa, o Relatório e Contas do período de 2024.

Avaliação das chamadas telefónicas em 2024



Tempo médio de espera



XIIa

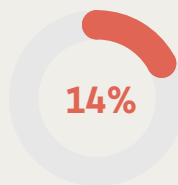
Áreas de atuação

Áreas de atuação

Departamento de consultoria técnica



24
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

Principais funções:

- Atendimento telefónico e presencial
- Pareceres, guias, informações, análises e orientações técnicas
- Helpdesk do TOConline
- Artigos e representações nos media
- Reuniões com AT, Segurança Social e outros stakeholders

O Departamento de Consultoria Técnica da Ordem dos Contabilistas Certificados, desempenha um papel fundamental no apoio aos contabilistas certificados, sendo um importante motor no exercício da profissão pautado pelos mais elevados padrões de rigor, isenção e qualidade. Este departamento é responsável por fornecer orientações técnicas especializadas, esclarecer dúvidas complexas e promover a atualização constante dos contabilistas certificados em relação às práticas contabilísticas e fiscais.

Contribuindo para a credibilidade e o reconhecimento dos contabilistas certificados, reforçando o seu valor acrescentado e interesse público, em 2023, sublinhámos com tremendo agrado os fantásticos resultados positivos. Mais concretamente, tendo-se registado um aumento do número de atendimentos presenciais (de 824 em 2023 para 978 em 2024), atendimentos telefónicos (de 29.054 em 2023 para 37.782 em 2024) e pareceres técnicos escritos (de 20.636 em 2023 para 23.843 em 2024). Sublinhámos também uma diminuição do tempo médio de resposta para atendimento telefónico e respostas escritas, sinónimo da melhoria do serviço através da agilização de procedimentos e reforços dos recursos humanos.

O SICC, enquanto base de dados com legislação e informação para um melhor exercício da profissão, registou também um significativo aumento de registos, passando de 6.495 em 2023 para 7.168 em 2024.

Principais números

Esclarecimentos técnicos	2022	2023	2024
Atendimento presencial	635	824	978
Atendimento telefónico	31 571	29 054	37 782
Questões escritas			
Recebidas	20 399	22 184	25 246
Transitadas do ano anterior	425	136	0
Respondidas	19 473	20 636	23 842
Por responder no final do ano	136	125	11
Artigos técnicos nos media			
Jornal de Negócios	8	0	0
Vida Económica	41	42	42
Outras publicações	0	8	6
Outros pareceres			
Pareceres internos dep. disciplinar e conselho jurisdicional	9	5	1
SICC			
Atendimento presencial	1	5	0
Atendimento telefónico	67	198	83
Registos inseridos	11 030	6 495	7 168

TOOnline

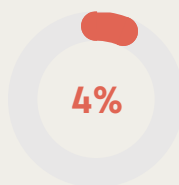
Esclarecimentos	2022	2023	2024
Atendimento presencial	38	46	40
Atendimento telefónico	28 689	31 738	33 520
Questões escritas			
Recebidas	28 376	32 855	41 555
Transitadas do ano anterior	1	0	4
Respondidas	27 834	32 818	40 963
Por responder no final do ano	0	0	0

Departamento jurídico



7

Colaboradores



Peso percentual do departamento em relação aos restantes

Principais funções:

- Atendimento telefónico e presencial
- Pareceres, guias, informações, análises e orientações técnicas
- Artigos e representações nos media
- Processos de averiguações e recusas de assinatura

PROCESSOS JUDICIAIS

4 025

O Departamento Jurídico é uma estrutura indispensável para o suporte técnico dos contabilistas certificados, promovendo a excelência e a conformidade no exercício da profissão em matérias de ação direta ou indireta dos membros. Tanto em matérias de direito laboral como contributivas, o apoio do Departamento Jurídico da OCC permite aos contabilistas apoio em momentos chave do seu dia a dia profissional.

No âmbito das suas funções, verificamos, com tremendo agrado, o aumento do número geral de apoio aos contabilistas certificados, registando-se um aumento do número de atendimentos presenciais aos membros (de 95 em 2023 para 98 em 2024), atendimentos telefónicos aos membros (de 4.951 em 2023 para 5.239 em 2024) e das questões técnicas escritas (de 7.235 em 2023 para 9.699 em 2024). Os pedidos de recusa de assinatura concluídos também aumentaram, passando de 374 em 2023 para 526 em 2024. Sublinhámos também uma diminuição do tempo médio de espera para atendimento telefónico e tempo médio de para se receber uma resposta escrita.

Principais números

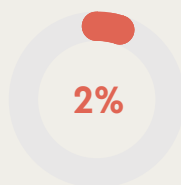
	2022	2023	2024
Esclarecimentos técnicos			
Atendimento presencial a membros	59	95	98
Atendimento telefónico a membros	4 215	4 951	5 239
Atendimento presencial e telefónico a não membros	512	544	555
Questões escritas			
Recebidas	6 293	7 294	9 755
Transitadas do ano anterior	5	14	0
Respondidas	6 183	7 235	9 699
Por responder no final do ano	14		160
Processos de recusa de assinatura			
Recebidos	492	520	621
Transitados do ano anterior		19	0
Concluídos	294	374	526
Por concluir no final do ano	19	4	16
Processos judiciais			
Ações concluídas	3 970	4 001	4 025
Ações em curso	431	409	390

Serviço de contencioso tributário



3

Colaboradores



Peso percentual do departamento em relação aos restantes

Principais funções:

- Atendimento telefónico e presencial
- Pareceres, guias, informações, análises e orientações técnicas
- Artigos e representações nos media
- Apoio em matérias de contencioso tributário

O serviço de contencioso tributário, que atua junto dos membros apoiando-os e orientando-os em processos administrativos ou judiciais, é hoje, uma peça fundamental da OCC no apoio aos contabilistas certificados. Este serviço especializado, é uma resposta às necessidades dos contabilistas certificados, que frequentemente se deparam com complexas disputas fiscais no âmbito da relação com a administração tributária. Através deste serviço, a OCC reforça o seu compromisso com a defesa da classe, promovendo a justiça fiscal e a equidade no tratamento dos profissionais de contabilidade.

Neste âmbito e já enraizado na classe, sublinhamos o crescimento do Serviço junto dos membros, salientando-se o aumento dos esclarecimentos técnicos (de 2.699 em 2023 para 3.072 em 2024), apoio em matéria de justo impedimento (de 508 em 2023 para 663 em 2024), apoio em direito de audição prévia (de 50 em 2023 para 104 em 2024) e parecer sem peça processual (de 1.677 em 2023 para 2.017 em 2024).

Principais números

Esclarecimentos técnicos	2022	2023	2024
Recebidas	2 552	2 699	3 072
Transitadas do ano anterior	0	0	4
Parecer com peça processual	937	1 022	1 055
Parecer sem peça processual	825	1 677	2 017
Apoio – Reclamação graciosa	231	203	380
Apoio – Revisão de ato tributário	39	51	57
Apoio – Recurso hierárquico	60	58	73
Apoio – Direito de audição prévia	61	50	104
Apoio – PEF	90	152	85
Apoio – Justo impedimento	296	508	663
Guias práticos	0	9	11
Apoio PRC/PCO	Nd	Nd	655

PARECERES

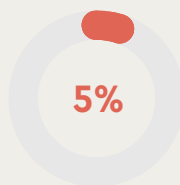
3 072

Departamento disciplinar



9

Colaboradores



Peso percentual do departamento em relação aos restantes

Principais funções:

- Atendimento telefónico e presencial
- Pareceres técnicos
- Artigos e representações nos media
- Participações disciplinares
- Instrução disciplinar

O Departamento Disciplinar da Ordem dos Contabilistas Certificados é uma estrutura essencial para a regulação, supervisão e acompanhamento do exercício profissional dos contabilistas certificados. Este departamento tem como principal função garantir o cumprimento das normas éticas e legais que regem a profissão, assegurando a integridade e a credibilidade dos profissionais perante a sociedade e o mercado. O Departamento Disciplinar da OCC desempenha um papel crucial na manutenção da ética e da qualidade do exercício profissional dos contabilistas certificados. Através da sua atuação, contribui para a estabilidade e credibilidade do setor, protegendo tanto os interesses dos profissionais como os da sociedade em geral.

Em 2024, verificamos um aumento dos esclarecimentos aos membros, através do aumento de atendimentos presenciais a membros (de 86 em 2023 para 116 em 2024), atendimentos telefónicos a membros (de 4.479 em 2023 para 6.089 em 2024) e questões escritas respondidas (de 4.421 em 2023 para 4.609 em 2024). A par deste aumento, sublinhamos uma diminuição do tempo de espera para recebimento das informações ou apoio pretendido pelos contabilistas certificados.

Registamos também um aumento do número de participações disciplinares recebidas (de 360 em 2023 para 443 em 2024) e remetidas para o conselho jurisdicional (de 112 em 2023 para 245 em 2024), tendo dado origem a um aumento de aplicação de sanções disciplinares. Este aumento registou-se pelo aumento da atividade e trabalho do Departamento Disciplinar e Conselho Jurisdicional, bem como do alerta e consciência dos membros para situações que violam os deveres éticos e deontológicos dos contabilistas certificados.

Principais números

Esclarecimentos técnicos	2022	2023	2024
Atendimento presencial a membros	85	86	116
Atendimento telefónico a membros	4 936	4 479	6 089
Atendimento presencial e telefónico a não membros	870	858	1 168
Questões escritas			
Recebidas	5 099	5 274	5 309
Respondidas	4 388	4 421	4 609
Participações disciplinares			
Recebidas	419	360	443
Transitadas do ano anterior	65	37	19
Remetidas ao conselho jurisdicional	214	112	245
Instrução disciplinar			
Despacho acusação deduzidos	160	148	117
Relatórios de instrução disciplinar – total	288	354	352
Relatório – proposta de aplicação de pena disciplinar – total	108	75	94
Advertência	29	12	8
Multa	73	51	71
Suspensão	5	12	14
Expulsão	1	0	1
Relatório de arquivamento	180	279	258

TOP 10 da natureza das Infrações Denunciadas 2024*	Total
Violação do dever de desempenhar consciente e diligentemente as funções	296
Comportamento contrário à dignidade da profissão	213
Violação do princípio da integridade	157
Violação do dever de, nas suas relações com as entidades públicas ou privadas e com a comunidade em geral, proceder com a máxima correção e diligência	155
Violação do dever de abster-se da prática de quaisquer atos que ponham em causa o bom nome e o prestígio da OCC	153
Comportamento contrário à dignidade e prestígio da OCC	144
Falta de colaboração/informação ao cliente	141
Retenção de documentos	139
Violação do princípio da competência	133
Falta de entrega e entrega extemporânea de declarações fiscais	112

*Uma participação pode conter mais que uma natureza de infração

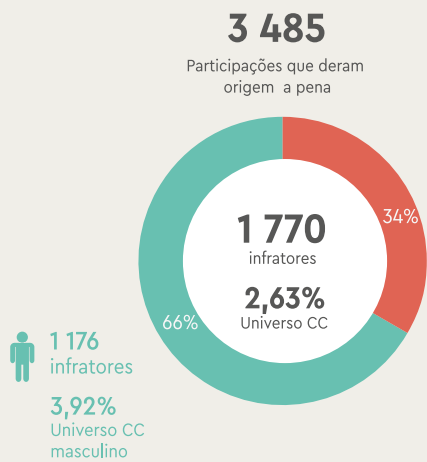
TOP 10 das infrações mais sancionadas em 2024*	Total
Violação do dever de desempenhar consciente e diligentemente as funções	76
Retenção de documentos	56
Comportamento contrário à dignidade da profissão	55
Violação do princípio da integridade	40
Violação do dever de, nas suas relações com as entidades públicas ou privadas e com a comunidade em geral, proceder com a máxima correção e diligência	39
Falta de cumprimento do artº 10º (n.º clientes, volume de negócios)	36
Falta de colaboração/informação ao cliente	35
Violação do princípio da responsabilidade	35
Violação do dever de, abster-se da prática de quaisquer atos que ponham em causa o bom nome e o prestígio da OCC	35
Violação do princípio da competência	33

*Um processo disciplinar pode ser constituído por mais que uma infração.

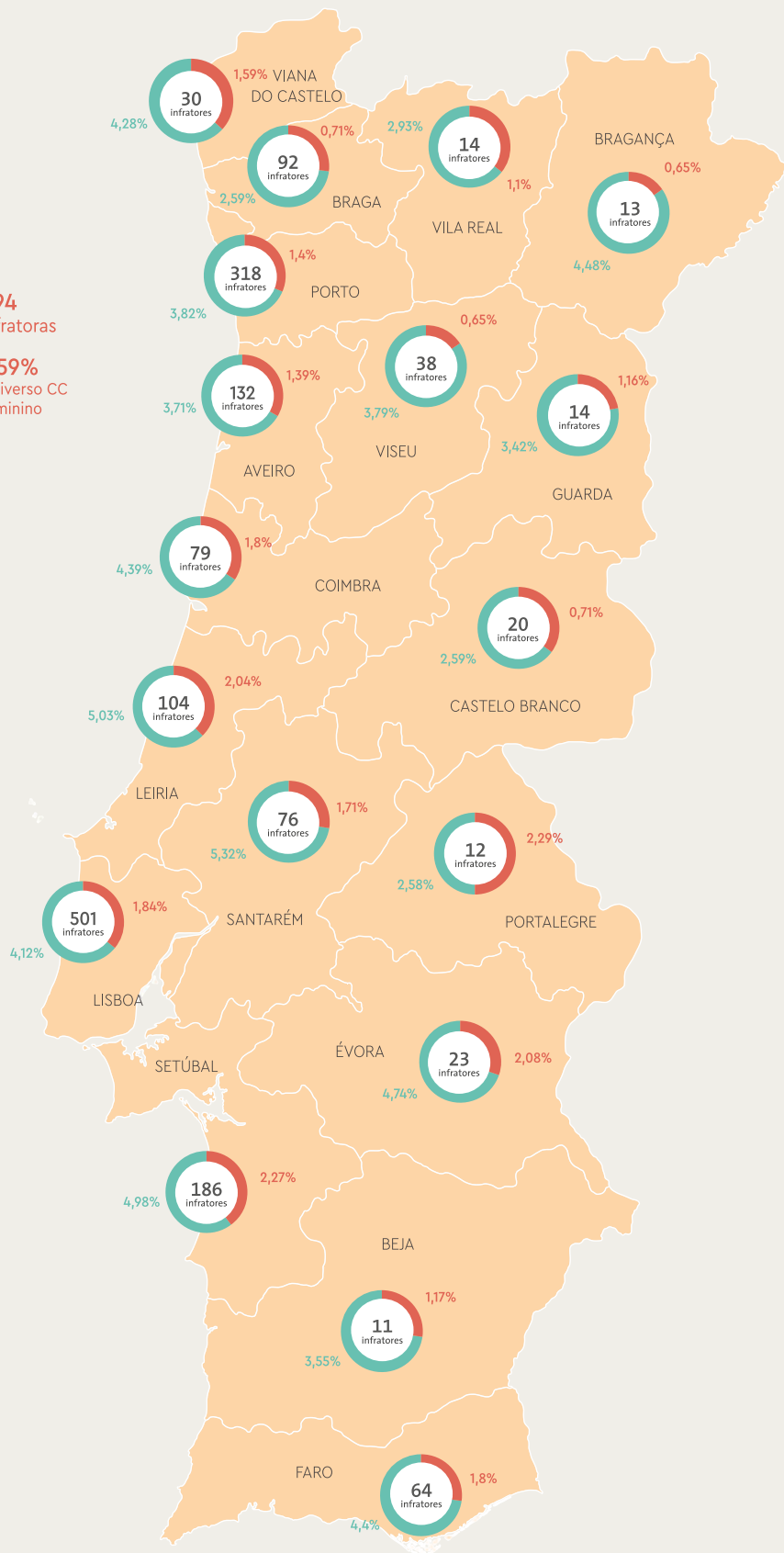
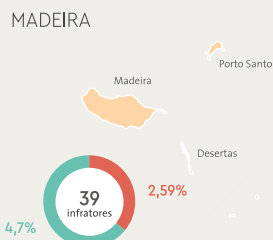
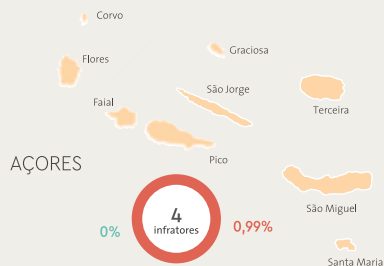
PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS

443

Mapa infratores



594 infratoras
1,59% Universo CC feminino



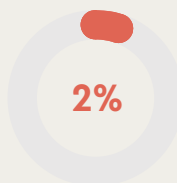
Fonte: Dados OCC a 31 de dezembro de 2024

Serviço de mediação



4

Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

CONFLITOS SOLUCIONADOS

614

Principais funções:

- Atendimento telefónico e presencial
- Pareceres técnicos
- Artigos e representações nos media
- Mediação de conflitos disciplinares e profissionais

O Serviço de Mediação da Ordem dos Contabilistas Certificados é uma iniciativa inovadora que visou e conseguiu, promover a resolução de conflitos de forma ágil, eficiente e colaborativa entre os contabilistas certificados e os seus clientes. Implementado em 2018, este serviço representa uma alternativa aos tradicionais processos disciplinares, privilegiando a obtenção de acordos consensuais e a manutenção de relações profissionais saudáveis, assegurando assim a ética e deontologia profissional. O principal objetivo do serviço de mediação é proporcionar um mecanismo extrajudicial para a resolução de litígios, evitando processos longos. Voluntário, no qual as partes em conflito, com o auxílio de um mediador, procuram alcançar uma solução mutuamente satisfatória. Este procedimento é caracterizado pela informalidade, confidencialidade e rapidez, sendo uma ferramenta valiosa para dirimir divergências de forma mais objetiva e menos conflituosa.

Em consonância com a instituição em si, verificamos com satisfação o aumento nos esclarecimentos técnicos aos membros, através do aumento do número de atendimentos presenciais (de 68 em 2023 para 73 em 2024) e aumento do número de atendimentos telefónicos (de 2.182 para 3.047 em 2024). No âmbito da mediação propriamente dita, assinalamos um aumento das participações recebidas (de 687 em 2023 para 857 em 2024), que corresponde e vai no mesmo sentido do aumento verificado em sede de Departamento Disciplinar. Não obstante este aumento, conseguiu o Serviço mediar mais conflitos (562 em 2023 para 614 em 2024), registando-se um aumento dos conflitos por responder no final do ano fruto do superior aumento das participações recebidas. Todos os processos continuam a ser respondidos num prazo máximo de 30 dias, respeitando-se apenas a interrupção das férias fiscais e contributivas.

Principais números

	2022	2023	2024
Esclarecimentos técnicos			
Atendimento presencial a membros	88	68	73
Atendimento telefónico a membros	2 658	2 182	3 047
Atendimento presencial e telefónico a não membros	461	444	704
Questões escritas			
Recebidas	728	687	857
Transitadas do ano anterior	80	97	49
Por responder no final do ano	32	49	85
Conflitos solucionados	565	562	614
Conflitos reencaminhados para o Dep. Disciplinar	184	106	204
Anuladas/Duplicações	1	2	

Formação profissional contínua

Tipologias de formação

FORMAÇÕES ONLINE:

- Conferências
- Congressos
- Plug-in
- E-learning
- Descomplicar na Hora
- Reuniões livres
- Reuniões livres - TOConline
- TOConline - Personalizada online
- TOConline - Iniciação, migração e suporte TOConline
- CCclix

FORMAÇÕES PRESENCIAIS:

- Conferências
- Congressos
- Em sala
- Eventual
- Reuniões livres
- TOConline - Personalizada ao vivo

INSCRIÇÕES FORMAÇÃO EVENTUAL

47 643

A formação profissional contínua é um elemento indispensável para o sucesso, valor acrescentado, interesse público e a sustentabilidade da profissão. Através do seu compromisso com a educação e a atualização dos seus membros, a Ordem não só disponibiliza as necessárias ferramentas para o fortalecimento e qualificação dos contabilistas certificados, como também contribui para um ambiente económico e social mais transparente, eficiente e inovador. Investir na formação contínua é, portanto, um imperativo para todos os contabilistas que desejam manter-se relevantes e competitivos num mundo em constante mudança.

Destacamos em 2024, o aumento do número de formandos presencias contabilistas certificados nas sessões de formação eventual (de 38.820 em 2023 para 39.241 em 2024), o aumento do número de formandos contabilistas certificados em reuniões livres presenciais (de 9.962 em 2023 para 11.549 em 2024), bem como o aumento de formandos contabilistas certificados em formação Plug-In (de 39.203 em 2023 para 76.482 em 2024) e na formação E-Learning (de 35.894 em 2023 para 47.021 em 2024).

Verificamos também uma diminuição nas formações Descomplicar na Hora (de 11.516 em 2023 para 6.365 em 2024) que se justifica pela diminuição do número total de sessões de formação (de 103 em 2023 para 57 em 2024) e uma diminuição das visualizações streaming (via canal YouTube) das Reuniões Livres (de 322.798 em 2023 para 248.575 em 2024) e Reuniões Livres TOConline (de 31.610 em 2023 para 12.532 em 2024), que justificamos pela canalização dos formandos para o CCclix, que em 2023 teve 22.874 formandos únicos num total de 517.512 acessos e 555.036 horas de formação visualizadas ao passo que em 2024 teve 26.448 formandos únicos num total de 586.600 acessos e 611.532 horas de formação visualizadas.

Assim, no total, em 2024, registamos um número total de formandos idêntico ao de 2023 (1.187.827 em 2023 e 1.094.687 em 2024). Salientamos ainda o reforço do cumprimento do dever de cumprimento dos 30 créditos de formação profissional contínua em 2024, bem como a obrigatoriedade da frequência da formação Boas Práticas segundo o Novo Estatuto, ferramentas essenciais para um bom exercício da profissão.

Principais números

Conferências	2022	2023	2024
Número de eventos presenciais	12	11	11
Formandos contabilistas certificados presenciais	1 608	1 816	1 638
Formandos não contabilistas certificados presenciais	680	722	758
Número de eventos à distância	9	11	19
Visualizações <i>streaming</i>	38 629	15 391	24 833
Congressos			
Número de eventos	1	1	2
Formandos contabilistas certificados	8 094	167	227
Formandos não contabilistas certificados	514	62	122
Número de eventos à distância	1	0	0
Formandos à distância	34 605	0	0
Formação presencial – Em sala			
Número de formações	34	73	46
Formandos contabilistas certificados	2 388	2 110	1 742
Formandos não contabilistas certificados	248	379	262
Formação presencial – Eventual			
Número de formações	3	4	4
Formandos contabilistas certificados	24 538	38 820	39 241
Formandos não contabilistas certificados	3 798	11 862	8 402
Formação presencial – Personalizada TOConline			
Número de formações	101	84	62
Formandos contabilistas certificados	128	92	94
Formandos não contabilistas certificados	156	151	116
Formação presencial – Reuniões livres			
Número de formações	329	403	515
Formandos contabilistas certificados	10 983	9 962	11 549
Formandos não contabilistas certificados	0	210	273
Formação presencial – Iniciação, migração e suporte TOConline			
Número de formações	0	0	26
Formandos contabilistas certificados	0	0	1940
Formandos não contabilistas certificados	0	0	281
Formação online – E-learning			
Número de formações	88	129	148
Formandos contabilistas certificados	24 743	35 894	47 021
Formandos não contabilistas certificados	1 936	3 840	6 675
Formação Plug-in			
Número de formações	196	285	450
Formandos contabilistas certificados	18 429	39 203	76 483
Formandos não contabilistas certificados	2 297	7 803	16 218
Formação online – Reuniões livres			
Número de formações	46	43	46
Formandos	496 706	322 798	248 575
Formação online – Reuniões livres Açores			
Número de formações	3	0	0
Formandos	1 925	0	0
Formação online – Reuniões livres Madeira			
Número de formações	2	0	0
Formandos	913	0	0
Formação online – Reuniões livres TOConline			
Número de formações	21	20	21
Formandos	52 332	31 610	12 532
Formação online – Personalizada TOConline			
Número de formações	4	9	54
Formandos contabilistas certificados	4	7	41
Formandos não contabilistas certificados	7	10	49
Formação online – Descomplicar na Hora			
Número de formações	94	103	57
Formandos contabilistas certificados	13 873	11 516	6 365
Formandos não contabilistas certificados	670	597	429
Formação online – Iniciação, migração e suporte TOConline			
Número de formações	24	40	26
Formandos contabilistas certificados	2 045	2 847	1 940
Formandos não contabilistas certificados	308	298	281
Formação online – CCclix			
Formandos contabilistas certificados	10 705	22 874	26 448
Formandos contabilistas certificados – N.º acessos	440 084	517 512	586 600
Horas de formação visualizadas	23 295	555 036	611 532
Total de formandos			
Formandos contabilistas certificados	1 109 828	1 025 870	1 042 353
Formandos NÃO contabilistas certificados	10 614	25 934	33 866
Número total de formandos sem <i>streaming</i>	53 135	66 353	66 645
Visualizações <i>streaming</i>	1 140 211	1 012 200	1 054 490
N.º de formandos total*	1 120 442	1 051 804	1 076 219

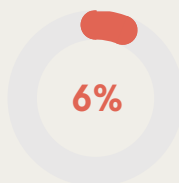
* Inclui contabilistas certificados e não contabilistas certificados

Departamento de comunicação e imagem



11

Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

Principais funções:

- Revista “Contabilista”
- Newsletter “novidades profissionais” e outras
- Gestão das redes sociais
- Produção de conteúdos e publicações
- Imagem e organização de eventos

O Departamento de Comunicação e Imagem desempenha um papel fundamental, atuando como o elo de ligação entre a OCC, os seus membros, os stakeholders e o público em geral. Este departamento é o responsável por garantir que a imagem da Ordem seja transmitida de forma clara, coerente, rigorosa e alinhada com os seus valores e objetivos estratégicos. Tendo como missão promover e proteger a imagem da OCC e dos contabilistas certificados, reforçando a sua credibilidade e interesse público junto da sociedade civil em geral, através deste departamento são criadas as ferramentas e veículos para se informar, educar, conscientizar, mobilizar, promover e reforçar.

Num mundo cada vez mais globalizado e digital, o Departamento de Comunicação e Imagem da OCC enfrenta o desafio de se adaptar às constantes mudanças tecnológicas e às novas formas de comunicação procuradas e exigidas pelos utilizadores da sua informação. A utilização de ferramentas digitais, a análise de dados e a personalização da comunicação são algumas das tendências que têm vindo a ganhar relevância.

Em 2024, salientamos o aumento das tiragens em papel da Revista “Contabilista” (de 177.511 em 2023 para 236.424 em 2024) bem como o aumento das referências (todas não pagas) à OCC (de 1.439 em 2023 para 1.623 em 2024). No mundo digital, o aumento continua a ser exponencial, sublinhando-se o aumento dos seguidores no Facebook (de 87.728 em 2023 para 90.949 em 2024) YouTube (de 36.531 em 2023 para 39.712 em 2024), Instagram (de 13.354 em 2023 para 19.938 em 2024) e LinkedIn (de 17.200 em 2023 para 28.879 em 2024).

Principais números

Esclarecimentos		2022	2023	2024
Atendimento presencial		0	0	0
Atendimento telefónico		548	346	427
Questões escritas		3 169	3 230	1 867
Publicações, artigos e newsletters				
Revista "Contabilista" – Edições		9	12	12
Revista "Contabilista" – Tiragem papel		109 326	177 511	236 424
Revista "Contabilidade e Gestão" – Edições		4	0	2
Revista "Contabilidade e Gestão" – Tiragem papel		1350	0	1 200
Revista de imprensa – Edições		244	240	127
Manuais de formação		107	122	161
Livros e outras publicações		35	31	42
Artigos – Jornal de Negócios		44	0	0
Artigos – Vida Económica		43	40	16
Artigos – Outras publicações		22	48	7
Recortes OCC – Edições		0	0	1
Newsletter – Novidades profissionais		247	241	249
Outras newsletters		273	188	344
Referências à Ordem nos media				
Entrevistas à Bastonária		27	31	33
Imprensa		206	515	194
Rádio		51	55	28
Televisão		53	71	106
Internet		1 120	767	402
Total de referências		1 457	1 439	1 623
Redes sociais				
Facebook	Seguidores	83 030	87 728	90 949
	Publicações	2 810	2 003	936
X	Seguidores	2 116	2 299	2 430
	Publicações	2 570	1 419	95
Youtube	Seguidores	31 930	36 531	39 712
	Visualizações	1 045 071	957 439	1 120 163
Instagram	Seguidores	10 210	13 354	19 938
	Publicações	221	406	706
Outros				
Projetos especiais		20	25	22
Eventos organizados e cobertos		57	49	41
Formação à distância – vídeos		61	61	106
Intervenções no sítio		5 877	7 453	8 741
Flyers, calendários e logós		701	756	722

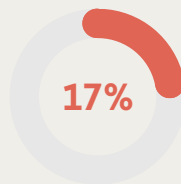
VISUALIZAÇÕES YOUTUBE

1 120 163

Departamento de inscrição e formação



30
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

Principais funções:

- Apoio a eventos e formações
- Processo administrativo de inscrição, reinscrição, suspensões e cancelamentos
- Emissão de cédulas profissionais
- Emissão de vinhetas
- Tratamento administrativo das sociedades profissionais e sociedades de contabilidade
- Apoio aos membros nas representações

Entre outras funções, este Departamento é responsável por gerir o processo de inscrição dos contabilistas certificados, garantindo que todos os candidatos cumpram os requisitos legais e profissionais necessários para acederem à atividade. Isso inclui a verificação de qualificações académicas, experiência profissional e tratamento administrativo de todos os exames. É o Departamento de Funcionamento e Inscrição que mantém atualizado o registo dos profissionais inscritos, assegurando que todas as informações estejam corretas e em conformidade com as normas estabelecidas pela OCC. Isso inclui a gestão de alterações de dados pessoais, mudanças de morada, contactos e outras informações relevantes. Fundamental é o apoio deste Departamento a todas as sessões de formação, sejam online sejam presenciais.

O setor tem enfrentado um desafio significativo, a dificuldade em atrair jovens talentos e reter profissionais qualificados na carreira. Esse problema pode comprometer o futuro da profissão. A dificuldade em atrair e reter jovens talentos pode levar a uma escassez de profissionais qualificados no futuro, especialmente num contexto de envelhecimento da força de trabalho atual. Sucede, porém, que em 2024, com a entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, que alterou o modelo de acesso à profissão eliminando algumas restrições burocráticas anteriormente impostas pela lei, a OCC diante destas alterações legislativas, viu uma oportunidade para testar a atratividade da profissão e iniciar um processo de renovação e rejuvenescimento da classe.

Neste cenário, verificamos, com tremendo agrado, uma grande procura dos jovens em acederem à nossa profissão, o que se traduziu, em 2024, num total de 5.554 candidaturas recebidas (em 2023, 624) e 2.287 novos membros admitidos (em 2023, 487). Esta lufada de ar fresco é o início de um processo de rejuvenescimento da profissão que trará frutos positivos para toda a economia e sociedade civil.

O desafio agora é reter estes jovens profissionais para garantir o futuro da profissão e do que a mesma acrescenta à sociedade civil em geral. É assim fundamental que as organizações, entidades empregadoras, cenário empresarial e a própria Ordem trabalhem juntas para modernizar a imagem da contabilidade, conscientizando e informando sobre as fantásticas oportunidades profissionais e pessoais.

Salientamos ainda o aumento das questões escritas respondidas (de 18.004 em 2023 para 33.197 em 2024).

Principais números

Questões escritas	2022	2023	2024
Questões Recebidas	37 315	15 667	41 776
Transitadas do ano anterior	474	461	232
Respondidas	21 729	18 004	33 197
Por responder no final do ano	461	159	396
Formação equiparada			
Registo de formandos contabilistas certificados	20 131	16 315	15 231
Novos registos de entidades	5	7	0
Total de entidades	741	748	751
Processos de acesso à profissão			
Candidaturas recebidas antigo enquadramento	956	685	624
Com estágio profissional	49	39	16
Sem estágio profissional	683	446	206
Sem estágio profissional – experiência profissional	176	140	46
Exames	2 752	2 219	517
Membros admitidos	630	447	98
Candidaturas recebidas novo enquadramento			
Opção 1	Nd	Nd	1 646
Opção 2A	Nd	Nd	5
Opção 2B	Nd	Nd	101
Opção 3	Nd	Nd	2 549
Processos rejeitados			
Opção 1	Nd	Nd	15
Opção 2A	Nd	Nd	1
Opção 2B	Nd	Nd	3
Opção 3	Nd	Nd	34
Exames			
Opção 1	Nd	Nd	2 821
Opção 2A	Nd	Nd	0
Opção 2B	Nd	Nd	50
Opção 3	Nd	Nd	2 363
Membros admitidos			
Opção 1	Nd	Nd	1 976
Opção 2A	Nd	Nd	7
Opção 2B	Nd	Nd	32
Opção 3	Nd	Nd	0
Serviços administrativos aos membros			
Emissão de cédulas profissionais	689	22 497	4 321
Registos de sociedades profissionais de CC	27	13	10
Registos diretor técnico sociedades contabilidade	533	529	651
Quotas – Requisições	214 199	231 163	241 706
Reinscrições e saídas	43	42	4 833
Membros inativos	1 478	1 675	1 680
Alterações de cadastro (nomes)	3 743	2 631	8 556
Certidões emitidas	102	156	263
Vinhetas			
Requisição de vinhetas	1 432	1 499	1 374
Vinhetas emitidas	342	342	1 375

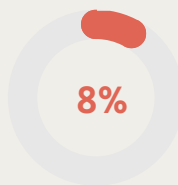
QUESTÕES RESPONDIDAS

33 197

Departamento de sistemas de informação



13
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

Principais funções:

- Gestão das plataformas informáticas da Ordem
- Gestão da pasta cc
- Apoio informático interno

O Departamento de Sistemas de Informação da Ordem desempenha um papel estratégico e fundamental no suporte às operações e ações da instituição, garantindo que a tecnologia e a informação sejam utilizadas de forma eficiente, segura e inovadora. O DSI é responsável por gerir a infraestrutura tecnológica da OCC, incluindo servidores, redes, sistemas de armazenamento de dados e equipamentos. Isso garante que todos os sistemas estejam operacionais, seguros e atualizados.

Em 2024, houve um grande investimento na segurança das plataformas e dos dados, atualizando-se e modernizando-se sistemas por forma a se garantir sempre, que os dados dos contabilistas certificados estão seguros e protegidos.

Apesar das limitações do novo site da OCC, verificamos com agrado, o aumento de acessos ao mesmo, tendo-se registado níveis de acesso recorde. Mais concretamente, tivemos 7.143.271 acessos em 2023 e 9.433.515 acessos em 2024. No âmbito das atividades de suporte aos membros, confirmamos aqui a informação já disponibilizada de que o apoio aos membros tinha crescido exponencialmente. Assim, registamos um aumento das questões colocadas na PastaCC (de 107.132 em 2023 para 127.655 em 2024) e das questões colocadas via geral@occ.pt (de 35.353 em 2023 para 53.293 em 2024).

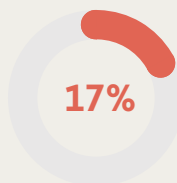
Principais números

Esclarecimentos	2022	2023	2024
Atendimento presencial	0	0	0
Atendimento telefónico	3 311	2 795	1 266
Questões escritas			
Recebidas	1 164	1 250	1 730
Transitadas do ano anterior	9	1	4
Respondidas	863	974	1 339
Por responder no final do ano	1	4	0
Inscrição de contabilistas certificados			
Empresa na hora	333	329	339
Empresa na hora estrangeiros	107	132	144
Sítio da ordem e pasta CC			
Acessos sítio	8 084 940	7 143 271	9 433 515
Acessos com autenticação	2 951 437	1 868 866	676 966
Mensagens colocadas no fórum	13 829	13 190	8749
Atualizações de dados (Sítio + Pasta CC)	16 188	11605	14 244
Questões colocadas na Pasta CC	102 783	107 132	127 655
Questões colocadas via geral@occ.pt	35 287	35 353	53 293
Outros			
Atualizações de empresas	246 721	162 675	200 887
Pedido de apoio interno – Helpdesk	2 751	2 759	3 686

Departamento do TOConline



30
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

Principais funções:

- Manutenção técnica da ferramenta TOConline
- Desenvolvimento de novos módulos
- Inovação e criação de novas ferramentas e tecnologias do TOConline

O TOConline, plataforma de software desenvolvida e mantida pela Ordem dos Contabilistas Certificados, tem sido uma ferramenta essencial para os profissionais da contabilidade em Portugal e para as empresas suas clientes. Ao longo do ano de 2024, o TOConline continuou a evoluir, reforçando o seu papel como um sistema integrado, eficiente e alinhado com as necessidades dos contabilistas certificados e seus clientes.

Salientamos como grandes conquistas em 2024:

- Aumento significativo da confiança dos utilizadores no TOConline: o aumento de 8 pontos no Net Promoter Score® (NPS®) em 2024 demonstra uma crescente satisfação e confiança dos utilizadores no produto, acompanhada também pelo crescimento da base desses mesmos utilizadores (+2.1% de Contabilistas e +10.7% de Empresas);
- Introdução do Open Banking: em 2024 ficou disponível a ligação integrada a 21 bancos nacionais (de forma gratuita), permitindo a reconciliação contabilística automatizada;
- Navegação Circular entre Balancete / Extrato de Conta / Lançamento Contabilístico: mais uma ferramenta colocada à disposição dos Contabilistas, que permite melhorar a sua produtividade;
- Importação de Recibos Verdes e Recibos de Renda (Senhorio): com o lançamento destas 2 automatizações, pretendeu-se ainda mais, permitir aos utilizadores aumentar a sua performance, podendo desta forma, diminuir o tempo das tarefas; - 100% de *compliant*: como é apanágio da Ordem dos Contabilistas Certificados, houve um investimento contínuo na atualização do TOConline para refletir as mais recentes alterações legislativas, garantindo conformidade com a Autoridade Tributária e outras entidades;
- Aposta contínua na formação dos utilizadores: em 2024 continuaram as ações de formação, que permitiram aos utilizadores do TOConline compreenderem melhor ainda o produto e potenciando a sua utilização na totalidade.

O crescimento da adesão ao TOConline reflete a confiança dos seus utilizadores na solução. Durante o ano de 2024, registou-se um aumento no número de utilizadores ativos, bem como um elevado grau de satisfação expresso pelos profissionais que utilizam a plataforma diariamente.

Além disso, a contínua aposta na inovação e no desenvolvimento tecnológico tem permitido à Ordem dos Contabilistas Certificados consolidar o TOConline como um recurso indispensável, promovendo uma contabilidade mais ágil e integrada, segura e adaptada às exigências do mercado.

No tocante ao TOConline, no seguimento do crescimento da utilização do produto, verificamos, em paralelo, o crescimento do apoio aos membros. Mais concretamente, registou-se um aumento de atendimentos telefónicos (de 31.738 em 2023 para 33.520 em 2024) e questões escritas respondidas (de 32.818 em 2023 para 40.963 em 2024). A diminuição dos atendimentos presenciais não consideramos relevante atendendo ao cômputo geral do serviço aos membros.

Por fim, salientamos os dados registados em Empresas ativas e Empresas ativas – Novas, que diminuem face aos últimos anos por uma correção implementada em 2024 no registo e contagem desses dados.

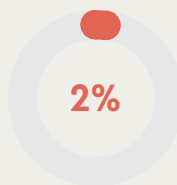
Principais números

Subscrições TOConline	2022	2023	2024
Empresas ativas	180 666	221 328	215 581
Empresas ativas – Novas	58 127	68 361	23 639
Pedidos de subscrição de licenciamento	112 759	127 318	181 670

Serviço de contabilidade e recursos humanos



4
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

Principais funções:

- Registos e gestão contabilística
- Elaboração de declarações fiscais e parafiscais
- Produção de informação financeira e prestação de contas
- Acompanhamento de auditores externos e conselho fiscal
- Processamento salarial e apoio administrativo
- Otimização de processos e procedimentos, implementação de projetos transversais com impacto na área contabilística e financeira

O Serviço de Contabilidade e Recursos Humanos da OCC é uma referência no setor, garantindo que os relatórios, contas, orçamento e planos de atividades são referências de estudo em Portugal. Responsável pela área de elaboração de demonstrações financeiras da instituição, controlo interno e produção de relatórios de gestão, bem como processamento de salários, gestão de benefícios e incentivos, formação e desenvolvimento profissional e ferramentas de gestão de pessoal, este Serviço é fundamental para o bom funcionamento da instituição.

A integração entre os serviços de contabilidade e recursos humanos, permite uma sinergia que tende a uma melhor e mais eficiente gestão holística da organização, onde as informações financeiras e de pessoal são alinhadas para otimizar processos e tomar decisões estratégicas.

Principais números

Serviços	2022	2023	2024
Documentos de bancos – entradas	7 858	5 834	6 514
Documentos de bancos – saídas	7 302	8 024	8 897
Documentos de compra (faturas e faturas-recibo)	9 568	10 248	11 040
Documentos de venda	1 105 337	1 008 240	1 028 624
Operações diversas	14 337	12 166	14 741

DOCUMENTOS DE VENDA

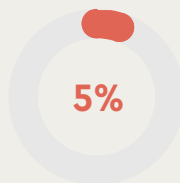
1 028 624

Serviço de tesouraria e contratação pública



8

Colaboradores



Peso percentual do departamento em relação aos restantes

Principais funções:

- Gestão das movimentações de recursos financeiros
- Faturação
- Implementação e controlo de mecanismos financeiros
- Gestão dos procedimentos de contratação pública

FATURAS EMITIDAS

11 042

O Serviço de Tesouraria e Contratação Pública da OCC é fundamental para garantir a eficiência financeira, a conformidade legal e a transparência nas operações da instituição. Responsável pela gestão eficiente dos seus recursos financeiros, controlo de custos (pagamentos e recebimentos), optimização de fluxos de caixa, gestão de bancos e contas correntes, bem como elaboração de todos os trâmites relativos à contratação pública da instituição.

Em termos de contratação pública, continuamos a cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e optimização das finanças da Ordem e mantemos a publicação de todos os procedimentos de contratação pública no site da Ordem e demais plataformas de contratação pública. Em relação ao número de procedimentos, em 2024 os mesmos estão em linha com os de 2023, não se verificando discrepâncias merecedoras de mais detalhadas explicações.

Principais números

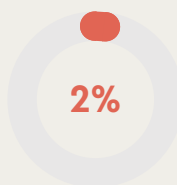
	2022	2023	2024
Esclarecimentos			
Atendimento presencial	1	0	0
Atendimento telefónico	2384	2533	2 793
Questões escritas			
Recebidas	13 071	9 232	11 681
Respondidas	13 071	9 181	11 732
Outros serviços			
Pagamentos de quotas efetuados <i>online</i>	42 990	43 795	44 819
Pagamento de quotas efetuados nos CTT	130 401	125 237	122 504
Cheques e vales postais para pagamento	134	84	91
Entradas em bancos	7 858	5 834	6 516
Saídas de bancos	7 302	8 024	8 901
Faturas e faturas-recibos de fornecedores recebidas	859	572	605
Faturas e faturas-recibos emitidas	9 568	10 248	11 042
Operações efetuadas por MultiBanco, VISA e CTT	173 391	169 032	167 323
Membros/registos que optaram por débitos diretos	1 279	1 011	1 343
Contratação pública			
Concurso Público	28	21	20
Ajuste Direto	184	200	119
Consulta Prévia	15	15	21

Serviço de correspondência e expedição



3

Colaboradores



Peso percentual do departamento em relação aos restantes

Principais funções:

- Recebimento e distribuição de questões escritas
- Tratamento e expedição de correio

O serviço de correio e expedição da Ordem dos Contabilistas Certificados é um componente essencial da estrutura operacional da instituição, garantindo a eficiência e a organização no fluxo de comunicação e documentação entre a OCC, os seus membros e outras entidades externas. Este serviço desempenha um papel fundamental na manutenção da agilidade e da precisão das comunicações, contribuindo para o bom funcionamento da Ordem e para a satisfação dos contabilistas certificados. Com atuação na gestão de correspondência, expedição de documentos, logística e distribuição, arquivo e organização, o serviço tem um trabalho discreto, mas essencial, no fluxo da Pasta CC e da correspondência eletrónica e física que entra, e sai, da instituição, a desmaterialização da correspondência e o reencaminhamento para a Pasta CC também é função deste serviço.

O aumento da correspondência física enviada (de 15.654 em 2023 para 31.162 em 2024), prende-se com os alertas enviados para os membros para o cumprimento do dever de formação profissional contínua dos contabilistas certificados. A correspondência relativa ao ato eleitoral não está apresentada nos indicadores deste serviço por terem sido responsabilidade dos CTT.

Principais números

Correspondência	2022	2023	2024
Recebida	9 441	7 661	10 684
Enviada	17 845	15 654	31 162

CORRESPONDÊNCIA ENVIADA

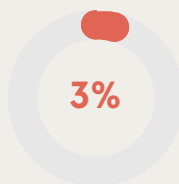
31 162

Secretariado



6

Colaboradores



Peso percentual do departamento em relação aos restantes

PEDIDOS FUNDO DE PENSÕES

229

Principais funções:

- Apoio administrativo
- Gestão dos processos do fundo de solidariedade
- Gestão dos processos de fundo de pensões
- Gestão da bolsa de peritos

A Ordem dos Contabilistas Certificados não se limita à regulação e supervisão da profissão. No âmbito das suas competências, além do seu papel técnico, disciplinar e institucional, a OCC assume um forte compromisso com a ação social, desenvolvendo iniciativas que visam promover o bem-estar dos seus membros e das suas famílias. Disponibilizando um fundo de solidariedade, seguro de saúde, protocolos com entidades terceiras, programas para jovens e redução de quotas para membros em início e final de carreira, a OCC reforça o sentimento de pertença e a valorização da profissão e dos seus profissionais.

Ao investir no bem-estar dos seus membros, a OCC reforça o seu papel como uma instituição ética, solidária e socialmente responsável, contribuindo para um futuro mais inclusivo e sustentável. Nesse âmbito, atribuímos dois novos apoios do fundo de solidariedade social e procedemos a 30 renovações, número que estão alinhados com o passado recente da instituição.

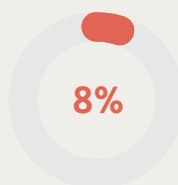
Principais números

	2022	2023	2024
Reuniões do conselho diretivo	82	64	80
Fundo de solidariedade social (renovações)	27	27	30
Fundo de solidariedade social (novas atribuições)	4	4	2
Fundo de pensões	217	298	229
Peritos	92	88	80

Departamento de funcionamento Lisboa e Porto



14
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

Principais funções:

- Reservas e gestão dos auditórios e edifícios da ordem
- Organização e coordenação de eventos sociais

O departamento apoia na gestão e organização dos edifícios de Lisboa e do Porto e gere todas as reservas de acomodação e deslocação da instituição, desempenha um importante papel no controlo e eficiente gestão dos recursos da Ordem ao cumprir as regras estabelecidas e procurar as melhores opções de acomodação e deslocação.

A gestão eficiente e cuidada dos espaços da Ordem é essencial para garantir que sejam utilizados de forma estratégica, contribuindo para a realização de eventos, formações, reuniões e outras iniciativas que promovem o desenvolvimento profissional e pessoal dos contabilistas certificados.

Principais números

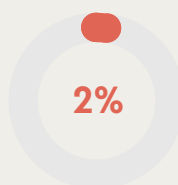
Reservas	2022	2023	2024
Reservas de acomodação	817	1 107	1 625
Reservas de deslocações nacionais/internacionais	182	100	141
Reservas dos espaços, edifícios Lisboa			
Número	11	15	11
Montante total (em euros)	17 540	34 782	15 375
Reservas de espaços edifício do Porto			
Número	0	8	6
Montante total (em euros)	0	3 850	0

Serviço de manutenção



3

Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

Principais funções:

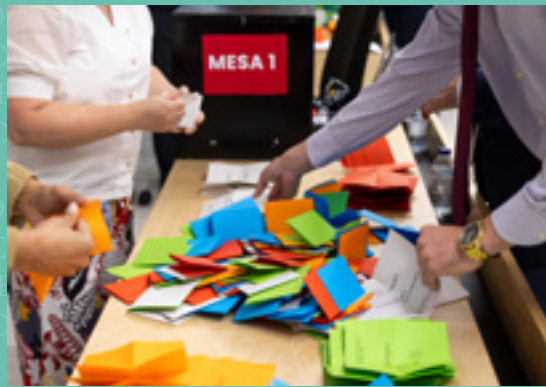
- Manutenção e conservação dos edifícios da Ordem

O Serviço de Manutenção de Edifícios da Ordem é responsável por garantir que as instalações físicas da Ordem, representações, auditórios, salas de reunião e áreas comuns, estejam sempre em condições adequadas de funcionamento, segurança e conforto. Este serviço é essencial para preservar o valor dos imóveis, prolongar a sua vida útil e proporcionar um ambiente adequado para o trabalho e outras atividades. No caso da Ordem a manutenção dos edifícios é crucial para apoiar as operações da instituição e garantir a satisfação dos seus membros e colaboradores.

XIIb

Análise da situação económica e financeira

Eleições e contagem de votos



21 e 22 JUNHO - TODO O PAÍS E LISBOA

Análise da situação económica e financeira

O Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), com a redação que lhe conferiu a Lei 139/2015, de 7 de setembro, atualizado com a publicação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, e pelas leis n.º 12/2022, de 27 de junho, n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, e Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, nos termos da alínea c) do artigo 54.º determina que o conselho diretivo apresente anualmente o Relatório e Contas. No cumprimento da Lei e do Estatuto, apresentamos mapas de pormenor com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise. A informação legalmente exigível faz parte integrante da demonstração financeira intitulada “Anexo”. Para além daquela, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Os valores apresentados nos vários quadros encontram-se expressos em euros, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais dos respetivos quadros.

Rendimentos

As rubricas com maior realce (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no ano de 2024, um total de 23.776.325 euros:

Rubricas	2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
71 Vendas	9 837	0,0%	11 078	0,0%	-1 242	-11,2%	10 044	-207	-2,1%
72 Prestações de serviços	22 230 519	93,5%	21 823 588	81,5%	406 932	1,9%	22 151 267	79 252	0,4%
74 Trabalhos para a própria entidade	1 177 074	5,0%	930 991	3,5%	246 083	26,4%	922 796	254 278	27,6%
76 Reversões	103 102	0,4%	42 535	0,2%	60 567	142,4%		103 102	
78 Outros rendimentos	74 510	0,3%	3 921 833	14,6%	-3 847 323	-98,1%	87 922	-13 411	-15,3%
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	181 283	0,8%	59 898	0,2%	121 384	202,7%	149 910	31 373	20,9%
Total	23 776 325	100,0%	26 789 924	100,0%	-3 013 599	-11,2%	23 321 938	454 387	1,9%

Os rendimentos do período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 comparativamente ao mesmo período de 2023 registaram uma redução de 3.013.599 euros, o que representa um decréscimo de 11,2%. Em relação aos valores orçamentados, os rendimentos apresentam um desvio positivo de 454.387 euros (+1,9%). A venda, em julho de 2023, do imóvel da Avenida 24 de julho teve uma mais-valia de 3.698.631 euros, com um impacto substancial no resultado apresentado no ano de 2023, registando a rubrica de outros rendimentos uma variação negativa 3.847.323 euros (-98,1%) em relação a 2023 devido fundamentalmente a essa situação.

As prestações de serviços apresentaram uma variação positiva de 406.932 euros (+1,9%), tendo o seu peso nos rendimentos totais da Ordem passado de 81,5% (em 2023) para 93,5% (em 2024). Esta variação positiva deve-se ao acréscimo dos serviços do TOConline, e ao aumento do valor da formação profissional presencial, tendo em conta que a formação não presencial é gratuita desde 1 de janeiro 2023.

Rendimentos

Euros

Rubricas	2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
71 Vendas	9 837		11 078		-1 242	-11,2%	10 044	-207	-2,1%
711 Mercadorias	9 837		11 078		-1 242	-11,2%	10 044	-207	-2,1%
72 Prestações de Serviços	22 230 519	93,5%	21 823 588	81,5%	406 932	1,9%	22 151 267	79 252	0,4%
7211 Quotas dos utilizadores	11 760 095	49,5%	11 955 909	44,6%	-195 815	-1,6%	11 720 250	39 845	0,3%
7211 Quotização-Membros efetivos	11 578 392	48,7%	11 747 957	43,9%	-169 565	-1,4%	11 514 600	63 792	0,6%
7211 Quotização-Membros suspensos	181 703	0,8%	207 953	0,8%	-26 250	-12,6%	205 650	-23 948	-11,6%
7222 Joias	17 400	0,1%	68 700	0,3%	-51 300	-74,7%	94 400	-77 000	-81,6%
723 Promoções para captação de recursos	1 741 222	7,3%	1 857 120	6,9%	-115 898	-6,2%	2 378 723	-637 501	-26,8%
7231 Formação	1 504 255	6,3%	1 322 176	4,9%	182 079	13,8%	1 705 856	-201 601	-11,8%
7231 Formação Eventual	1 397 586	5,9%	1 194 125	4,5%	203 461	17,0%	1 578 696	-181 110	-11,5%
7231 Formação Segmentada	95 187	0,4%	110 878	0,4%	-15 691	-14,2%	108 277	-13 090	-12,1%
7231 Formação à Distância / Plug In	832	0,0%	1 423	0,0%	-591	-41,5%		832	
7231 Formação TOConline (sala e ambiente trabalho)	10 650	0,0%	15 750	0,1%	-5 100	-32,4%	18 883	-8 233	-43,6%
7232 Congressos	28 560	0,1%	27 840	0,1%	720	2,6%		28 560	
7233 Conferências							105 660	-105 660	-100,0%
7234 Taxas	170 230	0,7%	463 057	1,7%	-292 827	-63,2%	525 695	-355 465	-67,6%
7234 Exame para admissão a CC	56 050	0,2%	381 600	1,4%	-325 550	-85,3%	443 800	-387 750	-87,4%
7234 Registo de Diretor Técnico	53 685	0,2%	41 600	0,2%	12 085	29,1%	40 300	13 385	33,2%
7234 Inscrições-Pedido de equiparação de formação	9 350		8 537		813	9,5%	7 025	2 325	33,1%
7234 Análise de Experiência Profissional	3 700		16 400	0,1%	-12 700	-77,4%	21 740	-18 040	-83,0%
7234 Outras (tx reincrição, cédulas, jóias soc. prof)	39 445	0,2%	14 920	0,1%	24 525	164,4%	12 830	26 615	207,4%
7235 Emolumentos	38 177	0,2%	44 047	0,2%	-5 870	-13,3%	41 513	-3 335	-8,0%
7235 Vinhetas	30 188	0,1%	33 635	0,1%	-3 448	-10,2%	37 147	-6 959	-18,7%
7235 Outros (certificados, fotocópias, livros, manuais)	7 990		10 412		-2 422	-23,3%	4 366	3 624	83,0%
725 Serviços Secundários	8 711 803	36,6%	7 941 859	29,6%	769 944	9,7%	7 957 894	753 909	9,5%
7251 Serviços de informática aos membros TOConline	8 645 976	36,4%	7 834 963	29,2%	811 013	10,4%	7 873 716	772 260	9,8%
7252 Cedência de espaço instalações e serv. compl.	21 476	0,1%	46 005	0,2%	-24 529	-53,3%	30 507	-9 031	-29,6%
7253 Eventos	44 351	0,2%	42 516	0,2%	1 835	4,3%	53 671	-9 320	-17,4%
7253 Festa de Natal	14 565	0,1%	15 419	0,1%	-854	-5,5%	22 703	-8 138	-35,8%
7253 Encontro Nacional dos CC			21 715	0,1%	-21 715	-100,0%	21 780	-21 780	-100,0%
7253 Inscrição refeições eventos diversos	5 695		5 383		313	5,8%	6 639	-943	-14,2%
7253 Inscrição Encontro Insular							1 549	-1 549	-100,0%
7253 Evento corrida Solidária							1 000	-1 000	-100,0%
7253 Festival do Contabilista	24 091	0,1%		0,0%	24 091			24 091	
7258 Outros Serviços (S. tradução CILEA/Projeto AFAP)			18 375	0,1%	-18 375	-100,0%			
74 Trabalhos para a própria entidade	1 177 074	5,0%	930 991	3,5%	246 083	26,4%	922 796	254 278	27,6%
742 Projeto "CCCLIX"		0,0%	126 782	0,5%	-126 782	-100,0%			
742 Projeto "Novo Site Institucional"		0,0%	78 931	0,3%	-78 931	-100,0%			
742 Projeto "Gestão de acessos OCC"							92 586	-92 586	-100,0%
742 Projeto "Desenvolvimento Informático"	1 177 074	5,0%	725 278	2,7%	451 796	62,3%	830 210	346 864	41,8%
76 Reversões	103 102	0,4%	42 535	0,2%	60 567	142,4%		103 102	
7621 Perdas por imparidade - dívidas a receber	103 102	0,4%	42 535	0,2%	60 567	142,4%		103 102	
78 Outros rendimentos	74 510	0,3%	3 921 833	14,6%	-3 847 323	-98,1%	87 922	-13 411	-15,3%
7871 Alienações-ativos tangíveis			6 799		-6 799	-100,0%			
7872 Sinistros			1 515		-1 515	-100,0%			
7878 Renda 24 de Julho			97 108	0,4%	-97 108	-100,0%			
7881 Correções relativas a exercícios anteriores	14 224	0,1%	38 708	0,1%	-24 483	-63,3%		14 224	
7886 Multas e juros de mora - processos disciplinares	60 256	0,3%	79 002	0,3%	-18 746	-23,7%	87 922	-27 665	-31,5%
7871 Mais-Valia 24 de Julho			3 698 631	13,8%	-3 698 631	-100,0%			
7887/8 Outros (reembolso de custas, dif. arred.)	30	0,0%	70	0,0%	-40	-57,1%		30	
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	181 283	0,8%	59 898	0,2%	121 384	202,7%	149 910	31 373	20,9%
791 Juros obtidos	181 283	0,8%	59 898	0,2%	121 384	202,7%	149 910	31 373	20,9%
Total	23 776 325	100,0%	26 789 924	100%	-3 013 599	-11,2%	23 321 938	454 387	1,9%
Resultado antes de impostos	139 696,61		4 249 248,80		-4 109 552	-96,7%	471 456	-331 759	-70,4%

As vendas de mercadorias correspondem à venda de livros e material de *merchandising*, nomeadamente auriculares, lenços, gravatas, canetas, da Ordem dos Contabilistas Certificados.

A prestação de serviços com um montante de 22.230.519 euros representa 93,5% do total dos rendimentos da Ordem, apresentando um aumento face ao ano de 2023 de 406.932 euros (+1,9%), e um desvio positivo face ao valor orçamentado de 79.252 euros (+0,4%).

O valor dos serviços prestados referente às quotas dos membros tem um peso muito grande nos rendimentos da OCC, representando 49,5% dos rendimentos totais e 52,9% da totalidade dos serviços prestados, com peso substancialmente superior ao verificado em 2023 que em relação aos rendimentos totais foi de 44,6%, atendendo ao maior peso dos outros rendimentos pela ocorrência da mais-valia referente à venda do imóvel da Avenida 24 de Julho, em julho de 2023.

As quotas dos membros, com um montante de 11.760.095 euros em 2024, apresentam um desvio face ao ano de 2023 de menos 195.815 euros (-1,6%), e um desvio positivo de 39.845 euros (+0,3%) em relação ao valor orçamentado.

Desde 2020 foram introduzidas medidas de apoio aos membros, resultantes da aprovação dos Planos de Atividades e Orçamentos:

- Redução de 50% do valor das quotas para membros com mais de 75 anos que não exerçam a profissão;
- Isenção total aos membros acima dos 80 anos que não exercem ativamente a profissão;
- Para os novos membros, no primeiro ano de inscrição, redução de 50% do valor das quotas mensais.

No ano de 2024, estas três medidas tiveram um impacto negativo nos rendimentos das quotas dos membros, de -269.085 euros; em 2023, de -227.123 euros; em 2022, de -168.864 euros; em 2021, de -159.264 euros; e, em 2020, de -112.032 euros, totalizando 936.368 euros ao longo dos cinco anos.

Tipo	Orçamento 2024		2024	
	N.º de membros	Valor anual	N.º de membros*	Valor anual
Redução 50% (75 - 80 anos)	687	61 830 €	750	64 553 €
Redução 50% (1.º ano / novos membros)**	467	42 030 €	2 112	57 248 €
Isenção total + 80 anos	724	133 200 €	825	147 285 €
Total		237 060 €		269 085 €

* n.º membros em 31/12/2024; ** Entrada gradual ao longo do ano

Tipo	Orçamento 2023		2023	
	N.º de membros	Valor anual	N.º de membros*	Valor anual
Redução 50% (75 - 80 anos)	638	57 420 €	699	60 165 €
Redução 50% (1.º ano / novos membros)**	708	63 720 €	447	42 308 €
Isenção total + 80 anos***	578	106 920 €	744	124 650 €
Total		228 060 €		227 123 €

** n.º membros em 31/12/2023; ** Entrada gradual ao longo do ano; *** Inclui 1 membro com pagamentos faseados

Membros	31/12/2024		Desvio face ao orçamento	
	Real	Orçamento		
Quotização - Membros efetivos	67 333	66 564	769	1,2%
Quotização - Membros suspensos	2 005	2 285	-280	-12,3%
Total	69 338	68 849	489	0,7%

O orçamento teve como pressupostos para os rendimentos das quotas a existência de 68.849 membros, existentes na data da sua realização, dos quais 2.285 membros têm suspensão voluntária, com uma quota mensal de 7,5 euros, e 66.564 membros têm uma quota mensal de 15 euros.

O rendimento referente a joias, em 2024, teve uma redução em 51.300 euros face ao ano de 2023 (-74,7%), e teve um desvio negativo de 77.000 euros (-81,6%) face ao valor orçamentado para o ano de 2024.

Em 2024, os serviços prestados referentes à formação presencial apresentam um valor de 1.504.255 euros, com uma variação positiva em relação a 2023 no valor de 182.079 euros (+13,8%) e uma redução face ao orçamento de 201.601 euros (-11,8%). No ano de 2023 a formação não presencial passou a ser gratuita. O quadro a seguir apresentando evidência dos vários tipos de formação realizados:

Formação / Rubricas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Distância	-5 371	-10 887	-11 215	-7 542	-6 925	-10 808	-19 635	-5 678	-10 930	-13 026	-16 604	-24 185	-142 806
Rendimentos		800	32										832
Gastos	-5 371	-11 687	-11 247	-7 542	-6 925	-10 808	-19 635	-5 678	-10 930	-13 026	-16 604	-24 185	-143 638
Eventual	147 933	-173 370	104 765	-1 635	-33 856	-17 007	-7 539	7 717	22 816	-24 436	54 375	-3 697	76 066
Rendimentos	428 017	1	-27		154 796	-64	32	49	187 633	270 479	203 381	153 289	1 397 586
Gastos	-280 084	-173 371	104 792	-1 635	-188 652	-16 943	-7 571	7 668	-164 817	-294 915	-149 006	-156 986	-1 321 520
Plug-in	-15 488	-27 347	-16 870	-21 534	-20 985	-18 823	-31 132	-2 963	-20 928	-28 177	-52 664	-32 259	-289 170
Rendimentos													
Gastos	-15 488	-27 347	-16 870	-21 534	-20 985	-18 823	-31 132	-2 963	-20 928	-28 177	-52 664	-32 259	-289 170
Reuniões livres	-32 141	-41 599	-44 459	-47 234	-41 033	-43 214	-42 385	-3 240	-38 904	-45 515	-43 642	-33 392	-456 757
Rendimentos													
Gastos	-32 141	-41 599	-44 459	-47 234	-41 033	-43 214	-42 385	-3 240	-38 904	-45 515	-43 642	-33 392	-456 757
RL - TOConline	-1 058	-673	-1 000	-1 288	-1 115	-1 115	-1 288	500	-1 058	-1 173	-1 288	-730	-11 283
Rendimentos													
Gastos	-1 058	-673	-1 000	-1 288	-1 115	-1 115	-1 288	500	-1 058	-1 173	-1 288	-730	-11 283
Segmentada	4 991	5 781	5 866	-2 169	2 801	1 739	923	3 967	17 987	13 701	-7 872	-4 398	43 318
Rendimentos	6 974	7 637	9 546	3 524	3 359	2 441	3 904	3 977	20 140	20 247	8 262	5 176	95 187
Gastos	-1 983	-1 856	-3 680	-5 693	-558	-702	-2 981	-10	-2 153	-6 546	-16 134	-9 574	-51 869
TOConline	-121	-5 917	-4 231	-3 428	-6 046	-296	-2 823	-822	-2 317	-2 758	-2 480	-2 443	-33 682
Rendimentos	2 400	1 200	2 100	900	300	150	600	300	900	600	900	300	10 650
Gastos	-2 521	-7 117	-6 331	-4 328	-6 346	-446	-3 423	-1 122	-3 217	-3 358	-3 380	-2 743	-44 332
TOConline Ensino	-724	-123		-282		-123		-246	-482	-1 040	-1 761	-151	-4 932
Rendimentos													
Gastos	-724	-123		-282		-123		-246	-482	-1 040	-1 761	-151	-4 932
Descomplicar Hora	-1 361	-1 995	-1 488	-2 633	-1 892	-1 557	-2 230	-115	-2 218	-2 484	-2 026	-1 731	-21 727
Rendimentos													
Gastos	-1 361	-1 995	-1 488	-2 633	-1 892	-1 557	-2 230	-115	-2 218	-2 484	-2 026	-1 731	-21 727
CCClíx	-31 811	-19 622	-22 799	-22 799	-22 800	-19 602	-21 447	-38 756	-21 137	-19 602	-44 233	38 216	-246 394
Rendimentos													
Gastos	-31 811	-19 622	-22 799	-22 799	-22 800	-19 602	-21 447	-38 756	-21 137	-19 602	-44 233	38 216	-246 394
Formação modular									-65 364	-91 038	-22 099	-122 470	-300 971
Rendimentos													
Gastos									-65 364	-91 038	-22 099	-122 470	-300 971
Total - Rendimentos	437 391	9 638	11 651	4 424	158 455	2 527	4 536	4 326	208 673	291 326	212 543	158 765	1 504 255
Total - Gastos	-372 543	-285 388	-3 082	-114 967	-290 305	-113 333	-132 092	-43 963	-331 207	-506 873	-352 835	-346 004	-2 892 592
Formação Global	64 848	-275 750	8 569	-110 543	-131 850	-110 806	-127 556	-39 637	-122 534	-215 547	-140 292	-187 239	-1 388 337

A rubrica referente a congressos apresenta em 2024 um valor de 28.560 euros, mais 720 euros (+2,6%) face ao ano de 2023.

As taxas com um montante de 170.230 euros, registaram uma redução de 292.827 euros (-63,2%) em relação ao ano de 2023 e um desvio negativo de 355.465 euros (-67,6%) face ao valor previsto no orçamento.

No dia 26 de julho de 2024 o Conselho Diretivo deliberou, com efeitos imediatos, que todos os valores pagos pelos candidatos com processo de inscrição em curso ao abrigo das novas regras estatutárias, são devolvidos aos mesmos até final de setembro de 2024, e que todos os processos de inscrição recebidos na Ordem a partir dessa data e até ao final de julho de 2025 ficam isentos de qualquer pagamento. Assim, todos os atuais e futuros candidatos, ficam isentos do pagamento de quaisquer quantias relativas ao processo de inscrição até julho de 2025, data em que se reapreciará o impacto desta medida. Esta deliberação, recomendada e suportada pelo Conselho de Supervisão, visa eliminar quaisquer barreiras aos candidatos que por insuficiência ou carência económica não conseguissem aceder à profissão de contabilista certificado, promovendo-se assim para que todos os interessados habilitados para o efeito possam entrar no processo de acesso à profissão.

Relativamente a emolumentos com um montante de 38.177 euros, as vinhetas com um valor de 30.188 euros representam o rendimento de maior expressão nesta rubrica que tem uma redução de 5.870 euros (-13,3%) face ao ano de 2023 e uma redução de 3.335 euros (-8,0%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2024.

Os serviços secundários representam 36,6% dos rendimentos da OCC e neles destacam-se os serviços de informática TOConline com o peso expressivo de 36,4%.

Os serviços do TOConline com um montante de 8.645.976 euros apresentam um aumento de 811.013 euros (+10,4%) em relação ao ano de 2023 e um desvio positivo de 772.260 euros (+9,8%) face ao valor apresentado no orçamento para 2024.

O reconhecimento do rédito associado à venda de licenças do TOConline tem implícito a obrigação contínua após a venda da OCC fornecer suporte (1.ª linha) aos adquirentes, e desta forma o rédito é reconhecido ao longo do período de licença. Com efeito, a medida em que o rédito é diferido depende exclusivamente dos termos da licença.

O diferimento do rédito (passivo) das licenças TOConline no valor de 3.429.469 euros representa a obrigação da OCC prestar o serviço de primeira linha aos utilizadores da licença no ano de 2025, de acordo com o período das licenças.

Em 2024, o evento anual de encontro dos contabilistas e famílias foi realizado num registo diferente do encontro habitual, não tendo a rubrica referente ao encontro um registo de valor. O XVII Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados realizado no dia 15 de outubro de 2023, no Porto, registou o valor de 21.715 euros. O valor orçamentado para o ano de 2024 foi de 21.780 euros.

No ano de 2024 foi realizada a primeira edição do “Festival do Contabilista”, para contabilistas e suas famílias, no dia 30 de novembro de 2024, no Sagres Campo Pequeno, em Lisboa, que juntou 2.500 participantes, com um valor de inscrições de 24.091 euros.

As inscrições na Festa de Natal, realizadas em Lisboa e no Porto, com um valor de 14.565 euros, apresentam uma redução de 854 euros (-5,5%) face a 2023 e um desvio negativo de 8.138 euros (-35,8%) em relação ao valor orçamentado.

Os trabalhos para a própria entidade apresentam um valor de 1.177.074 euros, mais 246.083 euros que o valor apresentado em 2023, e um desvio positivo de 254.278 euros (+27,6%) face ao valor orçamen-

tado. Em 2024, os trabalhos para a própria entidade incluem os valores referentes a recursos humanos da Ordem dos Contabilistas Certificados afetos ao projeto “Desenvolvimento Informático do Toconline” no valor de 1.177.074 euros, incluindo o valor em curso em 31 de dezembro de 2024 no montante de 887.410 euros.

As reversões por imparidade de dívidas a receber foram, em 2024, de 103.102 euros, valor superior em 60.567 euros (+142,4%) em relação a 2023. Face ao cenário de evolução da dívida dos membros, que em 2024 face ao ano de 2023 registou uma redução de 10,5%, o critério para o cálculo das perdas por imparidades foi redefinido, de forma a refletir mais objetivamente a realidade tendo a taxa aplicável aos processos de quotas em remessa para a Autoridade Tributária e Aduaneira de 6 a 12 meses passado de 10% em 2023 para 8% no ano de 2024. A taxa aplicável aos processos de quotas em cobrança via Autoridade Tributária e Aduaneira passou de 15% em 2023 para 10% no ano de 2024. Foi mantido o critério para o cálculo das perdas por imparidades em relação aos processos de quotas em remessa para a Autoridade Tributária e Aduaneira superiores a 12 meses de 10% e aos pagamentos faseados de 10%.

Os outros rendimentos registaram em 2024 um valor total de 74.510 euros, menos 3.847.323 euros (-98,1%) que no período homólogo e uma variação negativa face ao valor orçamentado de 13.411 euros (-15,3%). O desvio face ao ano de 2023 é devido à concretização da venda do imóvel da Avenida 24 de Julho, em Lisboa, o dia 26 de julho de 2023, pelo valor de 5.000.000 euros, que originou uma mais-valia de 3.698.631 euros.

Em 2024, o valor referente a multas e juros dos processos disciplinares teve uma redução de 18.746 euros (-23,7%) relativamente ao ano anterior, tendo passado de 79.002 euros em 2023 para 60.256 euros. Esta rubrica de rendimentos apresenta um desvio negativo face ao valor orçamentado para 2024 de 27.665 euros (-31,5%).

No ano de 2024, os juros obtidos referentes às aplicações financeiras apresentam um valor de 181.283 euros, mais 121.384 euros (+202,7%) face ao valor registado no ano de 2023 e uma variação positiva de 31.373 euros (+20,9%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2024.

Gastos

As rubricas de maior relevo (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 23.636.629 euros, mais 1.095.954 euros (+4,9%) face ao ano de 2023 e mais 786.146 euros (+3,4%) face ao valor orçamentado:

Rubricas		2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
61	CMVMC	2 763	0,0%	4 123	0,0%	-1 360	-33,0%	2 909	-146	-5,0%
62	Fornecimento e serviços externos	12 837 979	54,3%	13 967 645	62,0%	-1 129 665	-8,1%	12 355 000	482 979	3,9%
63	Gastos com o pessoal	8 806 772	37,3%	6 793 218	30,1%	2 013 554	29,6%	8 310 263	496 509	6,0%
64	Gastos de depreciação e amortização	1 509 352	6,4%	1 128 774	5,0%	380 578	33,7%	1 662 438	-153 086	-9,2%
65	Perdas por imparidade	48 027	0,2%	53 552	0,2%	-5 525	-10,3%	84 000	-35 973	-42,8%
68	Outros gastos	321 451	1,4%	461 851	2,0%	-140 400	-30,4%	327 963	-6 512	-2,0%
69	Gastos de financiamento	110 285	0,5%	131 513	0,6%	-21 228	-16,1%	107 910	2 375	2,2%
Total		23 636 629	100,0%	22 540 675	100,0%	1 095 954	4,9%	22 850 483	786 146	3,4%

Euros

No ano de 2024, a rubrica fornecimentos e serviços externos, com um montante de 12.837.979 euros, apresenta a maior expressão no valor total dos gastos, com um peso de 54,3%, apresenta uma redução em relação a 2023 de 1.129.665 euros (-8,1%) e um desvio face ao valor orçamentado de mais 482.979 euros (+3,9%).

Os gastos com pessoal, a segunda maior rubrica com um peso de 37,3% no total dos gastos, apresenta um valor de 8.806.772 euros, com um acréscimo em relação a 2023 de 2.013.554 euros (+29,6%), e um desvio de mais 496.509 euros (+6,0%) face ao valor orçamentado.

No quadro seguinte, apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas referentes aos gastos:

Gastos

Euros

Rubricas	2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
61 CMVMC	2 763		4 123		-1 360	-33,0%	2 909	-146	-5,0%
611 Mercadorias	2 763		4 123		-1 360	-33,0%	2 909	-146	-5,0%
62 FSE	12 837 979	54,3%	13 967 645	62,0%	-1 129 665	-8,1%	12 355 000	482 979	3,9%
621 Subcontratos	965 101	4,1%	3 657 756	16,2%	-2 692 654	-73,6%	593 205	371 896	62,7%
6211 Vinhetas	629	4,1%	711	0,0%	-82	-11,5%	805	-175	-21,8%
6212 Bases de dados - SICC	70 689		70 689	0,3%			70 689		
6213 TOOnline	45 151	0,2%	3 181 573	14,1%	-3 136 423	-98,6%		45 151	
6214 Serviços Impressão - revistas	165 518	0,7%	129 638	0,6%	35 880	27,7%	100 616	64 901	64,5%
6214 Serviços Impressão - L. Contabilidade							109 551	-109 551	-100,0%
6215 Serviços de Hosting - Claranet	142 200	0,6%	142 185	0,6%	15		142 200		
6216 Consultoria TOOnline	236 388	1,0%			236 388			236 388	
6217 Serviços de Hosting - MEO	147 048	0,6%	132 960	0,6%	14 088	10,6%	169 345	-22 297	-13,2%
6218 Suporte TOOnline	63 022	0,3%			63 022			63 022	
6219 Housing/DBA TOOnline	94 457	0,4%			94 457			94 457	
622 Serviços especializados	5 736 819	24,3%	5 207 444	23,1%	529 374	10,2%	6 329 338	-592 519	-9,4%
6221 Trabalhos especializados	3 605 043	15,3%	3 196 960	14,2%	408 082	12,8%	4 043 439	-438 397	-10,8%
6222 Publicidade e propaganda	25 406	0,1%	20 367	0,1%	5 039	24,7%	34 749	-9 343	-26,9%
6223 Vigilância e segurança	275 064	1,2%	279 837	1,2%	-4 772	-1,7%	270 296	4 768	1,8%
6224 Honorários	1 383 015	5,9%	1 233 051	5,5%	149 964	12,2%	1 341 212	41 803	3,1%
6226 Conservação e reparação	98 874	0,4%	93 582	0,4%	5 292	5,7%	280 769	-181 895	-64,8%
6227 Serviços bancários	223 945	0,9%	264 753	1,2%	-40 809	-15,4%	250 938	-26 993	-10,8%
6228 Outros (Cont. f. pensões, pub. INCM)	125 473	0,5%	118 895	0,5%	6 578	5,5%	107 935	17 538	16,2%
623 Materiais	295 784	1,3%	413 085	1,8%	-117 301	-28,4%	274 400	21 385	7,8%
6231 Ferramentas e utensílios	35 640	0,2%	6 317	0,0%	29 323	464,2%	4 512	31 128	689,9%
6232 Livros e documentação técnica	232	0,0%	232	0,0%	0	-0,1%	600	-368	-61,4%
6233 Material de escritório	36 524	0,2%	28 547	0,1%	7 977	27,9%	39 450	-2 926	-7,4%
6234 Artigos para oferta	213 170	0,9%	371 441	1,6%	-158 272	-42,6%	229 838	-16 668	-7,3%
6238 Outros materiais	10 219	0,0%	6 548	0,0%	3 671	56,1%	0	10 219	
624 Energia e fluidos	203 736	0,9%	317 434	1,4%	-113 699	-35,8%	316 426	-112 690	-35,6%
6241 Electricidade	172 399	0,7%	280 773	1,2%	-108 374	-38,6%	282 865	-110 466	-39,1%
6242/8 Combustíveis	13 952	0,1%	17 709	0,1%	-3 757	-21,2%	14 907	-955	-6,4%
6243 Água	17 385	0,1%	18 952	0,1%	-1 567	-8,3%	18 654	-1 269	-6,8%
625 Deslocações e estadas	414 098	1,8%	366 577	1,6%	47 522	13,0%	447 171	-33 072	-7,4%
6251 Refeições	74 925	0,3%	66 835	0,3%	8 090	12,1%	63 667	11 257	17,7%
6251 Deslocações	189 119	0,8%	162 631	0,7%	26 488	16,3%	143 781	45 339	31,5%
6251 Estadas	150 054	0,6%	137 111	0,6%	12 944	9,4%	239 722	-89 668	-37,4%
626 Serviços diversos	5 222 440	22,1%	4 005 348	17,8%	1 217 092	30,4%	4 394 460	827 980	18,8%
6261 Rendas e alugueres	554 478	2,3%	306 812	1,4%	247 666	80,7%	298 321	256 157	85,9%
6262 Comunicação	1 023 415	4,3%	747 977	3,3%	275 438	36,8%	705 206	318 209	45,1%
6263 Seguros	3 427 176	14,5%	2 723 373	12,1%	703 803	25,8%	3 191 713	235 463	7,4%
6265 Contencioso e notariado	15 969	0,1%	14 363	0,1%	1 606	11,2%	18 000	-2 031	-11,3%
6266 Despesas de representação	15 988	0,1%	17 740	0,1%	-1 752	-9,9%	4 924	11 064	224,7%
6267 Limpeza, higiene e conforto	185 414	0,8%	195 069	0,9%	-9 655	-4,9%	176 296	9 119	5,2%
6268 Outros serviços		0,0%	15	0,0%	-15	-100,0%	0		
63 Gastos com o pessoal	8 806 772	37,3%	6 793 218	30,1%	2 013 554	29,6%	8 310 263	496 509	6,0%
631 Remunerações Órgãos da Ordem	831 498	3,5%	614 490	2,7%	217 009	35,3%	688 230	143 178	20,8%
632/4 Remunerações do pessoal	6 203 704	26,2%	4 799 276	21,3%	1 404 428	29,3%	6 015 020	188 684	3,1%
635 Encargos sobre remunerações	1 537 927	6,5%	1 196 336	5,3%	341 591	28,6%	1 392 214	145 713	10,5%
636 Seguros de acidentes no trabalho	24 015	0,1%	22 534	0,1%	1 481	6,6%	29 948	-5 933	-19,8%
637 Gastos de acção social	134 497	0,6%	108 345	0,5%	26 152	24,1%	167 360	-32 863	-19,6%
638 Outros gastos com o pessoal	75 130	0,3%	52 237	0,2%	22 893	43,8%	17 400	57 730	331,8%
64 Gastos de depreciação e amortização	1 509 352	6,4%	1 128 774	5,0%	380 578	33,7%	1 662 438	-153 086	-9,2%
642 Ativos fixos tangíveis	819 457	3,5%	780 906	3,5%	38 551	4,9%	901 573	-82 116	-9,1%
643 Ativos intangíveis	689 895	2,9%	347 868	1,5%	342 027	98,3%	760 865	-70 970	-9,3%
65 Perdas por imparidade	48 027	0,2%	53 552	0,2%	-5 525	-10,3%	84 000	-35 973	-42,8%
651 Em dívidas a receber	48 027	0,2%	53 552	0,2%	-5 525	-10,3%	84 000	-35 973	-42,8%
67 Provisões do período									
671 Processos judiciais em curso									
68 Outros gastos	321 451	1,4%	461 851	2,0%	-140 400	-30,4%	327 963	-6 512	-2,0%
6811 Impostos directos	50 730	0,2%	55 593	0,2%	-4 863	-8,7%	46 966	3 764	8,0%
6812 Impostos indirectos	1 717		1 482	0,0%	235	15,9%	1 786	-68	-3,8%
6813 Taxas	1 467		17 299	0,1%	-15 832	-91,5%	18 000	-16 533	-91,8%
6814 Contribuições para o Setor da Cultura			6		-6	-100,0%			
683 Dívidas incobráveis									
6871 Alienações-Ativos tangíveis									
6873 Abates									
6881 Correções períodos anteriores	21 501	0,1%	130 195	0,6%	-108 693	-83,5%		21 501	
6882 Donativos	8 456	0,0%	3 914	0,0%	4 542	116,0%	4 800	3 656	76,2%
6883 Quotizações	232 695	1,0%	250 734	1,1%	-18 038	-7,2%	256 411	-23 716	-9,2%
6887 Diferenças de câmbio desfavoráveis	592		354		239	67,6%		592	
6888 Outros	251		439		-188	-42,8%		251	
6898 Outros gastos inerentes a associados	4 040		1 836		2 204	120,0%		4 040	
69 Gastos de financiamento	110 285	0,5%	131 513	0,6%	-21 228	-16,1%	107 910	2 375	2,2%
6911 Juros de financiamentos obtidos	110 285	0,5%	128 377	0,6%	-18 092	-14,1%	107 910	2 375	2,2%
6911 Juros contrato de locação financeira			3 136		-3 136	-100,0%			
Total	23 636 629	100,0%	22 540 675	100,0%	1 095 954	4,9%	22 850 483	786 146	3,4%

As mercadorias vendidas e matérias consumidas estão sobretudo relacionadas com a venda de livros e material merchandising, nomeadamente auriculares, lenços, gravatas, canetas.

Os fornecimentos e serviços externos em 2024 têm um peso de 54,3% no total dos gastos da Ordem e apresentam um valor de 12.837.979 euros, com uma redução de 1.129.665 euros (-8,1%) em relação a 2023 e mais 482.979 euros (+3,9%) face ao valor orçamentado.

Os gastos com subcontratos no valor de 965.101 euros, apresentam uma redução em relação a 2023 no valor de 2.692.654 euros (-73,6%), e um desvio positivo de 371.896 euros (+62,7%) face ao orçamentado. Tais gastos incluem o desenvolvimento do SICC (Sistema de Informação do Contabilista Certificado), os serviços de suporte, *hosting* e consultoria do TOConline, a produção de vinhetas e os serviços de impressão da revista.

Subcontratos

Euros

Rubricas	2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
TOConline	728 266	75,5%	3 456 718	94,5%	-2 728 452	-78,9%	311 545	416 721	133,8%
6213 TOConline	45 151	4,7%	3 181 573	87,0%	-3 136 423	-98,6%		45 151	
6215 Serviços de Hosting - Claranet	142 200	14,7%	142 185	3,9%	15		142 200		
6216 Consultoria TOConline	236 388	24,5%		0,0%	236 388			236 388	
6217 Serviços de Hosting - MEO	147 048	15,2%	132 960	3,6%	14 088	10,6%	169 345	-22 297	-13,2%
6218 Suporte TOConline	63 022	6,5%		0,0%	63 022			63 022	
6219 Housing/DBA TOConline	94 457	9,8%		0,0%	94 457			94 457	
Outros	236 836	24,5%	201 038	5,5%	35 798	17,8%	281 660	-44 825	-15,9%
6211 Vinhetas	629	0,1%	711	0,0%	-82	-11,5%	805	-175	-21,8%
6212 Bases de dados - SICC	70 689	7,3%	70 689	1,9%			70 689		
6214 Serviços de Impressão - L. Contabilidade							109 551	-109 551	-100,0%
6214 Serviços de Impressão - revistas	165 518	17,2%	129 638	3,5%	35 880	27,7%	100 616	64 901	64,5%
Totais	965 101	100,0%	3 657 756	100,0%	-2 692 654	-73,6%	593 205	371 896	62,7%

O valor dos subcontratos relacionado com serviços de informática foi de 728.266 euros, com uma redução de 2.728.452 euros (-78,9%) em relação a 2023 e uma variação de mais 416.721 euros (+133,8%) face ao valor orçamentado. Os serviços de desenvolvimento, atualização e manutenção das ferramentas disponibilizadas aos membros, apresentam uma redução no valor de 3.136.423 euros (-98,6%), devido sobretudo ao facto de estes serviços serem gerados internamente, sem recurso a entidade externa.

Euros

TOConline	2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
6 Gastos	3 388 325	100%	4 973 131	100%	-1 584 806	-31,9%	3 091 296	297 029	9,6%
621 Subcontratos	728 266	21,5%	3 456 718	69,5%	-2 728 452	-78,9%	311 545	416 721	133,8%
6213 TOConline	45 151	1,3%	3 181 573	64,0%	-3 136 423	-98,6%		45 151	
6215 Serviços de Hosting - Claranet	142 200	4,2%	142 185	2,9%	15		142 200		
6216 Consultoria TOConline	236 388	7,0%		0,0%	236 388			236 388	
6218 Suporte TOConline	63 022	1,9%		0,0%	63 022			63 022	
6219 Housing/DBA TOConline	94 457	2,8%		0,0%	94 457			94 457	
6217 Serviços de Hosting - MEO	147 048	4,3%	132 960	2,7%	14 088	10,6%	169 345	-22 297	-13%
6221 Trabalhos Especializados	503 076	14,8%	277 856	5,6%	225 220	81,1%	387 738	115 338	29,7%
6224 - Honorários	17 250	0,5%	29 822	0,6%	-12 572	-42,2%	33 000	-15 750	-47,7%
6226 Conservação e reparação			3 795	0,1%	-3 795	-100,0%			
623 Materiais	4		1 470		-1 466	-99,7%		4	
625 Deslocações e estadas	8 858	0,3%	2 321		6 538	281,7%		8 858	
626 Serviços diversos	3 274	0,1%	2 796	0,1%	479	17,1%		3 274	
63 Gastos com o pessoal	1 723 045	50,9%	1 039 086	20,9%	683 959	65,8%	1 837 582	-114 537	-6,2%
64 Gastos de depreciação e amortização	404 550	11,9%	159 267	3,2%	245 283	154,0%	521 431	-116 881	-22,4%
454 Ativos Intangíveis em Curso	1 051 235	31,0%	136 042	2,7%	915 193	672,7%	893 290	157 945	17,7%
Imputação Recursos Humanos	887 411	26,2%	127 843	2,6%	759 567	594,1%	830 210	57 201	7%
Serviços	163 824	4,8%	8 198	0,2%	155 626	1898,2%	63 080	100 744	160%
7 Rendimentos	-1 177 074	100,0%	-725 278	100,0%	-451 796	62,3%	-830 210	-346 864	41,8%
74 Trabalhos para a própria entidade	-1 177 074	100,0%	-725 278	100,0%	-451 796	62,3%	-830 210	-346 864	41,8%
Ativos Intangíveis - Desenv. Informático	-1 177 074	100,0%	-725 278	100,0%	-451 796	62,3%	-830 210	-346 864	42%
Total	3 262 486		4 383 895		-1 121 409	-25,6%	3 154 376	108 110	3,4%

A disponibilização da revista Contabilista em formato digital, desde maio de 2018, permitiu uma redução significativa dos gastos com impressão e expedição. Em 2024 o valor da impressão de revistas, incluindo a Revista Contabilidade & Gestão, é 165.518 euros, com um aumento em relação a 2023 de 35.880 euros (+27,7%) e um aumento face ao valor orçamentado de 64.901 euros (+64,5%).

As alterações que foram efetuadas em relação à revista Contabilista com a disponibilização da revista em formato digital desde maio de 2018 e a redução significativa no número de revistas expedidas, tiveram um impacto na redução nos gastos desde o ano de 2018, conforme o quadro a seguir apresentado:

Euros

Anos	Custo Revista CC	Redução progressiva	Redução desde 2017
2017	934 071		
2018	418 621	-515 450	-515 450
2019	254 731	-163 890	-679 340
2020	299 941	45 210	-634 130
2021	240 344	-59 597	-693 727
2022	296 666	56 322	-637 405
2023	350 088	53 422	-583 983
2024	458 677	108 589	-475 394
Total		-475 394	4 219 429

Salientamos o facto de que a redução dos gastos da revista Contabilista dos seis últimos anos (2018 a 2024) face aos gastos existentes em 2017 é de 4.219.429 euros.

Em 2024, os serviços especializados no montante de 5.736.819 euros representam 24,3% dos gastos totais da OCC, sendo os gastos de trabalhos especializados e os gastos de honorários, inseridos nesta rubrica de serviços especializados, os gastos com maior peso em valor. Os gastos referentes a trabalhos especializados representam 15,3% dos gastos totais e os gastos de honorários tem um peso de 5,9% no valor dos gastos totais.

Os gastos com serviços especializados aumentaram 529.374 euros (+10,2%) em relação ao ano de 2023 e tiveram uma variação negativa de 592.519 euros (-9,4%) face ao valor orçamentado. Os gastos referentes a trabalhos especializados, inseridos na rubrica de serviços especializados, são aqueles que apresentam um maior aumento em comparação com o ano de 2023, no montante de 408.082 euros (+12,8%) e um desvio negativo de 438.397 euros (-10,8%) face ao valor orçamentado.

Euros

Trabalhos especializados	2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
622101 - Serviços de Auditoria	11 070	0,3%	8 856	0,3%	2 214	25,0%	8 610	2 460	28,6%
622102 - Serviços de Advocacia	475 939	13,2%	170 905	5,3%	305 034	178,5%	154 819	321 120	207,4%
622103 - Formadores	662 791	18,4%	560 548	17,5%	102 242	18,2%	550 434	112 356	20,4%
622104 - Consultores Externos	89 122	2,5%	127 941	4,0%	-38 819	-30,3%	123 164	-34 042	-27,6%
622105 - Serviços de handling	140 140	3,9%	141 167	4,4%	-1 027	-0,7%	18 686	121 454	650,0%
622106 - Solicitadores			375		-375	-100,0%			
622107 - Suporte Arquivo Electrónico	10 189	0,3%	9 845	0,3%	345	3,5%	10 286	-97	-0,9%
622108 - Envelopagem Revistas	6 542	0,2%	9 349	0,3%	-2 807	-30,0%	4 158	2 384	57,3%
622109 - Serviços de Restauração	326 697	9,1%	208 667	6,5%	118 030	56,6%	268 644	58 053	21,6%
622109 - Serviços de Restauração - Formação	510 660	14,2%	500 615	15,7%	10 045	2,0%	477 610	33 050	6,9%
622110 - Brochuras - Formação	161 903	4,5%	179 829	5,6%	-17 927	-10,0%	133 484	28 418	21,3%
622111 - Comissões/Grupos de Trabalho	24 015	0,7%	14 472	0,5%	9 543	65,9%	485 456	-461 442	-95,1%
622112 - Serviços Hospedeiras	11 793	0,3%	23 030	0,7%	-11 237	-48,8%	20 215	-8 422	-41,7%
622113 - Elaboração de Manuais de Formação	12 930	0,4%	35 373	1,1%	-22 443	-63,4%	12 753	177	1,4%
622114 - Revista IDEF	15 248	0,4%	15 248	0,5%			15 248		
622115 - Serviços de informática	527 079	14,6%	344 973	10,8%	182 106	52,8%	605 410	-78 331	-12,9%
622116 - Serviços de comunicação e imagem	132 892	3,7%	72 629	2,3%	60 264	83,0%	100 491	32 402	32,2%
622117 - Manuais Técnicos	83 579	2,3%	259 073	8,1%	-175 494	-67,7%	259 073	-175 494	-67,7%
622119 - Anuário Financeiro	18 573	0,5%	27 919	0,9%	-9 346	-33,5%	23 674	-5 101	-21,5%
622119 - Dia do Contabilista	8 303	0,2%	11 656	0,4%	-3 354	-28,8%	11 656	-3 354	-28,8%
622119 - Encontro Nacional CC		0,0%	61 711	1,9%	-61 711	-100,0%	56 051	-56 051	-100,0%
622119 - Festival do Contabilista	71 560	2,0%		0,0%	71 560			71 560	
622119 - Conferências e eventos	8 574	0,2%	21 091	0,7%	-12 517	-59,3%	36 023	-27 449	-76,2%
622119 - Outros gastos com formação	14 394	0,4%	63 746	2,0%	-49 352	-77,4%		14 394	
622119 - Festa de Natal	91 080	2,5%	85 799	2,7%	5 281	6,2%	87 845	3 235	3,7%
622119 - Agendas e Calendários			9 697	0,3%	-9 697	-100,0%	32 793	-32 793	-100,0%
622119 - Medalhas Comemorativas 25 anos OCC			758		-758	-100,0%			
622119 - Eleições OCC - Ato Eleitoral	44 342	1,2%			44 342		231 900	-187 558	-80,9%
622119 - Implementação do Balcão único		0,0%					147 600	-147 600	-100,0%
622119 - Outros trabalhos especializados	39 729	1,1%	52 915	1,7%	-13 185	-24,9%	17 058	22 672	132,9%
622120 - Cédulas Profissionais	4 319	0,1%	30 839	1,0%	-26 520	-86,0%	37 800	-33 481	-88,6%
622121 - Mailing			558		-558	-100,0%			
622121 - Avaliação edif e viabilidade urbanística			26 224	0,8%	-26 224				
622122 - Datacenter + Lic. + Videoconferência	101 580	2,8%	121 153	3,8%	-19 574	-16,2%	112 499	-10 919	-9,7%
Totais	3 605 043	100,0%	3 196 960	100,0%	408 082	12,8%	4 043 439	-438 397	-10,8%

Também os gastos de honorários, inseridos na rubrica de gastos com serviços especializados, apresentaram um aumento em relação ao ano de 2023, no valor de 149.964 euros (+12,2%) e um desvio positivo de 41.803 euros (+3,1%) face ao valor orçamentado. Na rubrica de honorários destacamos que os gastos com formadores apresentam um valor de 929.432 euros, mais 114.251 euros (+14,0%) face ao ano de 2023, e mais 59.538 euros (+6,8%) face ao orçamento, devido ao acréscimo da formação.

Euros

Honorários	2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
622401 - Formadores	929 432	67,2%	815 181	66,1%	114 251	14,0%	869 894	59 538	6,8%
622402 - Consultoria Técnica	181 541	13,1%	159 192	12,9%	22 349	14,0%	143 040	38 501	26,9%
622404 - Elaboração Manuais Formação	34 632	2,5%	64 057	5,2%	-29 425	-45,9%	46 839	-12 207	-26,1%
622406 - Comissões/Grupos de Trabalho	65 081	4,7%	56 943	4,6%	8 137	14,3%	187 054	-121 973	-65,2%
622408 - Apoio Administrativo	8 502	0,6%	4 430	0,4%	4 072	91,9%	2 317	6 184	266,9%
622409 - Revista Contabilidade e Gestão	23 512	1,7%	25 248	2,0%	-1 736	-6,9%	20 760	2 752	13,3%
622411 - Solicitadores	7 009	0,5%	2 117	0,2%	4 892	231,1%	1 920	5 089	265,0%
622413 - Assessoria Jurídica	81 069	5,9%	66 420	5,4%	14 649	22,1%	66 420	14 649	22,1%
622410 - Outros (valor individual < 3 000 euros)	52 238	3,8%	39 463	3,2%	12 775	32,4%	2 968	49 270	1660,1%
Totais	1 383 015	100,0%	1 233 051	100,0%	149 964	12,2%	1 341 212	41 803	3,1%

O valor dos gastos de trabalhos especializados e honorários referentes à formação profissional é 2.639.044 euros, registando um aumento de 274.774 euros (+11,6%) em relação a 2023, e um desvio de mais 279.386 euros (+11,8%) face ao valor orçamentado para o ano de 2024.

Rubricas	2024	2023	Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
6221 Trabalhos especializados	1 674 981	1 485 033	189 948	12,8%	1 442 926	232 055	16,1%
622103 Formadores e autores de manuais	675 721	595 921	79 800	13,4%	563 187	112 534	20,0%
622109 Serviços de restauração	837 357	709 283	128 075	18,1%	746 254	91 103	12,2%
622110 Brochuras formação	161 903	179 829	-17 927	-10,0%	133 484	28 418	21,3%
6224 Honorários	964 064	879 237	84 826	9,6%	916 733	47 331	5,2%
622401 Formadores e autores de manuais	964 064	879 237	84 826	9,6%	916 733	47 331	5,2%
Total	2 639 044	2 364 270	274 774	11,6%	2 359 658	279 386	11,8%

Os gastos de conservação e reparação com um valor de 98.874 euros, apresentam um aumento de 5.292 euros (+5,7%) relativamente a 2023 e uma redução face ao valor orçamentado no valor de 181.895 euros (-64,8%).

Os serviços bancários registam em 2024 o valor de 223.945 euros, menos 40.809 euros (-15,4%) que o valor de 2023 e apresentam uma redução face ao valor orçamentado de 26.993 euros (-10,8%).

Comissões Bancárias	2024	2023	Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
TPA	411	508	-97	-19,1%	9 277	-8 866	-95,6%
MB	66 148	85 104	-18 956	-22,3%	82 416	-16 268	-19,7%
VISA/MBNET	135 949	143 602	-7 653	-5,3%	145 095	-9 146	-6,3%
Bancária	13 365	29 017	-15 652	-53,9%	9 277	4 088	44,1%
SDD	8 072	6 522	1 550	23,8%	4 874	3 198	65,6%
Total	223 945	264 753	-40 809	-15,4%	250 938	-26 993	-10,8%

O desvio do valor das comissões bancárias em relação ao valor orçamentado é devido às seguintes situações:

- No VISA/MBNET os valores faturados passaram de 14.424.311 euros para 16.105.897 euros, tendo tido um crescimento no volume de 11,7%, no entanto em 2024 dada a quebra no número de referências dos avisos/recibos (2,2%) o que influenciou a redução do valor das comissões bancárias;
- O número de referências pagas no site OCC passou de 198.334 em 2023 para 211.948 em 2024, tendo existido um crescimento de 11,9%, com um aumento do valor faturado. O número de referências pagas Aviso/Recibo OCC passou de 125.235 em 2023 para 122.504 em 2024 tendo diminuído 2,2%. Houve uma redução relativamente ao número de membros a utilizar as referências disponibilizadas nos Avisos/Recibo disponibilizados pela OCC. O valor da comissão paga reduziu apesar dos valores faturados terem sido superiores, em consequência de ter ocorrido uma redução do custo variável de cada transação; e
- O número de membros aderentes ao SDD passou de 11.231 em 2023 para 12.250 em 2024, tendo crescido 9,1%. O número de membros aderentes ao SDD aumentou, o que se refletiu nas comissões bancárias que, também, aumentaram.

O valor dos outros serviços especializados, que inclui a contribuição para o Fundo de Pensões referente aos juros líquidos das aplicações financeiras constituídas após a venda do edifício da Avenida 24 de julho em 2023, apresenta um aumento de 6.578 euros (+5,5%) em relação a 2023 e um desvio positivo de 17.538 euros (+16,2%) face ao orçamento.

Os artigos para oferta no valor de 213.170 euros, apresentam uma redução em relação ao ano de 2023 de 158.272 euros (-42,6%) e um desvio negativo de 16.668 euros (-7,3%) face ao orçamento. A redu-

ção face ao ano de 2023 é fruto do impacto da elaboração das agendas 2024 enviadas aos membros no fim do ano de 2023 e com o gasto reconhecido em 2023. Em 2024 foram enviadas aos membros as agendas 2025.

Os gastos de energia e fluídos, onde se incluem a eletricidade, água e combustíveis, apresentam em 2024 um valor de 203.736 euros, com uma redução de 113.699 euros (-35,8%) em relação a 2023 e um desvio de menos 112.690 euros (-35,6%) face ao orçamento. A eletricidade com um valor em 2024 de 172.399 euros, apresenta uma redução substancial de 108.374 euros (-38,6%) face ao ano de 2023 e uma variação de menos 110.466 euros (-39,1%) em relação ao valor orçamentado devido à alteração do fornecedor com melhores condições contratuais a nível do valor euro/kw.

Os gastos de deslocações e estadas, em 2024 apresentam um valor de 414.098 euros, com um aumento em relação ao período homólogo de 47.522 euros (+13,0%) e um desvio de menos 33.072 euros (-7,4%) face ao valor orçamentado.

As rendas e alugueres apresentam em 2024 um valor 554.478 euros, mais 247.666 euros de gastos face a 2023 (+80,7%) e mais 256.157 euros (+85,9%) em relação ao valor orçamentado sendo os gastos referentes ao aluguer de espaços e equipamentos na realização da formação profissional e com a tomada de posse dos novos Órgãos Sociais. Para além do referido os gastos referem-se ao aluguer de espaço e equipamentos para a formação eventual, segmentada, sessões de esclarecimento e reuniões livres.

As representações de Évora, Guarda, Bragança, Portalegre e Ponta Delgada, nos Açores, estão localizadas em edifícios alheios. O gasto com rendas e aluguer de equipamentos relacionados com o funcionamento das representações em 2024, foi de 45.652 euros.

Euros

Redas e alugueres	2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
62611 Instalações	45 652	8,2%	38 866	12,7%	6 787	17,5%	41 602	4 050	9,7%
62612 Espaços	314 434	56,7%	222 750	72,6%	91 684	41,2%	227 241	87 193	38,4%
62613 Equipamentos	194 392	35,1%	45 196	14,7%	149 196	330,1%	29 478	164 914	559,4%
Totais	554 478	100,0%	306 812	100,0%	247 666	80,7%	298 321	256 157	85,9%

A formação eventual, reuniões livres e outros eventos são realizados nos auditórios da OCC de Lisboa e Porto, e desde 2023 também em Braga. Caso não existissem estas instalações a OCC em 2018 teria um gasto acrescido de alugueres de 204.605 euros, em 2019 teria um gasto acrescido de 324.001 euros, em 2020 um gasto acrescido de 28.694 euros, em 2021 um gasto acrescido de 51.400 euros, em 2022 um gasto acrescido de 234.672 euros, em 2023 um gasto acrescido de 474.476 euros e em 2024 um gasto acrescido de 705.903 euros.

Eventos 2024	Lisboa	Porto	Braga	Total
Formação Eventual	13	10	0	23
Conferências	4	0	1	5
Congressos	0	1	0	1
Festa Natal	1	1	0	2
Entrega Medalhas	1	1	0	2
Total A	19	13	1	33
Reuniões Livres	21	21	21	63
Exames	4	4	3	11
Total B	26	25	25	76
Custo aluguer A	186 375,75 €	85 012,20 €	615,00 €	272 002,95 €
Custo aluguer B	255 040,50 €	163 485,00 €	15 375,00 €	433 900,50 €
Total A + B	441 416,25 €	248 497,20 €	15 990,00 €	705 903,45 €

Eventos 2023	Lisboa	Porto	Braga	Total
Formação Eventual	14	11	0	25
Conferências	7	1	1	9
Festa Natal	2	2	0	4
Entrega Medalhas	1	1	1	3
Total A	24	15	2	41
Reuniões Livres	21	21	21	63
Exames	3	3	0	6
Total B	24	24	21	69
Custo aluguer A	220 957 €	63 750 €	2 460 €	287 167 €
Custo aluguer B	110 479 €	51 000 €	25 830 €	187 309 €
Total A + B	331 436 €	114 750 €	28 290 €	474 476 €

Caso não existissem as instalações de Lisboa, Porto, e desde 2022 em Braga, a OCC no período de 2018 a 2024 teria um gasto acrescido de alugueres de 2.023.751 euros.

Comunicação	2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
	Valor	%	Valor	%	Variação	%		Valor	%
62621 Correio Normal	197 069	19,3%	140 614	18,8%	56 454	40,1%	92 028	105 041	114,1%
62622 Correio Editorial	258 246	25,2%	190 019	25,4%	68 227	35,9%	106 023	152 223	143,6%
62621 Correio Editorial – Ato Eleitoral	233 437	22,8%			233 437		171 450	61 987	36,2%
62621 Correio Agendas e Calendários 2023 e 2024	45 308	4,4%	208 142	27,8%	-162 834	-78,2%	118 265	-72 957	-61,7%
62621 Correio Livro Contabilidade							54 823	-54 823	-100,0%
62624/5/6 Telefones, internet e televisão	289 355	28,3%	209 201	28,0%	80 154	38,3%	162 617	126 737	77,9%
Totais	1 023 415	100,0%	747 977	100,0%	275 438	36,8%	705 206	318 209	45,1%

Os gastos com comunicação no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 apresentam um valor de 1.023.415 euros, registando um aumento de 275.438 euros (+36,8%) em relação a 2023 e um desvio de mais 318.209 euros (+45,1%) face ao valor orçamentado. O aumento mais expressivo em relação a 2023 deve-se ao correio editorial do ato eleitoral. Em 2023, foram enviados aos membros no início do ano as agendas e calendários de 2023 e no fim do ano as agendas e calendários de 2024. As agendas e calendários de 2025 foram enviadas aos membros no fim do ano de 2024. No ano de 2024 foram impressas e enviadas duas revistas a todos os membros, mais uma que no ano de 2023, o que aumentou substancialmente os gastos do correio editorial. O correio normal aumentou consideravelmente, atendendo que com a entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados e alteração das regras de acesso à profissão, bem como atendendo à crescente reputação, dignificação e valorização da profissão, a Ordem deparou-se com um grande fluxo de 5.554 candidatos.

Em 2024, os encargos com seguros representam 14,5% dos gastos totais e ascendem a 3.427.176 euros, com uma variação de mais 703.803 euros (+25,8%) em relação ao ano de 2023 e um desvio de mais 235.463 euros (+7,4%) face ao valor orçamentado para 2024.

O valor base do prémio anual da apólice do seguro de responsabilidade civil para o período de 1 de abril de 2022 a 31 de março 2023, foi 730.000 euros. No período de 1 de abril de 2023 a 31 de março de 2024 e no período de 1 de abril de 2024 a 31 de março de 2025 manteve-se o valor base do prémio em 730.000 euros. O aumento de 150.000 euros (+20,5%) euros face ao ano de 2023 é referente à participação em resultados da sinistralidade referente à cláusula 6.ª da apólice do seguro de responsabilidade civil do período de 1 de abril de 2021 a 31 de março de 2022.

O seguro de saúde do CC tem um peso considerável de 73,3% do total dos gastos de seguros em 2024 e apresenta o valor de 2.511.466 euros, com uma variação em relação a 2023 de mais 555.448 euros

(+28,4%). Salientamos que a apólice anual do seguro de saúde dos membros para o período de 1 de abril de 2022 a 31 de março de 2023 registou um aumento significativo no valor do prémio anual, tendo este passado do valor de 1.214.165 euros para 1.682.121 euros. Para o período de 1 de abril de 2023 a 31 de março de 2024 a apólice anual do seguro de saúde registou um novo aumento, tendo passado para o valor de 2.044.509 euros. Para o período de 1 de abril de 2024 a 31 de março de 2025 a apólice do seguro de saúde registou um aumento tendo passado para o valor de 2.647.907 euros.

Estes sucessivos aumentos do valor da apólice anual do seguro de saúde dos membros estão diretamente relacionados com o aumento do uso do seguro, que eleva a sinistralidade.

Seguros	2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		Valor	%
62631 Multi-riscos	20 138	0,6%	20 921	0,8%	-783	-3,7%	20 864	-726	-3,5%
62632 Viaturas	2 797	0,1%	4 419	0,2%	-1 622	-36,7%	4 115	-1 318	-32,0%
62633 Ramos transportes de mercadorias	169		187		-17	-9,2%	169		
62634 Responsabilidade Civil CC	880 000	25,7%	730 000	26,8%	150 000	20,5%	930 000	-50 000	-5,4%
62635 Acidentes Pessoais	6 190	0,2%	5 829	0,2%	360	6,2%	6 056	133	2,2%
63636 Saúde do CC	2 511 466	73,3%	1 956 018	71,8%	555 448	28,4%	2 224 509	286 956	12,9%
62637 Responsabilidade Civil Profissional	6 417	0,2%	6 000	0,2%	417	6,9%	6 000	417	6,9%
Totais	3 427 176	100,0%	2 723 373	100,0%	703 803	25,8%	3 191 713	235 463	7,4%

Euros

Os gastos com limpeza, higiene e conforto apresentam no ano de 2024 um valor de 185.414 euros, menos 9.655 euros (-4,9%) que o valor do período homólogo e mais 9.119 euros (+5,2%) que o valor do orçamento.

Os gastos com pessoal apresentam em 2024 um valor de 8.806.772 euros, mais 2.013.554 euros (+29,6%) que o valor apresentado no ano de 2023 e mais 496.509 euros (+6,0%) que o valor orçamentado.

Com as alterações do estatuto, foi criado um novo órgão social com seis elementos remunerados, o que originou um aumento de 38,3% dos gastos com os órgãos sociais.

A Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC eleita pela Assembleia Representativa no dia 5 de março de 2022, conforme disposto na alínea g) do art.º 40.º do Estatuto da OCC (EOCC), no dia 23 de novembro 2023 deliberou a definição, numa base fundamentada e estruturada, de uma tabela de remunerações para os membros do conselho diretivo, conselho jurisdicional, conselho fiscal e o valor das senhas de presença para os membros dos restantes órgãos e comissões estatutárias para o ano de 2024. As remunerações da Bastonária, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e Assembleia Representativa do período de 1 de janeiro a 1 de julho de 2024 foram processadas com base no estipulado pela referida Comissão. As remunerações do Conselho Diretivo do período de 1 de janeiro a 9 de julho de 2024 foram processadas com base no estipulado pela referida Comissão.

No dia 3 de julho de 2024, dia seguinte após a tomada de posse dos órgãos sociais, foi realizada a Assembleia Representativa, no auditório de Lisboa, para eleição da Mesa da Assembleia Representativa, apreciação da nomeação dos membros do Conselho Diretivo e deliberação da proposta de regulamento de remunerações dos membros dos órgãos sociais da OCC.

No dia 10 de julho, na sede da Ordem em Lisboa, decorreu a cerimónia de tomada de posse do Conselho Diretivo e Provedor dos Destinatários dos Serviços. Nesta cerimónia, foi apresentado também o Presidente do Conselho de Supervisão da Ordem para o mandato 2025-2028.

No dia 3 de julho de 2024, o Conselho de Supervisão da OCC aprovou as remunerações dos órgãos sociais nos termos do Regulamento de Remuneração dos Órgãos Sociais da OCC. As remunerações da Bastonária, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional, Conselho de Supervisão e Assembleia Representativa foram processadas com base no estipulado pelo Conselho de Supervisão a partir de 2 de julho de 2024. As remunerações do Presidente do Conselho de Supervisão foram processadas com base no estipulado pelo Conselho de Supervisão a partir de 3 de julho de 2024. As remunerações do Conselho Diretivo e do Provedor do Destinatário dos Serviços foram processadas com base no estipulado pelo Conselho de supervisão a partir de 10 de julho de 2024.

Os gastos com colaboradores aumentaram 1.743.320 euros (+28,9%) face a 2023, em resultado da atualização dos salários e de novas contratações para consultadoria e informática, com vista a dotar a OCC de capacidade para continuamente melhorar o serviço prestado aos membros. O número médio de colaboradores passou de 129 em 2022 para 151 no ano de 2023, e para 173 em 2024, tendo existido um aumento de 20 colaboradores em 2023 e um aumento de 22 colaboradores em 2024.

Gastos com o pessoal	2024		2023		Variação 2023/2024		Orçamento 2024	Desvio face ao orçamento	
Total gastos órgãos sociais	1 035 291	11,8%	765 057	11,3%	270 234	35,3%	846 986	188 304	22,2%
Remunerações dos órgãos da OCC	831 498	9,4%	614 490	9,0%	217 009	35,3%	688 320	143 178	20,8%
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OCC	187 514	2,1%	138 102	2,0%	49 411	35,8%	145 187	42 327	29,2%
Seguro acidentes de trabalho dos órgãos da OCC	2 795	0,0%	2 707	0,0%	87	3,2%	2 283	511	22,4%
Seguro de saúde dos órgãos da OCC	13 484	0,2%	9 758	0,1%	3 726	38,2%	11 196	2 287	20,4%
Total gastos com colaboradores	7 771 481	88,2%	6 028 161	88,7%	1 743 320	28,9%	7 463 276	308 205	4,1%
Remunerações do pessoal	6 203 704	70,4%	4 799 276	70,6%	1 404 428	29,3%	6 015 020	188 684	3,1%
Encargos sobre remunerações do pessoal	1 350 413	15,3%	1 058 233	15,6%	292 180	27,6%	1 247 027	103 386	8,3%
Seguro acidentes de trabalho do pessoal	21 220	0,2%	19 827	0,3%	1 394	7,0%	27 665	-6 445	-23,3%
Seguro de saúde do pessoal	116 712	1,3%	94 249	1,4%	22 463	23,8%	125 397	-8 685	-6,9%
Outros gastos de ação social	4 302	0,0%	4 339	0,1%	-37	-0,9%	30 767	-26 465	-86,0%
Outros gastos com o pessoal	75 130	0,9%	52 237	0,8%	22 893	43,8%	17 400	57 730	331,8%
Total	8 806 772	100,0%	6 793 218	100,0%	2 013 554	29,6%	8 310 263	496 509	6,0%

Os gastos de depreciação e amortização com um valor de 1.509.352 euros, apresentam um aumento em relação a 2023 de 380.578 euros (+33,7%) e um desvio face ao valor orçamentado para 2024 de menos 153.086 euros (-9,2%).

As perdas por imparidade, no valor de 48.027 euros, registam uma redução de 5.525 euros (-10,3%) relativamente a 2023 e menos 35.973 euros (-42,8%) face ao previsto para o ano de 2024.

Em 2024 face ao ano de 2023, a evolução da dívida dos membros registou uma redução de 10,5%, e o critério para o cálculo das perdas por imparidades foi redefinido, de forma a refletir mais objetivamente a realidade tendo a taxa aplicável aos processos de quotas em remessa para a Autoridade Tributária e Aduaneira de 6 a 12 meses passado de 10% em 2023 para 8% no ano de 2024. A taxa aplicável aos processos de quotas em cobrança via Autoridade Tributária e Aduaneira passou de 15% em 2023 para 10% no ano de 2024. Foi mantido o critério para o cálculo das perdas por imparidades em relação aos processos de quotas em remessa para a Autoridade Tributária e Aduaneira superiores a 12 meses de 10% e aos pagamentos faseados de 10%.

Assim, o critério das imparidades adotado em 2024, que é o seguinte:

- Processos de quotas em remessa para a AT de 6 a 12 meses: 8%
- Processos de quotas em remessa para a AT mais 12 meses: 10%

- Processos de quotas em cobrança AT: 10%
- Pagamentos faseados: 10%

Os outros gastos representam 1,4% dos gastos totais de 2024, ascendem a 321.451 euros e apresentam uma redução de 140.400 euros (-30,4%) em relação a 2023 e menos 6.512 euros (-2,0%) face ao orçamentado para 2024. Nesta rubrica as quotizações apresentam o valor mais significativo.

		Euros	
Quotas Outras Instituições	2024	2023	
EFAA – European Federation of Accountants and Audit	37 500	37 500	
IFAC – International Federation of Accountants	181 295	199 234	
CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais	2 500	2 500	
FCM – Fédération des Experts Comptables Méditerranéens	3 000	3 000	
CILEA – Comité de Integración Latino Europa-América	6 200	6 200	
ACCA – Association of Chartered Certified Accountants	2 200	2 200	
SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social		100	
Totais	232 695	250 734	

Os gastos de financiamento ascenderam a 110.285 euros, menos 21.228 euros (-16,1%) que em 2023 e mais 2.375 euros (+2,2%) face ao valor orçamentado para o período de 2024.

Efeito do aumento do valor das quotas - rendimentos, gastos e investimentos

O orçamento da OCC, para o ano de 2023, definiu o aumento de 3 euros no valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados pelos membros com inscrição ativa, passando assim a quota mensal a ter o valor de 15 euros.

O aumento das quotas aprovado na Assembleia Representativa de 17 de dezembro 2022, prevê a manutenção:

- Redução de 50% do valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros com a inscrição suspensa nos termos do artigo 22.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados;
- Redução de 50% do valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros no primeiro ano de inscrição;
- Redução de 50% do valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros com mais de 75 anos de idade que não exerçam ativamente a profissão;
- Isenção total no pagamento de quotas mensais à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros com mais de 80 anos de idade que não exerçam ativamente a profissão.

Esta proposta do aumento de 3 euros no valor da quota mensal teve como base uma sondagem promovida pelo Conselho Diretivo entre os dias 12 e 27 de novembro de 2022, ato que mostrou ser o mais participado da história da Ordem, dos 23.874 votos registados, 67,09% votaram pelo aumento das quotas em 3 euros mês para assim existir o acesso a toda a formação à distância gratuitamente.

A Ordem, na prossecução da sua missão e objetivos, tem pugnado permanentemente por disponibilizar aos seus membros um vasto conjunto de ferramentas que visam a promoção das melhores condições para o exercício da profissão. Nesse âmbito, a formação profissional contínua, enquanto veículo indispensável ao exercício profissional, pautado pelos mais elevados padrões de excelência, é e será sempre uma das grandes apostas da nossa instituição.

Com o aumento do valor mensal das quotas em 3 euros, aprovado na Assembleia Representativa de 17 de dezembro de 2022, realizada em Lisboa, todos os modelos formativos online, presentes (CCclix, E-learning, Plug-in, Reuniões Livres online e. Descomplicar na Hora) e futuros, tornaram-se gratuitos para todos os contabilistas certificados com inscrição ativa na Ordem.

Efeito do aumento das quotas nos rendimentos:

Membros	Euros						
	Real 31/12/2024	Real 31/12/2023	Variação 2023/2024		Orçamento 31/12/2024	Desvio face ao orçamento	
Quotização-Membros efetivos	11 847 477	11 975 080	-127 603	-1,1%	11 981 520	-134 043 €	-1,1%
Quotização-Membros suspensos	181 703	207 953	-26 250	-12,6%	205 650	-23 948 €	-11,6%
Isenção total +80 anos	-147 285	-124 650	-22 635	18,2%	-133 200	-14 085 €	10,6%
Isenção 50% (75-80 anos)	-64 553	-60 165	-4 388	7,3%	-61 830	-2 723 €	4,4%
Isenção 50% (1.ºano/novos membros)	-57 248	-42 308	-14 940	35,3%	-42 030	-15 218 €	36,2%
Cancelamento Inscrição					-229 860	229 860 €	-100,0%
Total	11 760 095	11 955 909	-195 815 €	-1,6%	11 720 250	39 845 €	0,3%

Euros

Membros	Real 31/12/2023	Real 31/12/2022	Variação 2022/2023		Orçamento 31/12/2023	Desvio face ao Orçamento	
Quotização-Membros efetivos	11 975 080	9 651 624	2 323 456	24,1%	12 151 260	-176 181	-1,4%
Quotização-Membros suspensos	207 953	169 764	38 189	22,5%	208 980	-1 028	-0,5%
Isenção total +80 anos	-124 650	-82 140	-42 510	51,8%	-106 920	-17 730	16,6%
Isenção 50% (75-80 anos)	-60 165	-43 854	-16 311	37,2%	-57 420	-2 745	4,8%
Isenção 50% (1.º ano/novos membros)	-42 308	-42 870	562	-1,3%	-63 720	21 412	-33,6%
Cancelamento Inscrição					-306 000	306 000	-100,0%
Total	11 955 909	9 652 524	2 303 385	23,9%	11 826 180	129 729	1,1%

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, o valor dos serviços prestados referentes a quotas dos membros ascende a 11.760.095 euros, com o montante inferior ao período homólogo de 195.815 euros (-1.6%), e superior face ao valor orçamentado de 39.845 euros (+0,3%).

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, o valor dos serviços prestados referentes a quotas dos membros ascende a 11.955.909 euros, com o montante superior ao período homólogo de 2.303.385 euros (+23,9%), devido ao aumento de 3 euros no valor da quota mensal, e superior face ao valor orçamentado de 129.729 euros (+1,1%).

Efeito do aumento das quotas na tesouraria:

Euros

Recebimento Quotas	2024	2023	2022
Janeiro	2 143 653	1 977 961	1 698 835
Fevereiro	620 821	449 354	840 643
Março	703 883	999 473	1 056 606
Abril	1 501 542	1 404 519	1 301 492
Maiο	461 037	625 450	408 721
Junho	631 224	628 762	650 646
Julho	1 475 673	1 510 885	1 224 282
Agosto	371 906	358 645	379 171
Setembro	818 185	708 406	753 211
Outubro	1 482 587	1 373 172	1 326 531
Novembro	909 580	739 390	475 207
Dezembro	1 000 089	996 052	471 077
Acumulado	12 120 180	11 772 069	10 586 421

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 o valor recebido referente a quotas foi 12.120.180 euros, refletindo um aumento face ao período homólogo de 2023 de 348.111 euros (+ 3.0%).

As dívidas dos membros referentes a quotas, diminuíram em 226.520 euros (-10,5%), passaram de 2.162.572 euros em 31 de dezembro de 2023, para 1.936.051 euros em 31 de dezembro de 2024.

O aumento dos recebimentos das quotas no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 reflete diminuição da dívida de quotas com menos de 6 meses no valor de 151.196 euros.

A dívida com mais de 6 meses regista em 31 de dezembro de 2024 um decréscimo em relação a 31 de dezembro de 2023, de menos 123.824 euros, apresentando um valor de 412.055 euros. O valor das dívidas dos membros, líquido de imparidades, em 31 de dezembro de 2024, apresenta um montante de 1.809.255 euros, inferior ao valor de 31 de dezembro de 2023 em 171.445 euros.

Efeito da formação online gratuita na redução dos rendimentos:

Desde 1 de janeiro de 2023, todos os modelos formativos online existentes na OCC (CCclix, e-learning, plug-in, Reuniões Livres e Descomplicar na Hora), tornaram-se gratuitos para todos os contabilistas certificados com inscrição ativa na Ordem.

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, registaram-se 161.220 inscrições na formação on-line, o que representa um valor de rendimentos não cobrados de 5.159.040 euros, tendo como base os valores existentes desta formação em dezembro de 2022. As inscrições do ano 2024 foram substancialmente superiores ao ano de 2023 cujo registo foi 109.674, representando um valor de rendimentos não cobrados de 3.509.568 euros.

Formações à distância de janeiro a dezembro

Tipo Formação	Número de inscritos	Valor
Descomplicar na hora	6 804	217 728 €
e-Learning	53 849	1 723 168 €
Plug-in	100 567	3 218 144 €
Totais	161 220	5 159 040 €

Efeito da formação online gratuita nos gastos e investimentos:

						Euros
Apoio aos membros – Formação gratuita	Reuniões livres e RL TOConline	Formação à distância	Formação descomplicar	Formação plug-in	CCCLix	Total
Formadores	397 878	71 954	21 727	234 298	48 852	774 708
Serviços de informática		58 534		29 463		87 997
Elaboração de manuais de formação		13 150		23 530		36 680
Brochuras				1 476		1 476
Handling	89					89
Deslocações, estadas e refeições	17 459			403		17 862
Despesas de representação	1 340					1 340
Rendas e alugueres-Espaços	35 986					35 986
Rendas e alugueres-Equipamentos	9 445					9 445
Outros trabalhos especializados	2 961				442	3 404
Serviços de hospedeiras	748					748
Apoio Administrativo	2 134					2 134
Total dos Gastos	468 040	143 638	21 727	289 170	49 294	971 868

Investimentos

Os investimentos realizados em ativos fixos tangíveis no período de 2024, totalizaram 1.587.802 euros, apresentados no quadro seguinte (282.489 euros em 2023):

Ativos fixos tangíveis	31/12/2024	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	5 725 913					5 725 913
Edifícios e outras construções	23 289 794					23 289 794
Equipamento de transporte	288 690					288 690
Equipamento administrativo	5 007 533	711 862		-52 031		4 347 701
Outros ativos tangíveis	385 206	126 410				258 797
Investimentos em curso	966 482	749 530				216 952
Ativo bruto	35 663 618	1 587 802		-52 031		34 127 846
Depreciações acumuladas	12 836 786	819 457		-52 031		12 069 360
Quantia escriturada	22 826 832	768 345				22 058 486

No ano de 2024 foram feitas aquisições de equipamento administrativo no valor de 711.862 euros, incluem a aquisição de computadores, portáteis e monitores para reformulação do parque informático no valor de 106.540 euros, a aquisição de material audiovisual para o estúdio da OCC no valor de 25.307 euros, a aquisição de uma impressora no valor de 250 euros, a aquisição de servidores TOOnline no valor de 455.700 euros, e também a aquisição de equipamento diverso e mobiliário no valor de 124.066 euros.

As aquisições de outros ativos tangíveis incluem a aquisição e instalação de um sistema de carregamento inteligente de veículos eléctricos, nos pisos -1 e -2 do edifício SEDE, no valor de 125.522 euros.

Foram instalados 51 carregadores de viaturas eléctricas, suportados em novos quadros e uma rede eléctrica criada e certificada para o efeito. O sistema otimiza o carregamento, exige menor potência instalada/contratada, uma vez que conta com um sistema inteligente que integra informação da quantidade de viaturas e o seu nível de carga e mediante um modelo computacional dedicado, balanceia a quantidade de linhas de energia (fases) e a energia que atribui em cada fase e a cada viatura.

Em 31 de dezembro de 2024, permanece em curso o montante de 199.114 euros que respeita às instalações de Viana do Castelo, o valor de 264.718 euros referente a obras de remodelação necessárias nas instalações da “Quinta do Pinheiro” em Braga e o valor de 22.374 euros referente a obras que decorrem nas instalações no Porto.

Relativamente ao equipamento administrativo, encontra-se em fase de instalação e montagem, novos equipamentos informáticos, que incluem novos Switches Servidores TOOnline.

Investimentos em curso – Ativos fixos tangíveis	valor de aquisição	Imposto do selo	IMT	Registo	Obras/ Montagem	Total
Instalações em Viana do Castelo – Rua António Machado Vilas Boas, 129 a 159	185 000	1 480	12 025	609		199 114
Instalações em Braga – Lugar do Pinheiro “Quinta do Pinheiro” Rua Frei José Vilaça, nº 280					264 718	264 718
Instalações do Porto – Largo 1º Dezembro nº 42					22 374	22 374
Subtotal	185 000	1 480	12 025	609	287 092	486 206
Equipamento administrativo – Switches Servidores TOOnline					480 275	480 275
Subtotal					480 275	480 275
Total	185 000	1 480	12 025	609	767 367	966 482

Na rubrica bens do património histórico e cultural estão incluídos cinco livros dos projetos referentes ao desenvolvimento de dois trabalhos de investigação, intitulados “História da Contabilidade em Portugal” e “História da Profissão de Contabilista em Portugal”. Os livros encontram-se disponíveis.

Euros						
Bens do património histórico e cultural	31/12/2024	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2023
Bens do património histórico e cultural	103 328	11 001				92 328
Livros-História da Contabilidade	200 000					200 000
Quantia escriturada	303 328	11 001				292 328

Euros						
Ativos não correntes detidos para venda	31/12/2024	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2023
Imóvel – Av. Almirante Gago Coutinho, nº 121 e 121A *	1 500 285					1 500 285

Os investimentos em curso até 31/12/2019, relativos à aquisição da «Casa dos CC» na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.ºs 121 e 121 A, em Lisboa, no valor de 1.500.285 euros, foram reclassificados no ano de 2020, passando de ativos fixos tangíveis (em curso) para a rubrica ativos não correntes detidos para venda, por se encontrarem disponíveis para venda imediata, nas condições atuais.

O conselho diretivo continua empenhado na sua alienação em 2025, dado ainda não ter sido possível concretizar a venda do imóvel no ano de 2024, sendo a sua venda altamente provável no curto prazo. No dia 9 de outubro de 2023 foi efetuada a liquidação antecipada do contrato de leasing n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na Avenida Gago Coutinho e está previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2025, aprovado na assembleia representativa de 13 de dezembro de 2024, alienar este imóvel.

O imóvel apresentado em Ativos não correntes detidos para venda, encontra-se mensurado ao custo histórico de aquisição, subtraído das depreciações acumuladas até ao momento da reclassificação para esta rubrica. A quantia escriturada estima-se inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda.

O investimento na aquisição e remodelação do edifício da sede foi de 12.440.343 euros tendo-se celebrado em maio de 2005 um contrato de locação financeira imobiliário com o Millennium BCP, de 15 anos, que terminou em junho de 2020, com um valor total de financiamento de 9.500.000 euros. No dia 22 de setembro de 2020, o edifício sede da OCC passou a ser oficialmente propriedade desta instituição, com a celebração da escritura efetiva.

A aquisição e remodelação das novas instalações do Porto, inauguradas em março de 2016, tem um valor de investimento de 7.391.066 euros, com recurso a um financiamento junto do BPI de duas tranches de 2.000.000 euros, com um valor em dívida em 31 dezembro de 2024 de 1.799.999 euros. Uma tranche de 2.000.000 euros foi totalmente amortizada em 2024 e a segunda no ano de 2031. No ano de 2024 foi amortizado 266.667 euros do valor em dívida.

Para aquisição e remodelação do novo auditório de Lisboa, na Rua Defensores de Chaves, um investimento de 4.709.382 euros, foi necessário recorrer a um financiamento do BPI no montante de 2.225.000 euros em 2014 com um prazo de 17 anos, que termina em 2031. O montante em dívida em 31 dezembro de 2024 é 1.595.954 euros. Durante o ano de 2024 foi amortizado 99.323 euros do valor em dívida.

O investimento total em terrenos e edifícios soma atualmente 29.015.707 euros, em ativos fixos tangíveis. Para além do edifício da sede na Rua Barbosa do Bocage, faz parte do ativo fixo tangível o auditório novo de Lisboa na Rua Defensores de Chaves, o edifício novo do Porto no Largo 1.º de Dezembro, a nova

representação de Braga, situada na Quinta do Pinheiro em Ferreiros, adquirida em julho de 2022, as instalações das delegações de Setúbal, Leiria, Aveiro, Santarém, Castelo Branco, Viseu, Coimbra, Vila Real, Funchal e Faro. As delegações de Ponta Delgada, Évora, Guarda, Bragança, Portalegre e Beja são arrendadas.

Os investimentos em ativos intangíveis totalizaram, no ano de 2024, o valor de 1.411.527 euros (em 2023 o valor foi 1.080.373 euros):

Euros						
Ativos intangíveis	31/12/2024	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2023
Programas de computador (TOConline)	426 501					426 501
Licenças Oracle	167 783					167 783
Licenças Microsoft	150 845					150 845
Programa de computador (AFE)	86 100					86 100
Licença Toad Oracle Xpert Edition W DBA Module	7 729					7 729
Plataforma Credenciação e acessos OCC	13 776					13 776
Programa Biblioteca – CATWIN + USEWIN	2 768					2 768
Projeto – Novo WEBSITE Institucional	639 230					639 230
Projeto de desenvolvimento – CCCLIX – Contabilidade	235 496					235 496
Projeto de desenvolvimento – CCCLIX – Fiscalidade	276 452					276 452
Projeto-“Desenvolvimento Informático”	1 123 108	289 663			136 042	697 403
Ativos intangíveis em curso-Projeto – “CCCLIX”	77 156	70 629				6 528
Ativos intangíveis em curso-Projeto-“Desenvolvimento Informático”	1 051 235	1 051 235			-136 042	136 042
Ativo bruto	4 258 180	1 411 527				2 846 653
Amortizações acumuladas	1 892 420	689 895				1 202 525
Quantia escriturada	2 365 759	721 631				1 644 128

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 foi adicionado à rubrica de ativos intangíveis concluídos o valor de 425.705 euros, montante que inclui o montante de 136.042 euros do período de 2023.

Em setembro foi transferido o valor de 425.705 euros para ativos intangíveis referente à conclusão de vários projetos de desenvolvimento informático do TOConline, nomeadamente o Open Banking, Recibos Verdes, Arquivo Empresas Inativas.

Os valores de investimento referentes ao desenvolvimento do novo portal institucional (Site OCC/Mobile APP) incluem a prestação de serviços e recursos humanos internos afetos ao desenvolvimento, operacionalização e exploração. Os recursos humanos internos afetos ao desenvolvimento do novo portal institucional foram reconhecidos em “trabalhos para a própria entidade”.

Na rubrica ativos intangíveis em curso realça-se o lançamento do novo e inovador projeto da formação, o CCCLIX cujo valor de investimento inclui aquisição de serviços e recursos humanos afetos à realização dos novos cursos e tutoriais desenvolvidos especificamente para a nova plataforma. O CCCLIX foi lançado em setembro de 2022, no 7.º Congresso dos Contabilistas Certificados. Os recursos humanos internos afetos à realização dos novos cursos e tutoriais desenvolvidos especificamente para a nova plataforma CCCLIX foram reconhecidos em “trabalhos para a própria entidade”.

O Projeto de Desenvolvimento Informático do Toconline, apresenta um investimento de prestação de serviços e recursos humanos afetos, que foram reconhecidos em “trabalhos para a própria entidade”, e pretende reestruturar as plataformas de base informática atuais de ligação com os membros e operacionalização dos serviços que a Ordem presta aos membros aumentando a capacidade de resposta, in-

introduzindo novas ferramentas numa linguagem atual e melhorando eficiências. Em 2024, foi adicionado na rubrica de ativos intangíveis em curso relativo ao projeto de desenvolvimento informático Toconline o valor de 1.051.235 euros, que inclui entre outras funcionalidades e upgrades, nomeadamente, o novo módulo de gestão de ativos, a reimplementação do módulo de cálculo de salários e o novo sistema de gestão de ausências e salários.

Para cada um destes intangíveis em curso estão assegurados os recursos e a viabilidade técnica para os concluir, ficando plenamente disponíveis para uso pelos membros. A geração de benefícios económicos futuros está assegurada através da utilidade para os Contabilistas Certificados e, conseqüente utilização pelos mesmos.

Situação Financeira

A autonomia financeira da OCC em 31 de dezembro de 2024 é 67,4%. Em 31 de dezembro de 2023 era de 71,0%. Em 31 de dezembro de 2022 era de 64,1%. Em 31 de dezembro de 2021 era de 70,1% versus 70,2% em 31 de dezembro de 2020, 68,5% em 31 de dezembro de 2019, 66,1% em 31 de dezembro de 2018 e 53,2% em 31 de dezembro de 2017.

O rácio de solvabilidade é de 2,07 em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 era de 2,44. Em 31 de dezembro era de 2022 é 1,78. É de 2,35 em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (2,17 em 31 de dezembro de 2019, 1,95 em 31 de dezembro de 2018 e 1,14 em 31 de dezembro de 2017).

Financiamentos

															Euros	
Financiamentos obtidos	31/12/2017	31/12/2018	Amortização 2018	31/12/2019	Amortização 2019	31/12/2020	Amortização 2020	31/12/2021	Amortização 2021	31/12/2022	Amortização 2022	31/12/2023	Amortização 2023	31/12/2024	Amortização 2024	Amortização 2018-2024
Cartões de crédito	6 162	1 583	4 579		1 583											6 162
BCP (caucionada)	496 000		496 000													496 000
Santander Totta (caucionada)	850 000		850 000													850 000
BPI (caucionada)	500 000		500 000													500 000
Leasing BCP (sede)	1 874 361	1 183 418	690 943	482 739	700 679		482 739									1 874 361
Leasing BPI (Gago Coutinho)	562 662	527 197	35 465	491 143	36 054	454 257	36 886	416 579	37 678	379 197	37 382		379 197			562 662
Tranche BPI (Porto)	1 666 666	1 400 000	266 666	1 133 333	266 667	866 667	266 667	600 000	266 667	333 333	266 667	66 667	266 667		66 667	1 666 666
Tranche JESSICA (Porto)	2 000 000	2 000 000		2 000 000		2 000 000		2 000 000		2 000 000		2 000 000				200 001
BPI (Audatório Lisboa)	2 225 000	2 191 892	33 108	2 092 569	99 323	1 993 246	99 323	1 893 923	99 323,21	1 794 600	99 323	1 695 277	99 323	1 595 954	99 323	629 046
Total	10 180 851	7 304 090	2 876 761	6 199 784	1 104 305	5 314 170	885 615	4 910 502	403 668	4 507 130	403 372	3 761 944	745 186	3 395 953	365 990	6 784 898

Em relação ao endividamento existente em 31 de dezembro de 2017, no valor de 10.180.851 euros, durante os anos de 2018 a 2024 foi amortizado o montante de 6.784.898 euros, o que corresponde a uma redução de 66,6% do valor em dívida. No período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024, os financiamentos obtidos foram amortizados em 365.990 euros, ou seja, 9,7% face a 31/12/2023. Em 31 de dezembro de 2024 o valor do endividamento é 3.395.953 euros.

Em outubro de 2023 foi realizada a liquidação antecipada do contrato de leasing n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na Avenida Gago Coutinho.

Contas caucionadas 2024	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Plafond disponível												
BCP	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000
Santander	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000
Disponibilidade	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000

O atual *plafond* disponível das contas caucionadas é de 1.250.000 euros, sendo que, desde 15 de outubro de 2018 até à presente data, não foi utilizado qualquer montante. Registamos o facto, que em maio de 2021 o *plafond* disponível das contas caucionadas foi reduzido em 500.000 euros referente à conta caucionada detida no BPI, tendo neste mês o *plafond* total disponível passado de 1.750.000 euros para 1.250.000 euros.

Tesouraria

Tendo em consideração o valor inicial em 1 de janeiro de 2024 dos saldos de caixa e bancos no valor de 5.001.311 euros, que inclui duas aplicações no montante total de 4.500.000 euros, o valor total de recebimentos de 35.337.793 euros e o de pagamentos é de 35.221.696 euros (incluído as aplicações financeiras), em 31/12/2024 existe um saldo positivo em bancos e caixa no montante de 5.367.409 euros. O saldo final em 31/12/2024 de caixa e bancos inclui o saldo de tesouraria de 617.409 euros e o montante de 4.750.000 euros referente a três aplicações financeiras de curto prazo.

Euros													
Tesouraria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
RECEBIMENTOS	5 365 471	1 828 359	1 749 462	2 513 643	1 577 434	1 564 623	8 831 012	1 136 758	2 585 689	2 416 292	2 636 160	3 132 891	35 337 793
Quotas Recebidas	2 143 653	620 821	703 883	1 501 542	461 037	631 224	1 475 673	371 905	818 185	1 482 587	909 580	1 000 089	12 120 180
Ações Formação	449 107	18 263	25 542	30 074	141 266	4 123	11 153	8 417	426 689	97 712	354 236	99 858	1 666 440
Outras Receitas	1 693 730	1 109 163	956 920	925 010	904 768	867 218	1 406 477	682 794	774 327	760 166	788 098	1 336 951	12 205 623
Venda de imóveis	1 000 000						5 750 000		500 000		500 000	500 000	8 250 000
Ap. Financeira (Vencimento)	11 250						113 854		6 316				131 420
Fundo de Pensões	67 732	80 112	63 117	57 017	70 364	62 058	73 854	73 641	60 173	75 826	84 246	195 993	964 130
PAGAMENTOS	3 268 332	3 009 195	2 296 232	1 758 491	1 896 009	1 855 524	8 851 769	1 248 221	2 835 029	1 890 611	3 265 228	3 047 055	35 221 696
Seguros	232 886	232 886	200 140	304 358	281 492	62 943	722 497	2 078	565 094	62 943	666 257	281 492	3 615 067
Fornecedores C/C	860 742	766 682	584 852	554 450	615 169	655 258	1 094 327	240 400	834 431	759 105	1 165 030	1 511 313	9 641 759
Fornecedores de Investimentos	67 329	68 556	15 887	29 848	48 897	53 405	54 701	28 385	49 965	37 083	211 821	20 497	686 374
Recursos Humanos/SS/IRS/FCT	577 040	567 757	568 816	572 743	565 094	808 292	821 232	619 117	674 252	693 885	838 551	854 743	8 161 524
Impostos	112 617	169 205	309 052	184 854	194 950	167 273	179 184	170 137	112 912	130 906	169 181	129 003	2 029 274
Pagamentos diversos	20 059	8 057	10 240	8 457	10 088	6 419	5 583	8 049	492 135	86 058	16 667	13 861	685 674
Membros - Fundo Social	10 666	10 666	10 666	10 666	11 219	11 219	11 219	10 878	11 046	11 209	10 398	10 398	130 253
Entregas Fundo Pensões	80 757	80 112	62 867	57 042	70 589	62 058	174 958	73 641	60 173	75 626	84 446	191 543	1 073 809
Financiamentos	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	365 990
Aplicação Financeira	1 250 000	1 000 000	500 000				5 750 000						8 500 000
Outros Gastos Financeiros	47 959	30 331	25 434	27 795	23 567	20 380	29 790	20 592	26 745	25 519	27 932	25 927	331 971
Balanço Mês	2 097 139	-1 180 836	-546 770	755 151	-318 575	-290 901	-20 757	-111 463	-249 339	525 680	-629 068	85 836	116 098
Saldo inicial a 1/1/2024:	501 311												
Caixas (Sede e Representações)	10 088	10 880	11 209	10 662	10 513	10 788	11 468	11 926	10 798	9 889	10 890	11 158	
Novo Banco	885	878	870	862	855	847	655	647	640	624	617	609	
Caixa Geral Depósitos 1	11 204	11 204	11 176	11 176	11 176	11 176	11 176	11 176	10 032	10 032	10 032	10 032	
Caixa Geral Depósitos 2	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	
Caixa Geral Depósitos (Quotas AT)	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572				
Banco Comercial Português 1	1 958 899	779 215	186 884	557 011	93 634	440 901	351 575	197 343	292 878	429 177	264 274	239 978	
Banco Comercial Português 2	87 606	90 637	93 910	96 909	99 677	102 663	105 709	108 750	111 736	114 967	117 810	127 960	
Banco Comercial Português 3	9 349	17 861	24 755	36 114	46 386	55 553	6 335	8 634	5 777	13 933	2 233	4 395	
Banco BPI, SA	91 862	73 535	46 497	22 314	51 698	28 520	104 390	84 995	58 276	35 392	13 301	37 136	
Banco BPI, SA (Conta JESSICA)	91 027	20 749	20 749	20 749	41 583	41 583	41 583	22 445	22 445	22 425	23 374	23 374	
Banco Santander Totta	31 615	37 184	40 487	43 292	47 325	50 650	51 166	49 459	48 945	48 424	49 578	51 670	
Bankinter	262 435	331 990	390 825	783 427	861 094	230 358	268 225	345 444	72 525	474 869	38 557	110 189	
Acumulado Mês	2 598 450	1 417 614	870 844	1 625 996	1 307 421	1 016 519	995 762	884 299	634 960	1 160 641	531 573	617 409	617 409
Saldo Aplicação Financeira													
Banco Comercial Português		1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000							
Bankinter	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000
BPI	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000			
CGD			500 000	500 000	500 000	500 000	750 000	750 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000
Total caixa e dep. bancários	7 348 450	7 167 614	7 120 844	7 875 996	7 557 421	7 266 519	7 245 762	7 134 299	6 384 960	6 910 641	5 281 573	5 367 409	5 367 409

Durante o ano de 2024 o conselho diretivo agilizou práticas para melhorar eficiências de controlo das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de maneira a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2024, reduzindo o endividamento e, conseqüentemente, o valor dos juros a pagar.

Euros				
Tesouraria	Acumulado 2024	Acumulado 2023	Acumulado (2024-2023)	Varição %
RECEBIMENTOS	35 337 793	30 336 303	5 001 490	16,5%
Quotas Recebidas	12 120 180	11 772 071	348 109	3,0%
Ações Formação	1 666 440	1 314 154	352 287	26,8%
Outras Receitas	12 205 623	10 997 859	1 207 764	11,0%
Venda Imóveis		5 000 000	-5 000 000	-100,0%
Aplicação Financeira (Vencimento)	8 250 000	250 000	8 000 000	3200,0%
Aplicação Financeira (Juros)	131 420		131 420	
Fundo de Pensões	964 130	1 002 219	-38 089	-3,8%
PAGAMENTOS	35 221 696	30 576 348	4 645 348	15,2%
Seguros	3 615 067	2 952 648	662 419	22,4%
Fornecedores C/C	9 641 759	12 812 592	-3 170 833	-24,7%
Fornecedores de Investimentos	686 374	439 282	247 092	56,2%
Recursos Humanos/Seg.Social/IRS/FCT	8 161 524	6 236 660	1 924 864	30,9%
Impostos	2 029 274	1 161 282	867 992	74,7%
Pagamentos diversos	685 674	118 926	566 747	476,6%
Membros - Fundo Social	130 253	120 312	9 941	8,3%
Entregas Fundo Pensões	1 073 809	1 100 512	-26 703	-2,4%
Financiamentos	365 990	745 186	-379 196	-50,9%
Aplicação Financeira (Constituição)	8 500 000	4 500 000	4 000 000	88,9%
Outros Gastos Financeiros	331 971	388 947	-56 976	-14,6%
BALANÇO	116 098	-240 045	356 142	-148,4%
ACUMULADO	617 409	501 311	116 098	23,2%
Saldo Aplicação Financeira	4 750 000	4 500 000	250 000	5,6%
Saldo de caixa e depósitos bancários	5 367 409	5 001 311	366 098	7,3%

Euros				
Tesouraria	Acumulado 2024	Acumulado Orçamento	Acumulado (2024-Orçamento)	Desvio
RECEBIMENTOS	35 337 793	25 217 289	10 120 505	40,1%
Quotas Recebidas	12 120 180	11 720 250	399 930	3,4%
Ações Formação	1 666 440	1 811 516	-145 076	-8,0%
Outras Receitas	12 205 623	10 617 386	1 588 237	15,0%
Aplicação Financeira (Vencimento)	8 250 000	0	8 250 000	
Aplicação Financeira (Juros)	131 420	107 935	23 486	21,8%
Fundo de Pensões	964 130	960 202	3 928	0,4%
PAGAMENTOS	35 221 696	25 476 768	9 744 928	38,3%
Seguros	3 615 067	3 356 740	258 327	7,7%
Fornecedores C/C	9 641 759	8 293 293	1 348 466	16,3%
Fornecedores de Investimentos	686 374	1 286 884	-600 510	-46,7%
Recursos Humanos/Seg.Social/IRS/FCT	8 161 524	7 963 056	198 468	2,5%
Impostos	2 029 274	1 945 351	83 923	4,3%
Pagamentos diversos	685 674	713 790	-28 116	-3,9%
Membros - Fundo Social	130 253	124 678	5 575	4,5%
Entregas Fundo Pensões	1 073 809	1 068 137	5 672	0,5%
Financiamentos	365 990	365 990		
Aplicação Financeira	8 500 000		8 500 000	
Outros Gastos Financeiros	331 971	358 848	-26 877	-7,5%
BALANÇO	116 098	-259 479	375 577	-144,7%
ACUMULADO	617 409	315 318	302 091	95,8%
Saldo Aplicação Financeira	4 750 000	4 750 000		
Saldo de caixa e depósitos bancários	5 367 409	5 065 318	302 091	6,0%

Os valores da tesouraria de 2024 apresentarem um saldo (incluindo as três aplicações a prazo de 4.750.000 euros) de 5.367.409, com uma variação face ao período homologo de mais 366.098 euros (+7,3%) e um desvio em relação ao saldo do orçamento da tesouraria de mais 302.091 euros (+5,6%). Os valores de recebimentos das quotas aumentaram 348.109 euros (+3,0%) em relação ao ano de 2023, e apresentam um desvio positivo de 399.930 euros (+3,4%) face ao orçamento, os valores das ações de formação presencial aumentaram 352.287 euros (+26,8%) em relação ao período homólogo e apresentam em desvio de menos 145.076 euros (-8,0%) face ao orçamento, os valores referentes a outras

receitas (incluindo o TOOnline) aumentaram 1.207.764 euros (+11,0%) em relação ao ano de 2023 e 1.588.237 euros (+15,0%) em relação ao valor do orçamento da tesouraria para 2024.

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 a OCC recebeu 12.120.180 euros de quotas dos seus membros, mais 348.109 euros (+3,0%) do que o valor recebido em período homólogo de 2023.

Em 31 de dezembro de 2017 as dívidas dos membros apresentavam um valor 5.076.559 euros, mais 5% em relação ao período de 2016. Em 31 de dezembro de 2018 as dívidas dos membros apresentaram uma redução significativa relativamente a 31 de dezembro de 2017, ascendendo a 3.124.163 euros, menos 1.952.396 euros (-38,5%). Em 2019 as dívidas dos membros apresentaram um valor de 2.123.334 euros, menos 1.000.829 euros (-32%) que o valor de 2018, o que foi bastante relevante. Em 2020 as dívidas dos membros apresentaram o valor de 2.551.488 euros, mais 428.154 euros (+20,2%) em relação ao valor de 31 de dezembro de 2019. Em 2021 as dívidas dos membros apresentaram um valor de 2.851.422 euros, mais 299.934 euros (+11,8%) em relação ao valor de 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2022 as dívidas dos membros apresentam um valor de 1.944.085 euros (-31,8%) em relação ao valor de 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2023 as dívidas dos membros tinham um valor de 2.162.572 euros, mais 218.487 euros (+11,2%) face ao valor existente em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2024 a dívida dos membros tem um valor de 1.936.051 euros, menos 226.521 euros (-10,5%) face ao valor existente em 31 de dezembro de 2023.

Dívida dos membros

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Montante em dívida	5 076 559	3 124 163	2 123 334	2 551 488	2 851 422	1 944 085	2 162 572	1 936 051

Euros

Em 2019 o valor das quotas recebidas através da cobrança da AT foi de 643.599 euros, em 2020 foi de 263.078 euros, em 2021 foi 65.517 euros, no ano de 2022 foi 340.583 euros, no ano de 2023 foi 249.750 euros e no ano de 2024 foi 262.595 euros.

Em 31 de dezembro de 2024, as dívidas dos membros referentes a quotas, diminuíram em 226.520 euros (-10,5%) relativamente a 31 de dezembro de 2023, apresentando o valor de 1.936.051 euros.

O aumento dos recebimentos das quotas no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 reflete diminuição da dívida de quotas com menos de 6 meses no valor de 151.196 euros. A dívida com mais de 6 meses regista em 31 de dezembro de 2024 um decréscimo em relação a 31 de dezembro de 2023, de menos 123.824 euros, apresentando um valor de 412.055 euros.

O valor das dívidas dos membros, líquido de imparidades, em 31 de dezembro de 2024, apresenta um montante de 1.809.255 euros, inferior ao valor de 31 de dezembro de 2023 em 171.445 euros.

Divida dos membros por antiguidade

Quotas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Até 6 meses	1 121 298	1 334 766	1 255 944	1 271 796	1 378 830	1 027 212	1 059 822	1 229 508	1 085 370	1 161 174	1 128 096	882 234
De 6 a 12 meses	328 860	312 942	395 982	431 406	444 756	345 852	321 564	366 348	436 086	460 908	309 714	277 824
De 12 a 18 meses	34 338	35 376	18 414	42 882	84 060	93 594	96 798	110 994	133 320	130 188	119 802	100 128
De 18 a 24 meses	13 476	25 068	15 060	16 656	19 680	13 506	14 814	13 950	16 590	32 490	45 318	49 890
Mais de 24 meses	198 024	258 330	207 264	215 556	234 370	193 392	208 110	206 316	223 854	223 374	200 442	45 564
Pagamentos faseados	479 373	417 435	369 279	338 199	300 362	316 862	262 595	252 299	211 799	133 915	85 872	85 050
AT	916 890	872 100	798 918	808 080	690 654	641 154	612 138	572 742	552 018	615 558	656 712	682 644
2019	3 092 259	3 256 017	3 060 861	3 124 575	3 152 712	2 631 572	2 575 841	2 752 157	2 659 037	2 757 607	2 545 956	2 123 334
Até 6 meses	1 056 150	1 248 330	1 258 176	1 282 086	1 339 830	1 083 276	1 155 610	1 290 894	1 084 206	1 167 198	1 238 550	817 968
De 6 a 12 meses	283 068	311 574	373 632	402 372	464 478	540 252	570 906	628 830	671 136	681 270	686 442	581 952
De 12 a 18 meses	71 208	56 448	63 996	72 750	81 246	126 174	163 926	203 238	245 580	277 080	331 404	333 462
De 18 a 24 meses	47 136	48 630	56 976	56 448	55 626	55 404	55 164	54 252	59 574	66 000	72 684	101 382
Mais de 24 meses	31 614	11 886	12 342	22 350	32 808	43 854	54 924	65 136	74 730	85 164	95 694	104 724
Pagamentos faseados	83 562	80 700	73 302	65 958	59 598	54 138	48 840	45 498	43 452	39 462	36 324	33 354
AT	736 326	765 006	720 954	684 636	665 160	651 216	640 434	619 662	605 592	593 292	584 766	578 646
2020	2 309 064	2 522 574	2 559 378	2 586 600	2 698 746	2 554 314	2 689 804	2 907 510	2 784 270	2 909 466	3 045 864	2 551 488
Até 6 meses	1 019 592	1 172 136	900 138	1 063 062	1 244 664	1 018 842	1 100 334	1 201 626	942 120	1 064 250	1 142 880	785 160
De 6 a 12 meses	549 624	539 052	507 096	491 076	494 574	522 498	531 912	548 268	563 388	576 594	584 532	522 624
De 12 a 18 meses	343 362	359 706	358 386	364 722	370 380	365 172	361 254	361 014	354 396	350 064	347 796	344 052
De 18 a 24 meses	127 968	154 020	172 572	193 170	225 636	241 002	255 138	269 376	278 508	288 612	291 078	285 180
Mais de 24 meses	113 976	122 898	135 354	145 854	158 760	189 870	219 702	248 148	278 010	305 448	344 418	380 736
Pagamentos faseados	32 610	30 894	29 994	29 124	26 052	25 152	24 342	25 482	25 926	25 596	24 384	24 396
AT	571 710	566 082	562 890	560 688	553 728	546 324	539 952	534 630	524 502	519 030	518 310	509 274
2021	2 758 842	2 944 788	2 666 430	2 847 696	3 073 794	2 908 860	3 032 634	3 188 544	2 966 850	3 129 594	3 253 398	2 851 422
Até 6 meses	973 086	1 040 208	715 848	898 314	1 067 766	801 330	990 714	1 151 808	786 168	867 426	894 454	660 247
De 6 a 12 meses	509 508	365 328	211 680	169 950	137 028	174 744	188 994	253 608	259 452	241 518	263 700	306 492
De 12 a 18 meses	344 772	249 894	143 100	109 812	67 560	48 270	28 560	18 090	25 152	23 304	18 864	19 596
De 18 a 24 meses	284 010	212 622	129 834	100 632	62 772	45 054	24 858	13 218	14 316	15 210	13 608	14 238
Mais de 24 meses	417 498	364 488	285 126	255 912	197 952	159 990	84 570	40 806	39 912	43 194	37 122	38 748
Pagamentos faseados	22 938	84 672	151 392	160 164	143 862	124 776	109 134	94 938	81 894	71 718	64 428	55 326
AT	503 394	502 566	550 512	604 554	751 374	862 536	944 358	990 096	990 150	855 276	855 360	849 438
2022	3 055 206	2 819 778	2 187 492	2 299 338	2 428 314	2 216 700	2 371 188	2 562 564	2 197 044	2 117 646	2 147 536	1 944 085
Até 6 meses	996 546	1 276 281	872 754	1 152 547	1 309 479	1 071 198	1 248 321	1 471 537	1 211 472	1 292 067	1 269 550	762 935
De 6 a 12 meses	340 044	360 462	320 286	314 628	237 186	279 707	317 825	379 050	451 616	510 245	441 489	374 037
De 12 a 18 meses	20 304	49 140	80 436	106 554	90 018	86 454	84 846	90 762	87 948	84 522	59 610	65 697
De 18 a 24 meses	14 940	15 600	16 260	17 280	17 160	18 342	19 104	25 608	31 704	32 094	25 134	22 914
Mais de 24 meses	43 062	44 796	47 622	52 746	52 296	57 798	61 584	63 630	65 934	68 664	71 928	73 230
Pagamentos faseados	49 794	45 143	42 918	40 578	41 943	38 939	31 989	30 956	30 000	28 919	27 797	25 589
AT	832 530	816 516	800 004	780 762	774 699	790 608	808 625	782 669	806 132	826 347	872 780	838 170
2023	2 297 220	2 607 937	2 180 280	2 465 095	2 522 781	2 343 045	2 572 293	2 844 211	2 684 805	2 842 857	2 768 287	2 162 572
Até 6 meses	983 329	1 190 369	975 561	1 196 014	1 379 918	1 073 468	1 238 956	1 416 583	997 772	1 132 423	1 016 692	611 739
De 6 a 12 meses	326 673	272 352	253 844	237 135	234 705	321 639	391 901	478 550	518 864	564 765	377 607	281 742
De 12 a 18 meses	64 976	55 019	67 235	68 477	66 248	73 670	72 903	76 205	71 789	78 795	57 495	68 529
De 18 a 24 meses	23 466	24 108	25 452	22 026	19 824	20 072	20 966	22 341	19 151	19 017	18 951	21 372
Mais de 24 meses	74 766	76 908	79 212	68 340	63 144	59 184	61 572	65 556	55 986	47 076	37 548	40 412
Pagamentos faseados	28 175	29 190	31 562	54 201	62 072	68 361	63 036	58 281	54 054	55 430	59 060	57 954
AT	807 056	802 128	818 903	851 994	845 858	836 531	842 777	857 709	876 177	856 773	847 343	854 304
2024	2 308 439	2 450 073	2 251 767	2 498 186	2 671 768	2 452 924	2 692 109	2 975 224	2 593 792	2 754 278	2 414 695	1 936 051
Var 2023 v 2024												
Até 6 meses	-1,33%	-6,73%	11,78%	3,77%	5,38%	0,21%	-0,75%	-3,73%	-17,64%	-12,36%	-19,92%	-19,82%
De 6 a 12 meses	-3,93%	-24,44%	-20,74%	-24,63%	-1,05%	14,99%	23,31%	26,25%	14,89%	10,69%	-14,47%	-24,68%
De 12 a 18 meses	220,01%	11,96%	-16,41%	-35,74%	-26,41%	-14,79%	-14,08%	-16,04%	-18,37%	-6,78%	-3,55%	4,31%
De 18 a 24 meses	57,07%	54,54%	56,53%	27,47%	15,52%	9,43%	9,74%	-12,76%	-39,60%	-40,75%	-24,60%	-6,73%
Mais de 24 meses	73,62%	71,68%	66,33%	29,56%	20,74%	2,40%	-0,02%	3,03%	-15,09%	-31,44%	-47,80%	-44,82%
Pagamentos faseados	-43,42%	-35,34%	-26,46%	33,57%	47,99%	75,56%	97,06%	88,27%	80,18%	91,67%	112,47%	126,48%
AT	-3,06%	-1,76%	2,36%	9,12%	9,19%	5,81%	4,22%	9,59%	8,69%	3,68%	-2,91%	1,92%
Var 2023 v 2024	0,49%	-6,05%	3,28%	1,34%	5,91%	4,69%	4,66%	4,61%	-3,39%	-3,12%	-12,77%	-10,47%
Var 2022 v 2023	-24,81%	-7,51%	-0,33%	7,21%	3,89%	5,70%	8,48%	10,99%	22,20%	34,25%	28,91%	11,24%
Var 2021 v 2022	10,74%	-4,25%	-17,96%	-19,26%	-21,00%	-23,79%	-21,81%	-19,63%	-25,95%	-32,33%	-33,99%	-31,82%
Var 2020 v 2022	32,31%	11,78%	-14,53%	-11,11%	-10,02%	-13,22%	-11,85%	-11,86%	-21,09%	-27,22%	-29,49%	-23,81%
Var 2019 v 2022	-1,20%	-13,40%	-28,53%	-26,41%	-22,98%	-15,77%	-7,95%	-6,89%	-17,37%	-23,21%	-15,65%	-8,44%

O valor das perdas por imparidade acumuladas dos membros passou de 229.253 euros em 31 de dezembro de 2019 para 538.740 euros em 31 de dezembro de 2020, para 538.608 euros em 2021 e para 170.856 euros no ano de 2022. No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 o valor das perdas por imparidade acumuladas dos membros é 181.872 euros, tendo existido um ligeiro aumento face a

2022. Em 2024 o valor das perdas por imparidade acumuladas dos membros é 126.796 euros, menos 55.076 euros que no ano de 2023.

Os recebimentos acumulados de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 referentes a ações de formação presencial apresentam um valor de 1.666.440 euros, mais 352.287 euros (+26,8%) face ao mesmo período de 2023. Desde 1 de janeiro de 2023, toda a formação em formato não presencial é gratuita.

O valor dos recebimentos referentes a outras receitas no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, no montante de 12.205.623 euros, regista um aumento de 1.207.764 euros (+11,0%) face ao mesmo período de 2023, e um aumento de 1.588.237 euros (+15,0%) em relação ao orçamento, sendo a parte relevante do aumento devido ao incremento de faturação de licenças do TOConline.

Os recebimentos referentes a juros líquidos de aplicações financeiras apresentam um valor de 131.420 euros, mais 23.486 euros (+21,8%) em relação ao valor apresentado no orçamento de 2024.

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos juros recebidos das aplicações financeiras:

Montante	Banco	Prazo	Taxa	Início	Fim	Juro Bruto	Imposto	Juro Líquido
1 000 000,00 €	BPI	180	3,00%	02/08/2023	29/01/2024	15 000,00 €	3 750,00 €	11 250,00 €
250 000,00 €	BKT	180	3,00%	15/01/2024	13/07/2024	3 750,00 €	937,50 €	2 812,50 €
500 000,00 €	BPI	180	3,50%	24/01/2024	22/07/2024	8 750,00 €	2 187,50 €	6 562,50 €
500 000,00 €	BPI	180	3,50%	24/01/2024	22/07/2024	8 750,00 €	2 187,50 €	6 562,50 €
3 500 000,00 €	BPI	365	3,20%	31/07/2023	30/07/2024	113 555,55 €	28 388,89 €	85 166,66 €
1 000 000,00 €	BCP	180	3,40%	01/02/2024	30/07/2024	17 000,00 €	4 250,00 €	12 750,00 €
500 000,00 €	CGD	181	3,35%	08/03/2024	05/09/2024	8 421,53 €	2 105,38 €	6 316,15 €
TOTALS						175 227,08 €	43 806,77 €	131 420,31 €

No que concerne a seguros, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 regista-se uma variação face ao período homólogo de mais 662.419 euros (+22,4%), sendo o valor pago de 3.615.067 euros. Em relação ao orçamento, no ano de 2024 existe um acréscimo de 258.327 euros (+7,7%) no valor anual pago em relação ao valor estimado, impacto do agravamento da apólice referente ao seguro de saúde dos contabilistas certificados.

O valor dos pagamentos a fornecedores entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024 ascende a 9.641.759 euros, menos 3.170.833 euros (-24,7%) face ao mesmo período de 2023 e mais 1.348.466 euros (+16,3%) que o valor orçamentado. O desvio em relação ao período homólogo é devido sobretudo ao pagamento em 2023 dos valores em dívida em 31 de dezembro de 2022.

As dívidas a fornecedores em 31 de dezembro de 2024 apresentam um valor de 653.168 euros, mais 67.807 euros (+11,6%) em relação ao valor registado em 31 de dezembro de 2023 no valor de 585.361 euros. O saldo em dívida a fornecedores em 31 de dezembro de 2024 inclui a quantia de 74.528 euros de processos em tribunal e 128.834 euros de saldos pendentes (dos quais o valor de 109.539 euros sem certidões de não dívida validas), sendo a diferença em relação ao valor registado na contabilidade de 395.878 euros referente a faturas rececionadas pela OCC após 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor em dívida a fornecedores de investimento de (em outros passivos correntes) inclui o valor de 191.033 euros referente ao valor das garantias das obras.

O valor de pagamentos a fornecedores de investimentos em 2024 é de 686.374 euros, mais 247.092 euros (+56,2%) face ao valor do período homólogo, apresentando um desvio de menos 600.510 euros (-46,7%) face ao valor orçamentado.

O valor anual pago referente ao endividamento (capital) relacionado com os investimentos efetuados, apresenta um valor de 365.990 euros, registando-se uma redução de 379.196 euros (-50,9%) em relação ao ano de 2023, e um valor igual ao valor previsto no orçamento.

Após a venda do imóvel da Avenida 24 de julho, em julho de 2023, pelo valor de 5 milhões de euros, e na sequência da consulta ao mercado com o objetivo de obter as melhores condições, junto do BPI foi efetuada uma aplicação financeira de 3,5 milhões de euros, a prazo de um ano a uma taxa de 3,2% e uma aplicação financeira de 1 milhão de euros, pelo prazo de 6 meses, a uma taxa de 3%. O valor de 371.058 euros foi aplicado em outubro para liquidação antecipada do contrato de leasing n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na Avenida Gago Coutinho.

Em dezembro de 2023, não foi renovada a aplicação financeira no valor de 250.000 euros, tendo a mesma sido constituída no dia 15 de janeiro de 2024 com uma remuneração mais elevada, uma taxa de 3%.

Em julho de 2024 foram constituídas novas aplicações a prazo conforme quadro a seguir apresentado:

Montante	Banco	Prazo	Taxa	Início	Fim	Juro Líquido
250 000,00 €	CGD	180	3,00%	15-07-2024	11-01-2025	2 812,50 €
500 000,00 €	BPI	180	3,10%	22-07-2024	18-01-2025	5 812,50 €
500 000,00 €	BPI	180	3,10%	22-07-2024	18-01-2025	5 812,50 €
3 500 000,00 €	BKT	180	3,25%	30-07-2024	26-01-2025	42 656,25 €
1 000 000,00 €	BKT	180	3,25%	30-07-2024	26-01-2025	12 187,50 €

Em 31 de dezembro de 2024 existem três aplicações financeiras no valor total de 4.750.000 em curso, conforme quadro a seguir apresentado:

Montante	Banco	Prazo	Taxa	Início	Fim	Juro Líquido
250 000,00 €	CGD	180	3,00%	15-07-2024	11-01-2025	2 812,50 €
3 500 000,00 €	BKT	180	3,25%	30-07-2024	26-01-2025	42 656,25 €
1 000 000,00 €	BKT	180	3,25%	30-07-2024	26-01-2025	12 187,50 €

Desde o dia 1 de julho de 2019 está disponível, para a cobrança das quotas por débito direto, a modalidade de pagamento mensal. Desde essa data dos 12.250 membros com o pagamento da quotização pelo sistema de débitos diretos, com Autorização Débito Conta (ADC) válida, aderiram a esta modalidade de pagamento 3.776 membros, sendo que, 441 membros que tinham outras modalidades de pagamento fizeram a alteração para a modalidade de pagamento mensal. Das novas adesões, 3.335 membros optaram por esta modalidade.

Perspetivas futuras

No dia 7 de dezembro de 2023, passados dois anos da tomada de posse dos atuais órgãos da Ordem, foi publicada em Diário da República a Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, diploma que altera o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, adequando-o ao disposto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, diploma que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas, na sequência da redação que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2023, de 28 de março.

A Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, diploma que altera o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, define a manutenção das competências próprias do contabilista certificado e reforça algumas matérias e direitos da profissão: uma melhor regulação das sociedades de contabilidade, sociedades multidisciplinares e sociedades profissionais de contabilistas certificados, uma maior articulação com a Autoridade Tributária na nomeação do contabilista certificado, um reforço do justo impedimento, a consagração da obrigação de cumprimento da formação e contratação de seguro profissional como requisitos para o exercício da profissão, a atribuição expressa à Ordem da competência para disponibilizar ferramentas profissionais aos contabilistas, entre outros.

O novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC) entrou em vigor no dia 1 de março de 2024, na sequência da publicação da Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro. É um documento que reforça as competências dos contabilistas certificados, pelo que, a data da sua entrada em vigor, representa um marco histórico para a profissão.

A vigência do novo Estatuto obrigou à alteração de praticamente todos os regulamentos e a mudanças na estrutura orgânica da Ordem. Nesse sentido, e após discussão pública iniciada a 11 de janeiro de 2024, a Assembleia Representativa (AR) ordinária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), de 15 de março, nas instalações da Ordem, no Porto, aprovou por expressa maioria as propostas de alterações a oito regulamentos apresentadas pelo Conselho Diretivo, e os mesmos entraram em vigor no final de março e princípio de abril (à exceção do Regulamento de Inscrição, que entrou em vigor no dia 1 de julho de 2024).

Em resultado das alterações estatutárias, no dia 21 de junho de 2024, realizou-se o ato eleitoral que mobilizou toda a classe com 18.258 contabilistas certificados que se apresentaram para votar. Paula Franco foi reeleita Bastonária com 97,3% dos votos, o Conselho de Supervisão registou 96,8% dos votos, o Conselho Jurisdicional e o Conselho Fiscal 97% dos votos e foram eleitos 84 representantes.

Conforme definido no Plano de Atividades e Orçamento para 2025, os vetores estratégicos são:

- I) Combater o envelhecimento e retenção na profissão e aproveitar o grande número de candidatos e novos membros;
- II) Promover o desenvolvimento e contínuo reconhecimento da profissão
- III) Adotar novos mecanismos de regulação

Os contabilistas certificados são agentes na recuperação sustentável e profissionais de interesse público, associados ao benefício público da sociedade, das empresas, do planeta e da comunidade. Hoje, mais que nunca, podem os profissionais ser os principais agentes da mudança, do desenvolvimento e da criação de melhor qualidade de vida para toda a sociedade civil, cada vez com maior importância, um referencial de profissionalismo, rigor e ética nos serviços prestados aos clientes, sendo a sua ação um sinal de esperança e motivação para todos.

Conclusão

Durante o ano de 2024 o conselho diretivo agilizou práticas para melhorar eficiências de controlo das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de maneira a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2024, reduzindo o endividamento e melhorando o desempenho financeiro.

Em relação ao endividamento existente em 31 de dezembro de 2017, no valor de 10.180.851 euros, durante os anos de 2018 a 2024 foi amortizado o montante de 6.784.898 euros, o que corresponde a uma redução de 66,6% do valor em dívida.

Em 31/12/2024 existe um saldo positivo em bancos e caixa no montante de 5.367.409 euros, que inclui o saldo de tesouraria de 617.409 euros e o montante de 4.750.000 euros referente a três aplicações financeiras de curto prazo.

A autonomia financeira da OCC em 31 de dezembro de 2023 é de 71,0% e em 31 de dezembro de 2022 é de 64,1%. O rácio de solvabilidade passou de 1,78 em 31 de dezembro de 2022 para 2,44 em 31 de dezembro de 2023.

A autonomia financeira da OCC em 31 de dezembro de 2024 é de 67,4% e o rácio de solvabilidade é de 2,07.

Os rendimentos do período de 2024 comparativamente ao mesmo período de 2023 registaram uma redução de 3.013.599 euros, o que representa um decréscimo de 11,2%. Em relação aos valores orçamentados, os rendimentos apresentam um desvio positivo de 454.387 euros (+1,9%). A venda, em julho de 2023, do imóvel a Avenida 24 de julho origina uma mais-valia de 3.698.631 euros com um impacto substancial no resultado apresentado no ano de 2023.

As prestações de serviços apresentaram uma variação positiva de 406.932 euros (+1,9%), tendo o seu peso nos rendimentos totais da Ordem passado de 81,5% (em 2023) para 93,5% (em 2024). Esta variação positiva deve-se ao acréscimo dos serviços do TOConline, e ao aumento do valor da formação profissional atendendo a que a formação não presencial é gratuita desde 1 de janeiro 2023.

Desde 2020 foram introduzidas medidas de apoio aos membros, com um valor total de 936.368 euros, resultantes da aprovação dos Planos de Atividades e Orçamentos:

- Redução de 50% do valor das quotas para membros com mais de 75 anos que não exerçam a profissão;
- Isenção total aos membros acima dos 80 anos que não exercem ativamente a profissão;
- Para os novos membros, no primeiro ano de inscrição, redução de 50% do valor das quotas mensais.

Desde 1 de janeiro de 2023, todos os modelos formativos online existentes na OCC (CCclix, e-learning, plug-in, Reuniões Livres e Descomplicar na Hora), tornaram-se gratuitos para todos os contabilistas certificados com inscrição ativa na Ordem. Em 2024 registaram-se 161.220 inscrições na formação online que representa um valor de 5.159.040 euros, tendo como base os valores existentes desta formação em dezembro de 2022. As inscrições do ano 2024 foram substancialmente superiores ao ano de 2023 cujo registo foi 109.674, representando um valor de 3.509.568 euros.

As alterações que foram efetuadas em relação à revista Contabilista com a disponibilização da revista em formato digital desde maio de 2018 e a redução significativa no número de revistas expedidas, tiveram um impacto na redução nos gastos de 2018 a 2024 de 4.219.429 euros face aos gastos existentes em 2017.

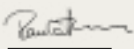

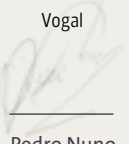
O resultado líquido do período apresenta um valor positivo 44.851,28 euros, embora a tesouraria da Ordem não reflita este resultado devido aos investimentos efetuados nos serviços aos membros.

Face ao que antecede, o Conselho Diretivo propõe à Assembleia Representativa o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2024.
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1. A importância de 44.851,28 euros para a conta “Fundo de solidariedade social”.
 3. A transferência do valor de 85.401,87 euros da conta de “Fundos” para a conta “Fundo de solidariedade social”.
 4. O Conselho Diretivo agradece e reconhece o trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores internos e externos da Ordem, que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados.

Lisboa, 25 de fevereiro 2025

O conselho diretivo

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Paula Franco	Joaquim Barbosa	Cristina Pena Silva	Manuel Teixeira	Álvaro Costa	Clara Roque	Pedro Nuno Ferreira

XIII

Demonstrações Financeiras

Tomada de posse dos órgãos sociais



2 JULHO - LISBOA

Demonstrações Financeiras

Os valores apresentados nos vários quadros encontram-se expressos em euros, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais dos respetivos quadros.

Balanzo em 31 de dezembro de 2024

Euros

Rubricas	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4/6	22 826 832	22 058 486
Bens do património histórico e cultural	4	303 328	292 328
Ativos intangíveis	5	2 365 759	1 644 128
Outros créditos e ativos não correntes	10.1	30 625	30 625
Subtotal		25 526 545	24 025 567
Ativo corrente			
Inventários	7	32 184	26 913
Créditos a receber	10.2	3 191	18 382
Estado e outros entes públicos	14.1	74 159	30 446
Membros	10.2/10.3	1 809 255	1 980 699
Diferimentos	14.2	971 604	916 641
Outros ativos correntes	10.2	138 892	290 397
Ativos não correntes detidos para venda	4/6	1 500 285	1 500 285
Caixa e depósitos bancários	10.4	5 367 409	5 001 311
Subtotal		9 896 978	9 765 073
Total do ativo		35 423 523	33 790 641
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.4	23 706 652	20 815 817
Resultados transitados	3.3		-1 119 340
Reservas fundo de solidariedade social	14.4	119 747	13 066
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.4	20 000	20 000
Subtotal		23 846 399	19 729 543
Resultado líquido do período		44 851	4 247 109
Total dos fundos patrimoniais		23 891 251	23 976 652
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	3 029 964	3 395 954
Subtotal		3 029 964	3 395 954
Passivo corrente			
Fornecedores	10.2	653 168	585 361
Estado e outros entes públicos	14.1	599 240	495 331
Financiamentos obtidos	6	365 990	365 990
Diferimentos	14.2	3 569 063	3 084 719
Outros passivos correntes	10.2/12	3 314 849	1 886 634
Subtotal		8 502 309	6 418 034
Total do Passivo		11 532 272	9 813 988
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		35 423 523	33 790 641

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2024

Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	22 240 356	21 834 666
Subsídios à exploração	8		
Trabalhos para a própria entidade		1 177 074	930 991
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-2 763	-4 123
Fornecimentos e serviços externos	11	-12 837 979	-13 967 645
Gastos com o pessoal	12	-8 806 772	-6 793 218
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.3	55 076	-11 016
Outros rendimentos	8	74 510	3 921 833
Outros gastos	13	-321 451	-461 851
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 578 051	5 449 638
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-1 509 352	-1 128 774
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		68 699	4 320 864
Juros e rendimentos similares obtidos	8	181 283	59 898
Juros e gastos similares suportados	6	-110 285	-131 513
Resultado antes de impostos		139 697	4 249 249
Imposto sobre o rendimento do período	9	-94 845	-2 139
Resultado líquido do período		44 851	4 247 109

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2024

Euros

Rubricas	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e membros		25 856 741	23 886 349
Pagamentos a fornecedores		-13 239 270	-15 703 280
Pagamentos ao pessoal		-8 161 524	-6 236 704
Caixa geradas pelas operações		4 455 947	1 946 365
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-3 058 029	-1 722 759
Fluxos das atividades operacionais (1)		1 397 918	223 606
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-452 128	-317 701
Ativos Intangíveis		-234 247	-120 804
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			5 100 236
Juros e rendimentos similares		131 420	281
Fluxos das atividades de investimento (2)		-554 954	4 662 013
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos de depósitos bancários		-365 990	-365 990
Juros e gastos similares		-110 876	-130 478
Financiamentos obtidos de locação financeira			-379 197
Fluxos de atividades de financiamento (3)		-476 866	-875 664
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		366 098	4 009 955
Caixa e seus equivalentes no início do período	10.4/14.3	5 001 311	991 356
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.4/14.3	5 367 409	5 001 311

Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2024

Euros

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Resultados transitados	Reservas fundo solidariedade social	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 01 de janeiro de 2024 (ESNL)	20 815 817	-1 119 340	13 066	20 000	4 247 109	23 976 652
Resultado líquido do período de 2023	2 890 835	1 119 340	236 934		-4 247 109	
Outras variações			-130 253		44 851	-85 402
Posição em 31 de dezembro de 2024 (ESNL)	23 706 652		119 747	20 000	44 851	23 891 251

Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2023

Euros

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Resultados transitados	Reservas fundo solidariedade social	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 01 de janeiro de 2023 (ESNL)	20 815 817	38 321	133 594	20 000	-1 157 661	19 850 071
Resultado líquido do período de 2022		-1 157 661			1 157 661	
Outras variações			-120 528		4 247 109	4 126 581
Posição em 31 de dezembro de 2023 (ESNL)	20 815 817	-1 119 340	13 066	20 000	4 247 109	23 976 652

AR e tomada de posse do conselho diretivo



3 e 10 JULHO - LISBOA

Anexo do período findo em 31 de dezembro de 2024

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Designação da entidade: Ordem dos Contabilistas Certificados

1.2 - Sede: Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa

1.3 - Número de identificação de pessoa coletiva: 503692310

1.4 - Natureza da atividade: A Ordem dos Contabilistas Certificados, adiante designada por OCC ou Ordem, é uma pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, cuja redação em vigor consta da Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro (Estatuto e Código Deontológico), pelo aditamento da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro e Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro. A Ordem representa os profissionais que, nos termos do presente Estatuto e demais disposições legais aplicáveis, exercem a atividade profissional de contabilista certificado.

1.5 - Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL que refere *“Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deve recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:*

a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

c) *Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).*”.

De forma a cumprir o estipulado no ponto 2.3 da NCRF-ESNL, no período de 2024 a OCC aplicou supletivamente a NCRF 8 - Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas, por considerar que esta aplicação melhora a leitura e a compreensibilidade das demonstrações financeiras por parte dos seus utilizadores, na medida em que a quantia escriturada dos ativos, objeto de aplicação desta norma não será recuperada pelo uso, mas antes através da respetiva alienação.

Por aplicação do parágrafo 1, alínea b) da NCRF 8 encontra-se apresentada no balanço a rubrica “Ativos não correntes detidos para venda” no ativo corrente, tendo-se utilizado a possibilidade prevista no n.º 2, do artigo 1.º, da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, de adicionar linhas de itens relevantes para uma melhor compreensão da posição e desempenho financeiros, uma vez que o Anexo 11 - Balanço (modelo para ESNL) não contempla as referidas rubricas.

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2023.

3 - BASE DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Ordem continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilis-

ticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Ordem, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Ordem, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

a1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 20 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

a2) Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se reconhecidos pelo seu custo histórico. Esta rubrica inclui os direitos sobre os cinco livros inerentes ao projeto “História da Contabilidade em Portugal” e “História da Profissão de Contabilista em Portugal” que, face à sua natureza, não estão sujeitos a depreciação, pelo que não são objeto de depreciação.

a3) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda, quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estes estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é altamente provável. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Os acontecimentos ou circunstâncias podem prolongar o período para concluir a venda para lá de um ano. Um prolongamento do período durante o qual se exija que a venda seja concluída não exclui que um ativo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o plano de vender o ativo.

a4) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações acumuladas.

As despesas de manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em regime de duodécimos.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	entre 3 e 6 anos
CCclix Contabilidade	4 anos
CCclix Fiscalidade	2 anos

Os ativos intangíveis gerados internamente e ainda em curso cumprem com os critérios de capitalização, que são os seguintes:

- a) A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
- b) A intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- c) A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- d) O ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros;
- e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- f) A capacidade para mensurar fielmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

a5) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Ordem analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Ordem reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Ordem reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço e na demonstração dos resultados. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

a6) Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Ordem com vista

a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

a7) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

a8) Inventários

As mercadorias encontram-se mensuradas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, como critério de mensuração das saídas, em sistema de inventário permanente.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que, o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

a9) Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; e
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Ordem e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

a10) Imposto sobre o rendimento

A OCC é uma pessoa coletiva pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é efetuado pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser reconhecidas como um gasto a afetar os resultados do período.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Ordem dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

a11) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Membros e outros créditos a receber

As dívidas dos membros e outros créditos a receber estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas dos membros e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros, são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivos correntes, a não ser que a Ordem tenha o direito incondicional de liquidar o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Regime do acréscimo

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

a12) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pelo conselho diretivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

a13) Partes relacionadas

De acordo com o normativo da Comissão de Normalização Contabilística (NCRF 5), uma parte está relacionada com uma entidade se:

- a) Direta ou indiretamente através de um ou mais intermediários controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum da entidade, tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a mesma ou tiver um controlo conjunto sobre a entidade;
- b) A parte for uma associada ou um empreendimento conjunto em que a entidade seja um empreendedor;
- c) A parte for membro do pessoal-chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe;
- d) A parte for membro íntimo da família de qualquer indivíduo referido em a) ou c);
- e) A parte for uma entidade sobre a qual qualquer indivíduo referido nas alíneas c) ou d) exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, ou que possui, direta ou indiretamente um significativo poder de voto; ou
- f) A parte for um plano de benefícios pós-emprego para benefícios dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

Face a esta definição, a direção da OCC entende que são consideradas partes relacionadas da Ordem as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento direção e controlo, direta ou indiretamente, das suas atividades, ou seja, os membros dos órgãos sociais com poder de influência sobre a gestão e com cargos de chefia, designadamente os membros do conselho diretivo cujas remunerações se encontram divulgadas na nota 12.

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Ordem.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos

factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo conselho diretivo na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis: A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação/amortização a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período;
- Provisões: O conselho diretivo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e
- Imparidade de contas a receber: O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, conforme relatado nas notas 3.1. a 6) e a 11). As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.2 - Alterações de estimativas contabilísticas

No ano de 2024, a OCC reviu a estimativa de imparidades das quotas dos membros, relativos aos processos de quotas em remessa para a AT, conforme se apresenta na nota 10.3.

3.3 - Correção de erros de períodos anteriores

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, nos termos do ponto 6.9 da NCRF-ESNL.

4 - Ativos fixos tangíveis, bens do património histórico e cultural e ativos não correntes detidos para venda

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se no seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis	31/12/2024	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	5 725 913					5 725 913
Edifícios e outras construções	23 289 794					23 289 794
Equipamento de transporte	288 690					288 690
Equipamento administrativo	5 007 533	711 862		-52 031		4 347 701
Outros ativos tangíveis	385 206	126 410				258 797
Investimentos em curso	966 482	749 530				216 952
Ativo bruto	35 663 618	1 587 802		-52 031		34 127 846
Depreciações acumuladas	12 836 786	819 457		-52 031		12 069 360
Quantia escriturada	22 826 832	768 345				22 058 486
Bens do património histórico e cultural	31/12/2024	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2023
Bens do património histórico e cultural	103 328	11 001				92 328
"Livros - História da Contabilidade"	200 000					200 000
Quantia escriturada	303 328	11 001				292 328
Ativos não correntes detidos para venda	31/12/2024	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2023
Imóvel - Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121A	1 500 285					1 500 285
Quantia escriturada	1 500 285					1 500 285

4 a) Ativos fixos tangíveis

As depreciações dos edifícios e outras construções incidem sobre o valor de aquisição, incluindo o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzidos de 25% respeitante ao valor do terreno, quando não especificado na documentação que titula a aquisição, o qual não é depreciable.

As aquisições de equipamento administrativo no valor de 711.862 euros, incluem a aquisição de computadores, portáteis e monitores para reformulação do parque informático no valor de 106.540 euros, a aquisição de material audiovisual para o estúdio da OCC no valor de 25.307 euros, a aquisição de uma impressora no valor de 250 euros, a aquisição de servidores Toconline no valor de 455.700 euros, e também a aquisição de equipamento diverso e mobiliário no valor de 124.066 euros.

As aquisições de outros ativos tangíveis incluem a aquisição e instalação de um sistema de carregamento inteligente de veículos eléctricos, nos pisos -1 e -2 do edifício sede, no valor de 125.522 euros.

Foram instalados 51 carregadores de viaturas eléctricas, suportados em novos quadros e uma rede eléctrica criada e certificada para o efeito. O sistema otimiza o carregamento, exige menor potência instalada/contratada, uma vez que conta com um sistema inteligente que integra informação da quantidade de viaturas e o seu nível de carga e mediante um modelo computacional dedicado, balanceia a quantidade de linhas de energia (fases) e a energia que atribui em cada fase e a cada viatura.

Investimentos em curso

Em 31 de dezembro de 2024, permanece em curso o montante de 199.114 euros que respeita às instalações de Viana do Castelo, o valor de 264.718 euros referente a obras de remodelação necessárias nas instalações da "Quinta do Pinheiro" em Braga e o valor de 22.374 euros referente a obras que decorrem nas instalações no Porto.

Relativamente ao equipamento administrativo, encontra-se em fase de instalação e montagem, novos equipamentos informáticos, que incluem novos Switches Servidores TOConline.

Euros

Investimentos em curso – Ativos fixos tangíveis	Valor de aquisição	Imposto do selo	IMT	Registo	Obras/outros	Total
Instalações em Viana do Castelo – Rua António Machado Vilas Boas, 129 a 159	185 000	1 480	12 025	609		199 114
Instalações em Braga – Lugar do Pinheiro "Quinta do Pinheiro" Rua Frei José Vilaça, n.º 280					264 718	264 718
Instalações do Porto – Largo 1.º Dezembro n.º 42					22 374	22 374
Subtotal	185 000	1 480	12 025	609		486 206
Equipamento administrativo – Switches Servidores TOConline					480 275	480 275
Subtotal					480 275	480 275
Total	185 000	1 480	12 025	609	767 367	966 482

4b) Bens do património histórico e cultural

Na rubrica bens do património histórico e cultura estão incluídos cinco livros dos projetos referentes ao desenvolvimento de dois trabalhos de investigação, intitulados “História da Contabilidade em Portugal” e “História da Profissão de Contabilista em Portugal”. Os livros encontram-se disponíveis.

4c) Ativos não correntes detidos para venda

Euros

Ativos não correntes detidos para venda	31/12/2024	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2023
Imóvel – Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121A*	1 500 285					1 500 285

*anterior Casa do CC

Os investimentos em curso até 31/12/2019, relativos à aquisição da «Casa dos CC» na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.ºs 121 e 121 A, em Lisboa, no valor de 1.500.285 euros, foram reclassificados no ano de 2020, passando de ativos fixos tangíveis (em curso) para a rubrica ativos não correntes detidos para venda, por se encontrarem disponíveis para venda imediata, nas condições atuais.

O conselho diretivo continua empenhado na sua alienação em 2025, dado ainda não ter sido possível concretizar a venda do imóvel no ano de 2024, sendo a sua venda altamente provável no curto prazo. No dia 9 de outubro de 2023 foi efetuada a liquidação antecipada do contrato de leasing n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na Avenida Gago Coutinho e está previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2025, aprovado na assembleia representativa de 13 de dezembro de 2024, alienar este imóvel.

O imóvel apresentado em Ativos não correntes detidos para venda, encontra-se mensurado ao custo histórico de aquisição, subtraído das depreciações acumuladas até ao momento da reclassificação para esta rubrica. A quantia escriturada estima-se inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda.

5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis gerados internamente cumprem as condições de reconhecimento, encontrando-se igualmente reconhecidos pelo custo histórico, que inclui os dispêndios com serviços adquiridos e a capitalização de benefícios dos colaboradores afetos aos projetos de desenvolvimento.

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em regime de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa de geração de benefícios económicos futuros.

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2023
Programas de computador (TOConline)	426 501			426 501
Licenças Oracle	167 783			167 783
Licenças Microsoft	150 845			150 845
Programa de computador (AFE)	86 100			86 100
Licença Toad Oracle Xpert Edition W DBA Module	7 729			7 729
Plataforma Credenciação e acessos OCC	13 776			13 776
Programa Biblioteca – CATWIN + USEWIN	2 768			2 768
Outros ativos intangíveis brutos	855 503			855 503
Ativos intangíveis-Projeto – Novo WEBSITE Institucional	639 230			639 230
Ativos intangíveis-Projeto – CCCLIX Contabilidade	235 496			235 496
Ativos intangíveis-Projeto – CCCLIX Fiscalidade	276 452			276 452
Ativos intangíveis-Projeto – "Desenvolvimento Informático"	1 123 108	289 663	136 042	697 403
Ativos intangíveis brutos gerados internamente	2 274 286	289 663	136 042	1 848 581
Ativos intangíveis em curso-Projeto – Novo WEBSITE Institucional				
Ativos intangíveis em curso-Projeto – "CCCLIX"	77 156	70 629		6 528
Ativos intangíveis em curso-Projeto – "Desenvolvimento Informático"	1 051 235	1 051 235	-136 042	136 042
Ativos intangíveis brutos gerados internamente	1 128 391	1 121 864	-136 042	142 569
Amortizações acumuladas	1 892 420	689 895		1 202 525
Quantia escriturada	2 365 759	721 631		1 644 128

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 foi adicionado à rubrica de ativos intangíveis concluídos o valor de 425.705 euros, valor que inclui o montante de 136.042 euros do período de 2023.

Em setembro foi transferido o valor de 425.705 euros para ativos intangíveis referente à conclusão de vários projetos de desenvolvimento informático do Toconline, nomeadamente o Open Banking, Recibos Verdes, Arquivo Empresas Inativas.

Os valores de investimento referentes ao desenvolvimento do novo portal institucional (Site OCC/Mobile APP) incluem a prestação de serviços e recursos humanos internos afetos ao desenvolvimento, operacionalização e exploração. Os recursos humanos internos afetos ao desenvolvimento do novo portal institucional foram reconhecidos em “trabalhos para a própria entidade”.

Na rubrica ativos intangíveis em curso realça-se o lançamento do novo e inovador projeto da formação, o CCclix cujo valor de investimento inclui aquisição de serviços e recursos humanos afetos à realização dos novos cursos e tutoriais desenvolvidos especificamente para a nova plataforma. O CCclix foi lançado em setembro de 2022, no 7.º Congresso dos Contabilistas Certificados. Os recursos humanos internos afetos à realização dos novos cursos e tutoriais desenvolvidos especificamente para a nova plataforma CCclix foram reconhecidos em “trabalhos para a própria entidade”.

O Projeto de Desenvolvimento Informático do TOConline, apresenta um investimento de prestação de serviços e recursos humanos afetos, que foram reconhecidos em “trabalhos para a própria entidade”, e pretende reestruturar as plataformas de base informática atuais de ligação com os membros e operacionalização dos serviços que a Ordem presta aos membros aumentando a capacidade de resposta, introduzindo novas ferramentas numa linguagem atual e melhorando eficiências. Em 2024, foi adicionado na rubrica de ativos intangíveis em curso relativo ao projeto de desenvolvimento informático TOConline o valor de 1.051.235 euros, que inclui entre outras funcionalidades e upgrades, nomeadamente, o novo módulo de gestão de ativos, a reimplementação do módulo de cálculo de salários e o novo sistema de gestão de ausências e salários.

Para cada um destes intangíveis em curso estão assegurados os recursos e a viabilidade técnica para os concluir, ficando plenamente disponíveis para uso pelos membros. A geração de benefícios económicos

futuros está assegurada através da utilidade para os Contabilistas Certificados e, conseqüente utilização pelos mesmos.

6 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de «financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de crédito e sociedades financeiras	31/12/2024			31/12/2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários						
Banco, BPI, S.A.	99 323	1 496 631	1 595 954	99 323	1 595 954	1 695 277
Banco, BPI, S.A. (JESSICA)	266 667	1 533 333	1 799 999	266 667	1 800 000	2 066 666
Total	365 990	3 029 964	3 395 953	365 990	3 395 954	3 761 944

Em 31 de dezembro de 2024, não existem responsabilidades refletidas no balanço da Ordem relativas a locações financeiras.

O seu desreconhecimento, referente ao imóvel da Avenida Almirante Gago Coutinho, ocorreu quando cessou a obrigação decorrente do contrato, devido à liquidação antecipada do contrato n.º 20006211, no dia 9 de outubro de 2023.

Ativo não corrente detidos para venda	Quantia escriturada
Imóvel - Av. Almirante Gago Coutinho, 121 e 121A	1 500 285

Os gastos de financiamento em 2024 e 2023 foram os que abaixo se apresentam:

Gastos de financiamento	2024	2023
Juros de financiamentos obtidos	110 285	128 377
Juros de contratos de locação financeira		3 136
Total	110 285	131 513

7 - INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os inventários da Ordem são os seguintes:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	32 184		32 184	26 913		26 913
Total	32 184		32 184	26 913		26 913

Os inventários existentes em 31 de dezembro de 2024 são mercadorias referentes a material merchandising, nomeadamente auriculares, lenços, gravatas, garrafas, sacos, lápis e canetas da Ordem dos Contabilistas Certificados.

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, detalham-se no quadro seguinte:

Mercadorias	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	26 913	28 054
Compras	7 334	2 374
Regularizações	701	609
Saldo final	32 184	26 913
Gastos no período	2 763	4 123

8 - RÉDITO E OUTROS RENDIMENTOS

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante os períodos de 2024 e 2023, apresentam-se no quadro seguinte:

	Euros		
Rubricas	2024	2023	Variação 2023/2024
VENDAS			
Mercadorias	9 837	11 078	-1 242
Subtotal	9 837	11 078	-1 242
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
Quotização			
Membros efectivos	11 578 392	11 747 957	-169 565
Membros suspensos	181 703	207 953	-26 250
Jóias	17 400	68 700	-51 300
Inscrições ações de formação:			
Formação eventual	1 397 586	1 194 125	203 461
Formação (segmentada, permanente, à distância, TOConline e recorrente)	106 669	128 051	-21 382
Congressos	28 560	27 840	720
Taxas			
Exame para admissão a CC	56 050	381 600	-325 550
Registo de Diretor Técnico	53 685	41 600	12 085
Inscrições-Reg.atribuição créditos	9 350	8 537	813
Análise de Experiência Profissional	3 700	16 400	-12 700
Formação obrigatória e modular	8 000		8 000
Outras (tx reincrção, cédulas, jóias soc. Profissionais)	39 445	14 920	24 525
Emolumentos			
Vinhetas	30 188	33 635	-3 448
Outros	7 990	10 412	-2 422
Serviços Secundários			
Serviços de informática aos membros TOConline	8 645 976	7 834 963	811 013
Cedência de espaço instalações e serv. Complementares	21 476	46 005	-24 529
Eventos			
Festa de Natal	14 565	15 419	-854
Encontro Nacional dos CC		21 715	-21 715
Festival do Contabilista	24 091		24 091
Inscrição refeições - Congressos	5 695	5 383	313
Outros Serviços (serviços de tradução CILEA, Projeto AFAP)		18 375	-18 375
Subtotal	22 230 519	21 823 588	406 932
Subtotal - Vendas e Prestações de Serviços	22 240 356	21 834 666	405 690
OUTROS RENDIMENTOS			
Multas	60 256	79 002	-18 746
Rendas - Edifício 24 de Julho		97 108	-97 108
Mais-valia 24 de Julho		3 698 631	-3 698 631
Outros (alienação ativos, sinistro, correcções relativas a ex. anteriores, dif. câmbio favoráveis, dif. arredondamento)	14 254	47 092	-32 838
Subtotal - Outros rendimentos	74 510	3 921 833	-3 847 323
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS			
Juros credores de depositos bancários	181 283	59 898	121 384
Subtotal - Juros e rendimentos similares obtidos	181 283	59 898	121 384
TOTAL	22 496 149	25 816 397	-3 320 248

A análise detalhada das rubricas referentes ao rédito e outros rendimentos encontra-se no Relatório de Gestão no ponto referente à análise da situação económica e financeira.

9 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos períodos de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Euros	
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes de impostos	139 697	4 249 249
Matéria colectável da atividade tributada	448 713	
Taxa de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	94 230	
Base fiscal de tributação autónoma	8 192	11 805
Tributações autónomas	616	2 139
Taxa efectiva de imposto	0,3%	0,1%
Resultado líquido do período	44 851	4 247 109

A OCC é um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

Nos termos do artigo 53.º do CIRC, rendimento global é formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos, das várias categorias determinadas nos termos do IRS, aplicando-se à determinação do lucro tributável as disposições do CIRC.

Ao rendimento global são dedutíveis, até à respetiva concorrência, os gastos comprovadamente relacionados com as respetivas atividades.

O artigo 54.º do CIRC dispõe que, os gastos comprovadamente indispensáveis à obtenção dos rendimentos que não tenham sido considerados na determinação do rendimento global e que não estejam especificamente ligados à obtenção dos rendimentos não sujeitos ou isentos a IRC são deduzidos, no todo ou em parte, a esse rendimento global, para efeitos de determinação da matéria coletável, de acordo com as seguintes regras:

- a) Se estiverem apenas ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, são deduzidos na totalidade ao rendimento global;
- b) Se estiverem ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, bem como à de rendimentos não sujeitos ou isentos, deduz-se ao rendimento global a parte dos gastos comuns que for imputável aos rendimentos sujeitos e não isentos. A parte dos gastos comuns a imputar é determinada através da repartição proporcional daqueles ao total dos rendimentos brutos sujeitos e não isentos e dos rendimentos não sujeitos ou isentos. Os gastos comuns são dedutíveis até à concorrência do rendimento global.

Assim, são rendimentos não sujeitos a IRC as quotas e jotas pagas pelos membros em conformidade com os estatutos, as quais, em 2024, ascenderam a 11.777.495 euros. Em 2023 ascenderam a 12.067.144 euros. Estes valores incluem as reversões de perda por imparidade de quotas dos membros.

Também de acordo com o artigo 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) são isentos de IRC os rendimentos da OCC derivados de ações de formação prestadas aos membros no âmbito dos seus fins estatutários, bem como os rendimentos prediais, designadamente, relacionados com as rendas recebidas do edifício sito na Avenida 24 de Julho, em Lisboa e o respetivo ganho associado à venda deste imóvel. Em 2024, os rendimentos isentos de tributação atingiram o valor de 1.660.481 euros (em 2023, 5.312.049 euros).

Os rendimentos sujeitos e não isentos a IRC com o valor de 10.338.349 euros (em 2023, 9.410.731 euros) incluem juros de depósitos à ordem, venda de brochuras e livros, licenças TOOnline, cedência de espaço dos auditórios e serviços complementares associados, publicidade e todos os outros rendimentos que não são rendimentos isentos ou não sujeitos a tributação de IRC.

Detalhe do resultado para efeitos de cálculo do IRC de 2024

Descrição	Não sujeitos (1)	%	Sujeitos				Total 31/12/2024 (4) = (1)+(2)+(3)	%
			Isentos (2)	%	Não isentos (3)	%		
Rendimentos	11 777 495	49,5%	1 660 481	7,0%	10 338 349	43,5%	23 776 325	100%
Gastos específicos	-6 356 290		-3 446 330		-6 855 079		-16 657 699	
Gastos comuns	-3 456 981		-487 392		-3 034 557		-6 978 930	
Resultado do período antes imposto	1 964 223		-2 273 240		448 713		139 697	

Detalhe do resultado para efeitos de cálculo do IRC de 2023

Descrição	Não sujeitos (1)	%	Sujeitos				Total 31/12/2023 (4) = (1)+(2)+(3)	%
			Isentos (2)	%	Não isentos (3)	%		
Rendimentos	12 067 144	45%	5 312 049	20%	9 410 731	35%	26 789 924	100%
Gastos específicos	-5 051 519		-3 610 214		-7 231 818		-15 893 551	
Gastos comuns	-2 994 103		-1 318 027		-2 334 993		-6 647 124	
Resultado do período antes imposto	4 021 521		383 808		-156 081		4 249 249	

Cálculo dos Gastos Comuns 2024:

$$\frac{C}{C+D+E} * B$$

		B – Gastos comuns		
C – Montante dos rendimentos brutos sujeitos não isentos	10 338 349		3 034 557	43,5%
D – Valor dos rendimentos brutos isentos	1 660 481		487 392	7,0%
E – Valor dos rendimentos brutos não sujeitos	11 777 495		3 456 981	49,5%
Total de Rendimentos	23 776 325	Total Gastos Comuns	6 978 930	100%

A atividade sujeita e não isenta de IRC apresenta em 2024 um resultado positivo de 448.713 euros (em 2023, negativo em 156.081 euros), resultante da imputação dos gastos específicos e dos gastos comuns de acordo com o n.º 2 do artigo 54.º do Código do IRC, resultando a existência de imposto a pagar, mais a tributação autónoma.

Em 2024, a tributação autónoma apurada nos termos previstos no artigo n.º 88 do código do IRC, relativamente aos gastos, de despesas de representação e deslocações em viatura própria, da atividade sujeita é de 8.191 euros (em 2023, 2.139 euros).

10 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 - Outros créditos e ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de outros créditos e ativos não correntes e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

Euros

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos não correntes						
Outros créditos e ativos não correntes	30 625			30 625		30 625
Total do ativo	30 625			30 625		30 625

Na rubrica outros créditos e ativos não correntes estão reconhecidas as entregas efetuadas pela Ordem ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

10.2 - Membros, créditos a receber, fornecedores e outros ativos e passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de membros, créditos a receber, fornecedores e outros ativos e passivos correntes apresentavam a seguinte decomposição:

Euros

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos correntes						
Membros	1 936 051	126 796	1 809 255	2 162 572	181 872	1 980 699
Créditos a receber	3 191		3 191	18 382		18 382
Outros ativos correntes	138 892		138 892	290 397		290 397
Total do ativo	2 078 134	126 796	1 951 338	2 471 350	181 872	2 289 478
Passivos correntes						
Fornecedores	653 168		653 168	585 361		585 361
Outros passivos correntes	3 314 849		3 314 849	1 886 634		1 886 634
Total do passivo	3 968 017		3 968 017	2 471 995		2 471 995
Total líquido	-1 889 883	126 796	-2 016 679	-645	181 872	-182 518

No passivo corrente, mantém-se o valor retido a fornecedores de investimentos, em outros passivos correntes, a título de garantias das obras efetuadas no Edifício da representação do Porto e no Auditório de Lisboa, cujo prazo estima-se que termine em 2025.

10.3 - Reconhecimento das perdas por imparidade dos créditos a receber

Em 2024, tendo em consideração a evolução da dívida, a OCC reviu a estimativa de imparidade das quotas dos membros, relativos aos processos de quotas em remessa para AT, tendo como base a análise do ano de 2023 e o aumento do risco de não cobrança das quotas, com base no histórico dos recebimentos do ano de 2019 a 2024. Assim, alterou o critério das imparidades adotado, que é o seguinte:

Alterou o critério:

- Processos de quotas em remessa para a AT de 6 a 12 meses: 8%
- Processos de quotas em cobrança AT: 10%

Manteve o critério:

- Processos de quotas em remessa para a AT > 12 meses: 10%
- Pagamentos faseados: 10%

Euros

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Critério	Dívida total dos membros em 31/12/2024	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívida líquida dos membros em 31/12/2024
até 6 meses	0%	611 739		611 739
Processos tratamento remessa AT	8%	281 742	22 539	259 203
Processos tratamento remessa AT	10%	130 313	13 031	117 281
AT	10%	854 304	85 430	768 874
Pagamentos faseados	10%	57 954	5 795	52 159
Total		1 936 051	126 796	1 809 255

Euros

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Critério	Dívida total dos membros em 31/12/2023	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívida líquida dos membros em 31/12/2023
até 6 meses	0%	762 935		762 935
Processos tratamento remessa AT	10%	535 878	53 588	482 290
AT	15%	838 170	125 726	712 445
Pagamentos faseados	10%	25 589	2 559	23 030
Total		2 162 572	181 872	1 980 699

As dívidas dos membros referentes a quotas, diminuíram em 226.520 euros (-10,5%), passaram de 2.162.572 euros em 31 de dezembro de 2023, para 1.936.051 euros em 31 de dezembro de 2024.

O aumento dos recebimentos das quotas no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 reflete a diminuição da dívida de quotas com menos de 6 meses no valor de 151.196 euros.

A dívida com mais de 6 meses regista em 31 de dezembro de 2024 um decréscimo em relação a 31 de dezembro de 2023, de menos 123.824 euros, apresentando um valor de 412.055 euros. O valor das dívidas dos membros, líquido de imparidades, em 31 de dezembro de 2024, apresenta um montante de 1.809.255 euros, inferior ao valor de 31 de dezembro de 2023 em 171.445 euros.

O movimento líquido reconhecido no período de 2024 referente às perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade em créditos a receber é apresentado no quadro seguinte:

Euros

Dívidas a receber	Perdas por imparidade do período 2024	Reversões de perdas por imparidade 2024	Total
Membros	48 027	103 102	-55 076
Total	48 027	103 102	-55 076

Euros

Dívidas a receber	Perdas por imparidade do período 2023	Reversões de perdas por imparidade 2023	Total
Membros	53 552	42 535	11 016
Total	53 552	42 535	11 016

De seguida apresenta-se o movimento ocorrido nos períodos de 2024 e 2023 nas perdas por imparidade acumuladas referentes a créditos a receber de quotas dos membros.

Euros

Perdas por imparidade acumuladas	2024	2023
Perdas por imparidade acumuladas início período (1)	181 872	170 856
Reversões		
Por alteração de critérios de imparidade	-48 350	
Por pagamento de dívida	-34 731	-15 567
Por revisão de estimativa membros pagamentos faseados	-1 836	-4 605
Por revisão de estimativa membros com pagamentos AT	-18 186	-22 363
Considerando intervalo de períodos de antiguidade		
Total reversões (2)	-103 102	-42 535
Reforço das imparidades (3)	48 027	53 552
Perdas por imparidade acumuladas fim do período (4) = (1) + (2) + (3)	126 796	181 872

De seguida apresenta-se o movimento ocorrido nos períodos de 2024 e 2023 nas perdas por imparidade de acumuladas referentes a multas dos membros.

Euros				
Perdas por imparidade acumuladas - multas dos membros	Dívidas dos Membros em 31/12/2024	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos Membros	Dívidas dos Membros em 31/12/2023	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos Membros
Multas dos membros	1 689	2 176	1 689	2 176
Total	1 689	2 176	1 689	2 176

10.4 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Euros		
Caixa e depósitos bancários	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	11 158	11 207
Depósitos à ordem	606 251	490 104
Outros depósitos bancários	4 750 000	4 500 000
Total	5 367 409	5 001 311

11 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos nos períodos de 2024 e de 2023 foram os seguintes:

Euros				
Fornecimentos e serviços externos	2024	2023	Varição 2023/2024	
621 Subcontratos	965 101	3 657 756	-2 692 654	-73,6%
6211 Vinhetas	629	711	-82	-11,5%
6212 Bases de dados - SICC	70 689	70 689		
6213 TOConline	45 151	3 181 573	-3 136 423	-98,6%
6214 Serviços de Impressão - revistas	165 518	129 638	35 880	27,7%
6215 Serviços de Hosting - Claranet	142 200	142 185	15	0,0%
6216 Consultoria TOConline	236 388		236 388	
6217 Serviços de Hosting - MEO	147 048	132 960	14 088	10,6%
6218 Suporte TOConlie	63 022		63 022	
6219 Housing/DBA TOConline	94 457		94 457	
622 Serviços especializados	5 736 819	5 207 444	529 374	10,2%
6221 Trabalhos especializados	3 605 043	3 196 960	408 082	12,8%
6222 Publicidade e propaganda	25 406	20 367	5 039	24,7%
6223 Vigilância e segurança	275 064	279 837	-4 772	-1,7%
6224 Honorários	1 383 015	1 233 051	149 964	12,2%
6226 Conservação e reparação	98 874	93 582	5 292	5,7%
6227 Serviços bancários	223 945	264 753	-40 809	-15,4%
6228 Outros	125 473	118 895	6 578	5,5%
623 Materiais	295 784	413 085	-117 301	-28,4%
6231 Ferramentas e utensílios	35 640	6 317	29 323	464,2%
6232 Livros e documentação técnica	232	232		-0,1%
6233 Material de escritório	36 524	28 547	7 977	27,9%
6234 Artigos para oferta	213 170	371 441	-158 272	-42,6%
6238 Outros materiais	10 219	6 548	3 671	56,1%
624 Energia e fluidos	203 736	317 434	-113 699	-35,8%
6241 Electricidade	172 399	280 773	-108 374	-38,6%
6242/8 Combustíveis	13 952	17 709	-3 757	-21,2%
6243 Água	17 385	18 952	-1 567	-8,3%
625 Deslocações e estadas	414 098	366 577	47 522	13,0%
625101 Refeições	74 925	66 835	8 090	12,1%
625102 Deslocações	189 119	162 631	26 488	16,3%
625103 Estadas	150 054	137 111	12 944	9,4%
626 Serviços diversos	5 222 440	4 005 348	1 217 092	30,4%
6261 Rendas e alugueres	554 478	306 812	247 666	80,7%
6262 Comunicação	1 023 415	747 977	275 438	36,8%
6263 Seguros	3 427 176	2 723 373	703 803	25,8%
6265 Contencioso e notariado	15 969	14 363	1 606	11,2%
6266 Despesas de representação	15 988	17 740	-1 752	-9,9%
6267 Limpeza, higiene e conforto	185 414	195 069	-9 655	-4,9%
6268 Outros serviços		15	-15	-100,0%
Totais	12 837 979	13 967 645	-1 129 665	-8,1%

Os gastos com subcontratos no valor de 965.101 euros, que apresentam uma diminuição significativa face a 2023 no valor de 2.692.654 euros (-73,6%), incluem o desenvolvimento do SICC (Sistema de Informação do Contabilista Certificado), os serviços de desenvolvimento e atualização das ferramentas informáticas disponibilizadas aos membros, os módulos do TOConline, a produção de vinhetas e os serviços de impressão da revista.

Os serviços de desenvolvimento e atualização das ferramentas disponibilizadas aos membros, apresentam uma redução no valor de 2.728.452 euros, devido sobretudo ao facto de estes serviços serem gerados internamente, sem recurso a entidade externa.

		Euros					
Subcontratos	2024		2023		Variação 2023/2024		
TOConline	728 266	75,5%	3 456 718	94,5%	-2 728 452	-78,9%	
6213 TOConline	45 151	4,7%	3 181 573	87,0%	-3 136 423	-98,6%	
6215 Serviços de Hosting - Claranet	142 200	14,7%	142 185	3,9%	15		
6216 Consultoria TOConline	236 388	24,5%			236 388		
6217 Serviços de Hosting - MEO	147 048	15,2%	132 960	3,6%	14 088	10,6%	
6218 Suporte TOConlie	63 022	6,5%			63 022		
6219 Housing/DBA TOConline	94 457	9,8%			94 457		
Outros	236 836	24,5%	201 038	5,5%	35 798	17,8%	
6211 Vinhetas	629	0,1%	711		-82	-11,5%	
6212 Bases de dados - SICC	70 689	7,3%	70 689	1,9%			
6214 Serviços de Impressão - revistas	165 518	17,2%	129 638	3,5%	35 880	27,7%	
Totais	965 101	100,0%	3 657 756	100,0%	-2 692 654	-73,6%	

		Euros					
TOConline	2024		2023		Variação 2023/2024		
6 Gastos	3 388 325	100%	4 973 131	100%	-1 584 806	-31,9%	
621 Subcontratos	728 266	21,5%	3 456 718	69,5%	-2 728 452	-78,9%	
6213 TOConline	45 151	1,3%	3 181 573	64,0%	-3 136 423	-98,6%	
6215 Serviços de Hosting - Claranet	142 200	4,2%	142 185	2,9%	15	0,0%	
6216 Consultoria TOConline	236 388	7,0%			236 388		
6218 Suporte TOConline	63 022	1,9%			63 022		
6219 Housing/DBA TOConline	94 457	2,8%			94 457		
6217 Serviços de Hosting - MEO	147 048	4,3%	132 960	2,7%	14 088	10,6%	
6221 Trabalhos Especializados	503 076	14,8%	277 856	5,6%	225 220	81,1%	
6224 - Honorários	17 250	0,5%	29 822	0,6%	-12 572	-42,2%	
6226 Conservação e reparação			3 795	0,1%	-3 795	-100,0%	
623 Materiais	4		1 470		-1 466	-99,7%	
625 Deslocações e estadas	8 858	0,3%	2 321		6 538	281,7%	
626 Serviços diversos	3 274	0,1%	2 796	0,1%	479	17,1%	
63 Gastos com o pessoal	1 723 045	50,9%	1 039 086	20,9%	683 959	65,8%	
64 Gastos de depreciação e amortização	404 550	11,9%	159 267	3,2%	245 283	154,0%	
454 Ativos Intangíveis em Curso	1 051 235	31,0%	136 042	2,7%	915 193	672,7%	
Imputação Recursos Humanos	887 411	26,2%	127 843	2,6%	759 567	594,1%	
Serviços	163 824	4,8%	8 198	0,2%	155 626	1898,2%	
7 Rendimentos	-1 177 074	100,0%	-725 278	100,0%	-451 796	62,3%	
74 Trabalhos para a própria entidade	-1 177 074	100,0%	-725 278	100,0%	-451 796	62,3%	
Ativos Intangíveis - Desenvolvimento Informático	-1 177 074	100,0%	-725 278	100,0%	-451 796	62,3%	
Total	3 262 486		4 383 895		-1 121 409	-25,6%	

Em 2024, os serviços especializados no montante de 5.736.819 euros representam 24,3% dos gastos totais da OCC, sendo os gastos de trabalhos especializados e os gastos de honorários, inseridos nesta rubrica de serviços especializados, os gastos com maior peso em valor.

Os gastos referentes a trabalhos especializados representam 15,3% dos gastos totais e os gastos de honorários tem um peso de 5,9% no valor dos gastos totais.

Euros

Trabalhos especializados	2024		2023		Variação 2023/2024	
622101 Serviços de Auditoria	11 070	0,3%	8 856	0,3%	2 214	25,0%
622102 Serviços de Advocacia	475 939	13,2%	170 905	5,3%	305 034	178,5%
622103 Formadores	662 791	18,4%	560 548	17,5%	102 242	18,2%
622104 Consultores Externos	89 122	2,5%	127 941	4,0%	-38 819	-30,3%
622105 Serviços de handling	140 140	3,9%	141 167	4,4%	-1 027	-0,7%
622106 Solicitadores			375		-375	-100,0%
622107 Suporte Arquivo Electrónico	10 189	0,3%	9 845	0,3%	345	3,5%
622108 Envolvem Revistas	6 542	0,2%	9 349	0,3%	-2 807	-30,0%
622109 Serviços de Restauração	326 697	9,1%	208 667	6,5%	118 030	56,6%
622109 Serviços de Restauração Formação	510 660	14,2%	500 615	15,7%	10 045	2,0%
622110 Brochuras Formação	161 903	4,5%	179 829	5,6%	-17 927	-10,0%
622111 Comissões/Grupos de Trabalho	24 015	0,7%	14 472	0,5%	9 543	65,9%
622112 Serviço Hospedeiras	11 793	0,3%	23 030	0,7%	-11 237	-48,8%
622113 Elaboração de Manuais de Formação	12 930	0,4%	35 373	1,1%	-22 443	-63,4%
622114 Revista IDEF	15 248	0,4%	15 248	0,5%		
622115 Serviços de informática	527 079	14,6%	344 973	10,8%	182 106	52,8%
622116 Serviços comunicação e imagem	132 892	3,7%	72 629	2,3%	60 264	83,0%
622117 Manuais Técnicos	83 579	2,3%	259 073	8,1%	-175 494	-67,7%
622119 Anuário Financeiro	18 573	0,5%	27 919	0,9%	-9 346	-33,5%
622119 Dia do Contabilista	8 303	0,2%	11 656	0,4%	-3 354	-28,8%
622119 Encontro Nacional CC			61 711	1,9%	-61 711	-100,0%
622119 Festival do Contabilista	71 560	2,0%		0,0%	71 560	
622119 Conferências e eventos	8 574	0,2%	21 091	0,7%	-12 517	-59,3%
622119 Outros gastos com formação	14 394	0,4%	63 746	2,0%	-49 352	-77,4%
622119 Agendas e Calendários		0,0%	9 697	0,3%	-9 697	-100,0%
622119 Medalhas Comemorativas 25 anos OCC		0,0%	758		-758	-100,0%
622119 Eleições OCC Ato Eleitoral	44 342	1,2%			44 342	
622119 Outros trabalhos especializados	39 729	1,1%	52 915	1,7%	-13 185	-24,9%
622120 Cédulas Profissionais	4 319	0,1%	30 839	1,0%	-26 520	-86,0%
622121 Mailing			558		-558	-100,0%
622121 Avaliação de edifícios e viabilidade urbanística			26 224	0,8%	-26 224	-100,0%
622122 Datacenter + Licenciamento + Videoconferência	101 580	2,8%	121 153	3,8%	-19 574	-16,2%
Totais	3 605 043	100,0%	3 196 960	100,0%	408 082	12,8%

Os gastos com serviços especializados aumentaram 529.374 euros (+10,2%) face ao ano de 2023.

Os gastos referentes a trabalhos especializados, inseridos na rubrica, serviços especializados, são aqueles que apresentam um maior aumento em comparação com o ano de 2023, no montante de 408.082 euros (+12,8%), devido sobretudo ao aumento do volume de formação profissional, e também os gastos com honorários, inseridos na rubrica gastos com serviços especializados, apresentam um aumento em relação ao ano de 2023, no valor de 149.964 euros (+12,2%).

Apresentamos no quadro seguinte, o detalhe dos gastos com honorários:

Euros

Honorários	2024		2023		Variação 2023/2024	
622401 Formadores	929 432	67,2%	815 181	66,1%	114 251	14,0%
622402 Consultoria Técnica	181 541	13,1%	159 192	12,9%	22 349	14,0%
622404 Elaboração Manuais Formação	34 632	2,5%	64 057	5,2%	-29 425	-45,9%
622406 Comissões/Grupos de Trabalho	65 081	4,7%	56 943	4,6%	8 137	14,3%
622408 Apoio Administrativo	8 502	0,6%	4 430	0,4%	4 072	91,9%
622409 Revista Contabilidade e Gestão	23 512	1,7%	25 248	2,0%	-1 736	-6,9%
622411 Solicitadores	7 009	0,5%	2 117	0,2%	4 892	231,1%
622410 Outros (valor individual < 3 000 euros)	52 238	3,8%	39 463	3,2%	12 775	32,4%
Totais	1 383 015	100,0%	1 233 051	100,0%	149 964	12,2%

A rubrica artigos para oferta apresenta no ano de 2024 o valor de 213.170 euros e uma diminuição face ao ano de 2023 de 158.272 euros (-42,6%), fruto do impacto da elaboração das agendas 2024 enviadas aos membros no fim do ano de 2023 e com o gasto reconhecido em 2023.

As rendas e alugueres apresentam em 2024 um aumento de 247.666 euros (+80,7%) de gastos face a 2023, relacionada, essencialmente, com o aluguer de espaços e equipamentos na realização da formação profissional e com a tomada de posse dos novos Órgãos Sociais.

Euros						
Rendas e alugueres	2024		2023		Variação 2023/2024	
62611 – Instalações	45 652	8,2%	38 866	12,7%	6 787	17,5%
62612 – Espaços	314 434	56,7%	222 750	72,6%	91 684	41,2%
62613 – Equipamentos	194 392	35,1%	45 196	14,7%	149 196	330,1%
Totais	554 478	100,0%	306 812	100,0%	247 666	80,7%

As representações de Évora, Guarda, Bragança, Portalegre e Ponta Delgada, nos Açores, estão localizadas em edifícios alheios. O gasto com o com rendas e aluguer de equipamentos relacionados com o funcionamento das representações em 2024, foi de 45.652 euros.

Os gastos com comunicação no valor de 1.023.415 euros, apresentam um aumento de 36,8% (+275.438 euros) face a 2023, devido sobretudo aos gastos com correio, associados ao processo eleitoral da OCC, no valor de 233.437 euros.

Euros						
Comunicação	2024		2023		Variação 2023/2024	
62621 Correio Normal	475 814	46,5%	247 219	33,1%	228 595	92,5%
62622 Correio Editorial	258 246	25,2%	291 557	39,0%	-33 311	-11,4%
62624/5/6 Telefones, internet e televisão	289 355	28,3%	209 201	28,0%	80 154	38,3%
Totais	1 023 415	100,0%	747 977	100,0%	275 438	36,8%

Os gastos com os seguros no valor de 3.427.176 euros, apresentam um aumento em relação a 2023 de 703.803 euros (+25,8%).

O valor base do prémio anual da apólice do seguro de responsabilidade civil para o período de 1 de abril de 2022 a 31 de março 2023, foi 730.000 euros. No período de 1 de abril de 2023 a 31 de março de 2024 e no período de 1 de abril de 2024 a 31 de março de 2025 manteve-se o valor base do prémio em 730.000 euros. O aumento de 150.000 euros (+20,5%) euros face ao ano de 2023 é referente à participação em resultados da sinistralidade referente à cláusula 6.ª da apólice do seguro de responsabilidade civil do período de 1 de abril de 2021 a 31 de março de 2022.

O seguro de saúde do CC tem um peso considerável de 73,3% do total dos gastos de seguros em 2024 e apresenta o valor de 2.511.466 euros, com uma variação em relação a 2023 de mais 555.448 euros (+28,4%). Salientamos que a apólice anual do seguro de saúde dos membros para o período de 1 de abril de 2022 a 31 de março de 2023 registou um aumento significativo no valor do prémio anual, tendo este passado do valor de 1.214.165 euros para 1.682.121 euros.

Para o período de 1 de abril de 2023 a 31 de março de 2024 a apólice anual do seguro de saúde registou um novo aumento, tendo passado para o valor de 2.044.509 euros. Para o período de 1 de abril de 2024 a 31 de março de 2025 a apólice do seguro de saúde registou um aumento tendo passado para o valor de 2.647.907 euros.

Estes sucessivos aumentos do valor da apólice anual do seguro de saúde dos membros estão diretamente relacionados com o aumento do uso do seguro, que eleva a sinistralidade.

Euros						
Seguros	2024		2023		Variação 2023/2024	
62631 Multi-riscos	20 138	0,6%	20 921	0,8%	-783	-3,7%
62632 Viaturas	2 797	0,1%	4 419	0,2%	-1 622	-36,7%
62633 Ramos transporte de mercadorias	169		187		-17	-9,2%
62634 Responsabilidade Civil CC	880 000	25,7%	730 000	26,8%	150 000	20,5%
62635 Acidentes Pessoais	6 190	0,2%	5 829	0,2%	360	6,2%
62636 Saúde do CC	2 511 466	73,3%	1 956 018	71,8%	555 448	28,4%
62637 Responsabilidade Civil Profissional	6 417	0,2%	6 000	0,2%	417	6,9%
Totais	3 427 176	100,0%	2 723 373	100,0%	703 803	25,8%

12 - GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal incorridos nos períodos de 2024 e 2023 foram os seguintes:

		Euros			
Gastos com o pessoal		2024	2023	Variação 2023/2024	
Remunerações dos órgãos da OCC		831 498	614 490	217 009	35,3%
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OCC		187 514	138 102	49 411	35,8%
Seguro acidentes de trabalho dos órgãos da OCC		2 795	2 707	87	3,2%
Seguro de saúde dos órgãos da OCC		13 484	9 758	3 726	38,2%
Total gastos órgãos sociais		1 035 291	765 057	270 234	35,3%
Remunerações do pessoal		6 203 704	4 799 276	1 404 428	29,3%
Encargos sobre remunerações do pessoal		1 350 413	1 058 233	292 180	27,6%
Seguro acidentes de trabalho do pessoal		21 220	19 827	1 394	7,0%
Seguro de saúde do pessoal		116 712	94 249	22 463	23,8%
Outros gastos de ação social		4 302	4 339	-37	-0,9%
Outros gastos com o pessoal		75 130	52 237	22 893	43,8%
Total gastos com colaboradores		7 771 481	6 028 161	1 743 320	28,9%
Total		8 806 772	6 793 218	2 013 554	29,6%

Os encargos sobre remunerações tanto dos órgãos sociais, como de colaboradores da OCC, incluem encargos em regime de acumulação por honorários no âmbito de formação ou de outros serviços, como seja a vigilância de exames.

A Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC eleita pela Assembleia Representativa no dia 5 de março de 2022, conforme disposto na alínea g) do art.º 40.º do Estatuto da OCC (EOCC), no dia 23 de novembro 2023 deliberou a definição, numa base fundamentada e estruturada, de uma tabela de remunerações para os membros do conselho diretivo, conselho jurisdicional, conselho fiscal e o valor das senhas de presença para os membros dos restantes órgãos e comissões estatutárias para o ano de 2024. As remunerações da Bastonária, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e Assembleia Representativa do período de 1 de janeiro a 1 de julho de 2024 foram processadas com base no estipulado pela referida Comissão. As remunerações do Conselho Diretivo do período de 1 de janeiro a 9 de julho de 2024 foram processadas com base no estipulado pela referida Comissão.

No dia 3 de julho de 2024, dia seguinte após a tomada de posse dos órgãos sociais, foi realizada a Assembleia Representativa, no auditório de Lisboa, para eleição da Mesa da Assembleia Representativa, apreciação da nomeação dos membros do Conselho Diretivo e deliberação da proposta de regulamento de remunerações dos membros dos órgãos sociais da OCC.

No dia 10 de julho, na sede da Ordem em Lisboa, decorreu a cerimónia de tomada de posse do Conselho Diretivo e Provedor dos Destinatários dos Serviços. Nesta cerimónia, foi apresentado também o Presidente do Conselho de Supervisão da Ordem para o mandato 2025-2028.

No dia 3 de julho de 2024, o Conselho de Supervisão da OCC aprovou as remunerações dos órgãos sociais nos termos do Regulamento de Remuneração dos Órgãos Sociais da OCC. As remunerações da Bastonária, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional, Conselho de Supervisão e Assembleia Representativa foram processadas com base no estipulado pelo Conselho de Supervisão a partir de 2 de julho de 2024. As remunerações do Presidente do Conselho de Supervisão foram processadas com base no estipulado pelo Conselho de Supervisão a partir de 3 de julho de 2024. As remunerações do Conselho Diretivo e do Provedor do Destinatário dos Serviços foram processadas com base no estipulado pelo Conselho de supervisão a partir de 10 de julho de 2024.

As remunerações e demais encargos suportados com os órgãos da Ordem no período de 2024 foram os seguintes:

Gastos com os membros dos órgãos da OCC do período de janeiro de 2024 a 2 de julho de 2024

Euros

Membros dos órgãos sociais	Vencimento/senhas presença	Remunerações			Seguros			Refeições	Deslocações	Estadas	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional				
Bastonária	42 304	3 525	3 525	11 006	179	373	286	976		102	62 278
Paula Franco (Lisboa)	42 304	3 525	3 525	11 006	179	373	286	976		102	62 278
Conselho diretivo	125 661	10 472	10 472	31 029	611	2 239	1 714	3 868	15 017	7 700	208 783
Jorge Barbosa (Braga)	29 000	2 417	2 417	7 545	118	373	286	888	5 778	1 961	50 782
Cristina Pena Silva (Lisboa)	24 165	2 014	2 014	6 287	99	373	286	280		102	35 619
Manuel Teixeira (Coimbra)	24 165	2 014	2 014	4 624	99	373	286	1 099	2 898	2 045	39 616
Helena Costa (Braga)					99	373	286				757
Álvaro Costa (Coimbra)	24 165	2 014	2 014	6 287	99	373	286	899	2 251	1 875	40 262
Pedro Ferreira (Vila Real)	24 165	2 014	2 014	6 287	99	373	286	703	4 090	1 717	41 747
Conselho fiscal	23 872	14	14	4 852	101	1 120	250	579	1 722	1 337	33 862
Sérgio Pontes (Lisboa)	10 576	6	6	2 150	45	373	83	184	240	116	13 780
Raquel Mota Pinto (Porto)	6 648	4	4	1 351	28	373	83	232	723	714	10 160
José António Pereira (Viseu)	6 648	4	4	1 351	28	373	83	163	760	507	9 922
Conselho jurisdicional	59 226	4 629	4 629	13 902	236	1 866	417	1 636	7 664	2 224	96 428
Eugénio Faça (Lisboa)	18 130	1 511	1 511	4 294	77	373	83	390	200	102	26 671
Rita Cordeiro (Setúbal)	11 180	782	782	2 587	40	373	83	45	287	102	16 261
Mário Cabêda (Porto)	11 180	775	775	2 584	40	373	83	538	2 895	952	20 197
M. Clara Oliveira (C. Rainha)	9 367	781	781	2 219	40	373	83	254	1 152	102	15 151
Luís Caetano (Viseu)	9 367	781	781	2 219	40	373	83	410	3 129	966	18 148
Assembleia Representativa	42 230			8 573			333	3 163	7 481	5 882	67 662
Mesa											
Pres. – Carlos Alexandre	6 160			1 250			83	95	248	232	8 069
V.pres. – Aníbal Sousa							83	89	295	229	696
Isabel Ramalho	3 610			733			83	89	558	127	5 200
Rita Marques	3 710			753			83	66	131	102	4 846
Açores											
Emanuel Cordeiro	590			120				45			755
Isabel Freitas	590			120				73	155	204	1 142
Aveiro											
Andreia Almeida											
Arabela Linhares	390			79				45		102	616
Daniel Lopes	390			79				45	59		573
João Reis	390			79				45	135		649
Pedro Lima								45	52		97
Susana Neves	340			69				45	82		536
Beja											
Luís Medeiros	490			99				56	357	102	1 104
Maria Sargento	490			99				45	170	102	907
Braga											
Anabela Guimarães	390			79				27		102	598
Eva Salgado	390			79				45		116	630
Horácio Ferreira	390			79				27	108		605
José Soares Roriz	0			0				27			27
Manuel Gonçalves	220			45				27			292
Oswaldo Neves	390			79				27		116	612
Bragança											
Maria Rodrigues	440			89				45	168	102	844
Castelo Branco											
António Pinto								45	195	116	356
Maria Helena Lopes	440			89				45	180	116	870
Coimbra											
Cristina Freire	440			89				45	99	116	790
Fernando Girão	440			89				45		102	676
Sílvio Carvalho Vilão	440			89				45		102	676
Évora											
Ana Melro	490			99				27	146	102	864
António Nabo	490			99				45	301	204	1 139
Faro											
Carlos Nunes											
José Pereira	340			69							409
Lizabete Sequeira	490			99				45	422	232	1 288
Guarda											
Amâncio Antunes	440			89				45	160	102	836
Rosa Dias	440			89				45	128	116	818

Membros dos órgãos sociais	Vencimento/senhas presença	Remunerações			Seguros			Refeições	Deslocações	Estadas	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional				
Leiria											
António Caseiro	440			89				45			574
Leonel Francisco	440			89				45	128	116	818
Nuno Valente	440			89				45		102	676
Lisboa											
Ana Sá	490			99					250		840
Ana Apolinário	340			69							409
Ana Martins	490			99				45	61	102	797
António Nunes	490			99				45	267	116	1 018
Bruno Pereira											
Daniel Albuquerque	490			99				45	62	102	798
Dulce Pereira	440			89				45	61	102	737
Lídia Vieira	340			69							409
José Ribeiro	340			69							409
Maria Araújo	440			89				27		102	658
Maria Almeida											
Maria Neves	490			99				45	61	102	797
Mónica Marçal	490			99				45		102	737
Nelson Ferreira	490			99				27	86	102	804
Paulo Gomes	340			69							409
Pedro Pinheiro								45		102	147
Pedro Roque											
Rui Ferreira	490			99				45	61	116	811
Susana Pereira											
Vítor Vicente	340			69							409
Vítor Martins								45	252	116	413
Madeira											
Ana Escórcio	590			120				45	336	204	1 295
João Manuel Dos Ramos	590			120				45	293	204	1 252
Portalegre											
Maria Alvo	440			89				45	88	102	765
Paulo Castanho											
Porto											
António Azevedo	390			79				45		102	616
Bruno Silva	340			69				45			454
Carlos Martins	340			69				45	65		519
Fernanda Freitas	340			69				45			454
Júlia Martins	340			69				45			454
Patrícia Esteves	340			69				45			454
Paulo Anjos								45			45
Rosa Areias	340			69							409
Rui Magalhães	340			69							409
Rui Santos	340			69				45			454
Sara Cruz	340			69				45			454
Vitor Oliveira	340			69							409
Santarém											
Ana Silvestre	440			89				67	206	102	905
Manuel Ramalho	440			89				45	165	116	855
Carla Nunes	440			89				45	202	102	879
Setúbal											
Alfredo Alves								45	34	102	181
Ana Traquino	490			99				45	62	102	798
Carla Pereira	340			69				0	0	0	409
Carlos Sousa	490			99				45	62	102	798
Manuel Matos	490			99				45	62	102	798
Maria Quendera	490			99				45	34	102	771
Viana Do Castelo											
António Luciano	390			79				45			514
Maria Correia				0				67	155		222
Vila Real											
António Dias	390			79				45	162		676
Maria Borges	440			89				45	122	114	810
Viseu											
Angélica Fernandes	340			69							409
Paulo Marques											
Total	293 293	18 640	18 640	69 362	1 126	5 598	3 000	10 224	31 885	17 245	469 013

Gastos com os membros dos órgãos da OCC do período de 2 de julho de 2024 a dezembro de 2024

Euros

Membros dos órgãos sociais	Vencimento/senhas presença	Remunerações			Seguros			Refeições	Deslocações	Estadas	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional				
Bastonária	52 786	4 427	4 427	13 746	226	376	286	828		309	77 409
Paula Franco (Lisboa)	52 786	4 427	4 427	13 746	226	376	286	828		309	77 409
Conselho diretivo	155 410	13 148	13 148	38 846	701	2 253	1 714	4 619	12 553	12 440	254 832
Jorge Barbosa (Braga)	30 312	2 540	2 540	7 892	136	376	286	1 427	4 217	3 782	53 507
Cristina Pena Silva (Lisboa)	25 260	2 125	2 125	6 581	113	376	286	356	34	357	37 614
Manuel Teixeira (Coimbra)	24 149	2 125	2 125	4 658	113	376	286	930	1 971	2 312	39 045
M. Clara Oliveira (C. Rainha)	25 170	2 106	2 106	6 553	113	376	286	487	1 075	1 673	39 944
Álvaro Costa (Coimbra)	25 260	2 125	2 125	6 581	113	376	286	692	1 620	2 213	41 391
Pedro Ferreira (Vila Real)	25 260	2 125	2 125	6 581	113	376	286	726	3 636	2 103	43 331
Conselho fiscal	29 032	2 424	2 424	6 878	124	1 127	250	698	3 100	2 234	48 289
Sérgio Pontes (Lisboa)	13 197	1 102	1 102	3 126	57	376	83	157	240	119	19 558
Raquel Mota Pinto (Porto)	7 918	661	661	1 876	34	376	83	389	1 246	1 218	14 461
José António Pereira (Viseu)	7 918	661	661	1 876	34	376	83	152	1 614	897	14 270
Conselho jurisdicional	63 343	5 314	5 314	15 016	271	1 878	417	622	1 015	1 018	94 209
Eugénio Faça (Lisboa)	21 114	1 771	1 771	5 005	91	376	83	188			30 398
Bruna Araújo (Porto)	13 197	1 108	1 108	3 129	57	376	83	309	986	899	21 251
Gonçalo Labronço (Lisboa)	7 918	665	665	1 877	34	376	83				11 618
Paula Barata (Lisboa)	7 918	665	665	1 877	34	376	83	22			11 640
Rita Cordeiro (Setúbal)	13 196	1 106	1 106	3 128	57	376	83	103	30	119	19 303
Conselho de supervisão	65 885	5 486	5 486	15 602	265	1 878	417	331	2 963	301	98 612
Mónica d'Andrade (Lisboa)	21 497	1 763	1 763	5 080	77	376	83	88	127		30 855
Abílio Sousa (Porto)	11 097	931	931	2 631	47	376	83	16	512		16 623
Ángela Silva (Porto)	11 097	931	931	2 631	47	376	83	71	308		16 475
Clotilde Palma (Lisboa)	11 097	931	931	2 631	47	376	83	38	71	103	16 307
Luís Caetano (Viseu)	11 097	930	930	2 630	47	376	83	117	1 945	198	18 352
Provedora	17 616	1 484	1 484	4 178	79	376	83	38		100	25 438
Joana Lopes (Lisboa)	17 616	1 484	1 484	4 178	79	376	83	38		100	25 438
Assembleia representativa	53 198			10 799			333	438	14 244	6 264	85 276
Presidente – Carlos Alexandre	1 450			294			83	34	250	119	2 231
Vice-Pres. – Aníbal Sousa							83	11		100	194
Isabel Ramalho	1 124			228			83	18	250		1 703
Rita Marques	1 174			238			83	11	129	119	1 754
Açores											
Emanuel Cordeiro	1 000			203				11			1 214
Isabel Freitas	1 000			203				25	329	206	1 763
Aveiro											
Arabela Vilela	650			132					131		913
Edite Pereira	600			122							722
João Reis	650			132							782
Pedro Lima									29		29
Ricardo Melo	650			132					308	238	1 328
Susana Neves	650			132					131		913
Beja											
Luís Miguel Carvalho Medeiros	750			152				56	498	119	1 576
Maria Ana Mourão Sargento	750			152					170	119	1 191
Braga											
Ana Paula Coelho Duarte	700			142						119	961
Anabela Guimarães	700			142						119	961
Horácio Ferreira	700			142					405		1 247
José Roriz											
Manuel Gonçalves	300			61							361
Oswaldo Neves	700			142					301	119	1 262
Bragança											
Maria Rodrigues	750			152				44	540	119	1 606
Castelo Branco											
António Pinto									267	119	386
Maria Lopes	700			142					241	119	1 202
Coimbra											
Álvaro Lopes	700			142					106	103	1 051
Cristina Freire	700			142					186	103	1 131
Sílvio Vilão	700			142					106	119	1 067
Évora											
Ana Barreto	750			152				31	299	103	1 335
António Nabo	750			152					299	119	1 320
Faro											
Carlos Nunes	750			152				15	134	103	1 154
José Pereira	750			152				15	380	103	1 400
Lizabete Sequeira	750			152					96	222	1 221

Membros dos órgãos sociais	Vencimento/ senhas presença	Remunerações			Seguros			Refeições	Deslocações	Estadas	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional				
Guarda											
Amâncio Antunes	750			152					160	119	1 181
Rosa Dias	700			142					127	119	1 088
Leiria											
António Caseiro	700			142					155	0	997
Leonel Francisco	350			71					0	0	421
Nuno Valente	350			71					24	119	564
Sofia Sabino	650			132					182	119	1 083
Lisboa											
Ana Basto	500			102							602
Ana Martins	650			132					81	119	982
António Nunes	650			132					267	119	1 168
César Brito	650			132					248	119	1 149
Christophe Pedreira	600			122					213	119	1 054
Daniel Albuquerque	650			132					14	119	915
Dulce Pereira	600			122					154	119	994
Flávia dos Santos	650			132					247	119	1 148
Laura Lopes	650			132					64	134	980
Lídia Vieira	250			51					0	0	301
Maria Araújo	600			122					0	119	841
Maria Mendes	650			132					312	0	1 094
Mónica Marçal	650			132					162	119	1 063
Nelson Ferreira	650			132						103	885
Pedro Pinheiro										119	119
Renata Garcia	650			132							782
Rui Ferreira	250			51					30		331
Madeira											
Ana Escórcio	500			102					770	103	1 475
João Ramos	1 000			203					551	103	1 857
Portalegre											
Maria Alvo	700			142					101	119	1 062
Nuno Tavares									258	119	377
Porto											
António Azevedo	700			142					338		1 180
Armando Machado	700			142				21			863
Bruno Silva	650			132					241		1 023
Fernanda Freitas	650			132							782
Isabel Fernandes	650			132					244		1 026
João Lucas	650			132							782
Júlia Martins	650			132				21	316		1 119
Mário Cabêda	650			132					250		1 032
Patrícia Esteves	650			132					251		1 033
Ricardo Matias	600			122					240		962
Rui Santos	650			132					252		1 034
Sara Cruz	650			132					256		1 038
Santarém											
Ana Silvestre	650			132				24	267		1 072
Manuel Ramalho	700			142				24	253		1 118
Stéphane Rodrigues	700			142				27	266	119	1 254
Setúbal											
Ana Traquino	650			132				26	133	119	1 060
Carlos Sousa	650			132						119	901
Elina Pereira	600			122							722
João Estaço	650			132					261	119	1 162
Ricardo Soares	650			132					318	119	1 219
Sílvia Loureiro	700			142						134	976
Viana Do Castelo											
Maria Correia									64		64
Secundino Cantinho	700			142					64		906
Vila Real											
Carlos Santos	700			142					39	119	1 000
Maria Borges	750			152					172	122	1 196
Viseu											
João Figueiral	700			142				26	316	119	1 303
Maria Marques	700			142						119	961
Total	437 270	32 282	32 282	105 064	1 668	7 886	3 500	7 573	33 875	22 666	684 067

A rubrica «Outros gastos de ação social» inclui os gastos com a medicina no trabalho e com eventos para colaboradores.

A rubrica «Outros gastos com pessoal», inclui gastos com formação e gastos com água, chá, café e similares.

O número médio de colaboradores durante o período a que se referem as demonstrações financeiras foi de 165 (144 em 2023).

O número de membros efetivos dos órgãos da Ordem em 2024:

- Bastonária e conselho diretivo: 7
- Provedor dos destinatários dos serviços: 1
- Conselho jurisdicional: 5
- Conselho fiscal: 3
- Conselho de supervisão: 5
- Assembleia representativa: 84

13 - OUTROS GASTOS

Os outros gastos incorridos nos períodos de 2024 e de 2023, foram os seguintes:

Outros gastos	Euros			
	2024	2023	Variação 2023/2024	
6811 Impostos directos	50 730	55 593	-4 863	-8,7%
6812 Impostos indirectos	1 717	1 482	235	15,9%
6813 Taxas	1 467	17 299	-15 832	-91,5%
6814 Contribuições para o setor da cultura		6	-6	-100,0%
6881 Correções períodos anteriores	21 501	130 195	-108 693	-83,5%
6882 Donativos	8 456	3 914	4 542	116,0%
6883 Quotizações	232 695	250 734	-18 038	-7,2%
6887 Diferenças de câmbio desfavoráveis	592	354	239	67,6%
6888 Outros	251	439	-188	-42,8%
6898 Outros gastos inerentes a associados	4 040	1 836	2 204	120,0%
Totais	321 451	461 851	-140 400	-30,4%

As quotizações com outras instituições são a rubrica que apresenta valor mais significativo em «outros gastos» e corresponde às contribuições pagas às entidades seguintes:

Quotas Outras Instituições	Euros	
	2024	2023
EFAA – European Federation of Accountants and Audit	37 500	37 500
IFAC – International Federation of Accountants	181 295	199 234
CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais	2 500	2 500
FCM – Fédération des Experts Comptables Méditerranéens	3 000	3 000
CILEA – Comité de Integración Latino Europa-América	6 200	6 200
ACCA – Association of Chartered Certified Accountants	2 200	2 200
SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social		100
Totais	232 695	250 734

14 - OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

		Euros	
Estado e outros entes públicos	31/12/2024	31/12/2023	
ATIVOS			
Imposto sobre o rendimento a receber	43 807	94	
Imposto sobre o valor acrescentado	19 278	19 278	
Imposto municipal sobre imóveis	11 074	11 074	
Total do Ativo	74 159	30 446	
PASSIVOS			
Imposto sobre o rendimento	94 845	2 139	
Retenção de impostos sobre rendimentos	163 882	102 089	
Imposto sobre o valor acrescentado	119 762	244 194	
Contribuições para a segurança social	219 634	145 791	
Fundo de compensação do trabalho	1 117	1 117	
Total do Passivo	599 240	495 331	
Total líquido	525 081	464 885	

14.2 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

		Euros	
Diferimentos	31/12/2024	31/12/2023	
ATIVOS			
Gastos a reconhecer			
Material de economato	25 873	28 941	
Contratos de manutenção software	102 022	70 106	
Outros			
Medalhas OCC	388 181	399 792	
Agendas			
Livro da Contabilidade	213 377	211 243	
Serviços de alojamento informático (Hosting)	11 850	11 850	
Seguro de responsabilidade civil CC	60 833	60 833	
Seguro de doença	84 292	70 780	
Quotizações de Organizações Internacionais			
CCclix	6 355	15 985	
Licenciamento Blackboard-eLearning	47 611	21 146	
Seguros diversos	19 253	16 888	
Conservação e reparação	3 214	6 333	
Renda 1.º Maio	545	545	
Outros	5 492	1 876	
Aluguer de salas	2 706	323	
Total do ativo	971 604	916 641	
PASSIVOS			
Rendimentos a reconhecer			
Licenças TOConline	3 429 469	3 024 624	
Formação, Taxas de Exame a CC e rendas	139 594	60 095	
Total do passivo	3 569 063	3 084 719	

Os gastos e rendimentos a reconhecer correspondem a valores que produzirão efeitos durante o período de 2025.

Existe em diferimentos o valor de 388.181 euros referente a medalhas comemorativas dos 25 anos de profissão de contabilista certificado a reconhecer em períodos futuros, quando forem entregues aos membros que cumpram 25 anos (ou mais) de profissão.

Estão reconhecidos em deferimentos o valor de 213.377 euros referente ao livro da contabilidade a disponibilizar aos membros, que ainda se encontra em fase de preparação.

O diferimento do rédito (passivo) das licenças TOConline no valor de 3.429.469 euros representa a obrigação da OCC prestar o serviço de primeira linha aos utilizadores da licença no ano de 2025, tendo o seu valor aumentado devido ao crescimento da prestação de serviços de licenças.

14.3 – Fluxos de caixa:

14.3.1 – Divulgação dos recebimentos e pagamentos brutos:

O saldo em caixa e bancos corresponde a 5.367.409 euros, valor apresentado no balanço em 31 de dezembro de 2024, dos quais 617.409 euros respeitam a caixa e depósitos à ordem e 4.750.000 euros a depósitos a prazo.

		Euros	
Caixa e depósitos bancários		31/12/2024	31/12/2023
Caixa		11 158	11 207
Depósitos à ordem		606 251	490 104
Outros depósitos bancários		4 750 000	4 500 000
Total		5 367 409	5 001 311

Tesouraria

													Euros	
Tesouraria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado	
RECEBIMENTOS	5 365 471	1 828 359	1 749 462	2 513 643	1 577 434	1 564 623	8 831 012	1 136 758	2 585 689	2 416 292	2 636 160	3 132 891	35 337 793	
Quotas Recebidas	2 143 653	620 821	703 883	1 501 542	461 037	631 224	1 475 673	371 905	818 185	1 482 587	909 580	1 000 089	12 120 180	
Ações Formação	449 107	18 263	25 542	30 074	141 266	4 123	11 153	8 417	426 689	97 712	354 236	99 858	1 666 440	
Outras Receitas	1 693 730	1 109 163	956 920	925 010	904 768	867 218	1 406 477	682 794	774 327	760 166	788 098	1 336 951	12 205 623	
Venda de imóveis	1 000 000						5 750 000		500 000		500 000	500 000	8 250 000	
Ap. Financeira (Vencimento)	11 250						113 854		6 316				131 420	
Fundo de Pensões	67 732	80 112	63 117	57 017	70 364	62 058	73 854	73 641	60 173	75 826	84 246	195 993	964 130	
PAGAMENTOS	3 268 332	3 009 195	2 296 232	1 758 491	1 896 009	1 855 524	8 851 769	1 248 221	2 835 029	1 890 611	3 265 228	3 047 055	35 221 696	
Seguros	232 886	232 886	200 140	304 358	281 492	62 943	722 497	2 078	565 094	62 943	666 257	281 492	3 615 067	
Fornecedores C/C	860 742	766 682	584 852	554 450	615 169	655 258	1 094 327	240 400	834 431	759 105	1 165 030	1 511 313	9 641 759	
Fornecedores de Investimentos	67 329	68 556	15 887	29 848	48 897	53 405	54 701	28 385	49 965	37 083	211 821	20 497	686 374	
Recursos Humanos/SS/IRS/FCT	577 040	567 757	568 816	572 743	565 094	808 292	821 232	619 117	674 252	693 885	838 551	854 743	8 161 524	
Impostos	112 617	169 205	309 052	184 854	194 950	167 273	179 184	170 137	112 912	130 906	169 181	129 003	2 029 274	
Pagamentos diversos	20 059	8 057	10 240	8 457	10 088	6 419	5 583	8 049	492 135	86 058	16 667	13 861	685 674	
Membros – Fundo Social	10 666	10 666	10 666	10 666	11 219	11 219	11 219	10 878	11 046	11 209	10 398	10 398	130 253	
Entregas Fundo Pensões	80 757	80 112	62 867	57 042	70 589	62 058	174 958	73 641	60 173	75 626	84 446	191 543	1 073 809	
Financiamentos	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	365 990	
Aplicação Financeira	1 250 000	1 000 000	500 000				5 750 000						8 500 000	
Outros Gastos Financeiros	47 959	30 331	25 434	27 795	23 567	20 380	29 790	20 592	26 745	25 519	27 932	25 927	331 971	
Balanco Mês	2 097 139	-1 180 836	-546 770	755 151	-318 575	-290 901	-20 757	-111 463	-249 339	525 680	-629 068	85 836	116 098	
Saldo inicial a 1/1/2024:	501 311	2 598 450	1 417 614	870 844	1 625 996	1 307 421	1 016 519	995 762	884 299	634 960	1 160 641	531 573	617 409	
Caixas (Sede e Representações)	10 088	10 880	11 209	10 662	10 513	10 788	11 468	11 926	10 798	9 889	10 890	11 158		
Novo Banco	885	878	870	862	855	847	655	647	640	624	617	609		
Caixa Geral Depósitos 1	11 204	11 204	11 176	11 176	11 176	11 176	11 176	11 176	10 032	10 032	10 032	10 032		
Caixa Geral Depósitos 2	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908		
Caixa Geral Depósitos (Quotas AT)	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572					
Banco Comercial Português 1	1 958 899	779 215	186 884	557 011	93 634	440 901	351 575	197 343	292 878	429 177	264 274	239 978		
Banco Comercial Português 2	87 606	90 637	93 910	96 909	99 677	102 663	105 709	108 750	111 736	114 967	117 810	127 960		
Banco Comercial Português 3	9 349	17 861	24 755	36 114	46 386	55 553	6 335	8 634	5 777	13 933	2 233	4 395		
Banco BPI, SA	91 862	73 535	46 497	22 314	51 698	28 520	104 390	84 995	58 276	35 392	13 301	37 136		
Banco BPI, SA (Conta JESSICA)	91 027	20 749	20 749	20 749	41 583	41 583	41 583	22 445	22 445	22 425	23 374	23 374		
Banco Santander Totta	31 615	37 184	40 487	43 292	47 325	50 650	51 166	49 459	48 945	48 424	49 578	51 670		
Bankinter	262 435	331 990	390 825	783 427	861 094	230 358	268 225	345 444	72 525	474 869	38 557	110 189		
Acumulado Mês	2 598 450	1 417 614	870 844	1 625 996	1 307 421	1 016 519	995 762	884 299	634 960	1 160 641	531 573	617 409	617 409	
Saldo Aplicação Financeira														
Banco Comercial Português	0	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000								
Bankinter	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	
BPI	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000				
CGD			500 000	500 000	500 000	500 000	750 000	750 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	
Total caixa e dep. bancários	7 348 450	7 167 614	7 120 844	7 875 996	7 557 421	7 266 519	7 245 762	7 134 299	6 384 960	6 910 641	5 281 573	5 367 409	5 367 409	

Após a venda do imóvel da Avenida 24 de julho, em Lisboa, foram constituídas duas aplicações financeiras. Mantêm-se a aplicação financeira de 3,5 milhões de euros, a prazo de 6 meses a uma taxa de 3,25% e uma aplicação financeira de 1 milhão de euros, pelo prazo de 6 meses, a uma taxa de 3,25%.

Durante o ano de 2024 foi constituída uma aplicação financeira no valor de 250.000 euros, a prazo de 6 meses a uma taxa de 3,0%.

14.4 - Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte composição:

	Euros	
Fundos patrimoniais	31/12/2024	31/12/2023
Fundos	23 706 652	20 815 817
Resultados transitados		-1 119 340
Reservas fundo de solidariedade social	119 747	13 066
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000
Resultado líquido do período	44 851	4 247 109
Total	23 891 251	23 976 652

De salientar que durante o período de 2024, 35 membros beneficiaram do Fundo Social de Solidariedade, no total de 130.253 euros, enquanto no período de 2023 beneficiaram deste Fundo 36 membros, totalizando 120.528 euros.

14.5 - Fundo de pensões

Na rubrica «Outros passivos correntes» (nota 10.2) mantém-se reconhecido o montante de 250.000 euros, relativo à contribuição para o fundo de pensões.

Durante o ano de 2024 foi constituída uma aplicação financeira no valor de 250.000 euros, a prazo de 6 meses a uma taxa de 3,0%.

14.6 - Divulgações exigidas por diplomas legais

O Conselho Diretivo informa que a Ordem não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho Diretivo informa que a situação da Ordem perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários em 2024 dos revisores oficiais de contas foram de 9.000 euros, IVA excluído, referentes a serviços de revisão legal de contas.

14.7 - Provisões e Passivos contingentes

Nos períodos de 2024 e 2023 não ocorreram quaisquer variações relativas a provisões, pelo facto de não existir qualquer processo em curso que satisfizesse ou satisfaça os respetivos critérios de reconhecimento previstos no §13 da NCRF 21 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2020, foi apresentada por um prestador de serviços uma Petição Inicial no Tribunal Administrativo de Lisboa, no âmbito da execução das empreitadas nas instalações da OCC, quer na cidade do Porto, quer na sede em Lisboa, na qual vem reclamar a quantia global de cerca de 340.000 euros. A OCC apresentou contestação devidamente fundamentada, não existindo uma previsão de data para a realização de julgamento.

Não tendo existido nenhuma evolução relevante no processo, mantém-se o entendimento expresso nas demonstrações financeiras de 2023 e 2024 que, face às evidências disponíveis, não estão verificados os critérios de reconhecimento de uma provisão.

Para além do exposto, à data de relato, não são conhecidos quaisquer outros passivos contingentes que possam dar origem a exfluxo monetário futuro para a Ordem.

14.8 - Eventos subsequentes

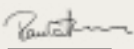




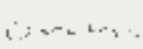

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

14.9 - Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo conselho diretivo e autorizadas para emissão em 25 de fevereiro de 2025.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2025

O conselho diretivo

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Paula Franco	Joaquim Barbosa	Cristina Pena Silva	Manuel Teixeira	Álvaro Costa	Clara Roque	Pedro Nuno Ferreira

XIV

Relato não financeiro

Dia do Contabilista - O presente e o futuro da profissão



20 SETEMBRO - LISBOA

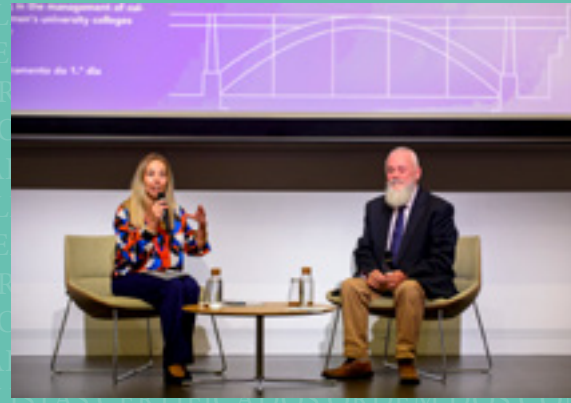
Relato não financeiro

Nota Prévia

De acordo com o compromisso assumido pelo Conselho Diretivo referido na alínea E), com epígrafe “*As contas da Ordem – transparentes, rigorosas, criteriosas*”, do Capítulo XI (Atividades e Projetos para 2024) do Plano de Atividades e Orçamento para 2024, pretende-se dar cumprimento à ação prevista de prestação atempada de contas, com base num relato financeiro e não financeiro com vertentes sociais e ambientais.

A responsabilidade social das instituições, demonstrada através da divulgação de informações não financeiras relativas às áreas sociais e ambientais, é uma peça importante do relato, contribuindo decisivamente para a análise do desempenho e do seu impacto na sociedade, para a identificação dos riscos de sustentabilidade e para o reforço da confiança nessa organização.

Congresso Internacional de História da Contabilidade



11 E 12 OUTUBRO - PORTO

Modelo de Governação

A Ordem dos Contabilistas Certificados, adiante designada por OCC ou Ordem, é uma pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, que aprovou o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro, pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro que transforma a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas em Ordem dos Contabilistas Certificados, e altera o respetivo Estatuto, e pelas Leis n.º 119/2019, de 18 de setembro, Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro e Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro. A Ordem representa os profissionais que, nos termos do Estatuto e demais disposições legais aplicáveis, exercem a atividade profissional de contabilista certificado.

Em tudo o que não esteja regulado no Estatuto e no Código Deontológico da Ordem dos Contabilistas Certificados, deverá esta reger-se pelo disposto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, a qual estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, sendo subsidiariamente aplicáveis quanto às atribuições e ao exercício dos poderes públicos, o Código do Procedimento Administrativo e os princípios gerais de direito administrativo, e quanto à sua organização interna, as normas e os princípios que regem as associações de direito privado.

A instituição tem sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa e possui representações permanentes em todo o território nacional, nomeadamente nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, bem como nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

A Ordem prossegue os seus fins e atribuições através dos órgãos sociais estatutariamente previstos no artigo 35.º. Tais órgãos são independentes entre si e dispõem de um quadro de competências que garante a transparência e legalidade na governação da instituição, a saber: Assembleia representativa; Assembleia geral eleitoral; Bastonário; Conselho diretivo; Conselho de supervisão; Conselho jurisdicional; Conselho fiscal; Provedor dos destinatários dos serviços; e os colégios de especialidade quando existam.

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de contabilista certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe, defendendo o interesse público da profissão e dos seus profissionais.

Para alcançar a sua missão, e no rigoroso cumprimento das suas atribuições, a Ordem rege-se pelos direitos e deveres consagrados no seu Estatuto e no Código Deontológico, não se permitindo na sua atuação, em momento algum, a violar tais normativos, uma vez que chama a si a responsabilidade de ser um exemplo mor de conduta profissional e ética irrepreensível.

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, atendendo ao interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos seus profissionais, pugnano pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos, estabelecendo ainda princípios e normas de ética e deontologia profissional.

Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos contabilistas certificados, cumpre à Ordem o respeito absoluto pelos mais elevados valores de ética, de transparência e de responsabilidade. Nunca esquecendo o interesse público da instituição e da profissão, cumpre à Ordem agir de forma responsável nos múltiplos planos aplicáveis, como são o da sua responsabilidade social para com os contabilistas certificados e conseqüentemente, para com a sociedade civil.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e a disponibilidade para com todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.

Competência, rigor e excelência dos serviços da Ordem; Confiança dos membros na Ordem; Transparência em todos os atos da instituição. É assim que pretendemos consubstanciar os valores da Ordem dos Contabilistas Certificados, sempre em prol desta classe profissional.

Sendo a Ordem uma voz ativa, credível, interventiva e respeitada pelos agentes de decisão política, tem crescido largamente a sua intervenção nos processos legislativos, e na criação de mecanismos da responsabilidade do poder político.

Um dos mais influentes agentes no exercício da profissão de contabilista certificado é a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). A excessiva burocratização procedimental, as interpretações legislativas divergentes da jurisprudência e doutrina, e a dificuldade no acesso às suas plataformas digitais, são três exemplos dos múltiplos problemas com que os contabilistas certificados se deparam, no regular exercício da profissão, e que, em muito, obstaculizam o desejado rendimento e produtividade. A Ordem, ciente destes problemas e do seu tremendo impacto junto dos seus membros, aloca num processo contínuo muitos dos seus recursos para a promoção de uma interação com a AT que se revele mais ágil, compreensível, competente e qualificada, partilhando sempre o máximo de informação com os seus membros.

Os contabilistas certificados criam valor acrescentado para os empresários e são um elo crucial no crescimento da economia global, merecendo todo o respeito e reconhecimento pelos vários intervenientes com quem se relacionam. Por um maior respeito e dignificação profissional, a Ordem trabalha em contínuo com esses mesmos intervenientes, pugnano sempre pela qualidade profissional dos seus membros.

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. É através do seu trabalho que as demonstrações financeiras dos contribuintes adquirem fé pública junto da sociedade civil, permitindo que a nossa economia funcione com confiança e certeza. Junto da sociedade civil, segundo dados das mais variadas entidades, os contabilistas certificados, bem acima da média das outras profissões, são vistos como uma profissão de confiança, uma profissão na qual a sociedade civil e tecido empresarial depositam certezas de qualidade, competência, rigor, transparência e respeito pelos mais rigorosos princípios éticos.

Os contabilistas certificados, ao longo dos últimos tempos, vivendo uma crise pandémica sem precedentes, souberam e têm sabido responder às oportunidades emergentes, criando um impacto positivo no apoio às empresas. O papel dos contabilistas certificados foi reforçado em Portugal e no mundo. Os contabilistas certificados são agentes na recuperação sustentável e profissionais de interesse público. Hoje, são os principais agentes da mudança, do desenvolvimento e da criação de melhor qualidade de vida para toda a sociedade civil. Ultrapassados os mais complicados obstáculos, mostrámos uma vez mais a resiliência e determinação de uma classe profissional que no dia-a-dia se supera, e em resultado recebe o reconhecimento do seu papel junto do poder político e sociedade civil. A Ordem disponibiliza os melhores esforços, meios e recursos para que o contabilista certificado possa dispor de todas as ferramentas e formas de assegurar ativamente a recuperação da economia.

Entrada em vigor do novo Estatuto da OCC

O novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC) entrou em vigor no dia 1 de março de 2024, na sequência da publicação da Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro. É um documento que reforça as competências dos contabilistas certificados, pelo que, a data da sua entrada em vigor, representa um marco histórico para a profissão.

Reforço do justo impedimento; consagração da obrigação de cumprimento da formação e contratação de seguro profissional como requisitos para o exercício da profissão; melhor regulação das sociedades de contabilidade, sociedades multidisciplinares e sociedades profissionais de contabilistas certificados; maior articulação com a Autoridade Tributária na nomeação do contabilista certificado; são algumas das alterações essenciais constantes do diploma que passou a vigorar desde 1 de março de 2024.

A vigência do novo Estatuto obrigou à alteração de praticamente todos os regulamentos e a mudanças na estrutura orgânica da Ordem. Nesse sentido, e após discussão pública iniciada a 11 de janeiro de 2024, a Assembleia Representativa (AR) ordinária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), reunida na tarde de 15 de março, nas instalações da Ordem, no Porto, aprovou por expressa maioria as propostas de alterações a oito regulamentos apresentadas pelo Conselho Diretivo, e os mesmos entraram em vigor no final de março e princípio de abril (à exceção do Regulamento de Inscrição, que entrou em vigor no dia 1 de julho de 2024).

Os 8 regulamentos aprovados são:

- Regulamento da Formação Profissional Contínua;
- Regulamento Disciplinar;
- Regulamento do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional;
- Regulamento das Sociedades Profissionais de Contabilistas Certificados, Sociedades de Contabilidade e Sociedades Multidisciplinares;
- Regulamento do Fundo de Solidariedade Social dos Contabilistas Certificados;
- Regulamento de Taxas e Emolumentos;
- Regulamento de Inscrição, Estágio e Exames Profissionais;
- Regulamento Eleitoral.

Um mês e um dia após a entrada em vigor do novo estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (na sequência da publicação da Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, que alterou o EOCC), já tinham sido publicados em “Diário da República” os oito regulamentos que estiveram sujeitos a discussão pública.

No dia 18 de março de 2024, foi publicado o Regulamento Eleitoral e a 28 de março o Regulamento da Formação Profissional Contínua; o Regulamento Disciplinar; o Regulamento do Fundo de Solidariedade Social e o Regulamento de Taxas e Emolumentos.

No dia 1 de abril, foram publicados os últimos três: o Regulamento das Sociedades Profissionais, Sociedades de Contabilidade e Sociedades Multidisciplinares; Regulamento do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional e Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissionais. O Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissionais entrou em vigor no dia 1 de julho de 2024.

Órgãos sociais - Quadriénio 2025-2028

No dia 20 de março de 2024, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Eleitoral da Ordem dos Contabilistas Certificados convocou a Assembleia Geral Eleitoral da Ordem dos Contabilistas Certificados, para eleição dos Órgãos Sociais da Ordem dos Contabilistas Certificados para o quadriénio de 2025 a 2028, que se realizou no dia 21 de junho de 2024. Paula Franco foi reeleita Bastonária com 97,3% dos votos, o Conselho de Supervisão registou 96,8% dos votos, o Conselho Jurisdicional e o Conselho Fiscal 97% dos votos e foram eleitos 84 representantes.

No dia 2 de julho de 2024, pelas 17h, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, realizou-se a tomada de posse dos novos órgãos sociais da Ordem dos Contabilistas Certificados, eleitos para o mandato 2025-2028, com cerca de 700 convidados.

No dia 3 de julho, dia seguinte após a tomada de posse dos órgãos sociais, foi realizada a Assembleia Representativa, no auditório de Lisboa, para eleição da Mesa da Assembleia Representativa, apreciação da nomeação dos membros do Conselho Diretivo e deliberação da proposta de regulamento de remunerações dos membros dos órgãos sociais da OCC.

No dia 10 de julho, na sede da Ordem em Lisboa, decorreu a cerimónia de tomada de posse do Conselho Diretivo e Provedor dos Destinatários dos Serviços. Nesta cerimónia, foi apresentado também o Presidente do Conselho de Supervisão da Ordem para o mandato 2025-2028.

Apresentamos a estrutura dos Órgãos Sociais da OCC, constituída por 105 membros

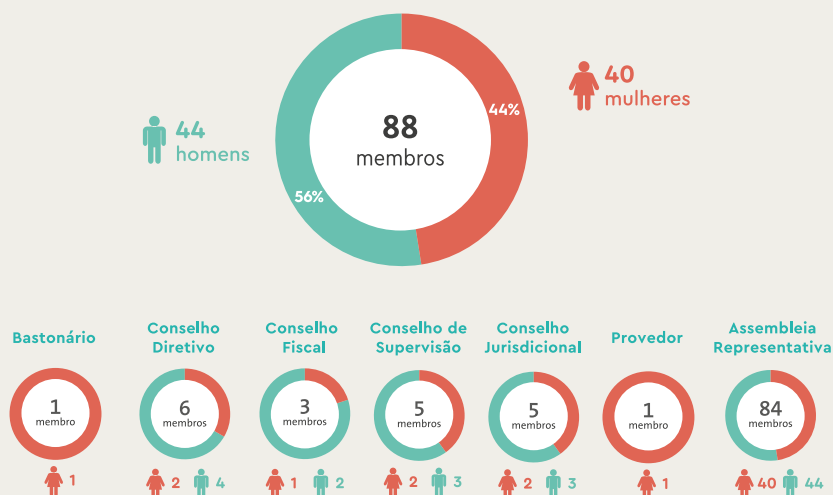
- Bastonária e conselho diretivo: 7
- Provedor do destinatário dos serviços: 1
- Conselho jurisdicional: 5
- Conselho fiscal: 3
- Conselho de supervisão: 5
- Assembleia representativa: 84

Apresentamos a estrutura distribuída por Órgão, género e localidade, onde foram respeitadas as regras da paridade, conforme os quadros que se seguem:

Órgãos Sociais da OCC	Mulheres		Homens		Total	
Assembleia representativa	40	38%	44	42%	84	80%
Bastonária	1	1%	1	1%	2	2%
Conselho diretivo	2	2%	4	4%	6	6%
Conselho fiscal	1	1%	2	2%	3	3%
Conselho jurisdicional	3	3%	2	2%	5	5%
Conselho de supervisão	3	3%	2	2%	5	5%
Provedora	1	1%	0	0%	1	1%
Total geral	51	49%	54	51%	105	100%

Localidade	Assembleia representativa	Bastonária	Conselho diretivo	Conselho fiscal	Conselho jurisdicional	Conselho supervisão	Provedor	Total
Açores	2							2
Aveiro	6							6
Beja	2							2
Braga	6		1					7
Bragança	2							2
Castelo Branco	2							2
Coimbra	3		2					5
Évora	2							2
Faro	3							3
Guarda	2							2
Leiria	4		1					5
Lisboa	18	1	1	1	3	2	1	27
Madeira	2							2
Portalegre	2							2
Porto	13			1	2	2		18
Santarém	3							3
Setúbal	6				1			7
V. Castelo	2							2
Vila Real	2		1					3
Viseu	2			1		1		4
Total	84	1	6	3	5	5	1	105

Distribuição género dos órgãos sociais



Na Assembleia Representativa realizada no dia 13 de dezembro de 2024, no Porto, tomaram posse os seguintes representantes, pelos círculos de Leiria e Viana do Castelo, respetivamente:

- Nuno Miguel Domingues Valente, CC n.º 91 120, para o lugar de Leonel Mendes Francisco, CC n.º 43 686;
- Maria Deolinda Rufino Viana Correia, CC n.º 74 023.

Contratação pública

A Ordem, enquanto associação pública profissional, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, é uma entidade adjudicante sujeita ao regime da contratação pública. Desta forma, a Ordem cumpre as normas e regras de contratação pública, o que permite uma melhor gestão, transparência e otimização das suas finanças. Mesmo nos atos em que a Ordem não é por lei obrigada à realização dos procedimentos no âmbito da contratação pública, ainda assim não dispensa o escrupuloso cumprimento das regras do Código da Contratação Pública.

Contratar bem, com transparência, com o melhor preço e qualidade, com a melhor alocação e eficiência dos recursos disponíveis da Ordem, sempre foi o cunho do atual Conselho Diretivo. Cada cêntimo conta para prestação do serviço de excelência aos membros, e só assim, com a mais rigorosa prática de gestão, foi possível, melhorar substancialmente a saúde financeira da Ordem.

A Ordem, desde 2018, publica no seu site todos os procedimentos de contratação pública. Esse compromisso concretiza-se com a divulgação para todos os membros das ligações de duas plataformas no âmbito da contratação pública:

Base: Contratos Públicos Online

base:
CONTRATOS PÚBLICOS ONLINE

Plataforma Eletrónica de Contratação Pública

anoGov | Plataforma Eletrónica de Contratação Pública

Principais números

Procedimentos	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Concursos públicos	10	9	20	28	21	20
Ajustes diretos	239	100	191	184	200	119
Consulta prévia	14	11	7	15	15	21
Total	263	120	218	227	236	160

Canal de denúncia

Ainda no âmbito do respeito pelas regras da contratação pública, em 2022, a Ordem criou o Canal de Denúncia (interno e externo), no âmbito da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que entrou em vigor em 18 de junho de 2022 [estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do Direito da União – Lei do Whistleblowing].

Em particular, a Ordem divulgou tanto no âmbito da sua estrutura organizativa, como para os seus membros, informação quanto àquilo que é uma grave violação legal que não pode deixar de ser reportada: qualquer ato ou omissão que seja contrário a normativos constantes da legislação nacional ou comunitária referentes aos domínios de, (i) contratação pública, (ii) serviços, produtos e mercados financeiros e prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, entre outros que ora não relevam.

Compete à Ordem, relativamente aos seus membros, verificar o cumprimento dos deveres e obrigações previstos nesta Lei, assegurando-lhes um conhecimento adequado das obrigações decorrentes da Lei. A Ordem tem eficazmente publicitado medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, bem como à corrupção, inclusivamente em ações de formação disponibilizada aos seus membros, reforçando o papel de garante da legalidade.

Serviço de mediação

Criado em setembro de 2018, o Serviço de Mediação de Conflitos é um veículo na construção de melhores relações entre os contabilistas certificados, e entre estes e os seus clientes. Pela via da alocação de meios da Ordem na dirimção de litígios e até pré-litígios, privilegiando por contacto direto a obtenção de um acordo entre as partes em conflito, em detrimento do tradicional procedimento e instrução disciplinar, apostando na proximidade, informalidade e cooperação entre as partes e os mediadores nomeados pela Ordem, o sucesso deste Serviço é notório.

Este Serviço pretende não só a resolução célere de litígios, mas também a fortificação da relação de confiança dos contabilistas certificados na Ordem enquanto entidade garante dos seus interesses, direitos e legítimas expectativas.

Os dados conhecidos e a seguir apresentados, referentes ao período de janeiro de 2019 a dezembro de 2024, evidenciam o sucesso deste serviço, conseqüentemente, promovendo o rigoroso cumprimento dos direitos e deveres éticos e deontológicos dos contabilistas certificados, matéria essencial para o aumento da reputação e dignificação dos profissionais, junto do tecido empresarial e da sociedade civil.

Principais números

Esclarecimentos técnicos	2021	2022	2023	2024
Atendimento presencial	22	88	68	73
Atendimento telefónico	3 243	2 658	2 182	3047
Atendimento presencial e telefónico	491	461	444	704

Participações	2021	2022	2023	2024
Recebidas	804	728	687	857
Transitadas do ano anterior	68	80	97	49
Por responder no final do ano	80	32	49	85
Conflitos solucionados	565	565	562	614
Conflitos reencaminhados para o Departamento Disciplinar	256	184	106	204
Anuladas/Duplicações	1	1	2	0

As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos



29 OUTUBRO - LOULÉ

Desempenho ambiental

Manuais digitais

No ano de 2024, no âmbito da formação eventual e da formação segmentada, a Ordem manteve a disponibilização do manual digital em alternativa ao tradicional manual de formação em papel. Os formandos mantêm a possibilidade de optar pelo manual digital com um preço mais reduzido aquando da inscrição na formação.

Do total dos formandos inscritos na formação eventual e segmentada em 2024, 49% optaram pelo manual digital, o que significou uma redução da utilização de 24.089 manuais em papel, o que significa 5.847.509 de páginas não impressas, com uma poupança significativa em termos ambientais.

Comparando com o ano de 2023, houve uma redução significativa na impressão de manuais, apesar do aumento de membros inscritos nas formações, também aumentou o número de membros que optaram pelo manual digital.

Manuais	2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	Papel	Digital	Papel	Digital	Papel	Digital	Papel	Digital	Papel	Digital	Papel	Digital
Quantidade	65 442	20 913	16 812	8 838	5 815	1 665	20 839	8 181	37 942	10 844	25 552	24 089
Páginas (poupança)	-	4 784 374	-	1 128 397	-	995 801	-	1 706 831	-	3 669 604	-	5 847 509
Árvores poupadas*	-	239	-	56	-	50	-	85	-	183	-	292

*1 árvore = 10 000 folhas /1 folha = 2 páginas

Disponibilização da revista contabilista em formato digital

As alterações que foram efetuadas na revista Contabilista, com a sua disponibilização em formato digital, desde maio de 2018, e a redução significativa no número de revistas expedidas, tiveram um impacto na redução nos gastos dos últimos sete anos, de 2018 a 2024, face aos gastos existentes em 2017, de 4.219.429 euros.

Esta medida originou uma poupança substancial no número de folhas impressas conforme se pode verificar no quadro a seguir apresentado:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
N.º revistas impressas	725 885	360 053	170 431	200 321	179 342	169 329	177 511	236 425
Revista digital (poupança)	0	340 221	554 609	617 971	653 206	652 911	630 437	572 735
Páginas revista	76	76	76	76	76	76	76	76
N.º páginas (poupança)		25 856 796	42 150 284	46 965 796	49 643 656	49 621 236	47 913 212	43 527 860
Árvores poupadas*		1 293	2 108	2 348	2 482	2 481	2 396	2 176

*1 árvore = 10 000 folhas /1 folha = 2 páginas

No ano de 2018, com a disponibilização da revista Contabilista em formato digital, existiram 340.221 revistas não impressas, o que representou uma redução de impressão de revistas de 46,9%, representando 25.856.796 folhas não impressas. Em 2019 esta redução ainda é mais significativa, sendo de 76,4% em relação a 2017, com o número expressivo de 42.150.284 páginas de revistas não impressas,

com um efeito muito positivo para o ambiente. Em relação ao ano de 2020, existe uma redução de impressão de revistas, face ao ano de 2017, de 85,1%, com um número muito significativo de 46.965.796 páginas de revistas não impressas. No ano de 2021 a redução é de 49.643.656 páginas de revistas (90,0% face a 2017), no ano de 2022 a redução é de 49.621.236 páginas de revistas (89,9% face a 2017), no ano de 2023 a redução é de 47.913.212 páginas de revistas (86,9% face a 2017), e no ano de 2024 a redução é de 43.527.860 páginas de revistas (78,9% face a 2017).

Consumo papel fotocópia

De 2017 para 2024 o volume de papel de fotocópia foi reduzido em 45,1% o que manifesta uma variação positiva no ponto de vista da poupança e impacto ambiental.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
N.º páginas	1 080 000	900 000	850 000	625 000	675 000	215 000	650 000	592 500
Unidades - Resmas	2 160	1 800	1 700	1 250	1 350	430	1 300	1 185
Árvores*	11	9	8	6	7	2	7	24

*1 árvore = 10 000 folhas /1 folha = 2 páginas

Investimento sustentável

No ano de 2024 foi realizado o investimento de dotação do edifício sede para carregamento de viaturas elétricas. Foram previstos e instalados 51 carregadores de viaturas elétricas, suportados em novos quadros e uma rede elétrica criada e certificada para o efeito. Tendo em vista questões de sustentabilidade, do leque de opções do mercado para carregadores optou-se por um sistema que otimiza o carregamento, exigindo menor potencia instalada/contratada, uma vez que conta com um sistema inteligente que integra informação da quantidade de viaturas e o seu nível de carga e mediante um modelo computacional dedicado, balanceia a quantidade de linhas de energia (fases) e a energia que atribui em cada fase e a cada viatura.

Em 2024, deu-se continuidade ao plano de migração e alteração de iluminação para tecnologia LED em todas as delegações, sendo que se prevê a sua completa conclusão no ano de 2025.

Desempenho social

Membros

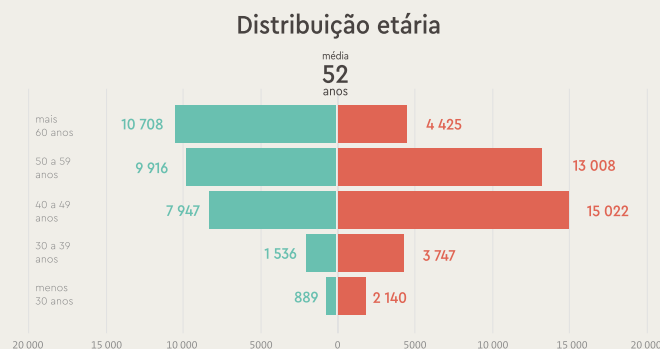
A distribuição etária e de género dos profissionais, no âmbito de análise da instituição, é um aspeto de grande relevância.



A 31 de dezembro de 2024, do universo de 69 338 membros inscritos na Ordem, 45% são homens e, 55% são mulheres, o que não deixa de ser revelador da crescente importância que as mulheres têm na nossa profissão.

Os dados comparados com o período anterior denunciam um ligeiro aumento do número de mulheres: a percentagem em 2018 era de 53,11%, em 2019 era de 53,26%, em 2020 era de 53,5%, em 2021 era de 53,9%, em 2022 era de 54,3%, em 2023 era de 55% e em 2024 é de 55%.

Por outro lado, a estrutura etária da profissão revela um grande equilíbrio entre a juventude e o que poderíamos chamar o «saber de experiência feito», atendendo a que o maior número de profissionais, se situa entre os 40 e os 60 anos, conforme quadro que se segue:



Novos membros 2024

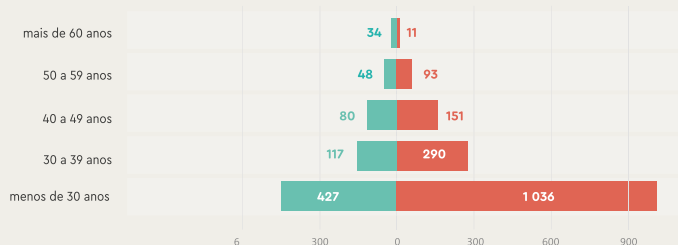
No ano de 2024 entraram 2.287 novos membros, mais 369,6% que em 2023. O número de mulheres que entraram em 2024 foi 1.581 (69,1%) e o número de homens foi 706 (30,9%).

No ano de 2023 entraram 487 novos membros, menos 27,3% que em 2022. O número de mulheres que entraram em 2023 foi 333 (68,4%) e o número de homens foi 154 (31,6%).

No ano de 2022 entraram 670 novos membros, menos 4,7% que em 2021. O número de mulheres que entraram em 2022 foi 409 (61,04%) e o número de homens foi 261 (38,96%).



Distribuição etária dos novos membros



Apoio social aos membros

O apoio social aos membros é uma área de ação da Ordem essencial para a criação de melhores condições pessoais para os contabilistas certificados. Como tal, em 2024 reforçamos a aposta em mecanismos que efetiva e eficazmente melhora o apoio aos membros em momentos de necessidade.

A Ordem tem procurado cultivar os valores da solidariedade entre os seus membros, promovendo algumas iniciativas no âmbito do apoio social que visam acautelar os profissionais durante o seu desempenho e, posteriormente, depois de abandonarem a profissão:

a) Redução das quotas

Desde 2020, foram introduzidas medidas de apoio aos membros, resultantes da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento:

- Redução de 50% do valor das quotas para membros com mais de 75 anos que não exerçam a profissão;
- Isenção total aos membros acima dos 80 anos que não exercem ativamente a profissão;
- Para os novos membros, no primeiro ano de inscrição, redução de 50% do valor das quotas mensais.

No ano de 2024, estas três medidas tiveram um impacto nos rendimentos de menos 269.085 euros, no ano de 2023 de menos 227.123 euros, no ano de 2022 de menos 168.864 euros, no ano de 2021 de menos 159.264 euros e no ano de 2020 de menos 112.032 euros no valor das quotas dos membros, sendo o valor total dos quatro anos 936.368 euros.

Tipo	Orçamento 2024		2024	
	N.º de membros	Valor anual	N.º de membros*	Valor anual
Redução 50% (75 - 80 anos)	687	61 830 €	750	64 553 €
Redução 50% (1.º ano / novos membros)**	467	42 030 €	2 112	57 248 €
Isenção total + 80 anos	724	133 200 €	825	147 285 €
Total		237 060 €		269 085 €

* n.º membros em 31/12/2024; ** Entrada gradual ao longo do ano

Tipo	Orçamento 2023		2023	
	N.º de membros	Valor anual	N.º de membros*	Valor anual
Redução 50% (75 - 80 anos)	638	57 420 €	699	60 165 €
Redução 50% (1.º ano / novos membros)**	708	63 720 €	447	42 308 €
Isenção total + 80 anos***	578	106 920 €	744	124 650 €
Total		228 060 €		227 123 €

** n.º membros em 31/12/2023; ** Entrada gradual ao longo do ano; *** Inclui 1 membro com pagamentos faseados

b) Fundo de Solidariedade Social

O Fundo de Solidariedade Social dos Contabilistas Certificados constitui um mecanismo através do qual, a Ordem possibilita que em situações de carência financeira estes possam ter acesso às condições mínimas de sobrevivência e dignidade pessoal e familiar.

Tem como objetivo acorrer a situações inesperadas que privem os membros de angariar o seu próprio sustento. Outra função do Fundo passa por atribuir um complemento de reforma aos Contabilistas Certificados com inscrição em vigor que alcancem um rendimento líquido nunca inferior ao salário mínimo nacional.

O Regulamento pretende adequar o fundo de solidariedade social dos contabilistas certificados à atual estratégia implementada pelo Conselho Diretivo, promovendo -se por um maior apoio social aos contabilistas certificados que não tenham as condições mínimas para viver condignamente. A valorização e reputação da classe, passa também pela dignificação das condições pessoais e familiares dos profissionais, potenciando a Ordem, no âmbito das suas competências estatutariamente previstas, o apoio efetivo aos seus membros.

De salientar que durante o período de 2024, beneficiaram do Fundo Social de Solidariedade 35 membros, sendo pago o valor de 130.253 euros. Em 2023 foram 36 membros que beneficiaram do Fundo Social de Solidariedade, sendo o valor pago 120.528 euros. Em 2022 foram 40 membros que beneficiaram do Fundo Social de Solidariedade, sendo o valor pago 116.406 euros. No ano de 2021, 43 membros beneficiaram do Fundo Social de Solidariedade, no total de 120.078 euros.

Beneficiários do fundo de solidariedade social

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
N.º beneficiários	157	31	31	28	32	41	43	43	40	36	35
Valor pago (€)	271 723	55 677	70 352	82 278	91 898	117 773	126 836	120 078	116 406	120 528	130 253

c) Seguro de responsabilidade civil e profissional

O seguro de responsabilidade civil e profissional é uma ferramenta essencial para o exercício da profissão, sendo o garante de segurança e proteção em situações de erros ou omissões profissionais.

Têm direito ao seguro de responsabilidade civil e profissional contratado pela Ordem os membros pessoais singulares, com inscrição ativa na Ordem que cumpram cumulativamente os requisitos previstos no respetivo regulamento.

O seguro de responsabilidade civil e profissional cobre eventuais danos patrimoniais causados a terceiros relacionados com o exercício da contabilidade. Atendendo aos riscos inerentes ao exercício da profissão, constitui uma espécie de “guarda-chuva”, não só para os profissionais, mas também para os seus clientes. Beneficia todos os contabilistas certificados com inscrição em vigor, sem quotas atrasadas por período superior a 90 dias, que tenham cumprido com os créditos de formação profissional contínua no ano anterior ao da entrada em vigor da apólice e que tenham comunicado à Ordem as entidades pelas quais sejam responsáveis.

d) Seguro de saúde

Disponibilizado gratuitamente pela Ordem aos seus membros, constitui um meio a que muitos profissionais podem recorrer para solucionar problemas de saúde. Em 2017, alargou-se a sua abrangência, passando a disponibilizar-se de forma gratuita até 5 consultas por ano para os membros abrangidos.

A contratação da apólice de seguro de saúde para os contabilistas certificados é composta pelos seguintes planos: Plano Base e Planos Upgrade (Plano 1, Plano 2 e Plano 3).

Em 2020, foi alargada a inclusão a membros com idade até aos 80 anos, inclusive, que tenham a sua inscrição ativa e cujas quotas não estejam em dívida por um período superior a 120 dias.

e) Fundo de pensões

Criado em outubro de 2005, tem como objetivo a criação de um complemento de reforma para todos os membros da Ordem com inscrição em vigor.

Em conformidade com o compromisso assumido, mantendo a tradição, a Ordem procedeu à entrega das verbas provenientes da renda do nosso edifício situado na Avenida 24 de Julho, ao Fundo de Pensões, até à data da sua alienação em julho de 2023 e após essa data o valor dos juros líquidos obtidos com as aplicações financeiras relacionadas com a venda do imóvel. Em 2024, o contributo ascendeu a 112.354 euros, tendo até ao final do ano totalizado 7.944.902 euros, conforme quadro seguinte:

Valores transferidos para o fundo de pensões	Anual	Acumulado
Até 2013		6 243 507
2014	166 435	6 409 942
2015	163 830	6 573 772
2016	163 436	6 737 208
2017	163 436	6 900 644
2018	165 419	7 066 063
2019	165 267	7 231 330
2020	167 790	7 399 120
2021	168 020	7 567 140
2022	168 020	7 735 160
2023	97 388	7 832 548
2024	112 354	7 944 902

Desde 2005, a OCC fez entregas para o Fundo de Pensões no valor de 7.944.902 euros (capital investido).

Desde 2010, já foi reembolsado aos membros, o valor institucional e contribuições próprias, cerca de 3.926.207,40 euros (284348,10788 UPs).

Em 31 de dezembro de 2024, a OCC é detentora de 554914,0563 UPs (Unidades de participação) com uma valorização de 8.402.675,12 euros (7.993.583,21 euros em 31 de dezembro de 2023).

f) Medidas de apoio profissional e social aos membros

Mantemos o objetivo no equilíbrio económico e financeiro sustentável das contas, conseguido com esforço adicional de manutenção da maior contenção dos gastos, garantido o foco fundamental da prestação do melhor serviço aos membros. O controlo das despesas é um processo em reavaliação permanente no sentido de melhoria de eficácia na utilização dos recursos existentes, todos eles utilizados em prol dos membros e da valorização da profissão.

No atual contexto económico e social fortemente influenciado pelas variáveis exógenas conhecidas, a Ordem mantém a prioridade nas medidas de apoio social e profissional, de forma a mitigar as dificuldades que muitos dos seus membros estejam a conhecer ou possam vir a sentir, e reforçar a sua capacitação em termos profissionais, para que os contabilistas certificados reúnam as necessárias condições para intensificarem o interesse e a fé pública da profissão.

As medidas de apoio aos membros acarretaram um elevado esforço financeiro para a Ordem. Contudo, através de uma gestão criteriosa, de uma rigorosa definição de prioridades e gestão eficiente, é possível a implementação e manutenção das mesmas.

As medidas de apoio profissional e social são as seguintes:

f1) Disponibilização gratuita dos manuais de formação

Todos os manuais e materiais de apoio às formações, após o começo das mesmas, ficam disponíveis na área reservada do membro. Para além dos materiais de 2024, foram também disponibilizados todos os manuais referentes às formações realizadas desde 2018. Esta medida pretende potencializar o estudo e desenvolvimento profissional de todos os contabilistas certificados.

f2) Agenda do contabilista 2024

Para que melhor possa planificar o seu trabalho e as suas obrigações, a Ordem disponibilizou uma ferramenta que, acreditamos, é de grande utilidade: a Agenda do Contabilista 2024. As agendas foram expedidas, ainda em 2023, a pedido para a morada dos contabilistas certificados que consta na base de dados da Ordem.

Esta Agenda vai muito além de um mero calendário e de uma compilação de contactos da Ordem e das suas representações. Nesta ferramenta estão incluídas as datas das principais obrigações fiscais e informações úteis de carácter técnico, devidamente acompanhadas pelos respetivos exemplos práticos.

No dia 21 de fevereiro de 2024 foi publicado um documento com as informações atualizadas com base na Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, atendendo que as informações úteis constantes na Agenda do Contabilista 2024, entre as páginas 14 e 29, tiveram por base a proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2024 (de outra forma não seria possível disponibilizar a agenda aos membros ainda no final de 2023).

f3) Reforço da plataforma de formação à distância e rede de internet da Ordem

Querendo melhorar ainda mais a qualidade dos serviços da Ordem, a plataforma de formação à distância (e-learning) foi reforçada para propiciar a todos os formandos uma melhor experiência formativa, mais interativa, pedagógica e amigável. Paralelamente, a rede de internet da Ordem também foi reforçada, dando mais velocidade e melhores condições de comunicação entre os contabilistas certificados e os técnicos que lhes prestam apoio.

f4) Fortalecimento do fundo de solidariedade da Ordem

Em momentos de crise, em que a celeridade nas decisões é fundamental para a eficiência das mesmas, o prazo para deliberação de todos os pedidos de apoio ao Fundo de Solidariedade da Ordem foi reduzido, sendo o mais curto possível.

F5) Formação online gratuita

Desde 1 de janeiro de 2023, todos os modelos formativos online existentes na OCC (CCCLIX, e-learning, plug-in, Reuniões Livres e Descomplicar na Hora), tornaram-se gratuitos para todos os contabilistas certificados com inscrição ativa na Ordem.

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, registaram-se 161.220 inscrições na formação on-line, o que representa um valor de 5.159.040 euros, tendo como base os valores existentes desta formação em dezembro de 2022. As inscrições do ano 2024 foram substancialmente superiores ao ano de 2023 cujo registo foi 109.674, representando um valor de 3.509.568 euros.

Formações à Distância de janeiro a dezembro

Tipo Formação	Número de inscritos	Valor
Descomplicar na hora	6 804	217 728 €
e-Learning	53 849	1 723 168 €
Plug-in	100 567	3 218 144 €
Totais	161 220	5 159 040 €

f6) Grupo Entreatajuda – Apoio voluntário e informal aos contabilistas certificados

Em estreita colaboração com um grupo de contabilistas certificados, no dia 20 de janeiro de 2021, foi lançado o Grupo Entreatajuda – Apoio Voluntário e Informal aos Contabilistas Certificados. Com origem numa ideia que foi apresentada ao Conselho diretivo através do Orçamento Participativo, prontamente aceite e transposta para o Plano de Atividades e Orçamento para 2021, o Grupo Entreatajuda, de cariz voluntário e de natureza informal, tem por missão apoiar os contabilistas certificados que estejam a sofrer dificuldades várias, quer de âmbito social, profissional ou pessoal.

De forma informal, anónima, sigilosa e voluntária, este grupo, ajudará os contabilistas certificados que estejam a atravessar momentos de aflição, criando ferramentas e adotando estratégias que vão ao encontro das necessidades dos colegas. Foi disponibilizado o email – ajudacc@occ.pt, para o contacto.

g) Medidas de apoio aos futuros membros

g1) Acesso à profissão de Contabilista Certificado

Com a entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, o Conselho Diretivo prontamente elaborou a proposta de Regulamento de Acesso à Profissão que, após exaustiva discussão pública, mereceu a aprovação em sede de Assembleia Representativa. O Regulamento aprovado, promovia pela eliminação de barreiras e agilização de procedimentos, através da criação de três vias de acesso à profissão, redução do período de estágio, eliminação da análise exaustiva dos currículos dos candidatos e eliminação da exigência de unidades curriculares específicas.

Abriu-se, desta forma, o leque de possibilidades e de critérios para aceder a uma profissão que continuará a ser exigente, rigorosa e de interesse público.

Nesse sentido e no sentido de eliminar procedimentos burocráticos, a Ordem disponibilizou o Portal da inscrição que permite a formalização online das candidaturas aos três novos modelos de acesso.

Os primeiros cursos para a formação sobre matérias de ética e deontologia para a primeira opção e para o primeiro módulo da terceira opção, tiveram início no dia 9 de setembro de 2024. O primeiro exame escrito sobre matérias éticas e deontológicas realizou-se no dia 26 de outubro de 2024. Este exame exigiu uma gigantesca coordenação logística, tendo os 5 200 candidatos prestado provas em todas as capitais de distrito e regiões autónomas, repartidos em 76 turnos.

Conferência de apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2023



12 NOVEMBRO - LISBOA

O exame para a segunda opção (Estágio profissional (700 horas) | Experiência profissional (3 ou mais anos)) realizou-se no dia 19 de outubro de 2024 em seis cidades do país (Lisboa, Porto, Braga, Faro, Funchal e Ponta Delgada). Participaram 220 candidatos.

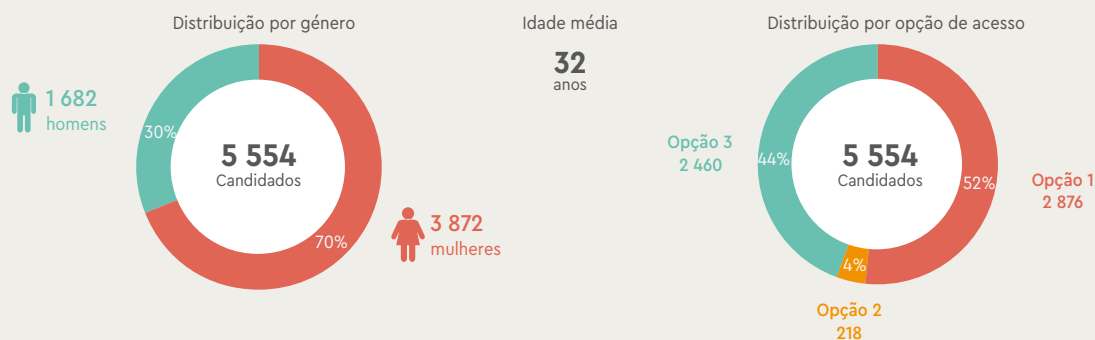
No dia 11 de dezembro de 2024, foi realizado a nível nacional o exame de recurso (Ética e Deontologia). As provas decorreram em 20 localidades do continente e ilhas e testaram os seus conhecimentos cerca de 1.800 candidatos.

São os seguintes, os três modelos de acesso:

- 1.ª opção - Estágio/PSE ou projeto integrado em curso superior, protocolado com a OCC;
- 2.ª opção - Estágio profissional (700 horas) | Experiência profissional (3 ou mais anos);
- 3.ª opção - Formação modular.

No dia 26 de julho de 2024 o Conselho Diretivo deliberou, com efeitos imediatos, que todos os valores pagos pelos candidatos com processo de inscrição em curso ao abrigo das novas regras estatutárias, são devolvidos aos mesmos até final de setembro de 2024, e que todos os processos de inscrição recebidos na Ordem a partir dessa data e até ao final de julho de 2025 ficam isentos de qualquer pagamento.

Assim, todos os atuais e futuros candidatos, ficam isentos do pagamento de quaisquer quantias relativas ao processo de inscrição até julho de 2025, data em que se reapreciará o impacto desta medida. Esta deliberação, recomendada e suportada pelo Conselho de Supervisão, visa eliminar quaisquer barreiras aos candidatos que por insuficiência ou carência económica não conseguissem aceder à profissão de contabilista certificado, promovendo-se assim para que todos os interessados habilitados para o efeito, possam entrar no processo de acesso à profissão.



O valor devolvido aos candidatos, com processo de inscrição ao abrigo das novas regras estatutárias, foi de 579.450 euros, tendo abrangido cerca de 2.558 candidatos.

Com a entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados e alteração das regras de acesso à profissão, bem como atendendo à crescente reputação, dignificação e valorização da profissão, a Ordem deparou-se com um grande fluxo de pedidos de inscrição, algo que muito nos alegra e entusiasma para a futura sustentabilidade da nossa profissão.

Candidatos por distrito

Distrito	Candidaturas
Açores	106
Aveiro	417
Beja	87
Braga	640
Bragança	48
Castelo Branco	76
Coimbra	192
Évora	61
Faro	296
Guarda	57
Leiria	277
Lisboa	1 061
Madeira	128
Portalegre	66
Porto	938
Santarém	228
Setúbal	474
Viana do Castelo	129
Vila Real	62
Viseu	211
Total geral	5 554

g2) TOConline Ensino

No dia 9 de setembro de 2020, foi disponibilizado o TOConline Ensino, gratuito (mediante a celebração de protocolo de colaboração) para todos os estabelecimentos de ensino profissional, secundário e ensino superior com cursos de formação que permitam o acesso à profissão de contabilista certificado. Este programa permite que todos os estudantes tenham, no seu projeto de simulação empresarial ou idêntica disciplina, uma ferramenta de trabalho que melhor os prepare para o mercado de trabalho, simulando, da forma mais fiável possível, as tarefas diárias de um contabilista certificado.

Para explorar todas as potencialidades do TOConline Ensino, aos professores responsáveis pela disciplina em que se utilizará este programa, é disponibilizado gratuitamente um curso de formação TOConline.

A 31 de dezembro de 2024, existiam 98 protocolos com escolas no âmbito do TocOnline Ensino.

g3) Curso de Deontologia para membros estagiários

A Ordem disponibilizou, entre 5 e 21 de fevereiro de 2024, na plataforma de e-learning o curso de «Deontologia profissional do contabilista certificado - formação para estagiários», para os estagiários que realizaram o exame de avaliação profissional no dia 24 de fevereiro de 2024.

Esta formação, de carácter facultativo, aborda temas que podem ser do interesse do futuro membro, como o enquadramento institucional da profissão, o exercício da atividade de contabilista certificado, o regime jurídico das sociedades de contabilistas e das sociedades profissionais de CC, os direitos e deveres, entre muitos outros tópicos.

g4) Jobshop 2024 e Futurália 2024

A Ordem participou, a 7 e a 23 de março, respetivamente, na Jobshop 2024 e na Futurália 2024, duas prestigiadas feiras de emprego.

No evento, promovido pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), participou a bastonária Paula Franco que teve a oportunidade de apresentar, a uma plateia de alunos, os novos critérios de acesso à instituição, na sequência da entrada em vigor, a 1 de março, do novo estatuto da instituição e das profundas modificações introduzidas no regulamento de inscrição, estágio e exame.

Por seu turno, na Feira Internacional de Lisboa (FIL), o palco da maior feira de educação, formação e empregabilidade do país, a palestra, também sobre a temática do acesso, esteve a cargo do diretor Pedro Nuno Ferreira. Para além destas intervenções, a Ordem contou, em ambas as feiras, com um stand, com dois colaboradores em permanência, disponíveis para esclarecer todas as dúvidas que foram surgindo aos participantes. Com estas participações públicas, a Ordem pretende atrair novos talentos para a profissão.

g5) Sessões de esclarecimento nas universidades

Entre 7 de março e 5 de junho de 2024, foram realizadas 24 sessões de esclarecimento sobre as novas formas de acesso à profissão de contabilista certificado, com a participação de 2.160 estudantes universitários. Genericamente, as sessões de esclarecimento estiveram a cargo do diretor da Ordem Pedro Nuno Ferreira. As sessões de esclarecimento de 16 e 22 de maio, na Universidade Autónoma de Lisboa e no Instituto de Contabilidade e Administração – Universidade de Aveiro (ISCA-UA, respetivamente, foram realizadas pela bastonária Paula Franco.

Data	Local	Instituição de ensino	N.º estudantes
07/03	Viana do Castelo	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	120
19/03	Porto	Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	90
23/03	Lisboa	Futurália	40
26/03	Felgueiras	Instituto Politécnico do Porto	80
10/04	Barcelos	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	250
18/04	Famalicao	Universidade Lusíada	50
19/04	Coimbra	Universidade de Coimbra	30
19/04	Coimbra	Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Coimbra	100
23/04	Lisboa	Universidade Autónoma	120
07/05	Portalegre	Instituto Politécnico de Portalegre	60
07/05	Stª Maria da Feira	Instituto Superior de Entre o Douro e Vouga	90
08/05	Covilhã	Universidade da Beira Interior	20
08/05	Guarda	Instituto Politécnico da Guarda	60
14/05	Porto	Universidade Lusíada	20
14/05	Santarém	Instituto Politécnico de Santarém	120
15/05	Beja	Instituto Politécnico de Beja	50
16/05	Faro	Universidade do Algarve – Faculdade de Economia	20
16/05	Faro	Universidade do Algarve – Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo	320
16/05	Lisboa	Universidade Autónoma (Bastonária)	200
21/05	Tomar	Instituto Politécnico de Tomar	60
20/05	Vila Real	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	80
22/05	Viseu	Instituto Politécnico de Viseu	40
22/05	Aveiro	Universidade de Aveiro (Bastonária)	80
05/06	Setúbal	Instituto Politécnico de Setúbal	60
Total			2 160

h) Eventos e apoios de âmbito social

h1) Dia do Contabilista: «O futuro presente da profissão» Lisboa, 20 setembro

No dia 21, Dia de S. Mateus, celebrou-se o Dia do Contabilista. Para comemorarmos a data, no dia 20 de setembro, realizou-se uma fantástica conferência dedicada a debater e refletir sobre a nossa profissão. Para tal, nas várias sessões, abordou-se o novo paradigma profissional promovido pelas recentes alterações ao Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados; O problema da sustentabilidade, atração e retenção de talento na profissão; bem como, as novas tendências do Mercado e economia; Liderança e performance na profissão; e Marketing e liderança na profissão. Antes das intervenções propriamente ditas, foi cumprido um minuto de silêncio em memória das vítimas dos incêndios que assolaram o país, num dia em que foi decretado luto nacional.

h2) Festival do Contabilista Certificado

A primeira edição do “Festival do Contabilista”, e famílias, no dia 30 de novembro de 2024, no Sagres Campo Pequeno, em Lisboa, juntou 2.500 participantes e um naipe de artistas para todos os gostos e idades: animação infanto-juvenil, Bárbara Bandeira, D.A.M.A, José Cid e três artistas contabilistas certificados (Celso Coelho, Joana Lopes e Norberto Rodrigues).

h3) Cerimónias de entrega das medalhas

No dia 11 de dezembro de 2024, a Ordem promoveu a cerimónia de entrega de medalhas no auditório da Ordem no Porto para 111 contabilistas certificados que completaram 25 anos de inscrição.

Em Lisboa, a cerimónia de entrega de medalhas para os 163 contabilistas certificados que completaram 25 anos de profissão realizou-se no dia 17 de dezembro de 2024. A cerimónia de Lisboa teve um momento especial: a bastonária Paula Franco também recebeu a sua medalha de 25 anos de profissão de contabilista certificado.

h4) Festa de Natal da OCC – Porto e Lisboa (14 e 15 de dezembro)

Dois dias, quatro sessões (duas no Porto e duas em Lisboa), 2 200 pessoas.

À procura do Natal e do seu espírito irrepetível, de momentos de convívio e diversão, de encontro ou reencontro com colegas de profissão, e família, de muita alegria e animação proporcionadas pelas várias propostas que se encontravam espalhadas um pouco por todo o lado: ateliê de artes plásticas; ateliê de criação de marcadores para livros; ateliê de estrelas; pinturas faciais; piscina com bolas; pipocas, mini-discoteca com direito a coreografia orientada por um animador e, naturalmente, a presença do Pai Natal, sempre recetivo a dois dedos de conversa com os mais novos e pronto para posar para as inevitáveis fotografias.

Nos auditórios, os protagonistas foram, após as boas-vindas da Bastonária Paula Franco, a alegria contagiante, com muita música e interação com o público, sobretudo o mais jovem, proporcionada pelo Big Show Circus, e o espetáculo com Carolina de Deus, a artista responsável, por cantar e encantar miúdos e graúdos.

h5) Protocolos para os membros

Desde setembro de 2019, a OCC passou a disponibilizar a todos os membros, vários protocolos com empresas de norte a sul do país e ilhas, para que os contabilistas certificados tenham condições vantajosas em variados produtos e serviços.

A Ordem apresenta aos seus membros um conjunto de descontos e vantagens em empresas dos mais variados ramos de atividade, e com uma ampla cobertura geográfica. São mais de 393 os protocolos celebrados.

A Ordem disponibilizou no site uma brochura para consulta das empresas aderentes. Nas informações referentes a cada empresa, são apresentadas as principais vantagens e as ligações que permitem aos membros ter acesso às vantagens completas e ao respetivo protocolo.

Colaboradores

Apresentamos a estrutura interna da Ordem, constituída por 173 colaboradores, cuja distribuição, por departamento / serviço, género e estabelecimento, é conforme o quadro que se segue:

Colaboradores por departamento	Mulheres	Homens	Total Geral
Assessores da bastonária		4	4
Departamento comunicação imagem	4	7	11
Departamento de consultadoria técnica	11	13	24
Departamento de contabilidade e recursos humanos	3	1	4
Departamento de correio e expedição	2	1	3
Departamento de inscrição e formação	25	5	30
Departamento de manutenção		3	3
Departamento de mediação	3	1	4
Departamento de tesouraria e contratação pública	7	1	8
Departamento disciplinar	8	1	9
Departamento do funcionamento de Lisboa e Porto	11	3	14
Departamento jurídico	6	1	7
Serviços de contencioso tributário	3		3
Departamento serviços informática	3	10	13
Departamento TOOnline	9	21	30
Secretariado	4	2	6
Total Geral	99	74	173

a) Movimentos de entradas (novas contratações) e saídas dos colaboradores, ocorridos durante o período de 2024, por departamento

No ano de 2024, foram trinta e duas as novas contratações, admitidas para a Assessoria da bastonária (1 colaborador), Departamento de comunicação e imagem (2 colaboradoras), Departamento de consultadoria técnica (3 colaboradores), para o Serviço de contabilidade e recursos humanos (1 colabo-

radora), Departamento de manutenção (1 colaborador), Departamento do funcionamento de Lisboa e Porto (1 colaboradora), para o Departamento de informática (3 colaboradores), Departamento do TOConline (18 colaboradores) e para o Departamento de inscrição e formação (2 colaboradores), conforme o quadro que se segue:

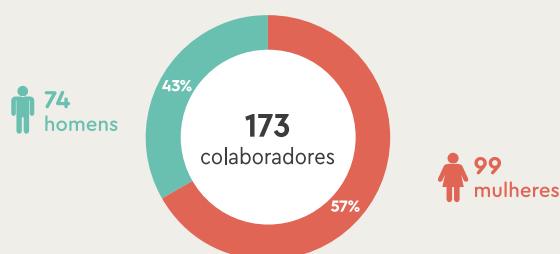
Novos colaboradores por departamento e género	Mulheres	Homens	Total
Assessores da bastonária		1	1
Departamento comunicação imagem	2		2
Departamento de consultadoria técnica	1	2	3
Departamento de contabilidade e recursos humanos	1		1
Departamento de manutenção		1	1
Departamento do funcionamento de Lisboa e Porto	1		1
Departamento serviços informática		3	3
Departamento TOConline	6	12	18
Departamento de inscrição e formação	2		2
Total Geral	13	19	32

Relativamente às saídas de colaboradores foram todas por iniciativa dos colaboradores, conforme o quadro que se apresenta:

Saídas de colaboradores por departamento	Mulheres	Homens	Total
Departamento comunicação imagem	1		1
Departamento de consultadoria técnica		1	1
Departamento de contabilidade e recursos humanos	1		1
Departamento serviços informática		1	1
Departamento TOConline	3	3	6
Departamento de inscrição e formação	2		2
Total Geral	7	5	12

b) Género

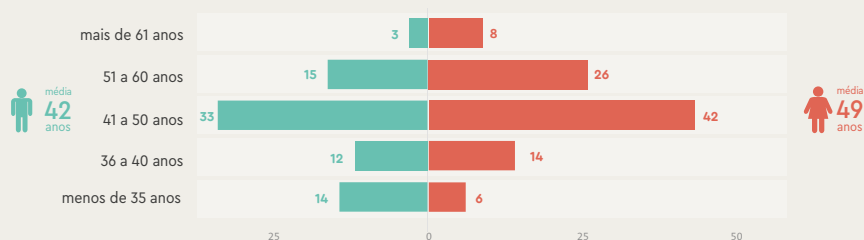
Da análise percentual entre homens e mulheres, no universo dos colaboradores da Ordem, verificamos que 55% são mulheres e 45% são homens, conforme o quadro que se segue:



c) Distribuição etária

No quadro seguinte apresentamos a estrutura etária dos nossos colaboradores em 31 de dezembro de 2024. Verificamos que 43% dos nossos colaboradores têm idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos, 24% são mulheres e 19% são homens. A média de idades dos colaboradores é de 46 anos.

Distribuição etária dos colaboradores



d) Seguro de Saúde

A Ordem tem um seguro de saúde de grupo onde estão incluídos todos os colaboradores. A Apólice do seguro de saúde dos colaboradores da OCC garante as coberturas referentes a despesas de hospitalização, despesas de assistência ambulatoria, despesas de parto, despesas de estomatologia, despesas com próteses e ortóteses, despesas com medicamentos, assistência a pessoas e segunda opinião médica.

e) Regimes de trabalho flexível

Em 2023, a Ordem instituiu de acordo com as características e forma de trabalho de cada departamento ou serviço a possibilidade de flexibilização do horário e local de trabalho, permitindo que o colaborador usufrua de uma manhã ou tarde mediante compensação de horas nos restantes dias da semana ou que execute as suas funções em regime misto de trabalho presencial e remoto. Este regime de trabalho flexível manteve-se no ano de 2024.

f) Ajuda de Berço - Entrega de presentes

No dia 23 de dezembro de 2024 foram entregues pela Ordem, os presentes de Natal recolhidos por todos os colaboradores que contribuíram, na casa de acolhimento residencial da Ajuda de Berço, em Benfica (Lisboa). A Ajuda de Berço, que acolhe 35 crianças com idades entre os zero e os 15 anos, foi a entidade escolhida para receber a iniciativa no seguimento de uma votação interna junto dos colaboradores da OCC.

Políticas de serviço público para boas práticas no cumprimento de obrigações legais

a) Formação «Boas Práticas segundo o novo Estatuto»

A Ordem promoveu, a nível nacional, entre 23 de setembro e 18 de outubro, o terceiro ciclo de formação eventual de 2024, desta feita subordinado ao tema «Boas práticas segundo o novo estatuto», com cerca de 17 mil participantes.

O novo Regulamento de Formação Profissional Contínua, aprovado na Assembleia Representativa realizada no dia 15 de março de 2024, entre outras novidades, prevê a possibilidade do Conselho Diretivo deliberar a obrigatoriedade de determinada formação profissional contínua.

Nesse sentido e conforme previsto no Regulamento de Formação Profissional Contínua da Ordem dos Contabilistas Certificados, mais concretamente no art.º 1.º, n.º 2 do art.º 4.º e n.º 3 do art.º 5.º, caso se considere fundamental para o exercício da profissão, pode o Conselho Diretivo deliberar a obrigatoriedade de uma formação profissional contínua ou matéria formativa, para todos os contabilistas certificados com inscrição ativa na Ordem e que exerçam a atividade profissional de contabilista certificado nos termos previstos do art.º 10.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Esta obrigatoriedade pretende garantir que todos os profissionais habilitados ao exercício da profissão estejam dotados de conhecimentos ou aptidões técnicas que se entendam como indispensáveis ao exercício da profissão, pautado pelos mais elevados padrões de excelência e qualidade. Esta é a única forma de se garantir o adequado exercício da profissão, ao abrigo do princípio da competência profissional.

Neste sentido, o Conselho Diretivo da Ordem dos Contabilistas Certificados deliberou a obrigatoriedade da formação profissional contínua subordinada ao tema «Boas práticas segundo o novo Estatuto.» pois é indispensável um conhecimento das novas regras que alteraram o paradigma da nossa profissão.

Tendo em vista o esclarecimento cabal de um conjunto de dúvidas relacionadas com a obrigatoriedade da formação à luz do novo Estatuto e do novo regulamento da formação profissional contínua, no dia 5 de setembro de 2024, a Bastonária da OCC, realizou uma sessão de esclarecimento sobre o tema.

No dia 8 de outubro de 2024, a Ordem disponibilizou, nas modalidades plug-in e e-learning, a formação «Boas práticas segundo o novo Estatuto», especialmente destinada aos membros que não frequentaram as sessões presenciais. O objetivo é o de sempre: aprimorar os necessários conhecimentos dos contabilistas certificados sobre matérias fundamentais para o exercício da profissão.

b) Guias Práticos do contabilista certificado

«12 meses, 12 guias» é o mote desta iniciativa que a Ordem disponibiliza na última quarta-feira de cada mês. Práticos e interativos, estes guias pretendem compilar tudo o que precisa de saber sobre temas de grande pertinência para o exercício profissional.

- Janeiro: «Estatuto do residente não habitual»
- Fevereiro: «Heranças»
- Março: «Cessação do contrato de trabalho»
- Abril: «ICE - Incentivo à capitalização das empresas»
- Maio: «Tributação em sede de IRC das entidades do setor não lucrativo»
- Junho: «Insolvência e recuperação de empresas»
- Julho: «Regime da transparência fiscal»
- Agosto: «Formação profissional»
- Setembro: «Procedimento de injunção»
- Outubro: «Prescrição e caducidade dos impostos, taxas, coimas e contribuições.»
- Novembro: «Assembleias gerais»
- Dezembro: «O contrato de trabalho a termo»

c) Protocolo OCC e Recuperar Portugal - bolsa de CC

A Ordem e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (entidade responsável pela coordenação técnica e pela coordenação de gestão da execução do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR), celebraram a 6 de dezembro de 2021, um protocolo de cooperação com vista à criação de uma bolsa de contabilistas certificados. Esta bolsa, com presença em todo o território nacional, é composta por contabilistas certificados habilitados para o exercício de funções de controlo de execução dos investimentos contratualizados, entre a Recuperar Portugal e os respetivos beneficiários diretos e/ou beneficiários intermediários.

d) Disponibilização de simuladores e minutas

Durante o ano de 2024, com o objetivo de auxiliar os membros, quer na contagem do período de eventual justo impedimento para o exercício da profissão, quer para o cálculo de determinados valores, a Ordem disponibilizou vários simuladores:

ALOJAMENTO LOCAL

- Simulador da Contribuição sobre o Alojamento Local (CEAL)

PROFISSÃO

- Simulador do justo impedimento

IRC

- Simulador da limitação do terceiro pagamento por conta de IRC (2024)
- Simulador do benefício fiscal do incentivo à capitalização das empresas
- Simulador dos pagamentos por conta de IRC (2024)
- Simulador dos pagamentos adicionais por conta (2024)
- Simulador das tributações autónomas (2023)
 - o Versão Excel (Continente e Região Autónoma da Madeira)
 - o Versão Excel (Região Autónoma dos Açores)
- Simulador da limitação do terceiro pagamento por conta de IRC (2023)

IRS

- Simulador do regime simplificado da categoria B de IRS

SEGURANÇA SOCIAL

- Simulador da Segurança Social - Regime Contributivo dos Trabalhadores Independentes
- Simulador da Segurança Social - Opção pelo apuramento trimestral
- Apoios/incentivos atualizado pelo Decreto-Lei n.º 90/2020

RETENÇÃO NA FONTE - IVA E SEGURANÇA SOCIAL

- Simulador de retenção na fonte - IVA E SS

e) Disponibilização “Coleção Essencial” 2024

A Ordem apresentou, pelo oitavo ano consecutivo, o conjunto dos quatro manuais e uma adenda de apoio ao preenchimento das mais importantes declarações tributárias do nosso calendário fiscal.

A exemplo de anos anteriores, a «Coleção Essencial 2024» dá conta das mais recentes alterações legislativas e contempla igualmente novas informações que têm como objetivo complementar e aprofundar as matérias tratadas.

A «Coleção Essencial» é mais uma ferramenta que a Ordem disponibiliza e que visa auxiliar o trabalho dos contabilistas certificados no cumprimento das obrigações declarativas.

- IRS - Manual de preenchimento da declaração modelo 3
- IRC - Manual de preenchimento da declaração modelo 22
- IVA - Manual de preenchimento da declaração periódica e anexos
- IES - Manual de preenchimento da declaração IES e taxonomias
- ICE - Manual/Adenda ICE - Incentivo de capitalização das empresas

f) Reuniões Livres

Com a velocidade das novidades legislativas e da sua complexidade técnica, bem como da crescente sofisticação da economia e do mercado, a formação profissional contínua apresenta-se de caráter essencial para um exercício da profissão pautado pelos mais elevados padrões de excelência.

As reuniões livres, disponibilizadas aos membros de forma gratuita, para além de ser um momento de proximidade entre os profissionais e a Ordem, são uma ferramenta formativa de apoio efetivo aos contabilistas certificados.

Não só as capitais de distrito, mas também outras cidades, recebem as reuniões livres. Uma iniciativa que, desde sempre, tem sido um ponto de encontro, um espaço de excelência para esclarecimento de dúvidas com o objetivo de descentralizar e de aproximar a Ordem a todos os contabilistas certificados.

Visualizações Reuniões Livres 2024 (Youtube e CCclix)

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
60 509	41 407	41 933	37 320	38 481	31 134	41 928	43 772	57 106	41 244	19 494	452 328

Durante o ano de 2024, foram realizadas 394 reuniões livres presenciais, em 45 localidades, registando-se 11.591 inscrições. No ano de 2023 foram realizadas 516 reuniões livres presenciais, em 43 localidades diferentes.

Reuniões Livres presenciais 2024

Meses	Localidades	Inscrições
Janeiro	45	1 049
Fevereiro	46	1 215
Março	46	1 082
Abril	53	1 343
Maiο	49	1 029
Junho	49	861
Julho	46	865
Setembro	50	1 090
Outubro	50	1 192
Novembro	50	1 199
Dezembro	32	666
Total geral	516	11 591

Portal das Reuniões Livres - acesso direto aos temas abordados

Portal das Reuniões Livres: é este o nome do novo serviço que a Ordem passou a disponibilizar aos seus membros. Trata-se de uma base de dados com todos os tópicos tratados, e todas as questões respondidas no decurso das reuniões livres online realizadas desde fevereiro de 2022, transmitidas todas as quartas-feiras no canal da Ordem no Youtube.

Dentro de cada reunião livre surge uma lista com os assuntos ou questões que foram abordados. Clicando em cada uma destas parcelas, o utilizador é direcionado para o vídeo e para o momento exato em que o tema está a ser tratado. É uma forma rápida e direta de ter acesso às questões ou assuntos que mais lhe possam interessar, evitando perdas de tempo desnecessárias.

Por outro lado, existe também um pequeno motor de busca, que lhe permite, por exemplo, pesquisar por tema ou por formador, sendo nesse caso direcionado para as reuniões livres onde surge a palavra ou o formador que selecionou.

Com esta nova ferramenta, disponível no site da Ordem no menu Formação > Portal das Reuniões Livres, pretende-se dar mais um passo na facilidade de acesso à informação produzida pela Ordem e que, desta forma, à distância de um clique, passa a estar ao alcance de todos os contabilistas certificados.

Está igualmente disponível o Portal das Reuniões Livres TOOnline, que se realizam nas segundas e quartas sextas-feiras de cada mês. O modelo de acesso e funcionamento é em tudo idêntico ao do Portal das Reuniões Livres, sendo que, no site, poderá aceder através do menu Formação>Portal das Reuniões Livres TOOnline.

Reuniões Livres disponíveis no Spotify

Desde 22 de fevereiro de 2024, já existe a possibilidade de ouvir as reuniões livres online na plataforma Spotify. A Ordem disponibiliza através deste meio, em formato podcast o conteúdo integral das reuniões livres das quartas-feiras.

O Spotify é o serviço de streaming de música mais popular e usado do mundo e foi lançado oficialmente a 7 de outubro de 2008.

g) Reuniões Livres TOConline

No dia 26 de junho de 2020, foi realizada uma sessão de esclarecimento sobre a ferramenta colaborativa da Ordem, TOConline, transmitida no canal da Ordem no YouTube. Na sua sequência passaram a ser realizadas reuniões livres, em que à semelhança do que acontece com as reuniões livres convencionais, podem ser previamente colocadas questões, as quais são respondidas no decorrer das reuniões livres exclusivamente dedicadas ao TOConline. Estas reuniões livres do TOConline, são realizadas às sextas-feiras de quinze em quinze dias. No ano de 2024 foram 27.534 as participações registradas.

h) CCclix

O CCclix, lançado em setembro de 2022, durante a realização do 7.º Congresso dos Contabilistas Certificados, é um serviço de vídeo-formação da OCC. Através do CCclix, os membros ficam com acesso aos conteúdos de formação disponíveis nas várias plataformas da OCC (incluindo as reuniões livres online e as reuniões livres TOConline). Para além disso, existem igualmente conteúdos desenvolvidos especificamente para esta nova plataforma, como cursos e tutoriais sobre temáticas diversas a nível contabilístico e fiscal.

A plataforma funcionou até 31 de dezembro de 2022 em modo experimental, e o arranque efetivo registou-se no início de janeiro de 2023.

i) Sabia que?

Disponível diariamente, no site, no canal da Ordem no Youtube, no CCclix, nas redes sociais e na newsletter.

“Sabia que é possível fazer uma pergunta e obter uma resposta em sensivelmente um minuto sobre contabilidade e fiscalidade?” É isso a que se propõe a rubrica que a Ordem passou a disponibilizar, desde 22 de novembro de 2023, nos seus múltiplos canais de comunicação, com o objetivo de dar informação útil e diária a todos os contabilistas, de uma forma simples, objetiva e atempada. Todos os dias úteis, e em apenas aproximadamente 60 segundos, são dadas respostas a questões relacionadas com contabilidade e fiscalidade.

Sabia que...

2024	Vídeos	Visualizações
Janeiro	22	116 096
Fevereiro	20	88 281
Março	20	69 745
Abril	21	36 002
Maio	21	45 911
Junho	19	31 696
Julho	23	24 389
Novembro	14	24 087
Dezembro	15	21 453
Total geral	175	894 918

j) Divulgação de Boas Práticas

m1) Compromisso Pagamento Pontual

No final do ano de 2019, foram agilizados os contactos iniciais com a Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE) no sentido de a Ordem aderir ao “Compromisso pagamento pontual”, o que veio a concretizar-se no dia 11 de fevereiro de 2020.

Trata-se de uma iniciativa da ACEGE, da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA) que, em conjunto com cerca de 2.078 empresas e organizações aderentes, que se mostram fortemente empenhadas na promoção dos pagamentos a horas em Portugal, combate uma cultura de permissividade e de irresponsabilidade que afeta o desenvolvimento das empresas e da economia portuguesa.

Um princípio que parece básico na vida das empresas, acaba por se transformar numa séria ameaça à sua sobrevivência. É para combater e ultrapassar esta cultura de permissividade e de irresponsabilidade que surgiu este movimento, ao qual a OCC aderiu.

m2) Comunicações Bastonária canal Youtube

Data	Comunicações da Bastonária	Visualizações
01/01/2024	Mensagem de Ano Novo da Bastonária	5 910
02/02/2024	Comunicação da Bastonária - Notificação da ACT	38 401
06/02/2024	Discussão pública das propostas de regulamentos	4 694
12/02/2024	SIC - Reembolso do IRS	6 153
21/02/2024	Discussão pública das propostas de regulamentos - Lisboa	1 832
29/02/2024	SIC - Reembolso do IRS II	2 403
05/03/2024	Entrevista com PAULA FRANCO, Bastonária	4 016
01/04/2024	RTP 3 - IRS: Entrega das declarações	1 534
01/04/2024	RTP1 - Entrega das declarações de IRS	1 605
13/04/2024	SIC-Notícias - Polémica com a descida do IRS	2 994
16/04/2024	T V I - Reembolsos de IRS mais baixos	867
16/04/2024	RTP 1 - Redução dos reembolsos do IRS	1 303
18/04/2024	SIC - IRS Jovem	5 280
19/04/2024	RTP3 - Governo aprova descida do IRS	1 127
20/04/2024	SIC Notícias - Declarações de Paula Franco - Jornal do meio-dia	840
22/04/2024	RTP 1 - Descida do IRS	635
02/05/2024	SIC - IRS: Contribuintes falam em demora na validação	2 510
24/05/2024	RTP-3 - Redução do IRS para Jovens	576
25/05/2024	SIC-Notícias - Pacote de medidas para os jovens	702
27/05/2024	TVI - Demora no reembolso de IRS	1 714
24/06/2024	Negócios / Antena 1 - Entrevista bastonária	831
25/06/2024	SIC-Notícias - Semana de 4 dias e défice orçamental	908
05/07/2024	SIC - Alterações ao IRC	837
24/07/2024	RTP-3 - Decreto altera Código do IRS	1 242
26/07/2024	TVI - Mudanças no IRS com impacto até ao 6.º escalão	782
27/08/2024	RTP 3 - Novas tabelas de retenção de IRS. Comentário de Paula Franco	3 825
02/09/2024	SIC-Notícias - Novas tabelas de IRS	5 114
06/09/2024	Acesso à plataforma de formação à distância da OCC	8 615
21/09/2024	"Ser Contabilista É..."	3 720
18/10/2025	Comunicação da Bastonária Plataformas informáticas continuam inoperacionais	5 980
22/10/2024	Acesso à Ordem Sessão de esclarecimento para candidatos	21 187
16/12/2024	Tempo Antena OCC 2024 Paula Franco	1 366
19/12/2024	Balanço do ano 2024	327
23/12/2024	Mensagem de Natal da Bastonária - 2024	4 671
Total		144 501

m3) Conferências canal Youtube

Ao longo do ano de 2024 realizaram-se 13 conferências através do canal Youtube com o registo total de 15.688 participações. No ano de 2023 realizaram-se 9 conferências através do canal Youtube com o registo total de 16.002 participações.

Data	Conferências	Visualizações
16/01/2024	As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos – Benedita	4 150
15/04/2024	As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos – Bragança	1 163
16/04/2024	As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos – Amarante	1 214
23/04/2024	XXIX Conferência de Fiscalidade e Contabilidade – Leiria	1 144
08/05/2024	Sessão pedagógica: Partilha de boas práticas nos fundos europeus	1 569
13/05/2024	Novos desenvolvimentos no relato de sustentabilidade e sua garantia – Braga	675
23/05/2024	Conferência sobre o IVA em Angola	524
27/05/2024	Conferência "O relato de sustentabilidade no mediterrâneo"	621
12/06/2024	Conferência OCC/CAP: «Gestão das atividades agrícola e silvícola»	684
20/09/2024	Dia do Contabilista	678
29/10/2024	As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos – Loulé	1 261
12/11/2024	Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2023	1 390
15/11/2024	Sessão de divulgação e esclarecimentos – Capital Participativo Açores I	615
Total		15 688

m4) Conferência de “Desafios e Oportunidades - As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos”

No dia 16 de janeiro de 2024, com organização conjunta da Junta de Freguesia da Benedita e da Câmara Municipal de Alcobaça e a Ordem realizou-se no Centro Cultural Gonçalves Sapinho, na Benedita (Alcobaça) a conferência sobre o tema “Desafios e oportunidades - As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos”.

m5) Conferência de “Desafios e Oportunidades - As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos”

No dia 15 de abril de 2024, e depois do êxito da conferência realizada na Benedita, a Ordem em parceria com a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança (ACISB) e a Associação Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA) realizou, em Bragança, a conferência sobre o tema “Desafios e oportunidades - As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos”.

m6) Conferência de “Desafios e Oportunidades - As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos”

Amarante acolheu, a 16 de abril de 2024, no Centro Cultural da cidade do Tâmega, uma conferência para aprofundar a indispensável parceria entre duas faces da mesma moeda: contabilistas certificados e empresários. A organização esteve a cargo da Ordem, em parceria com a Associação Empresarial de Amarante, a Câmara Municipal de Amarante e o Centro Cultural de Amarante.

m7) “XXIX Conferência de Fiscalidade”

A Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria (ESTG/IPL) organizaram a XXIX Conferência de Fiscalidade e Contabilidade, subordinada, este ano, ao tema «O exercício da profissão de contabilista e as alterações ao OE/2024». O evento decorreu a 23 de abril de 2024, na ESTG/IPL, em Leiria.

m8) Sessão pedagógica: “Partilha de boas práticas nos fundos europeus”

O Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal» organizaram, no dia 8 de maio de 2024, no auditório António Domingues de Azevedo, em Lisboa, uma sessão pedagógica PRR, dedicada a analisar a «Partilha de boas práticas nos fundos europeus».

Com o objetivo de elucidar sobre a importância da cooperação dos contabilistas certificados na boa e regular execução dos investimentos do PRR, tivemos a participação de Anabela Santos, Consultora do Departamento de Consultoria da OCC.

m9) Conferência de “Novos desenvolvimentos no relato de sustentabilidade e sua garantia”

No dia 13 de maio de 2024, a Ordem, a EEG da Universidade do Minho (UM), o CICF do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), o ISCAP do Instituto Politécnico do Porto (IPP) e a ESTG do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), organizaram em Braga uma conferência subordinada ao tema “Novos desenvolvimentos no relato de sustentabilidade e sua garantia”.

O evento contou com participação da Bastonária Paula Franco, para além de Lídia Oliveira, da Escola de Economia e Gestão da UM, bem como com a intervenção de Charles Cho e Erica Pimentel, docentes e investigadores da Schulich School of Business, York University (Toronto, Canadá) e da Smith School of Business, Queen’s University (Kingston, Canadá), respetivamente.

m10) Conferência “O IVA em Angola”

A Ordem e o Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF) organizaram a 23 de maio de 2024, no auditório António Domingues de Azevedo, em Lisboa, uma conferência subordinada ao tema “O IVA em Angola”.

Este evento incluiu a apresentação de dois livros relacionados com esta temática da autoria de Adilson Sequeira, docente de Fiscalidade e Gestão Fiscal na Universidade Metodista de Angola.

Houve ainda oportunidade para a entrega do Prémio de Ciências Sociais Professor Doutor António Carlos dos Santos, que homenageia o fiscalista, docente universitário, membro do extinto Gabinete de Estudos da Ordem e ex-secretário de Estados dos Assuntos Fiscais, falecido em junho de 2020.

m11) Conferência “O relato de sustentabilidade no Mediterrâneo”

«O relato de sustentabilidade no Mediterrâneo» foi o tema da conferência que a Federation of Mediterranean Certified Accountants (FCM), em colaboração com a Ordem, promoveu no dia 27 de maio de 2024, no auditório António Domingues de Azevedo, em Lisboa.

A importância dos fatores ESG (environmental, social, and governance) para as empresas da região Mediterrânea dominaram o evento que juntou oradores de diversos países.

A Federation of Mediterranean Certified Accountants (FCM), criada em 1999, representa a profissão contabilística na região do Mediterrâneo e tem como membros 16 instituições profissionais oriundas de 12 países mediterrâneos: (Albânia, Bulgária, Chipre, França, Grécia, Itália, Kosovo, Marrocos, Portugal, Espanha, Tunísia e Turquia), para além da ACCA Global (Association of Chartered Certified Accountants), como membro associado.

De salientar que, a Ordem dos Contabilistas Certificados é membro da FCM desde 2015.

m12) Conferência “Gestão das atividades agrícola e silvícola - As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos”

A Ordem e a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) organizaram, no dia 12 de junho de 2024, e pelo 14.º ano consecutivo, no Auditório do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas (CNE-MA), em Santarém, durante a Feira Nacional da Agricultura, a conferência anual que congrega as duas instituições, desta feita subordinada ao tema “Gestão das atividades agrícola e silvícola - as empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos”. O governo esteve representado pelo Ministro da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes, e pela Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Cláudia Reis Duarte.

m13) Conferência de “Desafios e Oportunidades - As empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos”

A quarta conferência do ano subordinada ao tema “Desafios e oportunidades - as empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos”, decorreu no dia 29 de outubro de 2024 na cidade de Loulé.

Uma vez mais em parceria, a Ordem juntamente com a Associação Empresarial da Região do Algarve (NERA) organizaram esta sessão que pretende explorar e aprofundar a imprescindível parceria entre empresários e contabilistas certificados, atendendo às especificidades de cada região.

m14) Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2023

Este projeto conta já a sua 20.ª edição, tendo sido apresentado no dia 12 de novembro de 2024, no auditório António Domingues de Azevedo, em Lisboa, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, respeitante ao ano de 2023.

Participou neste projeto desde a sua primeira edição, idealizado pelo já falecido João Carvalho, a Professora Maria José Fernandes, presidente do IPCA.

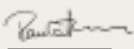




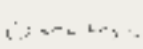

Este estudo foi apresentado durante uma conferência que incluiu um debate dedicado à nova Lei das Finanças Locais e foi promovido pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do IPCA (CICF/IPCA).

m15) Sessão de divulgação e esclarecimentos - Capital participativo Açores

A Ordem e a Secretaria Regional de Finanças dos Açores, em conjunto com o Banco Português de Fomento, realizou no dia 15 de novembro de 2024, uma sessão de divulgação e esclarecimentos sobre o “Capital participativo Açores I”.

Lisboa, 25 de fevereiro 2025

O Conselho Diretivo

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Paula Franco	Joaquim Barbosa	Cristina Pena Silva	Manuel Teixeira	Álvaro Costa	Clara Roque	Pedro Nuno Ferreira

XV

Relatório anual da atividade do conselho fiscal

Festival e festas de Natal do contabilista certificado



NOVEMBRO E DEZEMBRO - LISBOA E PORTO

Relatório anual da atividade do conselho fiscal referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório, relativo à atividade do Conselho Fiscal (doravante “CF”) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante “relatório”), é elaborado nos termos do disposto na alínea d) do art.º 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (doravante “EOCC”), aprovado pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas, o qual estabelece que o CF elabora, obrigatoriamente numa base anual, um relatório da sua atividade, a apresentar à Assembleia Representativa (doravante “AR”) de aprovação de contas do referido período.

2. ÂMBITO

O relatório, entre o mais, inclui a descrição dos procedimentos de fiscalização executados pelo CF, designadamente os estabelecidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 62.º do EOCC, relativos à fiscalização do cumprimento do orçamento, ao exame dos documentos e dos registos da contabilidade da Ordem e à emissão do parecer sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo (doravante “CD”).

3. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CF

De acordo com o disposto na alínea f) do art.º 62.º do EOCC, a organização interna do CF obedece a um Regimento aprovado em reunião do CF realizada a 11 de julho de 2024 para vigorar no mandato de 2025 a 2028.

Durante o ano de 2024 realizaram-se 11 reuniões do CF, e em 2025, até à presente data, realizaram-se outras 3 reuniões do CF. As respetivas atas foram disponibilizadas ao CD, ao Conselho de Supervisão (doravante “CS”) e ao Conselho Jurisdicional (doravante “CJ”).

4. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DO CF

Em 3 de julho de 2024, em reunião da AR, foi aprovado o Regulamento de Remuneração dos Órgãos Sociais da OCC (“Regulamento”), que regula o modo de determinação das remunerações dos membros dos órgãos sociais, competindo ao CS determinar as remunerações dos membros dos órgãos sociais. Em 3 de julho de 2024, o CS deliberou fixar as seguintes remunerações: remunerações mensais de 2.216,47 euros ao Presidente do CF e 1.329,88 euros ao Vogal e ao Revisor Oficial de Contas.

Os encargos suportados pela Ordem no período 2024 com os membros do CF, encontram-se apresentados na nota 12 da demonstração financeira intitulada “Anexo” constante do Relatório e Contas do período de 2024.

5. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

5.1. Comunicação com o auditor responsável pela revisão legal de contas

A revisão legal de contas a que a Ordem está sujeita nos termos do art.º 12.º do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, foi contratada a “BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.” (doravante “auditor”), com sede em Lisboa, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 29 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161384, no âmbito de procedimento de contratação pública levado a cabo para o efeito.

A comunicação com o auditor, desde o planeamento ao relato das conclusões, incluiu a realização de reuniões para a discussão dos aspetos relevantes de auditoria, designadamente, a compreensão do sistema de controlo interno relevante para a auditoria, o conhecimento dos níveis de materialidade utilizados, as áreas identificadas como suscetíveis a risco de distorção material, os procedimentos de auditoria desenvolvidos e as respetivas conclusões.

Acompanhámos o trabalho dos auditores até à sua conclusão, tendo tomado conhecimento do teor do “Relatório Intercalar de Conclusões e Recomendações de Auditoria com referência a 30 de junho de 2024” e do “Relatório Final de Conclusões e Recomendações de Auditoria com referência a 31 de dezembro de 2024”. No âmbito das comunicações com os auditores relativas à avaliação do sistema de controlo interno da Ordem, estes comunicaram não ter identificado deficiências significativas no sistema de controlo interno instalado.

Em resultado da comunicação com o auditor, e tomando em consideração o teor do ponto 5.2 abaixo, não nos foram comunicadas quaisquer exceções com impacto material sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 e, bem assim, nem quaisquer acontecimentos subsequentes até à data que careçam de eventual divulgação e ou ajustamento àquelas demonstrações financeiras.

5.2. Certificação Legal das Contas (CLC)

Apreciámos o conteúdo da CLC emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas contratada para realizar a revisão legal de contas da Ordem com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2024, a qual foi emitida em 25 de fevereiro de 2025, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.

5.3. Execução do Plano de Atividades e do Orçamento (PAO) do período de 2024

Face ao preceituado na alínea a) do art.º 62.º do EOCC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do orçamento da Ordem.

Para o efeito, constata-se que o Relatório e Contas do período 2024 apresentado pelo CD, inclui informação relativa a rendimentos e gastos desagregados quanto à sua natureza, apresentando os respetivos desvios e justificações face ao orçamentado.

5.4. Matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas

Para as matérias que considerámos de maior importância e que designámos de matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas, procedemos à identificação sintética dos procedimentos realizados.

Descrição das matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas	Síntese dos procedimentos realizados com respeito às matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas
<p>Sistema de Controlo Interno (“SCI”) O SCI integra as políticas e procedimentos adotados pelo CD, tendo em vista assegurar, tanto quanto praticável, a condução ordenada e eficiente da atividade, incluindo a aderência às políticas do órgão de gestão, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e a deteção de fraude e erro, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível. Consequentemente, dada a relevância do SCI, a sua melhoria continua é sempre considerada pelo CF como matéria significativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Observámos que os auditores identificaram oportunidades de melhoria ao nível do SCI, mas não comunicaram deficiências significativas; - Em linha com os períodos anteriores, as referidas oportunidades incluem a formalização escrita de procedimentos e circuitos internos e o reforço de automatizações.
<p>Áreas de risco de distorção material das demonstrações financeiras As áreas de risco de distorção material (RDM) devido a fraude ou a erro, ao nível das demonstrações financeiras e ao nível da asserção, são aquelas que, apresentando-se materialmente relevantes, são mais suscetíveis a distorção em função de uma variedade de fatores. Em face do descrito, e em linha com os períodos anteriores, tomámos conhecimento que os auditores consideraram como áreas de RDM, as seguintes: reconhecimento do réditto, derrogação de controlos pelo órgão de gestão, provisões para outros riscos e encargos e especialização de gastos. Consequentemente, o CF considera que estas áreas são matérias significativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Para as áreas de risco de distorção material referidas, solicitámos e obtivemos do auditor a descrição dos procedimentos realizados tendo em vista mitigar os riscos identificados; e - Procedemos, igualmente, a um conjunto de procedimentos de revisão analítica, a indagações e, designadamente, no que concerne a provisões e passivos contingentes, reunimos com os consultores jurídicos internos da Ordem.
<p>TOConline A Ordem mantém o projeto TOConline, o qual proporciona suporte informático a um conjunto alargado de contabilistas certificados, projeto sobre qual pende contencioso entre várias empresas que disponibilizam softwares de contabilidade e a Ordem. Os rendimentos e os gastos inerentes ao TOConline têm um impacto relevante no orçamento e nas contas da instituição. Adicionalmente, durante o período anterior ocorreu a cessação do contrato de prestação do serviço celebrado entre a Ordem e a Cloudware, S.A. Desta situação decorre litígio judicial, tendo a OCC ganho a providência cautelar interposta pelo fornecedor, reconhecendo o Tribunal que a OCC é proprietária do TOConline e do seu código fonte. Por estes motivos, o CF considera os rendimentos obtidos e os gastos incorridos no âmbito do projeto TOConline como uma matéria significativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Indagações ao auditor e à Direção financeira da Ordem, relativas à confirmação externa efetuada aos advogados que se relacionam com a Ordem; - Leitura e análise da sentença proferida pelo Tribunal; - Procedimentos de revisão analítica à evolução das rubricas de rendimentos e gastos relacionadas com o TOConline; - Inspeção documental numa base amostral; e - Análise do conteúdo das divulgações efetuadas no Relatório e Contas do período de 2024.
<p>CCClx e projetos de desenvolvimento Conforme descrito na nota 5 do Anexo, durante o período económico findo em 31 de dezembro de 2024 a OCC efetuou investimentos relevantes nestes projetos. Os projetos visam melhorar os serviços aos membros em diversas perspetivas. Desta forma, o CF considera esta temática como uma matéria significativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Análise das políticas contabilísticas adotadas e indagações ao auditor quanto aos respetivos procedimentos de auditoria realizados; - Procedimentos de revisão analítica e inspeção documental numa base amostral; e - Análise do conteúdo das divulgações efetuadas no Relatório e Contas do período de 2024.

5.5 Outros Procedimentos

Foram ainda desenvolvidos, designadamente, os seguintes procedimentos:

- a) Leitura e elaboração de resumos atas do CD, relativas ao período 2024 e até à última reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025;
- b) Análise da documentação de suporte à contabilidade, numa base mensal e por amostragem, efetuando sugestões/recomendações aos Serviços da Ordem e ao CD;
- c) Indagações ao CD e aos responsáveis pela área contabilística e financeira;
- d) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras apresentadas pelo CD da Ordem, de acordo com a normalização contabilística aplicável às Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL);
- e) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte;
- f) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Ordem, bem como da sua adequada divulgação no Anexo;
- g) Análise do Relatório e Contas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024, o qual descreve as atividades dos Órgãos, dos departamentos e Serviços da Ordem, bem como proporciona informação de desempenho não financeiro, designadamente, sobre questões ambientais e relativas aos seus membros e colaboradores; e
- h) Análise do conteúdo dos Relatórios Integrados Intercalares referentes ao primeiro trimestre, primeiro semestre e terceiro trimestre de 2024, tendo apresentado sugestões de melhoria quanto à informação a divulgar através desse documento.

6. PARECERES E RELATÓRIOS EMITIDOS

Durante o período de 2024 e até à presente data, foram emitidos os seguintes relatórios e pareceres:

6.1. Parecer sobre o PAO para o período de 2025

Nos termos da alínea c) do art.º 62.º do EOCC foi emitido parecer sobre o PAO para o período de 2025, em 27 de novembro de 2024.

6.2. Parecer sobre o Relatório e Contas e Relatório Anual da Atividade do CF referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023

Nos termos da alínea c) do art.º 62.º do EOCC, o “*Parecer do Conselho Fiscal*” sobre o Relatório e Contas do período de 2023 foi emitido em 27 de fevereiro de 2024, data em que foi também emitido o “*Relatório Anual da Atividade do CF referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023*”.

7. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E OUTRAS REALIZAÇÕES DA ORDEM

Durante o período de 2024 o CF acompanhou a vida da Ordem, assistindo a eventos presenciais e online promovidos pelo CD, designadamente, conferências, formações e reuniões livres. Participou, igualmente, nas reuniões da AR realizadas no período.

8. NOTA FINAL

Finalmente, o CF agradece ao CD, aos Serviços da OCC e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da Ordem, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2025.

O CONSELHO FISCAL:



Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes | Presidente



Raquel Vandra da Mota Pinto | Vogal



José António Marques Pereira | Revisor Oficial de Contas

XVI

Parecer do conselho fiscal

Entrega de Medalhas 25 anos de profissão



DEZEMBRO - PORTO e LISBOA

Parecer do conselho fiscal

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, designadamente nos termos do disposto na alínea c) do art.º 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (doravante “EOCC”), aprovado pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas, apresentamos o nosso Parecer sobre o Relatório e Contas da Ordem dos Contabilistas Certificados (doravante “Ordem”) relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2024, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade e da competência do Conselho Diretivo (doravante “CD”).

No âmbito das nossas funções, acompanhámos a evolução da atividade da Ordem, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, conforme consta detalhadamente no “*Relatório Anual da Atividade do Conselho Fiscal referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024*”, tendo recebido do CD e dos Serviços da Ordem todas as informações e esclarecimentos solicitados.

Examinámos as demonstrações financeiras da Ordem, que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 35.423.523 euros e um total de fundos patrimoniais de 23.891.251 euros, incluindo um resultado líquido do período de 44.851 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao período findo naquela data.

Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do período de 2024, o qual inclui a proposta de aplicação do resultado líquido do período.

Em resultado da revisão legal de contas realizada por “*BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*”, com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2024, apreciamos o conteúdo da respetiva Certificação Legal das Contas, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.

De realçar que, não chegou ao nosso conhecimento qualquer situação material que desrespeitasse os Estatutos da Ordem e ou os preceitos legais aplicáveis.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal (doravante “CF”) é de **parecer** que a Assembleia Representativa:

1. Aprove os documentos de prestação de contas do período findo em 31 de dezembro de 2024, tal como foram apresentados pelo CD; e
2. Aprove a aplicação do resultado líquido do período de 2024 proposta pelo CD.

Finalmente, o CF agradece ao CD, aos Serviços e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da Ordem, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2025.

O CONSELHO FISCAL:



Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes | Presidente



Raquel Vandra da Mota Pinto | Vogal



José António Marques Pereira | Revisor Oficial de Contas

XVII

Certificação legal das contas

Formação eventual Encerramento de contas



NOVEMBRO E DEZEMBRO - TODO O PAÍS

- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da OCC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da OCC, responsabilidades estas entendidas no âmbito geral das competências de fiscalização ainda que não expressamente previstas nos Estatutos.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde cumte a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da OCC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam



suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da OCC para dar continuidade as suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a OCC descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Ordem dos Contabilistas Certificados, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2025



Ismael Soares de Matos Táboas
(RCC n.º 1791, inscrito na CMVM sob o n.º 20220045)
em representação de BDO E. Associados - SRCC

